



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GÊNERO ALEGRE, PORNOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES FEMININAS: UM  
ESTUDO SOBRE O JORNAL *O RIO NU* (1898-1916)**

**JOHNATAS DOS SANTOS COSTA**

**SÃO CRISTÓVÃO  
2020**

JOHNATAS DOS SANTOS COSTA

**GÊNERO ALEGRE, PORNOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES FEMININAS: UM  
ESTUDO SOBRE O JORNAL *O RIO NU* (1898-1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

SÃO CRISTÓVÃO  
2020

(FICHA CATALOGRÁFICA)

JOHNATAS DOS SANTOS COSTA

GÊNERO ALEGRE, PORNOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES FEMININAS:  
UM ESTUDO SOBRE O JORNAL *O RIO NU* (1898-1916)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

Aprovada em 15 de abril de 2021

---

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (UFS)  
Presidente da Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (UFS)  
Examinador Interno

---

Profa. Dra. Marilza de Oliveira (USP)  
Examinadora Externa

Aos meus pais, Luzia e José Ariosto, ao meu  
irmão, Igor, e à avó que a vida me presenteou,  
Cleide Selma.

## AGRADECIMENTOS

Eis o fim de uma prazerosa e exaustiva jornada! Por mais que a produção deste trabalho tenha sido solitária, ele não teria sido concebido sem o auxílio de algumas pessoas. Nesse sentido, é preciso reconhecer quem esteve comigo durante esse processo.

Agradeço:

Aos **meus pais**, Luzia e José Ariosto, e ao **meu irmão**, Igor, pelo amor e suporte durante o mestrado e durante a escrita desta dissertação;

À **avó que a vida me deu**, Cleide Selma Melo Menezes, pelo afeto e investimento em minha educação. Não chegaria nesse estágio de minha carreira sem o seu apoio;

À **minha tia**, Jeane, pelas inúmeras conversas sobre a vida e sobre a pesquisa;

Às **amigas**, Flávia e Renata, que tornaram todo esse processo menos tortuoso com muito carinho, companheirismo e risadas. Elas representam a família que formamos durante a vida;

À Heloisa Santana e Elvis Lima, os **amigos** que a UFS me presenteou e que sempre estiveram interessados na dissertação;

Ao **meu orientador**, Antônio Lindvaldo Sousa, por ter abraçado o meu projeto desde o início, pela atenção dada e pelas importantes referências oferecidas. Esta orientação me mostrou que sem liberdade de reflexão e escrita, possibilitadas pelo professor, não existem trabalhos autênticos;

Aos **professores da banca** de avaliação, Marilza Oliveira e Claudefranklin Monteiro, suas contribuições foram fundamentais para o aperfeiçoamento do meu trabalho;

Aos **participantes do Projeto Nutium e Clio**, pelas inúmeras avaliações sobre o meu texto que foram essenciais para enriquecer esse trabalho. Sem as dicas de Suelayne Andrade, Tatiane Cunha, Ernania Santana, Josineide Santos Gicelia Costa, Nerita Figueiredo e Renaldo Rocha o trabalho certamente seria outro;

À **CAPES**, pelo financiamento da pesquisa. Apesar de estarmos vivendo momentos difíceis quanto ao investimento nas ciências e com constantes ataques às universidades federais, sinto-me afortunado por ter realizado esta pesquisa plenamente;

Aos **colegas da turma 2019.1** do mestrado;

A todo o **corpo docente** do Programa de Pós-Graduação de História (PROHIS/UFS);

Por fim, mas igualmente importante, sou grato à **historiadora** Mary Del Priore que, mesmo sem saber, foi a responsável por apresentar a mim a fonte que deu origem a esta dissertação.

## RESUMO

Conhecido por sua linguagem simples e sagaz, suas ilustrações de mulheres seminuas e um texto humorístico e malicioso, o jornal de “gênero alegre” *O Rio Nu* circulou na cidade do Rio de Janeiro – e além – entre os anos de 1898 e 1916. Esta dissertação tem como objetivo compreender duas facetas desse periódico bem-sucedido: a sua postura como transgressor moral e como “educador” civilizatório. Em um primeiro momento, vamos entender como uma polêmica, em 1910, envolvendo o impresso e o diretor dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta, revela-nos muito sobre as visões que alguns setores da sociedade carioca do início dos Novecentos possuíam acerca da obscenidade e da pornografia. Já na segunda parte da pesquisa, lançaremos luz sobre o periódico como perpetuador de concepções sociais acerca da mulher. Por meio do estudo de contos publicados pelo impresso, vamos apreender quais as representações de mulher foram divulgadas a fim de realçar uma postura civilizatória d’*O Rio Nu* para com os seus leitores masculinos ao forjar um modelo de feminilidade que deveria ser almejado por eles.

**PALAVRAS-CHAVES:** Imprensa; *O Rio Nu*; *Belle Époque*; Pornografia; Representações femininas.

## ABSTRACT

Known for its simple and cunning language, its illustrations of half-naked women and a humorous and malicious text, the newspaper of “gênero alegre” *O Rio Nu* circulated in the city of Rio de Janeiro and beyond between 1898 and 1916. This work aims to understand two facets of this successful journal: its posture as a moral transgressor and as a civilizing “educator”. At first, we will understand how a controversy, in 1910, involving the printed and the director of the Post Office, Joaquim Ignácio Tosta, reveals to us about the views that some sectors of Rio de Janeiro society, in the early 1900s, had about obscenity and pornography. In the second part of the research, we will present the journal as a perpetuator of social conceptions about women. Through the study of short stories published by the printed, we will understand which representations of women were disseminated in order to highlight a civilizing attitude of *O Rio Nu* towards its male readers by forging a model of femininity that should be desired by them.

**KEYWORDS:** Press; *O Rio Nu*; *Belle Époque*; Pornography; Female representations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Leitura para Homens .....	34
<b>Figura 2</b> – Olavo Bilac e Artur Azevedo .....	49
<b>Figura 3</b> – José Ângelo Vieira de Brito .....	50
<b>Figura 4</b> – Acha-se à venda .....	51
<b>Figura 5</b> – Agente do “Rio Nu” .....	54
<b>Figura 6</b> – Aos que nos devem .....	55
<b>Figura 7</b> – Os devedores do “Rio Nu” .....	55
<b>Figura 8</b> – 7 de Setembro .....	57
<b>Figura 9</b> – As páginas do meio d’O Rio Nu .....	58
<b>Figura 10</b> – A árvore do Zé Povo .....	59
<b>Figura 11</b> – Cavação .....	62
<b>Figura 12</b> – Bolsa de Ouro .....	62
<b>Figura 13</b> – Estatística dos bichos premiados até o dia 29 de Setembro de 1915 .....	63
<b>Figura 14</b> – Cançonetas a 200 réis .....	65
<b>Figura 15</b> – Anúncio .....	65
<b>Figura 16</b> – Dr. Ignácio Tosta .....	78
<b>Figura 17</b> – Prof. Joaquim I. Tosta .....	78
<b>Figura 18</b> – Pudicícia Postal .....	90
<b>Figura 19</b> – A voz do sangue .....	91
<b>Figura 20</b> – Leitores constantes .....	92
<b>Figura 21</b> – Efeitos da Circular .....	92
<b>Figura 22</b> – Comunicado .....	97
<b>Figura 23</b> – Sete de Setembro .....	99
<b>Figura 24</b> – A vitória do “Rio Nu” .....	100
<b>Figura 25</b> – Perseguição ao Nu .....	101
<b>Figura 26</b> – Anúncio .....	114
<b>Figura 27</b> – Anúncio .....	114
<b>Figura 28</b> – Trecho do artigo “História geral do ‘Rio Nu’” .....	117
<b>Figura 29</b> – Ilustração do conto “O Marchante” .....	118
<b>Figura 30</b> – Ilustração do conto “O Médico” .....	118

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1</b> – Autores dos contos d’ <i>O Rio Nu</i> (1906-1913) .....	116
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: “O único no seu gênero”: Uma história do jornal de gênero alegre <i>O Rio Nu</i></b> .....	28
<b>1.1 Dos “romances para homens” à imprensa de gênero alegre</b> .....	30
1.1.1 Literatura obscena nos trópicos .....	30
1.1.2 Imprensa de gênero alegre: quando a pornografia adentrou às redações .....	35
<b>1.2 “Fazer rir sem ofender a moral”: uma história do jornal <i>O Rio Nu</i></b> .....	44
1.2.1 A Origem .....	44
1.2.2 Quem fazia <i>O Rio Nu</i> .....	47
1.2.3 “Ó... ó... ó... olha <i>O Rio Nu</i> ”: quanto custava e onde era adquirido o jornal .....	52
1.2.4 O sucesso do impresso .....	56
1.2.5 O que havia entre as páginas: o projeto gráfico e editorial d’ <i>O Rio Nu</i> .....	58
<b>CAPÍTULO 2: “Perseguição ao nu”: Os limites do obsceno e os sentidos da pornografia por meio do embate entre Joaquim Ignácio Tosta e <i>O Rio Nu</i></b> .....	69
<b>2.1 “L’Europe em danger”: O combate à pornografia no velho mundo</b> .....	72
<b>2.2 Jornais mundanos na mira dos católicos</b> .....	77
<b>2.3 “O nu não pode transitar pelos Correios”</b> .....	83
2.3.1 Com a palavra, a imprensa .....	85
2.3.2 Um problema legal, mas não ilegítimo .....	94
2.3.3 “Com a sentença do juiz o Tosta ficou passado!” .....	97
<b>2.4 A pornografia não é, ela está</b> .....	104
<b>CAPÍTULO 3: “Acredita o leitor plenamente na honestidade das mulheres?”: representações femininas n’o <i>Rio Nu</i> (1906-1913)</b> .....	110
<b>3.1 Sobre os contos</b> .....	112
<b>3.2 Representações femininas n’<i>O Rio Nu</i></b> .....	122
3.2.1 “Aqui no Brasil, debaixo dos trópicos, não há mulher fria” .....	123
3.2.2 Memórias de uma mulher .....	135
3.2.3 Viúvas: livres, porém não menos dependentes .....	140
3.2.4 Outras mulheres independentes: atrizes, prostitutas e lésbicas .....	146
3.2.5 Corpos nos contos d’ <i>O Rio Nu</i> .....	155
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	161
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	166

## INTRODUÇÃO

O mundo estava mudando. A sociedade estava mudando. O tempo estava mudando. Machado de Assis não reconhecia mais a semana santa. Aquele ritual que ele conhecera em sua juventude modificou-se muito. Nas suas memórias, a festividade era muito mais demorada. Nem as palmas utilizadas no Domingo de Ramos eram as mesmas, o que antes era verde, agora era amarelo escuro. Para os leitores da sua crônica de março de 1894, Machado perguntava: "Então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade?"<sup>1</sup>. Ele estava certo de que os relógios estavam andando muito mais depressa.

Passaram-se os anos, um novo século chegou e a percepção seguiu a mesma, ou melhor, a compreensão era de que as coisas estavam ainda mais rápidas. Em 1908, ano em que Machado faleceu, João do Rio percebeu essa modificação por meio do automóvel. Indicativo de agilidade e um símbolo do moderno, o veículo era “o grande reformador das reformas lentas” e era o responsável por otimizar “a vida vertiginosa, a ânsia das velocidades, o desvario de chegar ao fim, os nossos sentimentos de moral, de estética, de prazer, de economia, de amor”. Na percepção do cronista, a máquina nos empurrava para o futuro e nos fazia sentir pena do passado. Os objetivos estavam sempre mais à frente. “Morre-se depressa para ser esquecido dali a momentos; come-se rapidamente sem pensar no que se come; arranja-se a vida depressa, escreve-se, ama-se, goza-se como um raio; pensa-se sem pensar no amanhã que se pode alcançar agora”<sup>2</sup>.

Em algum momento, Machado de Assis e João do Rio viveram em uma mesma época e tiveram entendimentos similares. As suas crônicas, que para nós, pesquisadores, são riquíssimas fontes sobre uma época, foram, certamente, para os seus amigos e leitores um depoimento sobre algo que eles também deviam perceber. O tempo estava mais ágil, acelerado. Era um novo mundo, existente desde, pelo menos, meados do século XIX, no qual inúmeros movimentos de ordem literária, política, religiosa e científica foram surgindo, tornando a “trajetória” da

---

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. Crônica do dia 25 de março de 1894. In: ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

<sup>2</sup> Todas as citações estão localizadas em: RIO, João do. A era do automóvel. In: RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 7-16.

humanidade nada linear e simplória. É o momento em que o modernismo esteve em alta e, nesse sentido, devemos compreendê-lo não só “como um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço”, como temos de pensá-lo “a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade”<sup>3</sup>. Por fim, é preciso esclarecer que o modernismo aqui referido não está relacionado à década de 1920 e à cidade de São Paulo. Toda a situação foi muito mais ampla e complexa. A historiografia já evidenciou que o modernismo brasileiro não está restrito a uma localidade ou iniciou em um ano específico<sup>4</sup>.

Hoje já se tem ideia de que o modernismo brasileiro remonta-se ao final do século XIX, a partir da chamada “geração de 1870”, composta por Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha. Os trabalhos, que partiram da Faculdade de Direito do Recife, sob a liderança de Barreto, tinham a intenção de definir a nacionalidade brasileira, tendo como uma das bases todo o instrumental científico daquele momento, como o darwinismo social, por exemplo. Como destaca Mônica Pimenta Velloso,

A temática que, de fato, está mobilizando os intelectuais da geração de 1870 é a de buscar a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade. Nos cantos, nos contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço. Para os padrões valorativos da época, essa ideia já significava um determinado avanço na interpretação do Brasil [...], Mas predominava ainda a ideia da segmentação entre o superior (europeu) e o inferior (Brasil), sendo reservado a cada uma das etnias o seu respectivo espaço.<sup>5</sup>

No século XX, a intenção não foi diferente. Pensar o Brasil e sua nacionalidade ainda estava na ordem do dia. Porém, os atores sociais e as metodologias foram outras. No auge da chamada *Belle Époque*, quem vai tomar a frente da “cultura do modernismo” são os boêmios e o espaço geográfico da intelectualidade é o Rio de Janeiro. Pessoas como os cronistas Lima

---

<sup>3</sup> Citações localizadas em VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 338.

<sup>4</sup> A partir dos anos 80, a historiografia começou a repensar o modernismo brasileiro por meio dos trabalhos pioneiros de Eduardo Jardim de Moraes (1979, 1983), Silvano Santiago (1987) e Flora Sussekind (1987, 1988). Na década de 90, por meio de uma perspectiva histórico-sociológica, foi a vez de outros três pesquisadores alargarem o conhecimento que outrora foi estudado: Francisco Hardman (1992), Mônica Velloso (1996) e Ângela de Castro Gomes (1999). Em geral, o que essas pesquisas conseguiram evidenciar é que para compreender como se deu o modernismo no Brasil é preciso: a) descontextualizar o movimento da década de 1920, inserindo-o no processo de dinâmica social cotidiana; b) desvincular o modernismo da ideia de um movimento cultural, necessariamente vinculado às ações das vanguardas artístico-intelectuais; c) reavaliar a inserção específica dos intelectuais cariocas na dinâmica do cotidiano urbano. As referências de cada obra mencionada nesta citação estão mencionadas no final da dissertação.

<sup>5</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **Op. Cit.**, 2018, p. 340-341.

Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes e José do Patrocínio Filho, e os caricaturistas Raul Pederneiras, K. Lixto e J. Carlos foram os principais nomes que, ao longo de três décadas (final do século XIX até fins da década de 1920), construíram “uma reflexão sobre a nacionalidade a partir da perspectiva do humor, da sátira e das caricaturas”<sup>6</sup>. Sim, foi por meio de uma linguagem humorística que esse grupo buscou lançar luz ao que estava acontecendo nos tempos modernos.

Nas mãos dos boêmios, a reflexão sobre a brasilidade veio por meio de uma circularidade cultural<sup>7</sup> entre o erudito e o popular. Se, na época, os valores em alta eram a civilização e o progresso, e estes atendiam, principalmente, as elites, esses intelectuais provocaram um impacto imprescindível. “Parte expressiva do grupo tendeu a aliar-se às camadas populares, compartilhando sentimentos de rebeldia e exclusão. Foi nessas brechas que ocorreram intercâmbios originais favorecendo parcerias musicais, no teatro de revistas e no carnaval”<sup>8</sup>. Nesse sentido, eles colaboraram – e muito – para o modernismo, haja vista que essa comunicação entre os diversos segmentos sociais, gerando trocas culturais, é uma das características do movimento.

Um dos elementos que mais retrataram o modernismo brasileiro no início dos Novecentos foram as revistas ilustradas, que, apesar de os mecanismos de exclusão social no mundo da cultura permanecerem fortes, elas funcionaram como um competente instrumento de conexão entre a cultura erudita e popular. Direcionadas aos “leitores apressados e cada vez mais carentes de informação”, essas publicações eram “verdadeiras formadoras de opinião pública, elas transmitem o seu recado de forma ágil, leve e sintética. [...] Trata-se de uma linguagem rápida, capaz de mover-se de acordo com o ritmo dos acontecimentos que se sucedem de forma cada vez mais rápida”<sup>9</sup>. Entre os que faziam parte das redações dessas revistas, os caricaturistas formavam o grupo que melhor sintonizava com as variadas demandas culturais da época e o que melhor dialogava com o público. Era uma comunicação veloz, ágil e condensada, típica da cultura da modernidade.

É preciso salientar que, diferentemente do que ocorreu em São Paulo em 1922, o modernismo que floresceu no Rio de Janeiro não possuiu uma disposição fixa e foi usufruído por poucos. Ele esteve desvinculado da ideia de movimento formal e organizado e foi na

---

<sup>6</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **Op. Cit.**, 2018, p. 344.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>8</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 79.

<sup>9</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **Op. Cit.**, 2018, p. 352.

dinâmica do cotidiano que começaram a “despontar expressões do moderno representadas por personagens as mais variadas que transitam por distintos mundos sociais”<sup>10</sup>. Dessa forma, faz-se necessário ter em mente diferentes expressões do moderno.

No Rio de Janeiro, particularmente, é de fundamental importância considerar os espaços informais da cultura na constituição de sociabilidades que, em muito, contribuíram para a dinâmica modernista. As ruas, os largos, as praças, os cafés literários e principalmente as festas populares propiciaram o encontro de diferentes percepções, valores e concepções sociais. E é a partir desses espaços que deve ser compreendida a cultura urbana modernista. No Rio de Janeiro, a ideia de organizar um movimento para discutir de forma sistemática a questão da identidade cultural brasileira não encontrou disponibilidade nem adeptos realmente imbuídos destes ideais.<sup>11</sup>

É nesse caldeirão de influências culturais do Rio de Janeiro, em que a “era do automóvel”<sup>12</sup> está em alta e o tempo assemelha-se a um “tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade”<sup>13</sup>, que surge um jornal cáustico e humorístico vinculado à necessidade de três amigos em narrar aquilo que a rua lhes apresentava. Em 1898, nasceu *O Rio Nu*, um fruto da *Belle Époque*, que refletiu o mundo civilizado e em crescente progresso; e em meio a cultura do modernismo, o periódico pode não estar pensando o Brasil como nação nos moldes da geração de 1870 ou dos paulistas de 1922, mas refletindo aquilo que formava este país: a sua sociedade. Em especial, a sociedade da Capital Federal de então.

Para além desse contexto, o jornal surgiu em um momento de evolução da imprensa. Com um modelo mais empresarial, a imprensa tornou-se mais diversa. Em meio a essa pluralidade, originou-se a “imprensa de gênero alegre”, que se caracterizava pelo humor ácido, pelas críticas sociopolíticas e pelo flerte com uma pornografia em voga na época. Segundo Cristina Schettini Pereira, a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, ligada à despretensão.<sup>14</sup> Uma das primeiras publicações a assumir esse rótulo foi a revista brasileira *Sans Dessous*, que associava a expressão à vida noturna, à introdução de diversões francesas e à prostituição.

Lançado no dia 13 de maio de 1898 – dez anos após a abolição da escravidão – e com uma postura despretensiosa e humorística, o periódico circulava dois dias na semana e foi pioneiro nesse tipo de abordagem “maliciosa”. No decorrer dos primeiros anos de 1900,

<sup>10</sup> **Idem**, p. 354

<sup>11</sup> **Idem**, p. 355.

<sup>12</sup> RIO, João do. **op. cit.**, 2006.

<sup>13</sup> ASSIS, Machado de. **op. cit.**, 1994.

<sup>14</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. 1997. 208 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 29.

consolidou-se como referência para tantas outras publicações do mesmo gênero originadas na época, a exemplo de: *Sans Dessous, O Coió, O Riso, O Tagarela, O Nu, A banana, O Nabo*, dentre outras.

Na “grande imprensa”, a sua chegada foi celebrada. O *Gazeta da Tarde* noticiou a publicação do impresso dizendo que os seus donos eram “rapazes que estão no primeiro plano da nossa boemia literária e que tomaram a si a tarefa de pilheriar” e informou como deveria sair a primeira edição: “oito páginas de agradável leitura, cheias de episódios de fazer rir um frade de pedra [...] O primeiro trará um belo retrato de uma das estrelas da companhia de novidades atualmente nesta capital”<sup>15</sup>. É interessante observar essas informações, pois além de dimensionarem a relevância intelectual que os jornalistas que conceberam o bissemanário possuíam, dizem-nos a função basilar do jornal e trazem detalhes de sua primeira edição, a qual não tivemos acesso.

Os redatores da *Gazeta* apostaram e, sem saber, foram capazes de antever o sucesso que o periódico iria fazer: “amanhã sairá o primeiro nu ero. A apostar em como ninguém deixará de comprá-lo, na convicção de que compra um desopilante de primeira ordem. Dizem até que, por um milagre em ciência, o *Rio Nu* tem outras virtudes terapêuticas...”<sup>16</sup>. Com isso, por meio dessa última afirmação – a princípio insignificante, caso não conheça o periódico “alegre” –, o impresso carioca indica-nos duas das principais características do novo colega, as quais seriam mais notáveis em um futuro próximo: a malícia e a obscenidade.

Os leitores do *Jornal do Brasil*, que tiveram acesso à edição 126, também foram informados sobre o lançamento d’*O Rio Nu*. Para nós pesquisadores, a pequena nota jornalística nos traz um dado relevante: os nomes dos fundadores são, na verdade, pseudônimos de “três jornalistas assaz conhecidos”<sup>17</sup>. Infelizmente, não localizamos materiais extras que enriquecessem essa informação, mas compreendemos que vale o registro.

O público consumidor do jornal era masculino e entre este havia expressiva aceitação. O contexto no qual o periódico se inseriu foi de ampliação e consolidação de um mercado editorial brasileiro como os de gênero pornográfico, os chamados “romances para homens”. Esses romances, como a classificação denota, tinham como público-alvo os homens e caracterizavam-se pelo preço baixo de produção e venda e pelos seus enredos repletos de conotações sexuais e

---

<sup>15</sup> O Rio Nu. In: *Gazeta da Tarde*, ed. 111, 13/05/1898, p. 1.

<sup>16</sup> O Rio Nu. In: *Gazeta da Tarde*, ed. 111, 13/05/1898, p. 1.

<sup>17</sup> *Jornal do Brasil*, ed. 126, 06/05/1898, p. 2.

obscenidades – o que “impossibilitava” a leitura destas obras pelas mulheres. O sucesso de tal segmento resvalou nos periódicos e muitos deles reformularam-se. Foi neste momento que *O Rio Nu* surgiu como principal jornal de cunho pornográfico do país na época.

O cunho humorístico/pornô-erótico pode ser notado no próprio nome do impresso. Além das razões que parecem ter inspirado o nome do periódico – e serão reveladas no primeiro capítulo –, nós acreditamos que o nome *O Rio Nu* evoca uma ideia de despír a cidade. Nas páginas do periódico, por meio do humor, da obscenidade e da malícia, o Rio de Janeiro é despido, dissecado e exposto. O jornal tira o véu da cidade carioca. Basta reparar na estrutura da publicação, por exemplo, há sempre a intenção de revelar algo sobre alguém ou algum lugar, sejam pessoas ou locais específicos. A troça é algo que está em sua essência e isso é relevante, afinal, como nos informa Bakhtin:

O mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme etc. – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, uma e indivisível.<sup>18</sup>

Essa hipótese<sup>19</sup> ressalta para nós a relevância do jornal na sociedade em que estava inserido, pois, ao mesmo tempo que integrava o significativo grupo da imprensa humorística, *O Rio Nu* abria espaço para uma imprensa maliciosa, ou como colocamos anteriormente, a imprensa de gênero alegre. Esse palpíte também nos faz pensar em como o bissemanário conversava com a cultura do modernismo que mencionamos acima. Ao deixar subentender que estava desnudando o Rio de Janeiro, o jornal estabelecia uma expectativa no público leitor sobre o que ele poderia esperar nas páginas seguintes e, tal como agiam as revistas semanais ilustradas, o periódico comunicava o que era ser moderno: “como proceder, reagir, pensar e sentir, situando os leitores na correnteza viva dos acontecimentos e na vida mental da metrópole. É uma estratégia comunicativa que vai se inspirar em tradições compartilhadas pela

---

<sup>18</sup> BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987, p. 3-4.

<sup>19</sup> Agradeço a professora Marilza de Oliveira, uma das integrantes da minha banca de qualificação e defesa, pela sugestão de interpretação do nome do periódico. Apesar de terem sido levantadas outras hipóteses, essa é a que mais achamos pertinente com a fonte primária.

cultura cotidiana”<sup>20</sup>. Dessa maneira, tanto o jornal, quanto as revistas, acabavam por exaltar o indivíduo – também uma característica da cultura da modernidade.

Outro elemento importante desse contexto moderno é a comunicação por gravuras, e nisso *O Rio Nu* não economizava. A utilização de ilustrações, em sua maioria de mulheres nuas e seminuas, que ocupava quase metade das páginas do periódico, foi um artifício utilizado pelo impresso para fidelizar e conquistar mais consumidores, assim como reafirmar a sua postura transgressora e ousada. Estabelecidas a partir da edição 112, as ilustrações tinham a função de “constituir a deliciosa ilustração da troça”<sup>21</sup>.

Além do conteúdo, o preço do impresso era convidativo, custava 100 réis a edição avulsa, havendo a possibilidade de serem realizadas assinaturas anuais e semestrais. Tais facilidades proporcionaram ao jornal uma expansão para além do Rio de Janeiro, chegando a cidades como Belém, Maceió, Fortaleza e Aracaju. No que diz respeito à estrutura, o jornal era disposto, inicialmente, em quatro, e depois em oito páginas e nestas encontravam-se colunas fixas, como por exemplo: “Nas zonas”, “Avenida Central”, “Theatro d’O Rio Nu” e a “Biblioteca d’O Rio Nu”. Adentraremos em mais detalhes sobre o hebdomadário no primeiro capítulo da dissertação.

Tendo apresentado a nossa fonte e alguns contextos em que ela estava inserida, falemos dos nossos objetivos principais. Este trabalho preocupa-se em compreender como *O Rio Nu*, inserido em um contexto político, social e cultural muito maior, criou representações do que era ser mulher e qual o padrão feminino ideal para o homem civilizado, haja vista que o jornal era feito por e para os homens. Junto a isso, pretendemos apreender como o periódico pode ser visto como uma expressão do que se entendia, para alguns setores da sociedade, por pornografia no início do século XX. Analisando um conflito que envolveu o impresso e o diretor geral dos Correios em 1910, o senhor Joaquim Ignácio Tosta, buscamos assimilar algumas noções de pornografia existentes na época.

Entendemos que esses propósitos tornam a nossa pesquisa relevante, pois com ela nós visamos contribuir para a história da imprensa brasileira, particularmente na seara da imprensa pornográfica. É perceptível que, academicamente, essa temática ainda precisa de contribuições historiográficas, principalmente quando se trata do nosso objeto de análise, *O Rio Nu*.

---

<sup>20</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 81.

<sup>21</sup> Expediente. In: **O Rio Nu**, ed. 112, 02/08/1899, p. 1

Se fôssemos destacar os principais trabalhos que tomam a nossa fonte como principal documento de pesquisa não elencaríamos inúmeros projetos. Salientamos as pesquisas de Cristina Schettini Pereira, *Um gênero alegre: Imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898 – 1916)*, o primeiro trabalho acadêmico – localizado por nós – que tomou a imprensa pornográfica do início do século XX como fonte histórica; Natália Batista Peçanha, “*Regras de civilidade*”: *Tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916)*, que toma o impresso como “manual” de conduta e vivência para os homens, construindo sua identidade e masculinidade; e Marina Vieira de Carvalho, *Leituras do prazer: a criação pornô-erótica na alvorada da modernidade carioca*, tese que tem como objetivo o estudo da literatura e da imprensa pornográfica no Brasil do início dos novecentos. Outros trabalhos chegaram a fazer uso do periódico, no entanto, nunca como elemento principal de pesquisa<sup>22</sup>. Sendo assim, é notório que ainda há espaços para revisões e/ou contribuições no que tange às questões envolvendo as representações de mulher abordadas no jornal ou às percepções acerca da pornografia no impresso.

Somado à justificativa, compreendemos também que ao apresentar o jornal de “gênero alegre” nós apresentaremos como a tal cultura do modernismo comportava-se na imprensa e, principalmente, no Rio de Janeiro.

Diante do exposto, é preciso dissertarmos sobre alguns referenciais teóricos que norteiam ou dão base à nossa pesquisa. Ao propormos analisar as representações de mulher que *O Rio Nu* expõe em suas páginas, esta pesquisa insere-se dentro dos “estudos de gênero”. Esses estudos preocupam-se em discutir como uma visão de gênero foi construída, como seu discurso foi imposto dentro de um grupo em um certo momento e salienta, para nós pesquisadores, que não há como pensar em mulheres sem pensar em homens e vice e versa.

Como categoria de análise histórica, gênero indica que as concepções de masculino e de feminino possuem historicidade, isto é, os significados de “ser homem” e “ser mulher” são criados, reproduzidos e/ou transformados no decorrer do tempo. Logo, não é algo dado e

---

<sup>22</sup> São alguns exemplos, os livros de EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004 e SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; e as teses de AZEVEDO, Natanael Duarte de. **Trajetórias pornográficas**: O Riso pronto para o ataque, uma história dos jornais eróticos brasileiros. João Pessoa, 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História) – CCHLA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015 e CARDOSO, Erika Natasha. **“E como não ser pornográfico?”**: usos, sentidos e diálogos transnacionais em torno da pornografia no Brasil (1880-1924). 2019. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

finalizado no momento do nascimento<sup>23</sup> e não se resume a questões biológicas “como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior”<sup>24</sup>. Indica também que este conceito está inserido em contextos bem definidos e se estabelecem através de relações de poder, isto é, “é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são ‘generificadas’, ou seja, expressam as relações sociais de gênero)”<sup>25</sup>.

No que se refere ao periódico, os discursos que envolvem questões de gênero por vezes aparecem de forma explícita, mas há de se atentar para os detalhes que muito tem a dizer desde que deem a devida atenção a eles. Além disso, ao analisarmos tais representações, procuraremos compreender a figura da mulher para além de um indivíduo sensualizado, ou seja, como um agente atuante na construção social e participante dos processos históricos.

Como fora dito, o jornal era produzido por jovens da boêmia literária carioca e esteve inserido dentro de um contexto sociocultural, político e econômico complexo que indubitavelmente influenciou no impresso. Dessa forma, por mais generalizantes e universais que pudessem parecer, os perfis de mulheres contidos no *Rio Nu* eram meras representações. Em outros termos: não eram espelhos do real e muito menos tratavam-se de discursos neutros, o que implica dizer que elas foram estabelecidas a partir de estratégias e práticas que estão sempre colocadas em um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”<sup>26</sup>. Elas “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, assim para cada caso faz-se “necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de que os utiliza”<sup>27</sup>.

Tais representações estavam apresentadas em textos e/ou imagens que simbolizavam os tipos de mulher existentes na sociedade do início do século XX e estabeleciam – fosse nas entrelinhas ou não – a perspectiva de uma “mulher ideal”, haja vista que o periódico se destinava ao público masculino. Elas possuíam uma influência capaz de persuadir os seus leitores

---

<sup>23</sup> A autora Carla Pinsky desenvolve uma interessante análise sobre os estudos de gênero dentro do campo historiográfico. Cf. PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol.17, n.º.1, p.159-189, abr. 2009.

<sup>24</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, p. 75

<sup>25</sup> LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Revista Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, 1995, pg. 103.

<sup>26</sup> **Idem**, p. 17.

<sup>27</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002, p. 17

indicando que o real corresponde ao que elas dizem e mostram, afinal, as representações “têm em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe”<sup>28</sup>.

Para compreendermos como a pornografia invadiu a cena editorial da capital do País no final do século XIX e como alguns setores da sociedade carioca entendiam esse vocábulo é pertinente discutir os conceitos de “erotismo” e “pornografia”. Por mais que *O Rio Nu* seja uma publicação pornográfica, é preciso esclarecer, de forma breve, a diferença entre essas ideias para entender plenamente o porquê do periódico ser classificado como tal. Atualmente, os significados de erótico e pornográfico estão relacionados a julgamentos morais. O “erótico” trata-se daquilo que não se fala diretamente, mas se insinua. É algo que deixam aparecer. Já o “pornográfico” é aquilo que não poderia aparecer e aparece por uma imoralidade. Ele está sempre ligado a representações vulgares e de baixo calão. Nos dias atuais, em outras palavras, enquanto um afirma, o outro nega; enquanto um mostra, o outro esconde. Todavia, é preciso que coloquemos esses conceitos numa perspectiva histórica, necessária para a nossa pesquisa.

O vocábulo erotismo “surtiu no século XIX, a partir do adjetivo erótico, este derivado do grego Eros, Deus do desejo sexual no sentido mais amplo”<sup>29</sup>. Porém, desde o século XVIII o erótico esteve ligado a uma dupla adjetivação: amorosa e médica – os médicos classificavam um delírio específico com essa palavra. Nos oitocentos, o vocábulo ganhou importância no discurso médico e passou a ser visto como parte da vida do indivíduo, sua energia sexual. Com Freud, houve um rearranjo significativo e erótico passou a estar ligado, também, à sexualidade infantil e à libido.

No que concerne à pornografia, há de salientar que etimologicamente ela é uma palavra oriunda do vocábulo grego *pornographos* (escritos sobre prostitutas), porém, entre os autores que escreviam pornografias, não havia uma homogeneidade em seu significado. “Para uns deveria se ater a escrita da prostituição, distinguindo-a de outras formas de erotismo; para outros, definiria textos que, ao descreverem uma atividade sexual, tinham por objetivo violar a moral estabelecida e excitar o leitor”<sup>30</sup>. O conceito foi se modificando a partir do final de século XIX e início do XX quando pornografia foi sendo caracterizada como um objeto de consumo. Mercadoria, representações dos corpos e práticas sexuais são vendidas e compradas numa nova

---

<sup>28</sup> **Idem**, pg. 21.

<sup>29</sup> MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. **O que é pornografia?** São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7.

<sup>30</sup> CARVALHO, Marina Vieira de. A ficcionalização do desejo: A pornografia e o erotismo como objetos de consumo na modernização da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 05, n.º. 05, dez. 2015, pg. 47.

perspectiva pornográfica, na qual a estética de corpos perfeitos e de sexo “limpo”, sem suor e/ou troca de fluídos ganham cada vez mais relevância. É nesse contexto que se insere a nossa fonte. Frisamos que no segundo capítulo da dissertação iremos discorrer mais profundamente acerca deste vocábulo.

É substancial explicar também a complexidade que o historiador possui ao caracterizar a imprensa periódica. Termos tais como “diário”, “semanário”, “jornal”, “revista”, “gazeta” e “tabloide”, que, em sua maioria, caracterizam-se como um material impresso que circula com datação e seguindo certa periodicidade, devem ser compreendidos dentro do contexto em que eles surgem. Inúmeros elementos diferenciam tais termos, no entanto, em se tratando, particularmente, de “jornal” e “revista”, contrapô-los torna-se uma tarefa difícil, principalmente quando estes foram objetos do final do século XIX para o XX. Como destaca Tânia Regina de Luca:

As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções autoatribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere.<sup>31</sup>

À luz da nossa fonte primária, a afirmação de Luca mostra-se contundente, tendo em vista que, conceitualmente, o impresso deveria ser denominado de revista ilustrada, pois segue os parâmetros desse modelo. Elias Thomé Saliba informa que desde o Segundo Reinado, o Brasil vê uma proliferação de revistas ilustradas, que crescem ainda mais a partir do início do século XX, muito em função dos avanços tecnológicos na Imprensa. Ele caracteriza o modelo destacando o melhoramento das artes gráficas e a fartura de ilustrações – por vezes usando fotografia – que esses materiais possuíam.<sup>32</sup> Tendo como base esse modelo dado por Saliba, a nossa fonte se enquadraria como uma revista ilustrada. No entanto, manteremos a nomenclatura de “jornal”, pois esta foi utilizada pelo próprio *O Rio Nu*, além disso, utilizaremos “impresso” e “periódico” como seus principais sinônimos, levando em consideração que todas essas nomenclaturas não se excluem, mas sim, agregam sentido.

É pertinente observar em nossa pesquisa questões relacionadas ao modo de ler daqueles que consumiam *O Rio Nu*. A princípio destaco o uso do termo “consumir”. Ele faz-se presente, pois acreditamos que nem todos aqueles que tinham acesso ao periódico o compravam e/ou

---

<sup>31</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pg. 131-132.

<sup>32</sup> SALIBA, Elias Thomé. **Op. Cit.**, p. 39.

sabiam ler, apesar dos bons índices de alfabetização do Rio de Janeiro<sup>33</sup>, e mesmo aqueles que talvez soubessem nem sempre o liam de forma silenciosa. Sendo assim, é preciso cogitarmos uma sociabilidade da leitura<sup>34</sup>, ou seja, muitas leituras poderiam ser compartilhadas e não somente recolhidas à intimidade, apesar de que nessa época a leitura já se caracterizava por ser um ato individualizado e silencioso.

É preciso também nos atermos às relações entre a textualidade e a oralidade, isto é, o jornal atento a sua popularidade entre diversos setores sociais não publicava textos de difícil compreensão, ele utilizava fórmulas linguísticas – a exemplo de gírias, jargões, frases da época – que facilitassem a oralidade daqueles textos e principalmente o entendimento daquilo que estava no papel. Além de artimanhas textuais, o jornal fazia uso de gravuras e/ou fotografias a fim de uma melhor compreensão por parte do leitor, de intensificar as vendas e, claro, de estabelecer as representações que lhe eram interessantes.

Há de se destacar também os conceitos de *prática de leitura* e *protocolo de leitura* desenvolvidos por Roger Chartier. O primeiro corresponde, em síntese, às interpretações que os leitores fazem diante de um texto. Trata-se daquilo que o leitor infere após ler ou ver o que consta em um livro, por exemplo. Não se trata de algo natural ou espontâneo, pois questões envolvendo alfabetização, condições econômicas, posicionamentos políticos, sociais e morais, entre outros, influenciam em nossas leituras e determinam nossas interpretações. Como afirma Márcia Abreu ao dissertar sobre a literatura: “[...] a literariedade não está apenas no texto [...] e sim na maneira como ele é lido. Um ‘mesmo’ texto ganha sentidos distintos de acordo com aquilo que se imagina que ele seja [...]”<sup>35</sup>. Logo, não depende do autor ou do editor da obra determinar a “interpretação correta” dela. Dentro dos limites cabíveis, é algo particular, é algo que somente o leitor tem domínio.

No entanto, o autor e o editor fazem por onde guiar o leitor a um entendimento específico. A isso chamamos de *protocolo de leitura*, ou seja, os mecanismos utilizados pelo autor – o modo de organizar o texto, o emprego de certa linguagem ou a adesão a uma convenção, por

---

<sup>33</sup> Segundo Alessandra El Far: “O índice de analfabetismo no Rio de Janeiro, naquele final de século [o XIX], era o mais baixo do país. Enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal eram de 522 mil habitantes, um número que praticamente havia dobrado em relação ao recenseamento de 1872 desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. [...] Em 1906, havia na cidade 811 443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil.” In: EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 12-13.

<sup>34</sup> CHARTIER, Roger. **Op. Cit.**, p. 124-126.

<sup>35</sup> ABREU, Márcia. **Cultura Letrada**. Literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2004, p. 29.

exemplo – e pelo editor – tipos de papel, tamanho da fonte, a inclusão de imagem, a exclusão ou modificação de certas passagens do texto etc.– que vislumbram proporcionar àqueles que têm acesso ao material, no nosso caso, o jornal, uma determinada compreensão. Assim sendo, é preciso termos em mente tais conceituações ao analisarmos as representações femininas e os elementos considerados pornográficos contidos n’ *O Rio Nu*.

Para além de questões teóricas, precisamos seguir também alguns procedimentos importantes para compreender os materiais da imprensa. A princípio, realizamos um trabalho de heurística, isto é, coletamos e organizamos a fonte para que durante as nossas análises nós soubéssemos manuseá-la de forma simples e rápida. Em paralelo, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre todos os temas que circundavam os nossos objetivos.

Uma vez realizada tais tarefas adentramos à fonte realizando a sua crítica externa com relação a sua materialidade, ou seja, começando pela identificação do periódico, o que implica a anotação do seu título e subtítulo – entendendo que esses itens revelam, quase sempre, a natureza do impresso e as suas pretensões editoriais –, datas limites de publicação e periodicidade. Após essa primeira análise, destacamos a composição do projeto gráfico/editorial do jornal. São alguns elementos desse projeto: as capas e primeiras páginas; seções; colunas fixas assinadas e as avulsas; manchetes e legendas; iconografia; principais anunciantes e publicidade como um todo; edições comemorativas etc. Como salienta Luca, “das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras”<sup>36</sup>. Coube a nós, portanto, identificá-las e registrá-las.

Atrelado a esse registro, foi conveniente observar as formas de publicação e distribuição, isto é, condições técnicas, tiragem, preço e formas de venda; bem como identificar os profissionais envolvidos na publicação, sejam eles proprietários, diretores, redatores, colaboradores e afins, pois como pontuou o historiador Jean-François Sirinelli “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”<sup>37</sup>. Tal observação é oportuna aos jornais.

Foi pertinente também fazermos uma análise dos leitores, entendendo que esses personagens são mobilizados, que se mobilizam pela leitura do periódico e que possuem

---

<sup>36</sup> LUCA, Tânia Regina de. **Op. Cit.**, p. 132.

<sup>37</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Rémond (Org.), **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249.

práticas de leituras particulares que são de suma importância para o historiador conhecê-las, afinal, “a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”<sup>38</sup>. Assim como, também foi importante investigar os espaços de distribuição e circulação do jornal a fim de localizar e problematizar os ambientes e usos sociais dessas publicações.

Com o decorrer da leitura, coube a nós – e a qualquer outro historiador que esteja utilizando a imprensa como sua fonte primária – identificarmos e compreendermos o projeto editorial do impresso por meio de um trabalho hermenêutico. Para além de conferir características fixas e generalizantes às publicações, construindo, assim, categorias rígidas que perduram por toda a história do periódico, é preciso que o pesquisador desenvolva uma “*sensibilidade de leitura* que, superando a barreira da ideologia da objetividade e da imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura”<sup>39</sup>. Para se perceber mais facilmente como esse projeto é posto no jornal, pode-se analisar, por exemplo, as intervenções na agenda pública, as campanhas gerais, as posições políticas explícitas e a perspectiva histórica, assim como a construção de temporalidade que o jornal estabelece durante a sua circulação – ou pelo menos dentro do recorte temporal escolhido pelo historiador.

Salientamos que nós não descrevemos os procedimentos acima a fim de estabelecer uma obrigatoriedade aos historiadores que trabalham com a imprensa – inclusive nós –, pois não há uma receita pronta e perfeita a todos os tipos de abordagem. No entanto, entendemos ser essa uma metodologia útil, fácil e exequível a todos aqueles que tomarem os periódicos como material de estudo.

Outro recurso que utilizaremos em nosso trabalho é o enredo. Na introdução de cada capítulo, será narrada uma história que está diretamente ligada ao conteúdo do excerto. Com o intuito de trazer leveza em meio ao nosso texto acadêmico, o expediente não deixa de ser um artifício metodológico interessante para os historiadores em geral. Apesar de parecer um elemento essencialmente literário, o enredo é algo que aproxima a narrativa histórica da narrativa literária. Mesmo que a História, como ciência, tenha se afastado cada vez mais do campo literário a partir do século XIX, é neste elemento que eles se encontram novamente.

---

<sup>38</sup> CHARTIER, *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>39</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 35, dez. 2009, p. 264. Grifo das autoras.

[...] o processo de enunciar uma história cumpre uma trajetória marcada de maneira complexa e interdependente entre pelo menos três elementos: aquilo que se quer contar (conteúdo/matéria), a maneira como se consoma esse contar (forma) e o suporte textual que realiza esse projeto (o gênero que o expressa). O enredo situa-se precisamente no interstício desses três fatores, fornecendo uma personalidade própria, em cada texto, a esta tríade: matéria maneira/suporte.<sup>40</sup>

Nesse sentido, fazer uso de enredos em nosso texto não só o enriquece como estabelece interdisciplinaridades que *a priori* podem parecer incompatíveis. Além disso, estabelece relação com estudos historiográficos que a mais de um século afirmam haver sintonia entre os dois saberes. R. G. Collingwood, Paul Veyne, Hayden White e Paul Ricoeur são alguns dos mais importantes estudiosos que defenderam a conexão entre História e Literatura por meio do enredo – salvaguardadas algumas particularidades, obviamente. Collingwood defendia o uso da “imaginação histórica”, ou seja, um procedimento que imaginaria e remontaria ao passado baseado nas fontes coletadas. O historiador, segundo ele, teria de construir um quadro coerente e dotado de sentido – assim como todo romancista –, porém baseado em fatos que realmente existiram. Veyne dizia que, tal como o literato, o pesquisador da História baseia-se no fato particular para dar prosseguimento às suas análises e, além disso, seleciona, ordena e hierarquiza o que irá constar em seu trabalho. “As opções de abordar determinado fenômeno levando em conta tais ou quais características, iluminando esta ou aquela particularidade, incluindo ou omitindo um detalhe ou outro, repercutem inexoravelmente, em última instância, no texto que será oferecido ao leitor da história em questão”<sup>41</sup>.

Hayden White não vai se diferenciar muito. O estadunidense entendia que não havia uma única forma possível de contar uma história, pois era na construção do texto historiográfico que ela era moldada. Isto é, dependia do acontecimento escolhido, do tipo de enquadramento que era dado a ele e, principalmente, da abordagem do autor. Assim, estabelecia-se uma narrativa histórica que, ao mesmo tempo, era uma operação literária e um tipo de conhecimento. “Para White, tanto o escritor de uma história quanto o escritor de um romance desejam oferecer uma imagem de ‘realidade’, não sendo estranho para ele que se identifiquem semelhanças, sobreposições ou correspondências mútuas entre ambos”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. O enredo como categoria e como método de análise. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, p. 195.

<sup>41</sup> Todas as colocações sobre os autores mencionados estão no texto de Cláudio Pereira Elmir. Especificamente sobre Paul Veyne, cf. ELMIR, Cláudio Pereira. **Idem**, p. 203 e 204.

<sup>42</sup> **Idem**, p. 206.

Já Paul Ricoeur, que não se distanciava muito dos outros estudiosos, baseava-se em Aristóteles para fazer suas reflexões sobre narrativa. Para ele, assim como para o grego, tudo dependia da tessitura do texto. Saber estruturar bem os fatos, mesmo que eles parecessem, a princípio, desarmônicos, dando ao todo uma coerência, é algo essencial numa narrativa e isso é o que une os historiadores e os literatos.

Em suma, está evidenciado que utilizar-se de um elemento literário como o enredo é benéfico ao texto histórico. Primeiro, porque pode ser também um artifício historiográfico, como argumentaram vários estudiosos – alguns apresentados aqui. Segundo, porque facilita uma melhor construção e apresentação do texto. E terceiro, pode facilitar uma melhor compreensão do conteúdo pelo leitor. Por essas razões, reiteramos que na introdução dos capítulos a seguir narrativas serão contadas a fim de um melhor entendimento do assunto que será debatido logo após.

\*\*\*\*

Uma vez apresentados todos esses pontos, destacamos a partir de agora a estrutura desta dissertação.

No primeiro capítulo, **“O único no seu gênero”: Uma história do jornal de gênero alegre *O Rio Nu*”**, nós exploramos os meandros da nossa fonte principal. Discutimos a história d’*O Rio Nu*, quem fez parte do impresso e qual era o seu projeto gráfico e editorial básico. Contudo, antes disso, explicamos em qual cenário sociopolítico surgiu o impresso, a influência direta dos “romances para homens” e o próprio contexto da Imprensa na época em que ele foi criado. É preciso ter em mente que este capítulo, para além de uma mera exposição sobre a nossa fonte primária, funciona como uma “porta de entrada” para os dois “caminhos” que vêm depois dele. Estes são os capítulos dois e três.

O segundo capítulo, **“Perseguição ao nu”: Os limites do obsceno e os sentidos da pornografia por meio do embate entre Joaquim Ignácio Tosta e *O Rio Nu***, é o primeiro “caminho” oriundo do capítulo anterior. Por ele conhecemos o ex-deputado baiano Joaquim Ignácio Tosta que, enquanto ocupava o cargo de diretor dos Correios em 1910, decidiu proibir a distribuição dos jornais obscenos *O Rio Nu* e *Sans Dessous* pela repartição. A partir daí, armou-se um conflito entre o funcionário público, que era católico, as suas vítimas e vários jornais da chamada “grande imprensa”. Por meio dele, nós visamos delinear os limites que o obsceno possuía na época e quem tinha o direito de delimitá-lo (se é que ele poderia ser

delimitado), além disso, procuraremos apreender quais as noções de pornografia que alguns setores da sociedade carioca tinham na época. Em nossa perspectiva, entendemos que a circular promulgada pelo diretor dos Correios nos revela mais que uma simples peleja entre a instituição postal e o impresso, e é isso que visamos descortinar no decorrer do capítulo.

O terceiro capítulo é o segundo “caminho” originário da primeira parte da dissertação. Com o título, **“Acredita o leitor plenamente na honestidade das mulheres?”: Representações femininas n’*O Rio Nu* (1906-1913)**, o nosso objetivo é analisar uma série de contos publicados no periódico de “gênero alegre” durante os anos de 1906 e 1913, visando delinear as representações de mulheres que o impresso publicou. E por representações, visamos demarcar, por exemplo, tipos corporais e comportamentais considerados “ideais”. Como *O Rio Nu* também fez parte do mundo civilizado que estava se formando no início do século XX, entendemos que o jornal agiu como um “guia” para os seus leitores masculinos por meio dos contos mencionados, e é isso que procuramos mostrar.

## CAPÍTULO 1

### “O ÚNICO NO SEU GÊNERO”<sup>43</sup>: UMA HISTÓRIA DO JORNAL DE GÊNERO *ALEGRE O RIO NU*

Nos fins de abril de 1898, os amigos Heitor Quintanilha, cronista teatral do jornal *A Notícia*, Gil Moreno e Vaz Simão, diretor do hebdomadário ilustrado *Semana Theatral*, pertencente ao jornal *Cidade do Rio*, estavam no jardim do teatro Lucinda sem muito interesse no que estava acontecendo à sua volta. Era mais uma noite propensa à diversão, mas que não se mostrava promissora. Os amigos “bocejavam desoladamente entre dois goles de cerveja gelada”. Passados alguns minutos, entrou no local “uma bela mulher alta e branca, ‘estrela’ querida de outro teatro da rua do Espírito Santo” e sentou-se na mesa ao lado do trio notadamente irritada e nervosa. “Se a encontrar, parto-lhe a cara!”, ela bradou furiosa. Os três amigos se entreolharam e concordaram em ficar mais um pouco, pois sabiam que dali sairia um escândalo.

Eles se perguntaram quem seria a vítima daquela ameaça e qual seria a razão para aquela artista estar tão irritada. Heitor confidenciou aos confrades que aquele rosto não lhe era estranho, ele a conhecia de alguns ensaios teatrais. O cronista confidenciou que a “estrela” possuía um “notório amor” por um “guapo mancebo, filho do sul, possuidor de uns bigodes respeitáveis e de uma fortuna ainda mais respeitável que os bigodes”. Após refletir sobre a situação, Heitor concluiu: esse tal “mancebo” certamente havia traído a artista e, portanto, aquela ameaça era direcionada à amante do rapaz.

Não demorou muito para eles confirmarem a suspeita do cronista. O “guapo da bigodeira” apareceu trazendo pelo braço uma “mulata, toda de azul, e com umas circunferências aumentativas”. A atriz enfurecida avançou sobre a moça e confusão instaurou-se. As mulheres se engalfinharam, o rapaz bigodudo sumiu em meio ao caos e as senhoritas, depois de apartadas, foram encaminhadas a uma delegacia.

---

<sup>43</sup> **Almanak Humorístico e Ilustrado do Rio Nu para 1903**. Rio de Janeiro: Oficinas do “Rio Nu”, 1903, p. 9.

Acabada a confusão, Heitor tratou de tomar nota sobre tudo o que acabara de presenciar para depois publicar n’*A Notícia*. Porém, momentos depois, o bigodudo disputado pelas mulheres apareceu e pediu para que ele fingisse não ter visto nada e que o livrasse do escândalo. Mesmo relutando, Quintanilha acatou o pedido e guardou as informações que tinha registrado. Os outros dois amigos ficaram indignados com a cena. “Era assim toda a imprensa do Rio de Janeiro! Bastava que um sujeito qualquer fosse conhecido de um amigo do amigo do irmão de um deputado, para conseguir dar todas a sorte de desfrute, sem receio de publicidade”, eles comentaram. Apesar de frustrado, o cronista ponderou que o rapaz tinha influências políticas que poderiam prejudicá-lo em seu local de trabalho e ele acabaria sendo demitido.

Passados alguns minutos, Gil Moreno suspirou: “Ah! Se eu tivesse um jornal!”. Heitor prontamente concordou. Somente um jornal do trio daria a eles liberdade de escrita. Vaz Simão compactuou com a ideia e logo estabeleceu que o modelo da publicação deveria ser “um jornaleco metade d’*O Paiz*, bem impresso, bem malcriado”. O diretor da *Semana Theatral* tinha certeza de que “feito por eles, havia de ir longe!”.

Quinze dias depois, especificamente no dia 13 de maio de 1898, ecoou pelas ruas da capital federal o anúncio: “O Rio Nu, a cem réis, primeiro número...”.

\*\*\*\*

A narrativa exposta acima relata o surgimento do periódico bissemanal “caustico e humorístico” *O Rio Nu*, a nossa fonte principal nesta pesquisa<sup>44</sup>. A história foi elaborada por um dos principais editores do jornal, Bock – a ser destacado mais a frente –, para a edição comemorativa de dois anos do impresso<sup>45</sup>. Apesar de ter um tom cômico e um tanto absurdo, ela nos ajuda a compreender como surgiu um dos principais jornais de “gênero alegre” da *Belle Époque* carioca.

*O Rio Nu*, criado no Rio de Janeiro, transitou por todo o Brasil e no além-mar durante as primeiras décadas do século XX. Ele é o protagonista deste capítulo, que objetiva, nas próximas páginas, apresentar os meandros do jornal, tais como: detalhes editoriais, gráficos e a divulgação de alguns redatores. Em suma, investigaremos os “bastidores da redação”.

---

<sup>44</sup> Para realizarmos esta pesquisa, consultamos as 1300 edições do *Rio Nu* que estão disponíveis gratuitamente no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Frisamos, entretanto, que não só a primeira edição está ausente, como o site não possui nenhum exemplar dos anos de 1901 e 1902. Ver: **O RIO NU**. Rio de Janeiro, 1898-1916. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>>.

<sup>45</sup> “Como se fez o ‘Rio Nu’”. In: **O Rio Nu**, ed. 198, 12/05/1900, p. 2.

Contudo, antes de adentrarmos nesses detalhes, explicaremos o contexto em que o jornal estava inserido. Ou seja, precisamos, primeiramente, compreender o cenário em que se deu seu surgimento dentro da própria imprensa. Isso ocorreu por meio de uma interlocução entre esta e a literatura.

## 1.1 Dos “romances para homens” à imprensa de gênero alegre

### 1.1.1 Literatura obscena nos trópicos

A partir de 1870, tanto o mercado editorial como a imprensa brasileira desenvolveram-se expressivamente. Com o surgimento de novas tecnologias de impressão, o custo de produção e o preço dos livros barateavam-se cada vez mais<sup>46</sup>. Isso ampliou o mercado consumidor, aumentou as vendas desses produtos e popularizou a leitura. Nessa época, as obras recebiam, em média, uma tiragem de mil exemplares, mas caso elas fossem um sucesso de público e recebessem diversos anúncios em jornal, esse número poderia subir de quatro a cinco vezes mais<sup>47</sup>. Assim, pouco a pouco, no Brasil, o livro deixou de ser um produto caro e exclusivo às elites e passou a fazer parte também da vivência das camadas mais medianas.

Para cativar uma clientela ampla e heterogênea, os livreiros buscavam oferecer, além de preços baixos, uma variedade de obras com temas sugestivos e envolventes. Dentre estes, um gênero em específico caiu no gosto do público e foi amplamente consumido, criticado e discutido: os “romances para homens”. Chegando no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, esses romances já faziam enorme sucesso na Europa, principalmente na França, desde pelo menos os Oitocentos. Em um primeiro momento, obras francesas e portuguesas foram as que mais fizeram sucesso em nossas terras, mas, como explicaremos adiante, literatos brasileiros também entraram nessa seara e conquistaram sucesso – junto com algumas polêmicas.

---

<sup>46</sup> De acordo com a historiadora Alessandra El Far, “na década de 1880, o preço cobrado por um livro em formato brochura variava de cem réis (\$100) a 1 mil-réis ou 2 mil-réis (1\$000 ou 2\$000), conforme o número de páginas, o tratamento editorial e o gênero em questão. Uma quantia pequena se considerarmos que no mesmo período [...] um jantar barato no largo da Carioca ou na Rua do Ouvidor custava de 1 mil-réis (1\$000) e 3 mil-réis (3\$000) [...] Na virada do século, os livros populares chegavam a ser anunciados por 3 mil-réis e 4 mil-réis (3\$000 e 4\$000), dependendo da edição e do número de volumes de um mesmo título.” Ver: EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.** p. 85.

<sup>47</sup> **Idem**, p. 49.

A nomenclatura do gênero, que teve outras variantes<sup>48</sup> como “leituras para homens”, “biblioteca do solteirão” e “leituras para velhos”, demarcava nitidamente uma seleção entre os leitores. As obras desse tipo eram direcionadas somente ao público masculino, pois, entendia-se que os homens, por serem capazes de discernir o mundo da ficção do cotidiano, das regras e dos bons costumes, não corriam nenhum tipo de risco. Às mulheres, era proibido o acesso e a leitura desse material, porque acreditava-se que elas, por serem frágeis e delicadas, estavam suscetíveis aos encantos desses romances. Nesse sentido, essas restrições baseavam-se somente em princípios morais, e não judiciais<sup>49</sup>; e nem foram muito eficazes. Por mais que intelectuais de prestígio, tanto aqui, como na Europa, onde também imperava esse tipo de proibição, alertassem para o perigo dessas leituras entre o público feminino, sempre houve várias maneiras delas se divertirem com esses textos: “subterfúgios, estratégias, empréstimos às escondidas, bem como horas de solidão na alcova ou em algum lugar discreto possibilitavam o alcance e a criação de um ambiente propício a tais leituras”.<sup>50</sup>

Os “romances para homens” eram expostos nas vitrines das livrarias e, ao passo que cresciam nas vendas, geravam críticas públicas em jornais da cidade ou em comentários pessoais. Um jornalista da *Revista Ilustrada*, em 1883, afirmou que eles “brotam como cogumelos” e desaprovou os leitores desse tipo de produto: “há gente para tudo n’este mundo. Um porco, que escreveu uma imoralidade, achará sempre outro mais porco que o leia e admire”. Segundo ele, era inadmissível a circulação plena dessas obras, sem que a polícia proibisse ou interviesse de alguma forma. Ao receber um desses livros, cujo título preferiu não dizer para

---

<sup>48</sup> O historiador Leandro Mendes destaca a existência dos chamados “livros pândegos”, uma classificação que para os livreiros tornava as obras mais atraentes para o comércio, em detrimento ao patriarcal “livros para homens”. Segundo Mendes, ‘livros pândegos’ eram uma categoria mais suave e abrangente, que incluía, além da pornografia, o compromisso com a diversão em sentido amplo. Como substantivo ou adjetivo, o vocábulo ‘pândego’ acomodava inúmeros aspectos (facetadas) da alegria e do cômico, em um espectro que ia do lícito ao ilícito”. MENDES, Leandro. O livro pornográfico na *Belle Époque*: a década de 1890 e a invenção da “leitura alegre”. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (Orgs.). **Belle Époque**: crítica, arte e cultura. Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016, p. 307.

<sup>49</sup> O artigo 282 do Capítulo V do Código Penal de 1890, “Do ultraje público ao pudor”, não mencionava os impressos pornográficos, porém previa pena de 1 a 6 meses a quem “ofender os bons costumes com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade”.

Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 mar. 2020. Já Alessandra El Far frisa que “somente na década de 1920, com a promulgação do decreto-lei de número 4743, algumas regras iriam estabelecer limites mais visíveis à ‘liberdade de imprensa’ em nosso país. No entanto, mesmo com a instauração de alguns poucos processos jurídicos, nenhuma punição ou medida mais severa recaiu sobre as publicações de cunho pornográfico”. Ver: EL FAR, Alessandra. Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, jan./jun., 2007, p 289. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/13.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

<sup>50</sup> EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 186.

não fazer propaganda, o jornalista o descreveu como: “indecente, porco, imoral, sem gramática, mentiroso sem estilo, sem ortografia nem vergonha, criminoso”<sup>51</sup>.

Em suas memórias, Luís Edmundo reclamou de livros como esses: “Essas obras, por vezes pompeando títulos estercorários ou despudorados – para melhor iniciar os instintos de um povo infeliz –, apareciam em reclames feitas pelas nossas gazetas [...] E ilustradas com gravuras obscenas. Uma vergonha.”<sup>52</sup>. No fim, seria difícil colocar rédeas na curiosidade dos letrados cariocas, pois certamente ela era maior que o senso de moral e pudor que tinham. Dessa forma, comentários como os expostos acima volta e meia eram proferidos, sempre sob o mesmo argumento: representavam um ataque à moral e aos bons costumes, mas, no final, só serviam para impulsionar a comercialização das obras.

Outra crítica direcionada aos “romances para homens” era com relação ao tipo de efeito que eles geravam naqueles que os liam. Por ser uma leitura socialmente recriminada, muitos homens – e mulheres – liam essas obras sozinhos e, diante da solidão e do prazer que causava, acabavam se masturbando. Aos homens até havia uma “legitimidade” em buscar o prazer por conta própria, no entanto, às mulheres isso era cientificamente proibido. Várias teses circulavam dentro e fora das universidades sobre os riscos que a masturbação poderia causar à mulher. Socialmente, mulheres que se entregavam, entre outras coisas, à masturbação, eram consideradas “perdidas”<sup>53</sup>.

Tematicamente, apesar de manterem as características do gênero romance<sup>54</sup>, as “leituras para homens” seguiam a “cartilha” pornográfica de investir em páginas e páginas de relação

<sup>51</sup> “Livros a ler”. In: **Revista Ilustrada**, ed. 358, 20/10/1883, p. 3.

<sup>52</sup> EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 457. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1071>>. (Edições do Senado Federal; v. 1)

<sup>53</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 265.

<sup>54</sup> Ian Watt é quem nos apresenta as características principais do romance. Consolidando-se no final do século XVIII, o gênero romance tem como especificidade o realismo. No entanto, diferente da literatura existente antes dele, há uma formalidade nesse realismo, ou seja, ele “procura retratar todo tipo de experiência humana e não só as que se prestam a determinada perspectiva literária: seu realismo não está na espécie de vida apresentada, e sim na maneira como a apresenta”. O autor então detalha elementos representativos do gênero, os quais, aqui, nós apresentaremos de forma sintetizada: 1) Foco na experiência individual, particular; 2) Enredo mais restrito, nada de temáticas universais; 3) Personagens com nome, sobrenome e personalidades próprias, atingindo um nível de individualização inédito para a época; 4) Especificação temporal, ou seja, as narrativas acompanham a calma das horas do dia, da semana etc.; 5) Destaque espacial, isto é, os cenários, as localidades e as regiões ganham mais detalhes, mais particularidades; e, por fim, 6) Um cuidado do autor em utilizar uma linguagem mais simples, objetiva e com muitas reafirmações a fim de fixar ideias, intenções etc. Cabe destacar que Watt se baseia na literatura inglesa para elencar esses aspectos, pois, segundo ele, foi na Inglaterra que o gênero se desenvolveu de forma mais notável e com certo pioneirismo. Ele também salienta que nem todos os romancistas que surgiram nessa época seguiram tais atributos fielmente e/ou em sua completude. Entretanto, ao realizar uma análise geral, foi possível notar tais particularidades de forma mais latente. WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 9-36.

sexual. Certos assuntos tornaram muitas obras famosas e foram fartamente explorados. Houve livros que investiram em figuras políticas de renome como protagonistas de suas histórias, a exemplo de *Cartas pornográficas de d. Pedro I* e *Cartas de Napoleão à sua querida* etc. Romances que tornaram padres, freiras e representantes da Igreja Católica como pessoas de uma sexualidade insaciável foram um sucesso entre os leitores. Destaque para *Serões do convento* e *Memórias de frei Saturnino*. A figura da mulher adúltera, virgem e/ou devassa também originou várias obras, como *Os prazeres de Rosália*, *A divorciada* e *Clarita*. Às vezes, nem precisava de um tema específico para chamar a atenção de quem estivesse passando em frente a uma livraria, bastava um título impactante para despertar a curiosidade dos leitores, a exemplo de *Amar, gozar, morrer*; *Os prazeres do vício* e *Sensualidade e amor*<sup>55</sup>.

Diante do sucesso e da expressiva circularidade dessas obras no Rio de Janeiro, que, em geral, tratavam-se de importações portuguesas, vários autores brasileiros decidiram investir em tramas locais, passando então a escrever obras naturalistas. Fortemente inspirados nas teorias científicas que chegavam à Capital Federal, os autores do naturalismo produziram histórias com base no cientificismo e materialismo, advogando a ideia de que a natureza é moralmente neutra. Eles se comprometiam “em revelar facetas escabrosas da realidade social”, selecionando “tipos psicológicos ‘autênticos’, fatos escandalosos e ações ditas degeneradas para darem ensejo às suas análises romanceadas quase sempre portadoras de finais trágicos e catastróficos”<sup>56</sup>. Vale assinalar que apesar dos temas, muitas vezes impactantes, os autores procuraram dar um tom científico a essas obras a fim de fugir da classificação pornográfica. Entretanto, “no Brasil e na Europa, a ficção naturalista era rotineiramente confundida com pornografia. Ela era anunciada, vendida e lida como histórias realistas sobre sexo. Para leitores e livreiros, a ficção naturalista era uma bem-vinda adição ao repertório da ‘leitura alegre’”<sup>57</sup>.

O sucesso dos “romances para homens” motivou os livreiros a não fazerem somente anúncios via vitrine de livraria ou chamados orais pelas ruas cariocas. Utilizaram-se da influência crescente da imprensa para massificar os anúncios dessas obras. Estes, por um tempo, localizaram-se discretamente nos cantos das páginas, porém se tornaram cada vez mais notáveis e destacados dado o êxito que esses livros passaram a ter.

---

<sup>55</sup> Esses e vários outros títulos foram mencionados pela EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 191-192.

<sup>56</sup> **Idem**, p. 248.

<sup>57</sup> MENDES, Leandro. **Op. Cit.**, p. 313

**LEITURA PARA HOMENS**

A venda neste escriptorio pelos preços marcados,  
pelo correio mais 500 rs.

Julia, confidencias de uma mulher do espirito a um de seus amantes, 1 vol. com 6 estampas.....	2150 0
Neto do Flaubas, obro posthuma, de F. X. de Novaes, 3 vols.....	75000
Poesias eroticas, burlescas e satyricas, de M. M. Barbos du Bocage, 1 vol. com estampas, enc.....	65000
Flores de Nabo, 1 vol. com estampas.....	35000
Serões do Convento, 1ª parte, 1 vol. enc. com estampas.....	65000
Serões do convento, 2ª parte, 1 vol. enc.....	65000
Memorias de Frei Saturnino, 1 vol. enc., com estampas.....	65000
Vão da Innocencia no Auge da Prostituição, ou memorias de Miss Fanny, 1 vol. enc., com est.....	55000
Thereza Philosopha, 1 vol. com 20 est.....	65000
Album da Rapaziada, 1 vol.....	35000
Confessionario, ou o proveito dos Frades, 1 vol. com est.....	25000
Cherubini, ou os filhos da pais incognitos, 1 vol. com grav.....	55000
Elvira, ou os tormentos da felicidade, 1 vol. com est.....	25000
Mystérios do confesionario, 1 vol. com est.....	25000
Carlos (romance para homens), 1 vol.....	35000
Memorias de uma insaciavel, 1 vol.....	25000
Amar, Gozar e Morrer, 1 vol. com est.....	45000
Princeza, mulher feliz ou a mulher de cem mil gostos, 1 vol.....	35000
Obras poeticas de Laurindo Rebello (eroticas) 1 vol.....	35000
Margarida, a Palmilhadeira, 1 vol. com est.....	35000

**19, RUA NOVA DO OUVIDOR, 19**

Os pedidos do interior devem vir dirigidos á redacção d' *O Rio Nu*  
e mais 500 rs. para o porta.

Figura 1: Leitura para Homens

Fonte: *O Rio Nu*, 26/08/1899

O sucesso do gênero era inegável. Com a alvorada do novo século não somente as obras francesas faziam sucesso, autores portugueses e brasileiros emplacaram livros de grande venda e forte discussão. Mesmo não podendo contar com um público feminino frequente, a crescente população masculina e assalariada do Rio de Janeiro fez com que esse mercado sempre atingisse bons índices de venda<sup>58</sup>. Esse aumento populacional é resultado da chegada, em grande escala, de imigrantes, em especial portugueses, que desembarcavam em nossas terras diariamente à procura de trabalho, e de uma melhor qualidade de vida, mas também com interesse de conhecer a cidade por completo, vivenciando relações amorosas, frequentando espaços de prazer, participando de discussões sociais e, também, realizando leituras de toda sorte, inclusive a de “romances para homens”.

Salientamos que, apesar do sucesso, existiram autores que tentaram, mas não lograram êxito, pois suas histórias não cativavam o público. Não bastava somente amontoar incontáveis cenas de sexo e esperar que o leitor aceitasse de bom grado, afinal, ele sabia distinguir as narrativas mais sutis daquelas que apresentavam inúmeras cenas de relações sexuais relatadas

<sup>58</sup> O censo de 1890 apontou que no Rio de Janeiro havia 293.657 homens, enquanto a presença de mulheres ficou na marca de 228.994. Isso representava, respectivamente, 56% e 44% da população total. A situação permaneceu a mesma na primeira década do século XX, tanto que em 1906 a pesquisa registrou uma população masculina de 463.453 pessoas, enquanto a feminina marcou 347.990, logo, isso representava, respectivamente, 57% e 43% da população. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p. 44-45.

minuciosamente. Somente de acordo com as suas preferências, o consumidor levaria uma ou outra para casa.

O êxito de um “romance para homem” se dava também caso a obra estivesse ligada à capacidade de estabelecer uma narrativa que dialogasse com preocupações, desejos e conflitos daquela época<sup>59</sup>. O estímulo de editores e a intenção de autores brasileiros em produzir tramas que encontrassem respaldo na realidade do País dos Novecentos foram muito acertados, isso chamava a atenção do público. Caracterizados por quebrar toda e qualquer regra social e moral, os “romances para homens” ganharam um novo folego no Brasil devido a narrativas afins à população da época. Essa afinidade com o povo, essa percepção em saber o que agradava e dava prazer à população masculina do início do século XX, levou as bases dos “romances para homens” para outros ambientes.

### **1.1.2 Imprensa de gênero alegre: quando a pornografia adentrou às redações**

Presente em inúmeros setores, tais como a arte e a ciência, a pornografia conquistou um espaço relevante na imprensa. Inspirados e influenciados pelo sucesso das “leituras para homens”, a imprensa brasileira se apropriou de elementos pornográficos para desenvolver um filão só seu a partir do final do século XIX e início do XX, enquanto ela própria passava por modificações significativas.

Essas mudanças ocorreram também em meio a uma sucessão de fatos históricos, tais como a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), que inseriram o Brasil no mundo civilizado, no qual o progresso, a ordem e a modernidade eram valores essenciais. O golpe de 15 de novembro representou para muitos “o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’”<sup>60</sup>. Havia um desejo por parte do Estado brasileiro em levar o país a padrões nunca vistos antes. Era preciso reformar para poder avançar, e o cenário escolhido para isso foi o Rio de Janeiro. Capital federal, a cidade ainda mantinha aspectos coloniais, logo, era preciso transformá-la e elevá-la à posição de cartão postal da República e símbolo de seu poder e de sua pompa. Para isso, a ideia do presidente Rodrigues Alves foi reformular os maiores problemas da região: o porto, o saneamento básico e a própria cidade – ou ao menos a sua área central. Para isso, convocou, respectivamente, o engenheiro Lauro

---

<sup>59</sup> EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 270.

<sup>60</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, 2009, p. 18.

Müller, o médico sanitaria Oswaldo Cruz e o urbanista e então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

Aos olhos do Estado, o progresso aconteceria plenamente e a República teria um conjunto simbólico do qual se orgulhar. Porém, na visão da população, este valor e este regime eram enxergados de formas diferentes. Enquanto para a elite (e setores intermediários) a República representava a liberdade, a ciência, a democracia e a civilização, para os mais pobres e excluídos não havia lugar que os coubessem. Estes não se reconheciam no governo republicano, na política como um todo, e mantinham a monarquia em seu imaginário popular. “Já era visível o que Lima Barreto distinguia entre ‘cidade europeia e indígena’, e, mais tarde, o jornalista Zuenir Ventura chamaria de ‘Cidade Partida’”.<sup>61</sup> Os ideários republicanos não haviam se consolidado, “não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio [...]”<sup>62</sup>.

Coube então à imprensa ser o espaço de ligação entre o Estado republicano e a sociedade como um todo. Era importante unificar o discurso dominante, tornando-o legível para os variados grupos sociais. Como mencionado, na *Belle Époque*, cenário em que nossa pesquisa se insere, a imprensa passou por alterações significativas. Além dos elementos citados no tocante aos livros e que servem também para esse contexto, o barateamento das impressões – devido ao avanço do maquinário – e aumento do público consumidor – haja vista que a cidade do Rio de Janeiro possuía a menor taxa de analfabetismo do Brasil<sup>63</sup> –, a imprensa adquiriu um caráter mais empresarial.

No tocante a essa mudança, estudiosos da imprensa vislumbram razões diferentes que expliquem essa transformação. Para muitos, o caráter econômico foi decisivo para determinar a mudança no modo de fazer imprensa. Nas análises de Nelson Werneck Sodré, “o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena,

---

<sup>61</sup> DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: República – Memórias (1889-1950). Vol. 3. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 151.

<sup>62</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 141.

<sup>63</sup> Segundo Alessandra El Far: “O índice de analfabetismo no Rio de Janeiro, naquele final de século [o XIX], era o mais baixo do país. Enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal eram de 522 mil habitantes, um número que praticamente havia dobrado em relação ao recenseamento de 1872 desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. [...] Em 1906, havia na cidade 811 443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil.” In: EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 12-13.

mas com estrutura comercial inequívoca”<sup>64</sup> e essa mudança só foi possível, pois esteve “naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão da burguesia, ao avanço das relações capitalistas”<sup>65</sup>. Essa ascensão, dando-se em um contexto de lento desenvolvimento capitalista, forçou a imprensa a “acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”<sup>66</sup>. Dessa forma,

[...] as forças que dominavam a imprensa do tempo eram o Estado e o capital comercial; os jornais eram empresas capitalistas, isoladamente considerados, mas inseridos no conjunto em que predominavam o Estado e o capital comercial, correspondendo aquele principalmente às forças pré-capitalistas ainda majoritárias no país.<sup>67</sup>

Contudo, há quem discorde dessa perspectiva dando principal ênfase a outros fatores, porém sem ignorar a importância econômica daquela época. De acordo com os estudos de Lavina Ribeiro, a perspectiva de Sodré inviabiliza a “compreensão do lugar e intervenção sociais próprios da imprensa”, empobrece a “dimensão do espaço público político alimentado pela imprensa” e impede de nos atentarmos para as “condições concretas de sociabilidade criadas pela expansão e complexificação da urbanidade contemporânea ao século XX [...]”<sup>68</sup>.

Para a historiadora, dois fenômenos possibilitaram as mudanças na imprensa no início do século XX e não estão essencialmente ligados a perspectivas econômicas: “a separação entre opinião e informação e a ampliação formal e temática da discursividade jornalística no campo das suas intersecções incorporativas com as esferas literária, científica e artística”<sup>69</sup>. No tocante ao primeiro, alguns elementos facultaram tal separação, a exemplo de uma “maior desinstrumentalização da imprensa como recurso alternativo à tribuna” e “o desenvolvimento de padrões opinativos fundados por um lado, em autolegitimações com base em critérios de representatividade autorizada, popular e imparcial [...] e, por outro, nos critérios liberais da livre manifestação”<sup>70</sup>. No que concerne ao segundo fenômeno, podemos pensar que a partir das últimas três décadas do século XIX a imprensa já passou a diversificar o seu acervo temático, muito influenciada pelo “dinamismo imposto pelas inovações estruturais no modo de vida

<sup>64</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 275.

<sup>65</sup> **Idem**, p. 275.

<sup>66</sup> **Idem**, p. 276.

<sup>67</sup> **Idem**, p. 278-279.

<sup>68</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808-1964**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004, p. 135.

<sup>69</sup> **Idem**, p. 135.

<sup>70</sup> **Idem**, p. 136.

urbano [que] corresponderam uma expansão qualitativa das formas de diálogo no espaço público intersubjetivamente promovido pela imprensa”<sup>71</sup>. Nesse sentido, “o jornalismo cultural procurou, de certa forma, tematizar experiências até então não atingidas pela discursividade pública política”<sup>72</sup>. Esse alargamento temático se deu, dentre outras razões, pelo surgimento do romance, em especial, as suas características principais, que foram absorvidas pela Imprensa.

Como já explicado anteriormente, o romance foi criado na Europa durante o século XVIII. Porém só chegou ao Brasil na centúria seguinte e, assim como no velho mundo, teve vários dos seus elementos abraçados pelos jornais, principalmente, o realismo formal do gênero que permitia “uma imitação mais imediata da experiência individual situada no contexto temporal e espacial”<sup>73</sup>. Há de se destacar que a própria existência do romance e essas mudanças na imprensa fizeram parte de algo ainda muito maior: o individualismo, que rejeitava as perspectivas universais e estava em voga desde o Iluminismo. Como bem detalha Ribeiro, o individualismo estava voltado “para uma extrema valorização da particularidade da experiência singular, intransferível, que levava a um estado de não-identidade, isolamento e auto sacrifício”<sup>74</sup>. Características como essas foram abraçadas pela imprensa, que estava se modernizando.

Para além do que motivou a transformação no caráter da imprensa brasileira, destaquemos a evolução desta dos fins dos Oitocentos até a primeira década dos Novecentos: ocorreu uma mudança no padrão editorial das publicações, isto é, os textos deixam de ser mais opinativos e passam a buscar um caráter mais informativo, isento, verídico e permeado por fatos.

No final do século XIX, os jornais referendam sistematicamente a missão do jornalismo e o sacerdócio dos jornalistas, cuja tarefa principal é fiscalizar os poderes públicos, denunciar e, sobretudo, instituir a voz dos fracos e oprimidos. [...] Ao mesmo tempo, ao valorizarem no seu conteúdo o excepcional, o extraordinário, o ineditismo, veiculados sempre como imparcialidade e verdade, constroem, também, a memória de seu lugar na sociedade e da própria sociedade sob ótica singular. [...] O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças à sua popularidade. O jornal é também a própria verdade, porque impresso transforma-se em documento, o que, *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas com a verdade absoluta.<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> **Idem**, p. 172.

<sup>72</sup> **Idem**, p. 172.

<sup>73</sup> WATT, Ian. **Op. Cit.**, p. 35.

<sup>74</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. **Op. Cit.**, p. 168.

<sup>75</sup> BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130-131. Grifos originais.

Assinalamos que essa metamorfose não foi automática e instantânea. Apesar da existência e influência das empresas jornalísticas, inúmeros periódicos de pequeno e médio porte continuaram a existir. Na realidade, a imprensa nos primeiros anos da República não se diferenciou muito daquilo que estava sendo produzido. Em suas memórias, Luís Edmundo lançou luz sobre a imprensa do início do século XX:

O jornal na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobre casaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas, rigorosamente vazio de opinião [...] Paginação sem movimento ou graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga clichêria. Desconhecimento das *manchettes* e de outros processos jornalísticos, que já são, entanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa. Tempo do soneto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha...<sup>76</sup>

Com o desenrolar dos anos é que os jornais foram se modificando mais e mais, junto, é claro, com outras transformações, como:

- O desenvolvimento de um sistema de transporte mais eficiente que possibilitou não só uma rápida distribuição dos periódicos na Capital Federal, como aperfeiçoou e ajudou a regularizar os serviços dos Correios, permitindo a entrega regular das assinaturas – estratégia de venda que cresceu exponencialmente no setor;
- A profissionalização da equipe que produzia os jornais<sup>77</sup>;

<sup>76</sup> EDMUNDO, Luís. **Op. Cit.** p. 553-554.

<sup>77</sup> Essa é a época que surge o jornalista, ao menos como uma identidade/profissão. Ele é uma figura influente e com prestígio social. Além disso, representa uma busca pelo crescimento pessoal, haja vista que “ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, ‘cavar’ um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia. Se, para os repórteres o caminho é participar da burocracia estatal, também como forma de complementar seus rendimentos, para os dirigentes e profissionais mais importantes, o lugar natural é a política.” BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p. 141. Além disso, é nesse momento que os funcionários dos impressos passam a ser devidamente remunerados. “Os jornais introduziram tabelas fixas para salários, contemplando com valores substanciosos nome de expressão no panorama político e literário. [...] Secretário ou redatores recebiam os maiores salários, seguidos de redatores, repórteres e colaboradores avulsos”. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 40. (Coleção Paradidáticos; Série Sociedade, Espaço e Tempo)

- A compartimentalização e a hierarquização das redações<sup>78</sup>, com dirigentes<sup>79</sup>, secretários, redatores, repórteres<sup>80</sup> e colaboradores;
- O advento de maquinários cada vez mais modernos que possibilitaram um volume e uma velocidade maior de impressão<sup>81</sup>;
- Os novos formatos que conquistam o público, a exemplo dos almanaques e das revistas ilustradas;
- Uma crescente diversidade de conteúdos nos periódicos.

Muitos desses impressos caracterizavam-se como noticioso, literário, comercial e/ou humorístico, por exemplo, porém o seu conteúdo não se limitava a isso. A publicação de folhetins, resultados da loteria ou jogo do bicho, indicações esportivas, crônicas, contos, telegramas e/ou notícias do exterior, são alguns dos vários elementos que passaram a compor os jornais nos fins do século XIX. Com isso, a partir da alvorada da nova centúria, ocorreu uma ampliação temática entre os periódicos, “ao lado das edições dos jornais diários, proliferam

---

<sup>78</sup> “Nas redações, existem três grupos claramente distintos: os jovens estudantes que ocupam cargos subalternos na hierarquia das empresas, sendo inicialmente revisores, repórteres policiais e, em seguida, repórteres especializados; o secretário, subsecretário e redatores; e os colaboradores.” Dentro da própria redação havia o interesse, por parte de muitos funcionários, em crescer na carreira, ou seja, “galgar postos na hierarquia das empresas: de repórter policial, passa-se a repórter especializado junto aos diversos organismos, a repórter comercial, a repórter mundano e, finalmente, a cronista ou a editorialista. Tornar-se responsável por uma das colunas fixas é a grande aspiração dos jovens jornalistas, e ser editorialista é um posto cobiçado por muitos escritores, pois representa a ponte necessária para o início a carreira política”. BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p. 155-163.

<sup>79</sup> Segundo Marialva Barbosa, os dirigentes eram “oriundos de famílias abastadas, ligadas aos grupos agrários dominantes no cenário do Império ou filhos de pais advogados, engenheiros e médicos, ocupando altos cargos na burocracia estatal, esses homens, que idealizarão as principais reformas nos jornais mais importantes no início da República, são, em sua quase totalidade, também advogados de formação. Essa formação escolar, aliás, é a mais comum entre os jornalistas.” E o fato de muitos serem bacharéis, representava para eles um lugar de prestígio entre os profissionais da redação: “o jornalismo se apresenta para o estudante de Direito como espécie de lugar natural para o exercício da prática profissional, uma vez que é cada vez mais identificado com imparcialidade e neutralidade. A associação da atividade a uma função claramente política produz ainda mais essa aproximação. Tal como o detentor do poder de fixar normas e leis, o jornalista-advogado possui a inegável missão – também restrita aos eleitos – de disseminar noções e valores e privilegiar informações.” **Idem**, p. 144-150.

<sup>80</sup> Informa-nos Marialva Barbosa: “[...] a reportagem local ganha cada vez mais destaque. O sensacional, as catástrofes cotidianas e a notícia inédita despertam o interesse do público e fazem aumentar a importância do trabalho do repórter. [...] Algumas vezes, vale-se de expedientes não muito éticos para conseguir a reportagem inédita e sensacional. [...] O repórter passa a ser o elemento principal para a composição da notícia. Dele se espera ‘o furo de reportagem’, a informação sensacional, todos os detalhes do fato.” Cf.: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 38-39.

<sup>81</sup> Do ponto de vista técnico, o avanço impressionou, e possibilitou não só uma maior velocidade na impressão, como um aumento na quantidade de material impresso. As Marinonis eram o que havia de mais moderno em termos de rotativas no início do século XX. Apesar do *Gazeta de Notícias* já possuir uma desde 1880, foi com a nova centúria que ela se difundiu entre os periódicos. A inserção das linotipos não só acelerou o processo de composição dos textos, como ampliou o número de páginas e trouxe profundas alterações também no cotidiano profissional dos antigos tipógrafos, que foram gradativamente substituídos pelo novo profissional gráfico: o linotipista. Além disso, a introdução da cor nos impressos possibilitou uma maior exploração criativa por parte dos redatores, que investiram em ilustrações e fotografias bem mais bonitas e bem mais refinadas. Para mais detalhes: BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p. 123-130.

revistas mundanas, periódicos críticos e literários, impressos que falam exclusivamente do mundo do trabalho, entre centenas de publicações”<sup>82</sup>. Dentre essas temáticas, a obscenidade também ganhou espaço. Fortemente difundida nos “romances para homens”, a pornografia se popularizou a tal ponto que passou a ser utilizada pela imprensa e nela deu origem a um novo nicho, a imprensa de “gênero alegre”.

De acordo com Cristina Schettini Pereira, a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, está ligada à despreensão<sup>83</sup>. Ressaltamos que a nomenclatura não era uma novidade na época, nem era exclusiva da imprensa, pois existiam livros caracterizados como “leituras do gênero alegre”, porém, essa foi a terminologia escolhida para caracterizar esta imprensa ao mesmo tempo maliciosa e humorística. Uma das primeiras publicações a assumir esse rótulo foi a revista brasileira *Sans Dessous*, título este associado à vida noturna, à introdução de diversões francesas e à prostituição. Em seu número inaugural, a revista publicou a foto de uma prostituta francesa com a legenda: “a iniciadora do gênero alegre no Brasil – uma justa e respeitosa homenagem de Sans Dessous”.<sup>84</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, outra nomenclatura possível era “imprensa fescenina”, ou seja, publicações cômico-obscenas constituídas como “uma imitação dos jornais e revistas congêneres de Paris e surgiram, ao que tudo indica, como uma ampliação das seções cômicas e das caricaturas dos diários, muito apreciadas pelo grande público”<sup>85</sup>, e quase todas se caracterizavam:

[...] pelo uso de uma linguagem dúbia, maliciosa, em que o elemento obsceno velado era fruto da exploração da polissemia dos vocábulos, dos jogos de palavras e dos trocadilhos. Invariavelmente traziam na apresentação uma grande charge, quase sempre de fundo erótico, que tomava toda a primeira página. [...] A matéria interior se distribuía entre pequenas narrativas e versos de motivos libertinos, comentários de fundo crítico-humorístico, capítulos de

---

<sup>82</sup> **Idem**, p. 118. Ilka Cohen também faz uma apresentação sintética, porém muito útil, sobre as várias temáticas que compuseram a imprensa dos novecentos. Entre os temas estão as revistas ilustradas, as humorísticas, os jornais comunistas e os anarquistas. COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>83</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 29.

<sup>84</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Márcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 317, nota 3.

<sup>85</sup> PRETI, Dino. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no dicionário moderno de Bock, de 1903**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p. 12

folhetins, piadas, charadas, mexericos, palpites para o jogo de bicho, notícias teatrais e de bastidores, propaganda.<sup>86</sup>

Foi a esse tipo de imprensa que *O Rio Nu* (1898-1916) pertenceu, assim como tantos outros impressos criados depois dele: *O Nu* (1901), *O Coió* (1901-1904), *O Tagarela* (1902-1904), *O Gavroche* (1902), *Está Bom Deixa* (1903), *Fiau!* (1903), *O Pau* (1905), *Século XX*, *O Mês*, *Os Tomates*, *A banana*, *O Nabo* e *O Empata* (todos em 1906), *Tam-Tam* (1907), *O Diabo* (1907), *O Degas* (1908-1909)<sup>87</sup> e tantos outros.

Salientamos que além de possuir inspiração nos “romances para homens”, esta imprensa só se desenvolveu porque foi produzida em meio à boemia carioca, caracterizada pelo humor e pela maledicência expressos em textos. Ou seja, este contexto estimulou diversos intelectuais<sup>88</sup> a não só escreverem para os jornais mencionados, como, às vezes, a criarem o seu próprio periódico. Era um momento de clara expansão de um movimento modernista, isto é, de uma “cultura do modernismo”, existente a partir das últimas décadas do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial, que encontrou espaço no Brasil com os boêmios. Estes, por meio de escritos satíricos e das caricaturas, procuraram mostrar as mudanças em curso no país. “Esse grupo era composto por cronistas como Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes e José do Patrocínio Filho, incluindo também os caricaturistas de maior projeção do momento como Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos”<sup>89</sup>. Foram eles, e tantos outros intelectuais, que trabalharam para pôr em prática a tal união entre Estado e sociedade, que o progresso, em vez de homogeneizar, acabava afastando.

Cabe ressaltar: o tal modernismo referido acima foi “um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço”<sup>90</sup>. Nesse sentido, foi um modernismo pensado “a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da

---

<sup>86</sup> **Idem**, p. 13.

<sup>87</sup> **Idem**, p. 13.

<sup>88</sup> Entendemos a noção de *intelectuais* à luz do que explicou Jean-François Sirinelli. O autor destaca o caráter polissêmico e polimorfo do termo, o que dificulta especificações mais rígidas da palavra, e afirma que “é preciso defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes”. Daí, a partir dessa proposta, ele determina duas acepções de intelectuais, que não são autônomas uma da outra: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, como jornalistas, professores e escritores, por exemplo; e uma outra definição baseada na noção de engajamento, isto é, como a pessoa atua, intervém, testemunha ou conscientiza nos assuntos de sua cidade, por exemplo. Nesse sentido, nós identificamos estes autores – assim como aqueles que atuaram diretamente na redação d’*O Rio Nu* – como intelectuais, como atores do político, ou seja, intervindo na sociedade por meio dos seus escritos e criando uma rede de sociabilidade intelectual que atuava, em sua maioria, nos mesmos espaços: os jornais e as revistas. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Op. Cit.**, p. 231-269.

<sup>89</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **Op. Cit.**, p. 344.

<sup>90</sup> **Idem**, p. 338.

pluralidade”. Logo, foi diferente da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, lugar-comum quando se fala em instauração do moderno no Brasil, pois já existia no país um movimento modernista, localizado no Rio de Janeiro e composto por inúmeros intelectuais, e, para além disso, já havia “sinais de modernidade” em várias cidades e capitais brasileiras desde, pelo menos, a virada do século XIX<sup>91</sup>. Dos intelectuais mencionados, muitos são conhecidos até hoje, a exemplo de Silvio Romero e João Ribeiro, que compunham a chamada “geração de 1870” preocupada, entre outras coisas, em definir uma nacionalidade para o Brasil.

Uma das diferenças entre os movimentos é que o do Rio de Janeiro não sistematizou as suas produções em um só projeto como a Semana de 1922. Explicando: os boêmios, que fizeram parte desse momento histórico e tinham a linguagem humorística como instrumento de comunicação<sup>92</sup>, recusavam “a ideia de um movimento literário organizado associando-a à vida oficial e burocrática”, pois “no imaginário desses intelectuais a ideia de projeto é constantemente associada à sua institucionalização, o que acarretaria perda de originalidade e, sobretudo, comprometimento”. Dessa forma, era preciso enfatizar a marginalidade que eles atribuíam à categoria, pois isso era o que constituía a “sua própria identidade intelectual.”<sup>93</sup> Muitos destes boêmios fizeram parte d’*O Rio Nu*, como veremos adiante.

De acordo com Dino Preti, o desaparecimento dessa imprensa deu-se devido à “exaustão dos motivos eróticos, sempre repetidos, e a um conjunto de circunstâncias históricas e econômicas que acentuaram a concorrência com a grande imprensa”. Paralelamente, neste momento ocorreu o fim da geração dos boêmios, devido às modificações que estavam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro. A abertura da Avenida Central dispersou a vida social e proliferaram confeitarias e bares – locais onde se reuniam intelectuais de toda sorte – para além do centro da Capital Federal e foi, possivelmente, “uma das principais causas da decadência das rodas boemias e do espírito lúdico que as caracterizava e, indiretamente, quem sabe, da “imprensa fescenina”<sup>94</sup>.

Talvez um dos poucos remanescentes desse tempo, levando em consideração que tanto a boemia quando os boêmios “deixam de existir” na primeira década dos Novecentos, é, de fato, a nossa fonte, *O Rio Nu*. Como veremos a seguir, ele só encerrou as suas atividades em 1916,

---

<sup>91</sup> VELLOSO, Mônica. A modernidade carioca na sua vertente humorística. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, 269.

<sup>92</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **Op. Cit.**, 2018, p. 344.

<sup>93</sup> VELLOSO, Mônica. **Op. Cit.**, 1995, p. 274-275.

<sup>94</sup> PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 14-15.

quando o mundo já estava em guerra, o humor e a obscenidade pareciam não mais encantar o povo e a ordem sociopolítica e cultural estava inevitavelmente se transformando.

## 1.2 “Fazer rir sem ofender a moral”: uma história do jornal *O Rio Nu*

### 1.2.1 A Origem

Como narramos no início do capítulo, *O Rio Nu* surgiu depois que os amigos Heitor Quintanilha, Vaz Simão e Gil Moreno<sup>95</sup> presenciaram um escândalo no teatro Lucinda<sup>96</sup> envolvendo a namorada e a amante de um figurão importante da Capital Federal e foram impedidos de publicar o ocorrido. A censura os motivou a lançar um impresso no qual temas como este não seriam convenientemente ignorados. Por mais interessante ou engraçada que a narrativa possa parecer, é ela que explica a origem do mais importante jornal da imprensa de “gênero alegre” a circular pelo País a partir do dia 13 de maio de 1898<sup>97</sup>.

<sup>95</sup> Como mencionamos na introdução, de acordo com o *Jornal do Brasil* o nome dos três donos d’o *Rio Nu* eram pseudônimos de jornalistas influentes. Cf.: **Jornal do Brasil**, ed. 126, 06/05/1898, p. 2.

<sup>96</sup> Localizado na Rua do Espírito Santo, nº 24 (atual D. Pedro I), o Teatro Lucinda foi criado pelo ator, autor, empresário e comendador Luiz Cândido Furtado Coelho, que decidiu homenagear a esposa, a atriz lisboeta Lucinda Simões. O local foi inaugurado em junho de 1880 com o espetáculo *O casamento de Olímpia*. O histórico do estabelecimento é de inúmeros fechamentos e reaberturas e de algumas mudanças de nomes. De acordo com José da Silva Dias, ele reabriu em 1882 com o nome de Novidades. Em 1884, Lucinda Simões e seu marido reassumiram o teatro e mudaram-lhe o nome para Teatro Lucinda. Em outubro de 1887, após uma reforma realizada a mando de Furtado Coelho, ele foi reaberto ao público com o nome de Éden Concerto. Nas palavras de Dias, “em 9 de fevereiro de 1888 foi inaugurada a luz elétrica no teatro, pelo sistema Julien, movido por um pequeno gerador a vapor, por ocasião da estreia da opereta *O capelinho vermelho*, de Blum e Touché, musicada por Gastão Serpette. Durante muito tempo o Teatro Lucinda permaneceu fechado, sendo reaberto em julho de 1889 para receber uma companhia francesa de operetas. [...] Desde 1887, sucessivas Companhias detiveram a responsabilidade dos destinos do Teatro Lucinda.” O Teatro Lucinda fechou em janeiro de 1909 e foi “arrendado à firma Hime & Liz, que possuía no prédio contíguo uma fábrica de ferros de engomar”. Cf.: DIAS, José da Silva. **Teatros do Rio: do Século XVIII ao Século XX**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2012, p. 164-166. Esta versão é a historicamente documentada. Contudo, *O Rio Nu* também deu a sua contribuição. Os redatores do jornal, em um almanaque ilustrado publicado em 1903, fizeram um breve resumo histórico sobre o estabelecimento. Segundo eles, o local “foi construído por Coquelin Ainé em 1721 e está colocado provisoriamente na rua do Espírito Santo por baixo do armazém do Ribeiro. É campestre e serve para *pic-nics* familiares ou não. Lucinda e Furtado Coelho aí aprenderam a regra de divisão de corpos heterogêneos, e a prova de duas unidades saírem de uma. Neste teatro trabalharam a grande Ivette e o celebre Sully. Possui 6842 cadeiras bichadas e 964 lugares nas galerias desertas. Tem servido diversas vezes de quartel, onde se fazem exercício de fogo. Pertence atualmente ao Schah da Persia que deseja vende-lo. Está agora alugado à Companhia de Carris Urbanos”. Ver: **Almanak humorístico....** Rio de Janeiro: Oficinas do “Rio Nu”, 1903, p. 24.

<sup>97</sup> A historiadora Alessandra Senna Ferreira afirma que *O Rio Nu* copiou inúmeros elementos da revista francesa *La Vie Parisienne*, que surgiu em 1863 e se tornou muito popular no início do século XX. Esta publicação também tinha um caráter erótico e dava-se a isso o seu sucesso. Não fomos em busca de mais detalhes para saber se, de fato, existiu essa relação ou até mesmo a inspiração, contudo, fica o registro e quem sabe o estímulo para pesquisas futuras. FERREIRA, Alessandra Senna. Sexualidade à brasileira: as imagens eróticas no jornal *O Rio Nu* - 1900-1916. In: REBLIN, Iuri Andréas; RODRIGUES, Márcio dos Santos. **Arte sequencial em Perspectiva Multidisciplinar**. Minas Gerais: Aspás, 2015. p. 119.

A data escolhida para inaugurar a publicação do periódico não nos parece obra do acaso, apesar do próprio semanário ter apontado isso. No mesmo dia em que a primeira edição do jornal foi divulgada, o país celebrava dez anos da promulgação da Lei Áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil. Segundo o próprio *Rio Nu*:

O que, porém, os coloca ao lado um do outro, nos fastos da história pátria é, além da coincidência da data, o fato de haverem ambos feito estremecer de júbilo o Brasil inteiro: a Lei Aurea pondo termo ao suplicio de uma raça escravizada havia séculos; o *Rio Nu* levando o riso aos lábios dos tristes, o lenitivo aos fígados engorgitados, o entusiasmo aos velhos... desentusiasmados.<sup>98</sup>

Como se pode ver, o jornal colocava-se no mesmo patamar que a abolição da escravidão, pois ambos, segundo os redatores, “estremeceram” a sociedade brasileira. Portanto, na nossa perspectiva, a escolha da data da primeira edição não indica uma mera coincidência. A intenção dos redatores foi ratificar uma imagem subversiva e aquém das desigualdades sociais, ou seja, teve fins simbólicos: assim como o ato da Princesa Isabel libertou os escravos, *O Rio Nu*, a partir daquele dia, libertaria inúmeros leitores moralmente<sup>99</sup>. Dez anos depois do fim da escravidão, surgia no Brasil um periódico com o intuito de trazer alegria aos letrados após uma década de turbulências<sup>100</sup> e para impulsionar valores recém-chegados e de importante utilidade na criação de uma sociedade moderna, afinada ao novo regime, a República<sup>101</sup>.

Entretanto, em uma análise mais cuidadosa, é perceptível um discurso muito mais teórico do que prático, visto que o impresso agia de forma paradoxal, ora rompendo com a moral vigente, ora ratificando hierarquias sociais. Nos capítulos seguintes, iremos explorar melhor tal perspectiva. Na segunda parte desta pesquisa, vamos lançar luz às consequências que a nossa

<sup>98</sup> “Treze de Maio”. In: **O Rio Nu**, ed. 611, 13/05/1904, p. 2.

<sup>99</sup> Esta mesma percepção tem a historiadora Natália Batista Peçanha em sua dissertação. Ver: PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”**: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História (PPHR), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013, p. 25.

<sup>100</sup> Não podemos nos esquecer que já em 1889 o Brasil, por meio de um golpe, aderiu a um novo regime de governo, a República, e nos primeiros anos desse novo sistema o país viveu momentos atribulados e caóticos. De 1889 a 1894 vivemos o período da “República da Espada” em que o país foi governado por marechais e durante esse período tivemos uma crise econômica devido à política do Encilhamento. Ocorreu a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, em 1893. Entre 1896 e 1897 ocorreu a Guerra de Canudos, no sertão baiano, sob a liderança de Antônio Conselheiro. Somente a partir de 1898, com Campos Salles no poder, é que as coisas começam a entrar nos eixos. Sobre esses e tantos outros fatos ocorridos nessa década recomendamos, entre várias obras, FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **Op. Cit.**, e SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Coleção: História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 3)

<sup>101</sup> Os valores que passam a prevalecer nessa época são os de progresso e civilização. É o momento da chamada *Belle Époque*, explicada anteriormente.

fonte arcou enquanto esteve na posição de transgressor social. Já na terceira, evidenciaremos o periódico como perpetuador de concepções e hierarquias sociais.

O nome do jornal também não foi uma escolha aleatória. Os redatores inspiraram-se em uma peça do teatro de revista chamada *Rio Nu*, criada por Moreira Sampaio e exibida pela primeira vez no Recreio Dramático em 1896. Segundo informações da *Gazeta de Notícias*, “a revista foi escrita com muito cuidado, tem cenas interessantíssimas e é servida por uma música delicada”. Para eles, além do elenco, destacava-se o trabalho cenográfico que era “de primeira ordem e nele colaboram muitos dos nossos primeiros artistas”. Além disso, frisaram que não havia saído barato produzi-la: “a peça está montada de um modo deslumbrante e sabemos que o seu custo passa de quarenta contos”<sup>102</sup>. O sucesso da peça garantiu a ela certa longevidade, tendo sido atualizada e remontada várias vezes anos depois. Em 1903, o jornal *O Malho* comunicava:

No Lucinda, ainda e sempre o *Rio Nu*, – nu, de verdade e de tudo: de cenários, de rouparias, de acessórios, de vozes e de artistas. Uma moxinifada, que visto a seminudez com que corajosamente se apresentam ao público e à polícia as Sras. Pepa Ruiz e Cecília Porto, melhor seria chamar-se em vez de *Rio Nu* – as *Nuas do Rio*. Uma *escandala*, meus camaradas!<sup>103</sup>

Certamente, Quintanilha, Moreno e Simão tomaram para si não somente o nome, como também a ousadia da peça para o jornal recém-lançado. Não nos esqueçamos, como dissemos anteriormente, de que dois deles trabalhavam fazendo crítica teatral, então é muito plausível que a escolha do nome do periódico tenha vindo do teatro de revista.

Tal ousadia possuída pelo *O Rio Nu* tinha inspiração tanto nos “romances para homens”, apresentados e discutidos na seção anterior, como no próprio contexto em que foi publicado. A *Belle Époque* foi uma época marcada por um estilo de vida boêmio que influenciou as sociedades de uma forma muito significativa, principalmente nas letras e nos impressos. O tom do texto sempre ambíguo, na linha tênue entre o humorístico e o malicioso, e o uso e abuso de ilustrações contendo críticas políticas e/ou mulheres seminuas são algumas características daquele momento tanto na imprensa como na literatura, por exemplo. No tocante ao humor, cabe ressaltar que o direcionamento geral da época era pelo implícito. Havia uma diferenciação entre bom e mau humor (o “bom riso” e o “mau riso”), que correspondia, em resumo, ao nível de “transparência” que a piada possuía. Nesse sentido, “quando as alusões eram explícitas, esta

<sup>102</sup> “Theatros e...”. In: *Gazeta de Notícias*, ed. 95, 04/04/1896, p. 2.

<sup>103</sup> *O Malho*, ed. 32, 25/04/1903, p.6.

produção cômica ficava relegada aos espaços mais ou menos delimitados do obsceno e do pornográfico”<sup>104</sup>. Por isso, deveria sempre prevalecer uma “*economia* do humor: sugestões implícitas em vez de explícitas, alusão oblíqua em lugar de ataque frontal”.<sup>105</sup>

Apesar de essa ser a postural geral, notaremos no capítulo seguinte que *O Rio Nu* nem sempre seguiu fielmente essa tendência e partiu para ataques *ad hominem* quando sentiu necessidade. Porém, cabe ressaltar que o bissemanário entendia-se como um agente civilizador (discussão que faremos na terceira parte de nossa pesquisa), como também era a intenção do humor naquele momento. Nas palavras de Elias Saliba, “o humor que perdura na *Belle Époque* brasileira será um humor que almeja cultivar a bonomia, que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres, embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade”<sup>106</sup>.

### 1.2.2 Quem fazia *O Rio Nu*

Foram essas e tantas outras particularidades que fizeram do *O Rio Nu* um impresso longo, durando mais de uma década. Enquanto vários outros jornais de “gênero alegre” não passaram de dois ou três anos, o bissemanário de Quintanilha & Cia durou dezoito, encerrando suas atividades somente em 1916. Nesse sentido, para que ele tenha durado tanto tempo não bastou somente o investimento inicial de Gil Moreno, foi preciso trabalhar fortemente no conteúdo do impresso, por exemplo, no tocante ao projeto gráfico, como no editorial, e para isso foi necessária uma equipe de diretores, redatores e colaboradores afinada com a conjuntura em que o jornal esteve inserido.

Acerca da direção do periódico, além do trio criador mencionado<sup>107</sup>, passaram pelo impresso: Carlos Eduardo – pseudônimo de J. Brito – e F. Guerra<sup>108</sup>; J. Cepê<sup>109</sup>, que depois foi acompanhado por José Fino<sup>110</sup>; J. Moraes & C.<sup>111</sup>; Armando Sacramento – criador do

<sup>104</sup> SALIBA, Elias Thomé. **Op. cit.**, p. 113.

<sup>105</sup> **Idem**, p. 117. Grifos do autor.

<sup>106</sup> **Idem**, p. 66.

<sup>107</sup> Heitor Quintanilha ficou na direção do jornal até fevereiro de 1899. **O Rio Nu**, ed. 67, 25/02/1899, p. 1.

<sup>108</sup> Com os novos proprietários, e em consequência diretores, o periódico não só mudou de endereço, indo para a Rua Nova do Ouvidor, nº 19, como também passou a introduzir pequenas ilustrações em suas colunas. *A priori*, elas tinham fins ornamentais, mas com o tempo ganharam um caráter chamativo e até político. **O Rio Nu**, ed. 112, 02/08/1899, p. 1.

<sup>109</sup> Com J. Cepê no comando, o design no impresso mudou significativamente e é também com ele à frente que sai a primeira edição somente com uma ilustração na capa. **O Rio Nu**, ed. 225, 01/09/1900, p. 1.

<sup>110</sup> **O Rio Nu**, ed. 229, 15/09/1900.

<sup>111</sup> **O Rio Nu**, ed. 469, 03/01/1903.

personagem “Vagabundo”, indicado adiante<sup>112</sup>; Cypriano Cannabrava<sup>113</sup> e, por fim, Alfredo Velloso<sup>114</sup>.

No tocante à redação e à colaboração, esse jornal, como muitos de sua época, foi redigido por diversos jovens do Rio de Janeiro, os chamados boêmios, caracterizados anteriormente. Nas palavras da *Gazeta da Tarde*, os criadores do periódico eram “rapazes que estão no primeiro plano da nossa boêmia literária”<sup>115</sup>. Além deles, vários outros jovens desse mesmo âmbito passaram pelo impresso: um “emérito jornalista lisboense” que assinava “Dr. Cocaína” fez a coluna “Coisas Santas (da santa terra)” dedicada à colônia lusitana no Brasil<sup>116</sup>; e Alfredo Boucher Filho, que colaborou sob o pseudônimo de “Arduíno Pimentel”, e depois se tornou redator proprietário do jornal paulista *Ilustração Brasileira*<sup>117</sup>. Também se destaca a colaboração de figuras importantes<sup>118</sup> da literatura brasileira, a exemplo de Arthur Azevedo que “brilhou nas colunas deste jornal” sob o pseudônimo de “Juvenal”<sup>119</sup> e Olavo Bilac<sup>120</sup>, que supostamente contribuiu para o periódico usando vários pseudônimos, dentre eles “D. Louro”, autor da seção “Carteira de um peru”, a qual tinha por objetivo narrar histórias sobre prostitutas<sup>121</sup>.

<sup>112</sup> Ele não é só indicado como diretor, como também como gerente. **O Rio Nu**, ed. 627, 09/07/1904.

<sup>113</sup> **O Rio Nu**, ed. 660, 02/11/1904.

<sup>114</sup> **O Rio Nu**, ed. 886, 02/01/1907. O nome de Alfredo é creditado no jornal até o seu último ano, 1916.

<sup>115</sup> “O ‘RIO NU’”. In: **Gazeta da Tarde**, ed. 111, 13/05/1898, p. 1.

<sup>116</sup> “Coisas Santas (da santa Terra)”. In: **O Rio Nu**, ed. 24/06/1903, p. 2.

<sup>117</sup> **O Rio Nu**, ed. 674, 21/12/1904, p. 3.

<sup>118</sup> Dino Preti afirma que Emílio de Menezes, Paula Ney e Pardal Mallet também participaram d’*O Rio Nu*. No entanto, não encontramos informações no próprio jornal que corroborem essa afirmação. Além disso, há inconsistências: tanto Paula Ney como Pardal Mallet já estavam falecidos quando o periódico surgiu. Este em 1894 e aquele em 1897. PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 15.

<sup>119</sup> “Arthur Azevedo”. In: **O Rio Nu**, ed. 1075, 28/10/1908, p. 2.

<sup>120</sup> A historiadora Natália Batista Peçanha chama a atenção para a presença de Olavo Bilac na equipe do *Rio Nu* devido a sua orientação sexual. Há uma concordância por parte dos estudiosos da literatura brasileira de que Bilac, assim como Mario de Andrade, por exemplo, era homossexual. Considerando este fato como verdadeiro, é plausível afirmar que o escritor contrariava o modelo de homem que o jornal de “gênero alegre” propagava em suas páginas. Os homens *smart* possuíam estereótipos que deveriam ser seguidos e evitados. Nestes, estavam os homossexuais, os “gouveias”, como se dizia na época. Portanto, se Bilac era homossexual, por que os redatores do *Rio Nu* faziam questão de ter os seus textos divulgados no periódico? Para Peçanha, ele, assim como João do Rio, outro literato homossexual muito conhecido, legitimava um universo que correspondia aos gostos da elite carioca. Dessa forma, segundo a historiadora, “por mais que Olavo Bilac pudesse contrariar o tipo de homem que o jornal queria forjar, a presença de colunas assinadas por ele era importante para esse impresso, tanto pelo seu talento ao escrever materiais que eram bem recebidos pelos leitores, quanto pelo seu prestígio que legitimava o jornal frente aos seus pares”. Ver: PEÇANHA, Natália Batista. **Op. Cit.**, p. 26-28.

<sup>121</sup> Orestes Barbosa é quem nos traz essa informação acerca de Bilac. Ele afirma que Arthur Azevedo também contribuiu na mesma coluna com o pseudônimo de Dr. Selo. Ver: BARBOSA, Orestes. **Bambambá!** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993, p. 92.



**Figura 2:** Olavo Bilac (esquerda) e Artur Azevedo (direita)  
**Fonte:** Wikipedia e Acervo Abril, respectivamente.

Houve também colaboradores anônimos que não tinham a literatura e as artes como primeira atividade. Foi o caso de Demérito Álvares, descrito como um rapaz “modesto e preparado”, que foi funcionário da Companhia Dias Braga enquanto morou no Rio de Janeiro e contribuiu para o impresso nas suas horas de lazer como “Dealino”<sup>122</sup>. Luiz Monteiro, um professor público, participou sob as identidades de “Mathusalém”, “L. Repórter” e “Petrônio”. *O Rio Nu*, ao noticiar o seu falecimento, destacou o carinho e a admiração de todos da redação pelo seu “gênio alegre e folgazão, sempre disposto à pilheria e a sátira”<sup>123</sup>. Alfredo Calainho, um dos fundadores do jornal, solicitador no foro<sup>124</sup> e um “moço empregado do comércio”<sup>125</sup> assinava como “Braz Cubano”. Também contribuíram o cançonetista Alfredo Albuquerque Junior, o chargista Roberto Castro e muitos outros<sup>126</sup>.

Dentre todos os nomes passados pelo *Rio Nu* é importante realçar a participação de um deles: José Ângelo Vieira de Brito, um dos principais redatores do periódico (ver figura 3). Ele não possui um reconhecimento tal qual Bilac ou Azevedo, mas foi um personagem importante da literatura brasileira durante a *Belle Époque*. Nascido em dezembro de 1882, na cidade de Palmeira dos Índios (AL), Brito foi, ainda jovem, para a cidade do Rio de Janeiro. Na capital

<sup>122</sup> Na edição 613, *O Rio Nu* comunicou a sua morte, em Belém do Pará, onde ocupava o cargo de ponto da companhia Silva Pinto, e revelou a sua verdadeira identidade agradecendo a colaboração enquanto viveu na capital federal. Cf.: “Demétrio Alves”. In: **O Rio Nu**, ed. 613, 21/05/1904, p. 2.

<sup>123</sup> “Luiz Monteiro”. In: **O Rio Nu**, ed. 1616, 10/10/1914, p. 2.

<sup>124</sup> “Alfredo Calainho”. In: **O Rio Nu**, ed. 681, 14/01/1905, p. 2.

<sup>125</sup> “Santos em Camisa”. In: **O Rio Nu**, ed. 525, 18/07/1903, p. 2.

<sup>126</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 51-52.

federal, estudou na Escola Militar e fez concurso para os Correios, conseguindo, *a priori*, o lugar de praticante e, posteriormente, o de 1º Oficial da Diretoria Geral dos Correios. Chegou a se eleger deputado estadual por Alagoas, nas legislaturas 1913-14 e 1915-16, mas foi como jornalista, teatrólogo e romancista que construiu sua carreira. Para permanecer nesta seara ele possuiu inúmeros pseudônimos e ficou mais conhecido por vários deles, a exemplo de J. Brito, Antônio Bier, Bock, Carlos Eduardo, João Black, Juca Vadio e M. Gregório Júnior<sup>127</sup>.



**Figura 3:** José Ângelo Vieira de Brito  
**Fonte:** *Arquivo Nacional*. 23 jan. 1934. Localização:  
 BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_13189\_001 *apud*  
 PEÇANHA, Natália Batista. **Op. Cit.**, p. 28.

Para o teatro J. Brito criou, entre tantas outras peças, o diálogo *O Beijo*, com o qual foi inaugurado em novembro de 1910 o Teatro Deodoro. Também foi diretor de *A Comédia*. Já como romancista, ele escreveu diversas obras como *O Empata!* (1901), romance publicado em *O Coió*, de 16 de janeiro de 1902; *O Az de Copas* (1902), publicado com o pseudônimo de Bock e em parceria com Eça da Cruz; e os dramas *A Coroação de Dom Manoel Segundo* (1908), *Três Médicos* e *Lição de Amor* (1909). Uma de suas obras, em particular, foi um grande sucesso quando lançada como folhetim d'*O Rio Nu*: a ficção *A Vingança de um Sapateiro* (1899) (ver

---

<sup>127</sup> Os pseudônimos de J. Brito muitas vezes servem como uma possível ironia à sua cor de pele. Bock, que era o nome de uma cerveja preta ou João Black são alusões claras ao seu fenótipo. O fato de termos um escritor negro de relevância no *Rio Nu* nos faz pensar como ele se caracteriza por sua polifonia, visto que apesar da presença deste jornalista e possivelmente de outros negros, o jornal ainda sim, em certos momentos, ratificou e disseminou preconceitos raciais.

figura 4)<sup>128</sup>. O êxito foi tamanho a ponto de ela tornar-se um livro, contendo 200 páginas, e repetir o sucesso alcançado anteriormente. O preço ficava na casa dos 2 mil réis cada exemplar para aqueles que comprassem no Rio de Janeiro, os que desejassem receber via Correios, ou seja, quem não morasse na capital federal, deveriam pagar 2500 réis.

**Acha-se a' venda**

O extraordinario e sensacional romance do **Bock**,  
o maior e mais escandaloso successo do rodapé d'Rio Nu

---

**A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO**

---

Um elegante e nitido volume de cerca de 200 paginas,  
correcto e augmentado pelo autor e agora publicado  
com o seu verdadeiro nome.

N'esta livro se conta a muito galante e muito picante historia  
de um marido que procurou a sarna para se casar. A *pequenez*  
d'este; o sangue novo e exigente da mulher; a prenda do amante;  
o conselho que dá o marido; a sua alegria primeiro e o sed assom-  
bro depois, quando sabo da coisa; o incendio; o amante enregado  
nas costas; etc.—formam a primeira parte do romance. Na segun-  
da parte ha a desaporição do marido o novo casamento; o aman-  
te que se torna marido; e antigo marido que se faz então o amante;  
os supplicios da mulher; a sua relutancia; o seu interesse e a sua  
dignidade; a triste situação do novo marido; etc. Terminando tudo  
pela mais terrivel e mais engraçada de todas as vinganças. O  
amante paga na mesma moeda e com o mesmo a quem tinha feito.

**2500 A' venda n'este es-criptorio 2500**

E Largo de S. Francisco 20 — Charutaria

Pelo correio mais 500 reis

Os pedidos do interior devem vir dirigidos á Carlos Eduardo.

Figura 4: Acha-se à venda  
Fonte: *O Rio Nu*, 20/09/1910

Na imprensa, em especial a cômica-obscena, foi onde ele obteve maior prestígio. Criou as revistas *É Fita...* (com Álvaro Colás) em 1911; *Politicópolis* (1913); *O Gabiru* (1914); *Banho de Vênus*, *O Chefão e Sabina* em 1915; *O Irineu* (1924); *Off-side* (1924); *Honni Soit* (1932); e *Chic-chic* (com Paulo Barreto, o João do Rio) em 1906. Colaborou em *A Careta*, onde escreveu como João Black; *Diário de Notícias*; *Gazeta de Notícias*; *A Notícia*, no qual foi crítico teatral; *Rua do Ouvidor* (1899); *Tagarela* (1903) e outras<sup>129</sup>. Destaca-se a participação dele no jornal *O Coiô*, onde foi um dos principais redatores, em 1902. Foi lá, sob a identidade de Bock, que ele lançou o *Dicionário Moderno*. Uma compilação de 1718 verbetes versando, segundo a própria obra, sobre o “vocabulário galante ao paladar do povo da lira contendo a tecnologia

<sup>128</sup> Na edição 70, de 1899, *O Rio Nu* informou aos leitores que a publicação do folhetim no periódico obrigou a equipe do jornal a aumentar a tiragem em 2 mil exemplares. E devido ao sucesso da obra de Bock, o impresso informava também que encomendou a outro romancista outra ótima história tal qual a mencionada anteriormente. Ver: “Aos Leitores”. In: **O Rio Nu**, ed. 70, 08/03/1899, p. 2.

<sup>129</sup> De acordo com Cristiana Schettini Pereira, é provável que entre J. Brito e Lima Barreto tenha existido um certo atrito. Ela afirma: “conta-se que suas crônicas irritavam Lima Barreto, o que era bem provável, pela frivolidade do seu estilo. No episódio em que um poeta, João Pereira Barreto, assassinou a esposa, conta-se que Lima Barreto tomara uma cerveja com o assassino pouco antes do ocorrido, e que este, manifestando vontade de matar alguém, ouve a sugestão de Lima Barreto: ‘Olha, se tu quiser matar alguém, mata a J. Brito, acabando com as crônicas que ele está escrevendo no *A Notícia* e prestando, assim, um grande serviço às letras nacionais’, mas ele não deu ouvidos ao escritor e matou a mulher”. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 51.

completa da gíria carioca, significados positivos do calão nacional e maneira especial de dizer as coisas que não se dizem”<sup>130</sup>.

No *Rio Nu*, as contribuições de J. Brito foram em seus anos iniciais, assinando diversas seções usando alguns dos seus pseudônimos. Na coluna *Pela Política*, assinou como Carlos Eduardo e em *Semana Despida* fez as vezes de M. Gregório Junior. Como assinalamos acima, também publicou alguns folhetins e teve alguns dos seus romances divulgados na seção *A Biblioteca d’O Rio Nu*. Em março de 1900, “por motivos imprevistos deixou a redação desta folha o nosso distinto amigo Carlos Eduardo, a quem somos gratos pelo modo cavalheiro por que sempre houve para conosco”<sup>131</sup>. Em seu lugar, no comando da redação, ficaram Armando Sacramento e Frei Gallo, ambos já conhecidos dos leitores. Porém, a ausência não foi sentida por muito tempo. J Brito retornou em maio daquele ano não só como redator, mas também como diretor:

#### EXPEDIENTE

Assume hoje novamente a direção exclusiva da redação d’O Rio Nu o nosso amigo Carlos Eduardo que durante muito tempo exerce esse cargo com extraordinária proficiência jornalística.

A reentrada do nosso amigo para chefe da redação d’O Rio Nu vem trazer, por certo, uma nova fase de progresso para esta folha.

Por motivos de interesse próprio deixou o cargo de redator o nosso antigo companheiro Armando Sacramento que mesmo assim continuará a colaborar com os seus prodigiosos escritos.

A parte administrativa fica a cargo do abaixo assinado assumindo responsabilidade exclusiva da redação o Sr. Carlos Eduardo.

J. Cepê  
Proprietário-Diretor<sup>132</sup>

Bock só ficou até setembro daquele mesmo ano<sup>133</sup> e desde então não apareceu mais, a não ser em propagandas literárias.

### 1.2.3 “Ó... ó... ó... olha *O Rio Nu*”: quanto custava e onde era adquirido o jornal

Um método utilizado pela imprensa neste momento para difundir mais ainda as suas ideias foi o barateamento do seu produto. Com *O Rio Nu* não foi diferente, pois o que certamente colaborou para o sucesso e a sobrevivência do periódico por dezoito anos foi o baixo preço de

<sup>130</sup> BOCK (org.). Dicionário Moderno. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903 *apud* PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 211.

<sup>131</sup> “Expediente” In: **O Rio Nu**, ed. 175, 10/03/1900, p. 2

<sup>132</sup> “Expediente” In: **O Rio Nu**, ed. 192, 09/05/1900, p. 1

<sup>133</sup> A última edição em que ele aparece como diretor é: **O Rio Nu**, ed. 228, 12/09/1900.

suas edições. Os exemplares avulsos custavam 100 réis, o que era o valor de uma passagem de bonde, por exemplo<sup>134</sup>, e as publicações atrasadas 200 réis. Assinalamos que esses valores são majoritários dentro da história do impresso, porém entre 1914 e 1916 o preço aumentou e passou a custar avulsamente 200 réis<sup>135</sup>. Se tomarmos como perspectiva o salário mensal de um trabalhador no final do século XIX, notaremos o quanto esses jornais eram baratos.

Nessa época, um trabalhador especializado, como um ferreiro, ganhava por uma diária de serviço 3.333 réis, ao passo que um trabalhador sem nenhuma especialização recebia em torno de 1.400 réis. Os salários de serventes, contínuos e amanuenses empregados no funcionalismo municipal, eram maiores, indo de 60 mil réis a 100 mil réis por mês. Nos primeiros anos da República, as novas políticas econômicas postas em prática pelo governo provisório geraram uma significativa inflação e, por conseguinte, o aumento dos preços e salários.<sup>136</sup>

Dessa forma, era possível que um trabalhador comum pudesse arcar com a compra de pelo menos uma edição semanal do jornal de “gênero alegre”. Os locais de venda eram espaços de frequência predominantemente masculina, como as barbearias ou até mesmo com engraxates<sup>137</sup>. Contudo, eles não ficavam restritos a esses ambientes. Era muito comum rapazolas saírem vendendo diversos impressos pelos bondes e pelas ruas da cidade, a exemplo de Pedro, “a joia dos vendedores do *Rio Nu*”<sup>138</sup>, que saía gritando pelos bondes de Vila Isabel e São Cristóvão<sup>139</sup> “ó... ó... ó... ó...lha o *Rio Nu*”<sup>140</sup> chamando a atenção dos transeuntes.

Aos leitores não residentes na Capital Federal que desejassem não perder nenhum exemplar publicado, as assinaturas eram o melhor caminho. Elas custavam 7 mil réis semestralmente e 12 mil réis anualmente. Os leitores que optassem por receber o periódico no exterior deveriam pagar 25 mil réis<sup>141</sup>. Para realizar a assinatura o processo não era difícil: bastava somente o interessado enviar pelo Correio com destino à redação do impresso “a importância das assinaturas com os respectivos endereços”<sup>142</sup>.

<sup>134</sup> Esse valor também equivalia à travessia na barca Rio-Niterói. BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p. 124.

<sup>135</sup> Edições notáveis: **O Rio Nu**, ed. 1576, 3/01/1914 e ed. 1732, 30/12/1916.

<sup>136</sup> Ver: EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs). **Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp. 95-96 *apud* PEÇANHA, Natália Batista. **Op. Cit.**, p. 32-33.

<sup>137</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>138</sup> “Ó... Ó... Ó... Ó... lha o ‘Rio Nu’”. In: **O Rio Nu**, ed. 586, 16/12/1903, p. 2. Grifos originais.

<sup>139</sup> “Ó... Ó... Ó... Ó... lha o ‘Rio Nu’”. In: **O Rio Nu**, ed. 690, 15/02/1905, p. 2. Nesta mesma edição, o jornal informou que o vendedor não estaria mais vendendo o periódico.

<sup>140</sup> “Ó... Ó... Ó... Ó... lha o ‘Rio Nu’”. In: **O Rio Nu**, ed. 586, 16/12/1903, p. 2.

<sup>141</sup> Informações retiradas de diversas edições d’*O Rio Nu*.

<sup>142</sup> “Expediente”. In: **O Rio Nu**, ed. 39, 16/11/1898, p. 4.

Certamente as assinaturas renderam bons frutos ao jornal, pois para fidelizar os leitores assinantes o periódico propôs-se, algumas vezes, a premiar quem possuía o plano anual com uma carteira da casa Wedells & C, de Hamburgo, e um livro de sua escolha. Aos assinantes do plano semestral, a premiação era um livro escolhido pela redação. As obras selecionadas pertenciam a autores importantes da época, como Alexandre Dumas, Anselmo Ribas, Cruz e Sousa, Paulo de Kock e Arthur Azevedo<sup>143</sup>.

Outra possibilidade era assinar o impresso por mais de dois anos com um bom desconto. Em novembro de 1904, propuseram que todos aqueles que assinassem o impresso até 31 de dezembro daquele mesmo ano “pagando somente 20\$000, terão o direito de receber o nosso jornal desde 1º de Outubro corrente até 31 de Dezembro de 1906”. Isto representaria um significativo “abatimento de 7\$000 aos que desde já tomarem assinatura por dois anos, pois sem isso teriam de pagar 24\$000 pelos dois anos e mais 3\$000 do trimestre atual”<sup>144</sup>.

Além das assinaturas, outra possibilidade para se adquirir o jornal era por meio de agentes, ou seja, funcionários espalhados pelo Brasil encarregados de vender o impresso de forma avulsa, de vender assinaturas e até mesmo conseguir anúncios para serem publicados no periódico. Essa estratégia evidencia o sucesso que *O Rio Nu* fez para além do Rio de Janeiro, a exemplo da imagem abaixo:

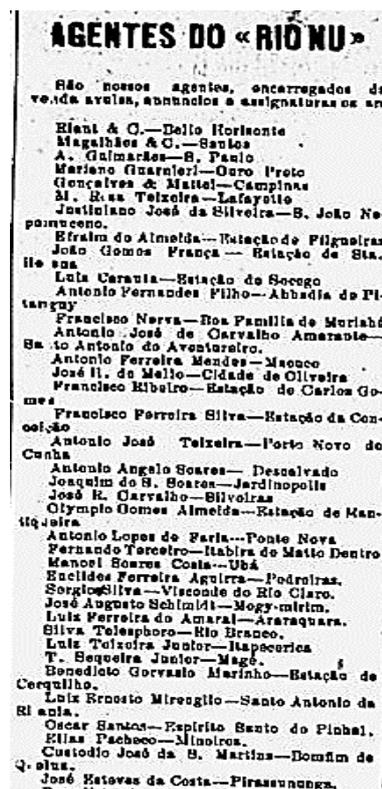


Figura 5: Agentes do “Rio Nu”  
Fonte: *O Rio Nu*, 26/10/1898

<sup>143</sup> *O Rio Nu*, ed. 39, 16/11/1898, p. 4.

<sup>144</sup> “Assinaturas – Redução de preços”. In: *O Rio Nu*, ed. 660, 2/11/1904, p. 2.

Como podemos notar, não só adquirir o jornal era fácil, como poderia ser comprado em qualquer parte do país, sinalizando o sucesso que ele possuiu desde o seu início. Outra amostra da amplitude e, em consequência, do sucesso do *O Rio Nu* é a existência de anúncios de cobrança aos agentes devedores.

**Aos que nos devem**

Aos nossos ex-agentes, nas localidades abaixo mencionadas, aos quaes fomos obrigados a suspender a remessa d'*O Rio Nu*, por falta de pagamento, pedimos que mandem quanto antes saldar o seu debito, sob pena de estamparmos os seus nomes na galeria que vai ser creada nas columnas deste jornal e que se intitulará Galeria dos Galoteiros, que será publicada emquanto existir *O Rio Nu*.

Os devedores a que nos referimos foram agentes nas seguintes localidades:

**CEARÁ.** — Cidade do Crato.  
**PARANHYBA DO NORTE.** — Capital.  
**BÁHIA.** — Cidade de Castro Alves.  
**MINAS GERAES.** — Uberaba, Uberabinha, Ouro Preto, Rio Branco, Coimbra, Sete Lagoas, Viçosa, Pouso Alegre, Ouro Fino e Santa Rita de Sapucahy.  
**S. PAULO.** — Batataes e Barretos.  
**ESTADO DO RIO.** — Natividade do Carangola e Campos Eliaes de Rezende.

Figura 6: Aos que nos devem  
 Fonte: *O Rio Nu*, 22/02/1911

Imaginemos como essa divulgação pudesse pôr em risco essas pessoas, não só porque elas ficariam com a pecha de inadimplentes, como também revelaria para vários leitores quem vendia esse tipo de material, que deveria estar retido na intimidade. Contudo, não precisamos refletir muito. *O Rio Nu*, em alguns momentos, não poupou os ex-agentes que não honravam com suas dívidas e divulgou os seus nomes e suas respectivas localidades.

**Os devedores do "Rio Nu"**

Convidamos a saldarem os debitos contrahidos com «O Rio Nu» os seguintes senhores, cujos nomes só deixarão de saber publicados nesta folha quando se resolverem a dar cumprimento a este convite :

José Bento G. Corimbabu	Santa Rita de Sapucahy.
Braulio Gomes de Souza	Lafayette.
Constante Jardim	Ouro Fino.
Benedicto de Avila Pina	Uberaba.
Antonio Caldas Filho	Pouso Alegre.
Sebastião Vianna	Barretos — S. Paulo.
Bruno Menezes	Crato — Ceará.
João Esteves	Cidade de Palma.
Tyrteu Santos	Aracaju — Sergipe.
Januario Esteves Rodrigues	Sete Lagoas.
Carneiro & Nascimento	Campos Eliaes de Rezende.
Serzedello Correia de Lacerda	Natividade do Carangola.

Figura 7: Os devedores do "Rio Nu"  
 Fonte: *O Rio Nu*, 20/10/1898

### 1.2.4 O sucesso do impresso

Por meio das relações apresentadas acima, nós temos evidências relevantes de que o Rio de Janeiro não era somente o principal centro político-econômico do Estado brasileiro, como era também o mais importante polo de geração e difusão de valores e produtos da *Belle Époque* brasileira para o resto da nação. Além disso, denota a fama que o bissemanário possuía por todo o país.

Esse sucesso do periódico com o público leitor foi um incômodo desde o seu primeiro exemplar. No primeiro artigo do seu segundo número, os redatores alegaram ser alvo de “inveja e [...] desrespeito”<sup>145</sup> por parte do presidente da Companhia Educadora, que já havia criticado o impresso. Em contrapartida, nessa mesma edição, identificamos a recepção à sua estreia, por meio de um artigo dedicado a expor o acolhimento do jornal pelo povo, o qual, de acordo com os redatores, ocorreu de maneira muito bem-sucedida:

Homens, mulheres, velhos, moços, moças, um delírio! Os velhos e as velhas, então parece que descobriram neste jornal caustico uma espécie de sequardina (?) e não tiveram mãos a medir.  
Alguns velhos vi eu que compraram o jornal sexta-feira à noite e no sábado pela manhã acordaram com formidáveis olheiras  
Excesso de leitura a fora d’horas.  
E venham para cá os moralistas; venham que verão o troco que levam.<sup>146</sup>

O sucesso d’*O Rio Nu* também era notável em números. Sendo um jornal predominantemente bissemanal<sup>147</sup> e levando em consideração o seu gênero, os dados de tiragem impressionam. Em 1899, anunciavam uma tiragem de 15 mil exemplares<sup>148</sup>. Em um almanaque publicado em 1903 afirmavam com entusiasmo que “a tiragem do Rio Nu é muito maior do que a de muitos jornais diários”<sup>149</sup>. Com base em nossas leituras, o número deve ter sido de 15 mil edições emitidas, pois ao anunciar o almanaque de 1904 o periódico frisou que seriam produzidos 20 mil exemplares devido ao sucesso das edições anteriores, que tiveram cinco mil exemplares a menos<sup>150</sup>. Ainda em 1903, na edição de cinco anos do impresso, os redatores comunicaram que aquele número especial não só tinha saído com a surpreendente tiragem de

<sup>145</sup> “O Rio-Nu e a Companhia Educadora”. In: **O Rio Nu**, ed. 2, 21/05/1898, p. 1.

<sup>146</sup> “Semana Despida”. In: **O Rio Nu**, ed. 2, 21/05/1898, p. 1.

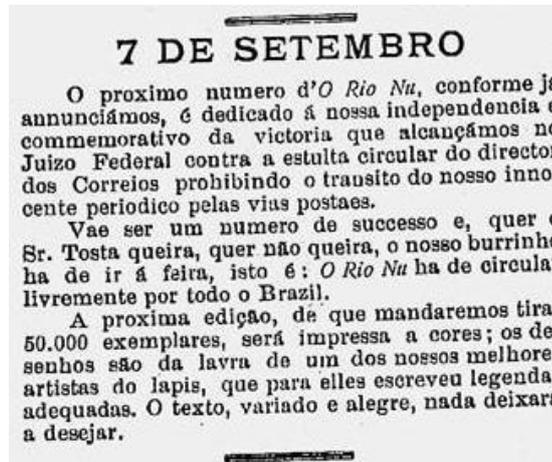
<sup>147</sup> *O Rio Nu* iniciou e encerrou as suas atividades sendo um semanário (ver edições 02/1898 e 1732/1916, por exemplo), mas foi, sobretudo, um periódico bissemanal. Já na edição 33, de 1898, ele passou a ser publicado em mais de um dia. Para nós, denota que o impresso caiu nas graças do público desde o seu começo.

<sup>148</sup> São inúmeras as edições de 1899 em que eles anunciam tal número. Cf.: **O Rio Nu**, ed. 118, 23/08/1899, p. 1.

<sup>149</sup> **Almanak humorístico...** Rio de Janeiro: Oficinas do “Rio Nu”, 1903, p. 81.

<sup>150</sup> “Almanak d’O Rio Nu para 1904”. In: **O Rio Nu**, ed. 551, 17/10/1903, p. 3.

40 mil exemplares como ele acabou esgotando-se em poucas horas, provando aos mesmos “a enorme aceitação do nosso *Rio Nu*”<sup>151</sup>. Na edição de aniversário de 1905, o colaborador de pseudônimo “Vagabundo”, ao registrar uma “História Geral do ‘Rio Nu’”, informou que por volta de 1900-1901 o jornal possuía uma tiragem de 18 mil exemplares<sup>152</sup>. Em 1910, diante da primeira vitória judicial contra o chefe dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta, *O Rio Nu* anunciou uma tiragem de 50 mil exemplares como forma de celebração pelo resultado obtido.



**Figura 8:** 7 de Setembro  
**Fonte:** *O Rio Nu*, 03/09/1910

O expressivo número é um tanto plausível frente a motivação do jornal para emitir tal quantidade, no entanto, para nós, mostra-se um pouco exagerado. cremos que esse número hiperbólico seja mais uma estratégia de marketing, a fim de reforçar o sucesso e o poder do periódico no mercado, do que uma realidade inegável. Afinal, no período de 1900 a 1908, ou seja, poucos anos antes da pecha do impresso contra o diretor dos Correios, os jornais de grande circulação como *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz* tinham uma tiragem diária de 30 mil, 20 mil e 15 mil exemplares, respectivamente. É preciso também destacar os significativos números do *Jornal do Brasil* e do *Gazeta de Notícias*, que emitiam diariamente 60 mil e 40 mil exemplares, nesta ordem. Todos eles, vale assinalar, custando 100 réis avulsamente<sup>153</sup>. Nesse sentido, não podemos perder de vista que o nosso jornal pertencia a um gênero que, apesar do sucesso, era um tanto marginalizado e até criticado pelos periódicos citados acima por conter material pornográfico. Dessa forma, por mais que não possamos afirmar com total certeza a inexistência desses 50 mil exemplares anunciados, permanecemos

<sup>151</sup> “O nosso aniversário”. In: *O Rio Nu*, ed. 507, 16/05/1903, p. 2.

<sup>152</sup> “História geral do ‘Rio Nu’”. In: *O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p. 7.

<sup>153</sup> Todos esses números sobre os jornais da “grande imprensa” foram coletados em BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p. 124.

com a dúvida sobre a veracidade dessa informação dada pelo próprio *Rio Nu* em uma situação muito específica da sua história.

### 1.2.5 O que havia entre as páginas: o projeto gráfico e editorial d’*O Rio Nu*

Para além de questões de venda e tiragem, outros elementos foram muito bem explorados para impulsionar o sucesso do *Rio Nu*: os seus projetos gráfico e editorial. Graficamente, o impresso era bem acabado. Até setembro de 1900, o conteúdo era disposto em 4 páginas, sendo a última, em geral, dedicada a anúncios, propagandas e, algumas vezes, avisos em geral. A partir da edição 225, ainda em setembro de 1900, as edições passaram a configurar-se em 8 laudas, podendo variar entre 12 e 16 nas edições de aniversário<sup>154</sup> e 104 nos almanaques ilustrados<sup>155</sup>. Os anúncios e propagandas, a partir desse aumento de páginas, difundiram-se pelo periódico. Era muito comum haver sempre alguns na capa e tantos outros entre as colunas e ilustrações. Por falar em ilustrações, as edições vinham recheadas delas, em geral de mulheres seminuas, ocupando não só a capa e contracapa, como também o miolo do impresso, especificamente, a quarta e quinta página (figura 9).



**Figura 9:** As páginas do meio d’*O Rio Nu*  
**Fonte:** Edição do 7º aniversário de *O Rio Nu*, 13/05/1904

<sup>154</sup> Exemplos *O Rio Nu*, ed. 611, 13/05/1904 e *O Rio Nu*, ed. 1617, 15/05/1915. Elas são, respectivamente, as edições de 7 e 17 anos.

<sup>155</sup> *Almanak humorístico...* Rio de Janeiro: Oficinas do “Rio Nu”, 1903.

É pertinente destacar a importância das ilustrações e imagens nesse jornal<sup>156</sup>. Era uma estratégia sagaz dos editores para conquistar mais leitores, em especial os iletrados. Esses poderiam facilmente captar algumas informações diante dos desenhos publicados e até mesmo ter acesso ao conteúdo por meio de leituras em voz alta. Contudo, não tomamos estas imagens somente com fins sexuais ou de entretenimento. Elas também visavam emitir opiniões dos redatores e/ou estabelecer padrões que deveriam ser incorporados pelos leitores, ou seja, tratavam-se de protocolos de leitura. Para além de, somente, fazer rir, *O Rio Nu* queria demarcar um assunto que era pertinente para si, queria descortinar problemas sociais.



Figura 10: A árvore do Zé Povo  
 Fonte: *O Rio Nu*,  
 04/01/1905

<sup>156</sup> De acordo com Natália Peçanha, “a partir de 1914, verificamos uma diminuição drástica do número de imagens nas páginas do jornal *O Rio Nu*. Enquanto em anos como o de 1910, pudemos verificar cerca de 10 imagens distribuídas, sobretudo na capa e nas páginas 4 e 5, nos anos que seguem o 1914 visualizamos pouco mais de duas imagens. A resposta a essa alteração da estruturação do impresso a partir da data mencionada pode se relacionar a conjuntura vivenciada pela Europa (principal importador de imagens para *O Rio Nu*), ou seja, o início da I Guerra Mundial, que certamente limitou as remessas de materiais iconográficos para o Brasil”. Ver: PEÇANHA, Natália Batista. *Op. Cit.*, p. 46. Concordamos com tal assertiva, pois a Grande Guerra atingiu o jornal de outras formas. Em novembro de 1914, os redatores informaram que a partir daquele mês o periódico seria impresso em papel comum, pois o material que era utilizado até então era importado da Europa e devido ao conflito bélico eles estavam incapacitados de realizar a importação. Eles salientaram que poderiam comprar o papel preferido no Rio de Janeiro, no entanto, não fariam isso devido aos preços exorbitantes cobrados pelos vendedores brasileiros. Cf.: “O ‘Rio Nu’ e a crise”. In: *O Rio Nu*, ed. 1623, 28/11/1914, p. 3.

A primeira edição de 1905 é um exemplo dessa postura do impresso “alegre”: ao passo que entretém, também faz pensar. Representando o ano anterior, que foi de intensificação do projeto de normatização do centro do Rio de Janeiro – inclui-se aí políticas públicas e sanitárias – a capa contém níveis de interpretação que valem a pena ser realçados. Em um primeiro momento, a licenciosidade do impresso salta aos olhos: uma moça “tão bonita, tão sedutora, tão apetitosa”, como diz a legenda da gravura, destaca-se. Contudo, olhares mais atentos vão captar outros detalhes: a árvore seca oferecida pela bela “Política” ao “Zé Povo” – de aparência afro-brasileira – está enfeitada com graves problemas enfrentados pelas camadas populares do Rio de Janeiro: higiene, muitos impostos, a guarda nacional, a campanha do gás, o alistamento da armada e o Acre (local para onde os presos da Revolta da Vacina foram enviados).

Assim, com alguma reflexão e compreendendo os protocolos colocados pelos editores, *O Rio Nu* está informando que o ano novo que se inicia virá com resquícios de vários problemas dos meses anteriores. Além disso, alerta para o encantamento que a Política pode despertar ao passo que ela entrega aos mais populares presentes nada agradáveis. Em suma, protocolos de leitura inculcados nos leitores a fim de que certas interpretações fossem obtidas. Entretanto, não podemos esquecer de que a leitura não é via de mão única, logo, cada leitor (iletrado ou não) possuía a sua visão de mundo e esta seria responsável por moldar a compreensão desta capa<sup>157</sup>.

Editorialmente, entre os assuntos que compuseram o jornal, a vida mundana carioca, decerto, foi o mais comentado, parodiado, satirizado, criticado e enaltecido pelo periódico. Inúmeros personagens, fictícios ou não, apareceram nas páginas dos impressos. Prostitutas foram enaltecidas, políticos foram ironizados e criticados, homens comuns com identidades anônimas comentaram ou apresentaram as mais diversas situações seja envolvendo, quase sempre, os mais diferentes tipos de mulheres ou até mesmo uma situação que estava acontecendo em seu bairro ou cidade etc. Dentre os diversos espaços em que os inúmeros redatores e colaboradores puderam expressar as suas visões de mundo, ou seja, as colunas, podemos destacar: *Cavação/Bolsa de Ouro/Bichinhos* (todas sobre o jogo do bicho), *Theatro d’O Rio Nu*, *Biblioteca do Rio Nu*, *Motte a concurso*, *Nossa advinha*, *Bastidores*, *Gambiarra*, *Nas zonas*, *Rua do Ouvidor*, entre tantas outras ao longo de dezoito anos de publicação.

---

<sup>157</sup> Sobre as noções de protocolo e prática de leitura, ver: CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77-105; CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. **Op. Cit.**, p. 121-139.

Ressaltamos que, por ser um jornal produzido e com certeza lido majoritariamente por homens, muitas dessas colunas expressavam perspectivas masculinas. E quando não falavam dos homens, falavam para os homens, ou seja, ensinavam a eles como se portar naquele mundo que estava mudando rapidamente em vários âmbitos e que precisava de homens civilizados para enfrentar e vencer nesse mundo. Para nós, é muito importante ter em mente o público que *O Rio Nu* visava atingir por meio de múltiplos protocolos de leitura<sup>158</sup>, pois é também nosso objetivo, nesta pesquisa, compreender quais as representações de mulher que o impresso divulgou. Quais eram as “mulheres ideais” para esses leitores em processo de civilização? Quais eram os tipos femininos que deveriam ser cortejados, almejados, renegados e criticados por esses homens *smart*? Nós descobriremos isso no terceiro capítulo, mas por ora analisemos as várias colunas que, direta ou indiretamente, dialogavam e eram direcionadas a um propenso público leitor masculino.

Um dos temas que permearam *O Rio Nu* do início ao fim de suas publicações foi o jogo do bicho. A modalidade foi criada como mais uma alternativa de divertimento, em um momento em que o Rio de Janeiro vivenciava o crescimento do mercado do entretenimento, no período entre 1890 e 1910<sup>159</sup>. Entre os inúmeros elementos que tornaram essa loteria muito popular na Capital Federal esteve a imprensa, que não só impulsionou a modalidade, como também lucrou com ela. Quando os jornais perceberam o impacto cultural e a demanda social que esse jogo estava gerando, passou a oferecer aos seus leitores palpites, estatísticas e a informar os resultados diários<sup>160</sup>. Em nosso periódico não foi diferente. Desde as suas primeiras edições, em 1898, *O Rio Nu* dedicou uma parte significativa de suas páginas para os resultados do jogo do bicho que eram representados graficamente pelos animais, permitindo que analfabetos, por exemplo, consultassem os resultados a partir dessa folha. Por meio de seções denominadas

---

<sup>158</sup> **Idem**, p. 77-105; **Idem**, p. 121-139.

<sup>159</sup> MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva...** do vale o impresso ao vale o escrito. Uma História Social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960). 2005. 227 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. p. 71.

<sup>160</sup> **Idem**, p. 73.

*Cavação*<sup>161</sup> e *Bolsa de Ouro*, por exemplo, eles informavam aos seus leitores os resultados desse jogo.

CAVAÇÃO...		
Pela Nacional		
64		464
41		141
23		323
80		380
AGAVE AMERICANO		
35		053
AGAVE PARANAENSE		
68		168
Chico Fieha.		

Figura 11: Cavação  
Fonte: O Rio Nu, 02/05/1900

BOLSA DE OURO		
CHAPA SEMANAL		
		
900—99—198	346—48—545	094—96—793
		
620—17—819	060—57—559	882—83—981
DEZENAS		
05—61—24—80—27—90—09—67—31—40		
CENTENAS		
451—470—913—786—901—341		
DON FELICIO.		

Figura 12: Bolsa de Ouro  
Fonte: O Rio Nu, 10/01/1914

Como mencionado, a publicação de estatísticas sobre o jogo era algo comum nos periódicos. *O Rio Nu*, ao comunicar uma ofensiva inglesa na Índia, informou a morte de milhares de animais pelo exército inglês, a exemplo de: tigres, serpentes, escorpiões, brosauros e crocodilos. Porém, ao comentar o fato, o redator lembra aos seus leitores que os números e as espécies assassinadas podem ser uma boa inspiração para apostas no “jogo dos 25”<sup>162</sup>. Ou seja, até um fato que podia parecer desinteressante ganhou uma nova perspectiva após a sugestão, nada inocente, do redator.

Ressaltamos que, apesar do sucesso popular, o jogo do bicho não era uma unanimidade na imprensa carioca, assim como não era aprovado pelo Estado, que reprimiu a atividade várias vezes. Em 1899 foi publicado *O Bichinho*, um pequeno jornal dedicado exclusivamente contra a modalidade de aposta<sup>163</sup>. Coincidência ou não, anos depois, *O Rio Nu* também criou um caderno suplementar de mesmo nome, porém com objetivo diferente. Neste, eles não só apoiavam o jogo do bicho como publicaram resultados, palpites e estatísticas, como é possível ver na imagem abaixo:

<sup>161</sup> De acordo com o *Dicionário Moderno* de Bock, a palavra “cavar” significa: “verbo ativo de prontos. Arranjar dinheiro, morder. ‘Cavar a vida’ – arranjar-se”. Acreditado, desta forma, que o termo “Cavação” seria uma derivação do verbo “cavar” descrito por Bock, uma vez que o autor desse dicionário era um dos redatores do jornal. Ver: BOCK (org.). *Dicionário Moderno*. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903 *apud* PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 216.

<sup>162</sup> “Estatística interessante”. In: *O Rio Nu*, ed. 1522, 01/03/1913, p. 4

<sup>163</sup> MAGALHÃES, Felipe Santos. **Op. Cit.**, p. 78.

### Estatística dos bichos premiados até ao dia 29 de Setembro de 1915

Dias	ANTIGO	Num. da sorte	MODERNO	Centena	RIO	Centena	SALTEADO	2º Prem.	3º Prem.	4º Prem.	5º Prem.
1	Macaco	5668	Touro	884	Touro	784	Porco	077	332	630	027
2	Tigre	59487	Cavallo	941	Carneiro	126	Elephante	041	556	223	597
3	Macaco	58285	Porco	271	Cobra	136	Jacaré	973	597	233	551
4	Tigre	10786	Jacaré	358	Cavallo	841	Cavallo	223	944	961	870
5											
6	Gallo	43852	Avestruz	702	Camello	331	Aguaia	842	738	147	196
7											
8	Touro	1682	Vacca	399	Porco	171	Carneiro	643	983	300	840
9	Leão	55362	Urso	490	Touro	582	Elephante	194	296	716	228
10	Elephante	18548	Vacca	400	Macaco	066	Urso	307	187	080	345
11	Burro	33011	Cachorro	820	Macaco	867	Cavallo	461	673	778	798
12											
13	Porco	0669	Tigre	188	Aguaia	105	Pavão	610	453	450	019
14	Touro	11082	Avestruz	502	Jacaré	857	Carneiro	922	578	469	668
15	Touro	6682	Vacca	597	Urso	592	Carneiro	758	842	059	368
16	Camello	34929	Peru	879	Peru	978	Borboleta	635	992	308	770
17	Urso	7892	Carneiro	325	Veado	094	Macaco	505	758	168	816
18	Cavallo	1143	Pavão	175	Touro	454	Porco	794	744	669	798
19											
20											
21	Cachorro	1517	Aguaia	207	Cavallo	844	Macaco	489	653	439	976
22	Gallo	48850	Touro	181	Burro	011	Vacca	077	506	530	870
23	Tigre	54186	Veado	094	Cavallo	744	Cavallo	670	029	540	502
24	Tigre	27785	Veado	095	Veado	796	Coelho	952	516	593	573
25	Gallo	30351	Carneiro	927	Porco	770	Avestruz	956	795	402	044
26											
27	Burro	58412	Avestruz	302	Pavão	773	Elephante	843	536	974	476
28	Tigre	4586	Cavallo	844	Touro	182	Cavallo	741	959	729	076
29											
30											

**No proximo numero publicaremos esta tabella completa**

**Figura 13:** Estatística dos bichos premiados até o dia 29 de Setembro de 1915

Fonte: *O Rio Nu*, 1-7/10/1915

*O Rio Nu* certamente compreendia o jogo do bicho para além do mero entretenimento ou item para impulsionar as suas vendas. Assim como a imprensa especializada na modalidade, eles perceberam a demanda que existia em torno dela e “utilizou-se de códigos caros ao mundo moderno para legitimar o jogo e os palpites, através de ‘métodos científicos’ e de invenções”<sup>164</sup>. Esses códigos eram tabelas matemáticas, quadros comparativos e sistematizações de toda sorte que foram essenciais para conquistar mais leitores-jogadores e para incluir cada vez mais o próprio jornal no mundo moderno que estava em expansão.

Outro tema bastante popular nas páginas d’*O Rio Nu* era o teatro. Esse estabelecimento tornou-se um sucesso no Rio de Janeiro – mas também fora dessa cidade – durante a virada do século XIX para o XX. Os cariocas o frequentavam assiduamente, pois, além de ser um local de lazer, era um profícuo ambiente de sociabilidade. Devido à ampliação do público consumidor, dado o crescimento econômico e a crescente diversificação social desta época, as possibilidades de atividades culturais pela cidade expandiram-se, assim como os espectadores se diversificaram. Os empresários, notando esta mudança, trataram de expandir os seus negócios e fazer por onde atrair cada vez mais essa nova plateia que surgia. Das regiões pobres às mais nobres, sempre havia alguma espécie de entretenimento e, particularmente, nos teatros

<sup>164</sup> **Idem**, p. 86.

o público estava cada vez mais heterogêneo. Esses locais tornaram-se símbolos de modernidade e civilização, valores tão almejados naquele momento. Ir ao teatro era sinal de elegância, afinal eram espaços dedicados àqueles que quisessem destacar-se, que quisessem demarcar uma situação de prestígio<sup>165</sup>.

A imprensa, atenta à importância desse ambiente, o explorou como pôde. Sempre o remetendo à finesse e ao bom gosto das elites europeias, os noticiários publicizaram os espetáculos de várias maneiras, seja divulgando a chegada de companhias europeias na Capital Federal, enaltecendo integrantes do elenco, seja destacando a qualidade do texto daquilo que estava sendo apresentado. Nesse sentido, *O Rio Nu* não ficou alheio à relevância dos teatros e não só possuiu uma, como três seções sobre esse assunto<sup>166</sup>.

A coluna mais famosa sobre o tema foi *Theatro d'O Rio Nu*, que divulgava monólogos, canções, cenas cômicas e poesias (geralmente de duplo sentido). Ela foi publicada entre 1898 e 1909, quase que de forma ininterrupta, e depois desse período passou a aparecer esporadicamente. Somente em 1916, devido ao sucesso que possuía e por pressão dos leitores, ela tornou a ser produzida regularmente<sup>167</sup>. A divulgação de cenas cômicas, monólogos de sucessos etc. representava, na prática, uma oportunidade para aqueles que não pudessem frequentar os teatros e/ou assistir aos espetáculos teatrais era uma maneira de ter contato com o que estava sendo representado. Dessa forma, o jornal promovia uma popularização das práticas culturais que, em geral, eram limitadas à elite. Seja por meio das leituras do que estava sendo publicado pelo periódico, seja pela possibilidade de adquirir em suas casas estas canções, monólogos ou modinhas populares, bastando solicitá-las ao escritório do bissemanário para que fossem enviadas pelo Correio.

---

<sup>165</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 342-345.

<sup>166</sup> Esse espaço era tão intrínseco ao contexto do periódico que ele próprio surgiu, como uma primeira ideia, nos jardins de um famoso teatro carioca. “Como se fez o ‘Rio Nu’”. In: **O Rio Nu**, ed. 198, 12/05/1900, p. 2.

<sup>167</sup> “Theatro d'O Rio Nu”. In: **O Rio Nu**, ed. 1698, 06/05/1916, p. 2.

**Cançonetas a 200 réis**

A MISSA CAMPAL  
 OO MESMO LADO  
 A RIR... A RIR...  
 ASSIM... ASSIM  
 As minhas collegas  
**O MEO AMIGO BANANA**  
 OS PHOSPHOROS'  
 Brincadeiras  
 SI EU FOSSE RAPAÇ  
 NEM EU NEM ELLA  
**Ora toma, Mariquinhas**  
 O CALADO É O MELHOR  
 A Banana  
 TYPOS DE X. P. T. O.  
 ENGANOS  
 A venda no escriptorio desta folha

Figura 14: Cançonetas a 200 réis  
 Fonte: *O Rio Nu*, 28/12/1898

Quarta colleção de monologos, modinhas e cançonetas, contendo cerca de cem produções, vende-se a 1\$000 cada exemplar, no nosso escriptorio á rua da Assembléa n. 94 e nas agencias do *Rio Nu* nos Estados. Os pedidos do interior, dirigidos ao nosso escriptorio, deverão trazer mais 500 réis para o porte.

Figura 15: Anúncio  
 Fonte: *O Rio Nu*, 21/05/1904

Além de saber o que era apresentado nos palcos, os leitores interessavam-se também pelo que acontecia nos bastidores dos principais teatros cariocas. Para isso, existiam as colunas *Bastidores* e *Gambiarras*, que falavam, como os nomes implicam, sobre o que se passava por trás das cortinas, assim como informavam sobre seus atores e quem circulava pelos teatros.

Outras colunas também se preocupavam em saciar a curiosidade dos leitores acerca dos bastidores de outros setores, como os espaços e/ou zonas de prostituição. Primeiramente chamada de *Carteira do Peru*<sup>168</sup> e depois denominada de *Nas Zonas*, essa coluna divulgava fofocas e histórias sobre atrizes e também sobre prostitutas. É interessante notar a junção dessas duas personagens, *a priori* pouco relacionadas, em uma só coluna, porém, frisamos que nessa época era muito comum as atrizes serem taxadas de prostitutas. Muitas artistas eram vistas somente como objetos de prazer, não cabendo ao homem civilizado nada mais que uma breve diversão de forma íntima. A *Revista de Theatro & Sport*, de 1918, foi taxativa ao afirmar que “o teatro para a maioria das nossas atrizes não é meio de vida. O dinheiro que elas gastam e desperdiçam não provem da arte que exibem no palco; o dinheiro vem da prostituição”, ou seja, para elas era “muito mais fácil ganhar farto dinheiro entregando o corpo ao pecado, do que conseguir sem as delícias do vício”<sup>169</sup>.

<sup>168</sup>. Segundo o *Dicionário Moderno* de Bock, Peru tinha como significado: “substantivo galinaco de tolice crônica. Ave de penas, grupo 20, coió tolo que anda fazendo roda às mulheres”. Desse modo, “Peru” estava relacionado ao ato de “cortejar” as mulheres, representava um conquistador (coió) tolo. BOCK (org.). *Dicionário Moderno*. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903 *apud* PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 263.

<sup>169</sup> PINHEIRO, Marques. Causas da decadência do teatro nacional – Os Artistas. In. *Revista de Theatro & Sport*, ed. 172, 09/02/1918, p. 16.

No início, essa coluna era assinada por “Chico Bumba”, pseudônimo de um importante proprietário de uma casa de prostituição<sup>170</sup>, depois ficou sob responsabilidade de “Língua de Prata”. Porém, essa sessão tem a especificidade de não possuir um colunista fixo, pois muitas vezes as histórias eram enviadas à redação por leitores ou leitoras. A exemplo desta: “Garantiu-nos a Carmem, do ‘Chopp’ da zona Mem de Sá, que a sua colega Cecilia Caricata lhe dissera que não comprava ‘O Rio Nu’ porque é uma mulher decente!”<sup>171</sup> Esta colocação não só evidencia a existência de leitoras femininas, que podiam demarcar o jornal como indecente, como nos faz pensar também que a própria coluna poderia não ser tão querida entre aqueles que faziam parte ou frequentavam ambientes ligados à prostituição.

Outras seções de sucesso n’*O Rio Nu* foram a *Rua do Ouvidor* e *Avenida Central*, que traziam as peripécias de *Vagabundo*, personagem fictício e redator dessas colunas, por esses locais. Sempre acompanhado de sua “mulata Filopancia”, as histórias, muitas vezes, eram usadas para criticar ou ridicularizar figurões (reais) da política ou, como acontecia usualmente, narrava cenas escandalosas que ele ia presenciando ao andar pela cidade. O mais interessante nesta coluna é que o redator é a personificação de tudo o que o jornal se propõe: “um sujeito útil ainda brincando”<sup>172</sup>, ou seja, por mais que muitas das histórias narradas tivessem o toque fictício e/ou humorístico, havia nelas alguns fatos reais com os quais certamente parte dos leitores identificaria assim que lesse. Além disso, “associam-se neste personagem, uma imagem de virilidade, de ‘popular’ e de ‘crítica’ que revelam os sentidos que a noção de ‘masculino’ carregava para os redatores, e que faziam sucesso entre os leitores”<sup>173</sup>.

Houve espaços nos jornais que cabiam aos leitores contribuir. As colunas *Perguntas e Respostas*, *Nossa Advinha* e *Motte a Concurso* necessitavam da participação do público para se manterem na publicação. No tocante às duas primeiras, consistiam basicamente na divulgação de uma pergunta ou charada em tom malicioso; os leitores enviavam as suas repostas mais criativas e não só tinham a chance de aparecer na edição seguinte, como concorriam a prêmios. Na terceira, *Motte a Concurso*, as coisas não eram tão diferentes. Em uma edição o periódico dava dois versos que deveriam ser glosados pelos leitores, os resultados saíam com intervalo de um número e a melhor colaboração ganhava prêmios, tal qual nas colunas anteriores. Para o mote “ela punha a mão na frente, ele punha a mão por traz”, o impresso recebeu glosas como:

<sup>170</sup> “Carteira de um Peru”. In: **O Rio Nu**, ed. 696, 08/03/1905, p. 7.

<sup>171</sup> “Nas Zonas...”. In: **O Rio Nu**, ed. 1242, 11/06/1910, p. 7.

<sup>172</sup> “Rua do Ouvidor”. In: **O Rio Nu**, ed. 914, 10/04/1907, p. 3.

<sup>173</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 63.

Indo banhar-se à corrente  
 Rosa e seu primo Renato,  
 Com vergonhoso recato  
*Ella punha a mão na frente.*  
 Mas Renato sorridente,  
 Chegando-se mais e mais,  
 Agarrou a prima e... zás!  
 Que audaciosa porfia!!  
 Enquanto ela remexia  
*Ele punha a mão por traz.*  
 Didinho<sup>174</sup>

Vale destacar que nessas seções e no jornal, em geral, nem tudo que chegava à redação acabava sendo publicado. Os redatores faziam questão de deixar claro que havia um limite para o conteúdo das participações de seus leitores. Certa feita, o periódico ressaltou que as glosas e as respostas deveriam ser “maliciosas, satíricas e muito engraçadas, mas sem ofensa à moral”<sup>175</sup>. Em outro momento, após solicitarem as repostas para uma charada, o jornal frisou que as resoluções deveriam ser feitas com graça, porém “sem linguagem escabrosa”<sup>176</sup>. Em 1912, eles assinalaram que “os trabalhos enviados serão submetidos ao juízo da redação, que publicará ou não, conforme o entender”<sup>177</sup>. Sendo assim, aquilo que não estivesse dentro do padrão estabelecido pelo impresso, certamente não seria publicizado. Para nós, isso não só denota a existência de um excesso por parte dos leitores ao enviarem seus textos, como demonstra que o próprio *Rio Nu* enxergava-se em um patamar não tão permissivo, não tão pornográfico, como muitas vezes foi taxado. Até nele, a malícia possuía limites que deveriam ser respeitados.

À guisa de conclusão, destacamos a *Bibliotheca d’O Rio Nu*, espaço presente em boa parte da existência do jornal e tinha como objetivo a divulgação e venda dos “romances para homens”. Em um dos vários anúncios, a coluna apresentava-se da seguinte forma:

Leitura boa, empolgante, que proporciona ao leitor momento de verdadeiro prazer e delícia... fazendo desaparecer a tristeza e renascer a alegria ao mais macambuzio mortal.

A leitura da **Bibliotheca d’O Rio Nu** faz rir às bandeiras despregadas, porque é de fato cheia de hilariantes humorismo além de ser **maliciosa e... picante**, o que quer dizer que a **Bibliotheca d’O Rio Nu** pode ser chamada por excelência a **Bibliotheca do Solteirão**, por serem as suas obras o que melhor tem aparecido no gênero malicioso, e próprias portanto, para leitura reservada, ou seja: **Leitura só para homens...** [...] <sup>178</sup>

<sup>174</sup> “Motte a Concurso”. In: **O Rio Nu**, ed. 44, 03/12/1898, p. 3.

<sup>175</sup> “Aos nossos leitores e colaboradores”. In: **O Rio Nu**, ed. 523, 11/07/1903, p. 3.

<sup>176</sup> “Concurso de repostas”. In: **O Rio Nu**, ed. 746, 30/08/1905, p. 2.

<sup>177</sup> **O Rio Nu**, ed. 1404, 03/01/1912, p. 4.

<sup>178</sup> *Bibliotheca d’O Rio Nu*. In: **O Rio Nu**, ed. 1118, 31/03/1909, p. 8.

Tais romances poderiam ser remetidos para qualquer localidade, desde que fossem enviados à redação o endereço do destinatário. Em 1912, houve outro meio para aqueles que não podiam comprar livros desse gênero no jornal ou até mesmo receber em suas residências: eles poderiam adquiri-los em agências filiadas ao *Rio Nu* espalhadas pelo País. Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Belém, Ribeirão Preto (SP), Niterói (RJ) e Porto Alegre, eram algumas das cidades em que estavam localizadas essas agências<sup>179</sup>.

A literatura esteve presente n’*O Rio Nu* para além da Biblioteca. Por meio da publicação de folhetins, pequeninas narrativas e contos, o impresso mantinha os leitores entretidos, entusiasmados e, ainda, educava-os para o mundo civilizado que estava em construção. Como já dissemos, a terceira parte desta pesquisa irá ter como foco de análise os contos publicados pelo periódico. Se em uma primeira leitura eles soam somente como histórias de sedução, em uma análise mais cuidadosa revelam-se como um “manual” para o leitor *smart* (o homem civilizado) acerca das mulheres. Os tipos que deveriam ser almejados e rejeitados por eles estão expostos nessas narrativas “singelamente” eróticas.

---

<sup>179</sup> “Biblioteca d’O Rio Nu”. In: **O Rio Nu**, ed. 1411, 27/01/1912, p. 4.

## CAPÍTULO 2

### **“PERSEGUIÇÃO AO NU”: OS LIMITES DO OBSCENO E OS SENTIDOS DA PORNOGRAFIA POR MEIO DO EMBATE ENTRE JOAQUIM IGNÁCIO TOSTA E *O RIO NU***

O sol despontou cedo naquela manhã de 24 de março de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. O calor veranil ainda se fazia presente, apesar da mudança de estação. Nos fundos de um armazém-botequim próximo à elegante rua do Ouvidor, um comerciante preparava-se para mais um dia de labuta. Ao abrir seu estabelecimento, passou a observar a região: carros começavam a transitar, funcionários dos jornais circunvizinhos passavam desejando-lhe “Bom dia!”, os vendedores das sapatarias, perfumarias e chapelarias chegavam às suas respectivas lojas, os ambulantes estabeleciam-se nos seus postos de trabalho pela rua e toda sorte de trabalhadores – de tons, corpos e nacionalidades diferentes – circulavam de um lado para o outro em direção aos seus locais de serviço.

Distante dali, em um palacete localizado no bairro de Botafogo, um empresário arrumava-se para mais um dia de trabalho. No momento do seu desjejum, ao passo que era servido pela criada, iniciava a sua leitura matinal dos principais jornais da cidade. Tornou-se tradição inteirar-se das principais notícias antes de ir para a tecelagem, e, para isso, ele habitualmente começava pelo mais antigo e o mais prestigiado periódico da cidade: o *Jornal do Commercio*, sempre em busca de notícias confiáveis e em primeira mão. Entretanto, o que tendia a ser uma leitura *en passant*, naquele dia demorou um pouco mais. Uma notícia chamou a sua atenção.

Ao mesmo tempo, no botequim, um grupo de rapazolas já discutia, calorosamente, a notícia publicada pelo prestigiado jornal. O comerciante, estranhando o falatório, aproximou-se do grupo e antes mesmo de perguntar o que estava havendo foi inserido na conversa com uma enxurrada de questionamentos. Sem entender patavinas do que eles estavam falando, o comerciante questionou a razão para tanto alvoroço. Os jovens lhe explicaram que eles estavam comentando uma acintosa circular veiculada pelo *Jornal do Commercio*. Curioso, o comerciante leu a notícia:

“Directoria Geral dos Correios – Subdirectoria do expediente – 2ª secção – Rio de Janeiro, 21 de março de 1910 – Circular n. 162 – Chamo a vossa atenção para o fiel cumprimento da circular desta directoria n. 39, de 28 de abril de 1903, e recomendo-vos que, nos termos do n. 5 do art. 5 do regulamento actual, não faças distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos “Rio Nu” e “Sans Dessous”, publicados nesta capital e outros semelhantes impressos nos Estados.

Taes publicações, quando por descuido ou negligência dos empregados do correio chegarem a transitar em qualquer repartição postal, devem logo que forem apprehendidas, ser immediatamente inutilizadas de accordo com o n. 2 do art. 143 do Regulamento.

O não conhecimento desta ordem por parte de qualquer empregado dará lugar à pena de suspensão estatuída no n. 9 do art. 496, do Regulamento vigente. Saúde e fraternidade. – O diretor geral, *Joaquim Ignacio Tosta.*” [sic].

Ao final da leitura o comerciante estava boquiaberto e ao ser perguntado sobre sua opinião, foi categórico ao discordar da decisão imposta pela circular. Salientou que a leitura daqueles jornais, principalmente d’*O Rio Nu*, não lhe fazia mal algum, que lia o impresso, nem aos seus amigos que às vezes pediam para ele ler algumas seções do periódico. “É uma folha feita para divertir!”, afirmou. O coro de concordância entre o grupo de rapazolas foi unísono.

No casarão de Botafogo, o empresário também se encontrava embasbacado. “Como os Correios pretendiam impedir a distribuição de tais impressos?”, preocupava-se. “Se queriam impedir a distribuição, poderiam muito bem impossibilitar a publicação!”, cogitava para si, apreensivo. Era notável que a notícia o tinha abalado. “Como ele poderia continuar lendo o seu *Rio Nu* diante de tal ato censório?”, “Ele poderia ser julgado por aqueles que não liam o periódico?”, “As suas diversões semanais estavam por acabar?”, os pensamentos pululavam em sua mente.

Os dias se passaram e a circular publicada no *Jornal do Commercio* continuou rendendo debates.

Ao sul do Vale do Paraíba, na cidade de Taubaté, o simpático Zeca Gome recebeu um telegrama que o deixou surpreso:

“*Rio Nu* dessa vês non chega p’ras incomenda, que seu Tosta non deixa ninguem non lê. Depois que seu Tosta tomô batina non qué que os ôto leia o *Rio Nu*. Entonces baxô um aviso que dis ansim: ‘Só a gente do correio pôde lê o *Rio Nu* i manda p’ra mim lê. Sim que tudo tive lido, tem de fazê uma foguera p’ra ninguem non lê mais; que um jorná bão ansim deve sirvi p’ra distrahi nós que tamo ganhando pouco i trabaiano munto” [sic]

Após passar a notícia para os seus confrades, o clima de desolação foi total. A população chorou de tal forma que “o largo da estaçon encheu num instantinho”. Os seus amigos ficaram em uma situação de dar dó! “Seu Feitosa foi o premero que chorô, depois seu Benidito Andrade chorô tanto, que parecia que tavo matando elle. Seu Gambogi, má comparado, inté parecia um bezerro desmamado: dava cada berro!”. Para eles era inadmissível tal decisão. Assim como para o nosso comerciante carioca, o jornal oferecia algum tipo de diversão para esses senhores.

A situação ficou tão crítica na cidade que a lamentação deu lugar a briga. Seu Fernando – que estava inconsolável com a notícia e quase se suicidou quando soube – e seu Benedito pegaram a discutir. O que tinha começado com uma menção à proibição do Tosta, abriu espaço para troca de farpas:

- Você tá chorando, ieu bem sei pramode que é, seu coroca!
- Pramode que é de sê, seu bobo? Você non sabe que agora seu Tosta só é que qué lê o *Rio Nu*?
- Você tá é cum ciúme de seu Gigli, que foi chorá no qualto co’ as candonga de você.
- Dêxa de graça cummigo, seu Benidito!
- Todo mundo já sabe; você non pensa que os ôto é bobo. [*sic*]

Se não fosse a esposa de seu Fernando para intervir, a desavença chegaria às vias de fato.

\*\*\*\*

As narrativas apresentadas acima apesar de possuírem um tom fictício, têm como base a verídica circular promulgada pelo diretor geral dos Correios, o senhor Joaquim Ignácio Tosta, publicada pelo *Jornal do Commercio*<sup>180</sup>. A segunda história, em especial, foi retirada da edição 1224 d’*O Rio Nu*<sup>181</sup>. O documento foi uma surpresa para todos, principalmente para boa parte da imprensa. No conturbado ano eleitoral, em que concorreram à presidência Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa e os principais jornais pareciam não ter outra pauta para discutir a não ser o pleito, a decisão do chefe dos Correios foi analisada e comentada por muitos. Houve diversos debates acerca da legalidade e das implicações que tal resolução poderia ocasionar.

*O Rio Nu*, como pudemos apreender no capítulo anterior, foi um importante periódico de “gênero alegre” que circulou dentro e fora do Brasil por quase duas décadas. Revelamos sua estrutura editorial, as pessoas que passaram por sua redação e entendemos o contexto em que

---

<sup>180</sup> A notícia foi transcrita do *Jornal do Commercio*, seção “Várias”, da edição de 24 de março de 1910 *apud* PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 80.

<sup>181</sup> “Cartas da Roça”. In: **O Rio Nu**, ed. 1224, 9/04/1910.

ele surgiu na imprensa. Neste capítulo, o nosso objetivo é outro. Já conhecido o protagonista da dissertação, vamos compreender nas próximas páginas como *O Rio Nu* pode ser visto como uma expressão do que se entendia, para alguns setores da sociedade, por pornografia no início do século XX. Junto a isso, visamos apreender os limites que o obsceno possuía (ou deveria possuir) em 1910. Em nossa perspectiva, a circular promulgada pelo diretor dos Correios nos revela mais que uma simples peleja entre a instituição postal e o impresso, e é isso que visamos descortinar no decorrer deste capítulo.

No entanto, *a priori*, faz-se necessário retornarmos à cruzada que Ignácio Tosta empreendeu contra os jornais obscenos. Neste primeiro excerto do texto é nossa intenção narrar os meandros do conflito mencionado, e para tal buscamos respostas para os seguintes questionamentos: Quem foi Joaquim Ignácio Tosta? Qual o contexto que influenciou sua decisão? Qual foi a posição da chamada “grande imprensa” perante tal documento? Como reagiu *O Rio Nu* diante de tal medida? Vamos descobrir!

## 2.1 “L’Europe em danger”<sup>182</sup>: O combate à pornografia no velho mundo

Para compreendermos as razões que levaram Joaquim Ignácio Tosta a promulgar a circular, é necessário conhecermos o contexto que influenciou tal medida. Voltemos no tempo, afastemo-nos do espaço carioca e vislumbremos personagens diferentes.

Paris, 1908. Sob a liderança do senador francês René Bérenger, quarenta e seis entidades civis antipornográficas oriundas da Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Hungria, Itália, Noruega e Suíça reuniram-se com outras cinquenta associações francesas em maio daquele ano para discutir ações mais eficazes contra a imoralidade veiculada na imprensa. O evento foi denominado *Congresso Internacional contra a Pornografia* a partir de uma iniciativa da *Sociedade de Protesto contra a Licença das Ruas*, agremiação fundada por Bérenger em 1894, junto com a *Associação Suíça Contra a Literatura Imoral*<sup>183</sup>, criada em 1883 em Genebra<sup>184</sup>. Como se vê, o combate à pornografia é bem mais antigo que o polêmico caso envolvendo Ignácio Tosta e *O Rio Nu* no Rio de Janeiro de 1910.

<sup>182</sup> Tradução: “A Europa em perigo”. Cf.: STORA-LAMARRE, Annie. Le livre em question: La censure au Congrès international contre la pornographie (Paris, 1908). In: Mil neuf cent. *Revue d'histoire intellectuelle*, n. 7, 1989, p. 93. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/mcm\\_0755-8287\\_1989\\_num\\_7\\_1\\_980](https://www.persee.fr/doc/mcm_0755-8287_1989_num_7_1_980). Acessado em: 06/01/2020.

<sup>183</sup> *Association Suisse Contre la Littérature Immorale*. *Idem*, p. 90.

<sup>184</sup> Segundo Annie Stora-Lamarre, Genebra seria uma espécie de modelo para os moralistas franceses. *Idem*, p. 89.

Desde meados do século XIX, pelo menos, alguns segmentos sociais europeus mobilizavam-se contra a circulação de impressos tidos como obscenos, a exemplo da *Sociedade para a Supressão do Vício*, fundada na Inglaterra de 1802, que “atuava sobretudo no combate ao comercio clandestino de publicações obscenas” e era bastante rígida no cumprimento de seus deveres. “Durante os seus 55 anos de atividades, a Sociedade moveu 159 processos, dos quais apenas cinco resultam em absolvição.”<sup>185</sup> Esses materiais espalhavam-se com certa rapidez e atingiam uma popularidade expressiva devido ao preço acessível que possuíam e ao avanço tecnológico presente nessa época com relação à impressão. “A fotografia, uma recente descoberta, estabelece as bases para o rendoso negócio de ‘retratos indecentes’. Os grandes clássicos do gênero, já devidamente catalogados pelos editores, começam a ser publicados com ilustrações, o que incentiva ainda mais os aficionados”<sup>186</sup>. Em suma, o sucesso do gênero era inegável e enquanto os grupos discordantes tentavam suprimi-los, acabavam fazendo propaganda dessas publicações.

Somente no final do século XIX grupos privados passaram a surgir tendo como objetivo a busca por medidas mais eficientes para se combater a imoralidade. Alguns exemplos são a – já mencionada – *Associação Suíça Contra a Literatura Imoral* e a *Liga pela Recuperação da Moralidade Pública*, criada em Paris no ano de 1883. Ambas possuíam uma forte influência protestante e por muitos anos estabeleceram um significativo intercâmbio de informações.

Estes grupos tinham interesses em internacionalizar o debate estendendo o enfrentamento à pornografia para além da Europa. Em 1893, o historiador suíço Eugène de Budé fundou o *Bureau Internacional de Informações contra a Literatura Imoral*<sup>187</sup>, que tinha como propósito a união de diferentes povos diante da ameaça pornográfica. Era fundamental, segundo o historiador, multiplicar e articular associações internacionais de combate às publicações obscenas. De acordo com o manifesto inicial do evento, os Estados Nacionais deveriam preocupar-se com o “flagelo devastador das almas”<sup>188</sup> assim como eles se preocupavam com os surtos de cólera e da peste bovina. O entendimento era de que a pornografia tinha deixado de ser um problema limitado às fronteiras nacionais, para tornar-se uma preocupação mundial. Assim como quaisquer outros bens de consumo, a pornografia circulava por diversas nações. Era exportada e importada internacionalmente sem maiores problemas, em um cenário de clara

<sup>185</sup> Ambas citações estão em: MORAES, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra M. **Op. Cit.**, p. 33.

<sup>186</sup> **Idem**, p. 32.

<sup>187</sup> Bureau international contre la littérature immorale. STORA-LAMARRE, Annie. **Op. Cit.**, p. 90.

<sup>188</sup> No original, “fléau dévastateur des âmes”. **Idem**, p. 90.

expansão capitalista, e isso não poderia seguir funcionando. Essa preocupação perdurou até 1908 no *Congresso Internacional contra a Pornografia*.

Além de as delegações presentes no Congresso considerarem a pornografia como uma atividade venérea, referente ao desejo e que estavam quase sempre mascaradas pela ciência, higiene e pela arte, elas entendiam que o livre acesso e comércio de obscenidades era uma ameaça aos interesses das nações. Segundo os relatórios dessas delegações, a decadência moral estava ligada fortemente à “enorme propagação de imagens e publicações ‘obscenas’”<sup>189</sup>. Ou seja, o perigo não estava na existência da pornografia em si, mas na sua divulgação, no seu alcance e na sua visibilidade, além, é claro, na sua produção.

A proposta, criada por Bérenger e divulgada no evento, tinha como intenção articular as legislações de cada país que se comprometesse com o combate à pornografia. Era extremamente importante criar leis e meios de controle mais efetivos. No último dia de Congresso, as associações elaboraram relatórios que descreviam as condições do comércio pornográfico e da legislação coercitiva em seus respectivos países. A conclusão foi unânime e a realidade mostrada, segundo Bérenger, era óbvia: 1) a maioria das legislações eram ineficazes na repressão da prostituição; 2) era preciso que os governos adotassem leis mais rígidas que punissem não só a oferta e venda de desenhos, escritos ou objetos obscenos, mas também a sua produção e distribuição; 3) era preciso articular as legislações coercitivas a fim de internacionalizar a ofensiva<sup>190</sup>.

No Brasil, as ações do congresso internacional ecoaram. Em julho daquele mesmo ano, ocorreu no Rio de Janeiro o *Segundo Congresso Católico* no qual, entre as deliberações, foi decidido enviar a Bérenger uma “moção de aplausos” pelo “patriótico movimento antipornográfico” que estava em curso na França sob a direção do senador. Deliberou-se ainda estabelecer alguma pressão sobre o governo brasileiro a fim de “obter a maior solicitude e energia das autoridades na repressão da pornografia, dos teatros escandalosos e de tudo quanto constituía afronta ao pudor público”<sup>191</sup>. Para isso, eles visavam nomear uma comissão que estudasse a suficiência das leis brasileiras relativas a esta matéria e, caso o resultado não saísse como esperado, pressionariam o Congresso com o intuito de que se decretasse leis mais eficazes. Também decidiram pela fundação de uma *Liga AntiPornográfica* brasileira com sede

<sup>189</sup> No original: “l'énorme propagation d'images et de publications ‘obscènes’”. *Idem*, p. 93.

<sup>190</sup> BÉRENGER, René. La traite des blanches et le commerce de l'obscénité. In: *Revue des Deux Mondes*, tomo 58, 1910, p. 100. Disponível em: <https://www.revuedesdeuxmondes.fr/article-revue/juillet-1910/>. Acessado em: 06 jan. 2020.

<sup>191</sup> “Segundo Congresso Catholico”. In: *O Paíz*, ed. 8702, 31/07/1908, p. 4.

no Rio de Janeiro. Os planos da *Liga* só foram concretizados na prática em 1912, mas dentro desse período iniciativas foram tomadas almejando o combate à pornografia<sup>192</sup>.

Voltando à Europa, ao final do *Congresso Internacional contra a Pornografia*, foi decidido convocar uma conferência internacional (para além de nações europeias) na qual os governos iriam discutir medidas necessárias para a elaboração de uma legislação voltada para o combate à pornografia em nível mundial. A França prontificou-se como anfitriã e, em 1910, reuniram-se em Paris representantes de diversos países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Espanha, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, México, Países Baixos, Rússia e Suécia para a *Conferência Diplomática Internacional*. O evento teve como objetivo o combate severo à produção e à circulação de publicações obscenas nos países participantes e contou com a presença de representantes de Estado, além de entidades civis.

O visível caráter político da conferência evidência para nós uma real preocupação dos governos internacionais com a proliferação da obscenidade. O encontro visou estabelecer uma regulamentação para a pornografia nos países signatários a partir de leis que punissem a produção, o comércio e a divulgação de imoralidades em seus territórios. Apesar de alguma ou outra dificuldade, pode-se dizer que nesse evento foram lançadas as bases que fundamentariam a regulamentação da pornografia em diversos países a partir de então, incluindo o Brasil.

A preocupação naquele momento, principalmente de Bérenger, era de que a imoralidade havia atingido os limites do intolerável e estava em toda parte. Era algo que cada vez mais fugia do controle e tinha como uma das culpadas a revolução científica e tecnológica que vinha ocorrendo desde o século XIX. Havia sido estabelecido um comércio pornográfico internacional que quanto mais era criticado e/ou combatido mais público conquistava e tornava-

---

<sup>192</sup> Em 1912 foi fundada no Rio de Janeiro a *Liga AntiPornográfica* por iniciativa da *União Católica Brasileira*. Seu objetivo era o combate à pornografia em todos os campos em que ela estivesse presente. Uma das figuras mais famosas dessa organização foi o Pio Benedicto Ottoni, presidente da *União* e Delegado Suplente da Polícia – escolhido pelo próprio chefe da instituição na época, o senhor Belisário Távora. Sua atuação como funcionário público era combater toda sorte de pornografia que pudesse ser encontrada na capital federal. O desempenho do jovem delegado, que tinha como auxiliares todos os delegados e comissários dos distritos da cidade, foi pauta de inúmeras matérias jornalísticas sendo ora elogiado, ora criticado. No entanto, ele não ficou muito tempo no cargo. Convocado em fevereiro de 1912, Ottoni foi dispensado da função em abril daquele mesmo ano após inúmeras polêmicas e acusações de abuso de poder no tocante à censura teatral. A *Liga* naquele ano ainda tentou buscar outros meios para atingir o seu objetivo, mas nenhum acabou dando certo. Com a deflagração da I Guerra Mundial, em 1914, o movimento internacional antipornográfico foi suspenso. Somente em 1917 é que atividades foram retomadas, pelo menos no Brasil, e ações começaram a ser postas em prática. Naquele ano a *Liga AntiPornográfica* foi rebatizada como *Liga pela Moralidade* e manteve os objetivos do passado. Foi somente a partir dos anos 1920 que o Estado passou a legislar a favor do combate à pornografia. Em pouco tempo repensou a regulamentação das casas de diversão, tais como bares e cabarés, e regulou a liberdade de imprensa, tornando crime a venda de qualquer impresso que ofendesse a moral e os bons costumes. Ver: CARDOSO, Erika Natasha. **Op. Cit.**, p. 256-270; EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 278-281.

se cada vez mais “universal”. Para Bérenger, as legislações dos países deveriam estar afinadas aos novos centros urbanos, que cresciam e/ou reformulavam-se vertiginosamente. Não era mais cabível a manutenção de leis antigas, se novas realidades estavam se estabelecendo. Não se poderia mais proibir somente a venda, era preciso proibir a criação do material.

Ao final da Conferência, postulou-se algumas resoluções que deveriam ser cumpridas pelos países signatários:

O Art. 1º estabelecia punição para aqueles que “fabricam ou possuem escritos obscenos, desenhos, imagens ou objetos com a finalidade de comércio ou distribuição”<sup>193</sup>. Percebeu-se que de nada adiantava a prisão dos vendedores, facilmente substituídos nesse comércio, se não acabassem com a fonte dos materiais.

O Art. 2º previa punição para aqueles que importassem, exportassem ou transportassem pornografia. Em suma, era vetado qualquer forma de circulação. A proposta era uma novidade naquela época, porque poucos países interceptavam pornografia na Alfândega; se ocorria, era por meio de meios escusos. Bérenger alertava, porém, que para a inclusão de tal medida se fazia necessário revisar todas as leis alfandegárias de forma que não sobrassem brechas que pudessem favorecer o comércio pornográfico.

Os art. 3º e 4º encerram a proposta e assemelham-se: ficava proibido, independentemente do quão camuflado fosse, toda a forma de comércio pornográfico. Qualquer reclame, mesmo que ele não fosse obsceno em si, estava vetado. Agora ia-se além da publicidade, o mínimo de suspeição que fosse levantado sobre um material já seria o suficiente para o seu dono ser punido.

Bérenger almejava lograr conquistas internacionais significativas, mas tinha noção de que as coisas não funcionavam tão fácil e rapidamente, portanto, ele sugeriu que até que as leis ficassem prontas ações paliativas deveriam ser tomadas. Na prática, as resoluções da Conferência só foram, de fato, ganhar alguma importância a partir de 1923, anos depois da morte do senador, em 1915. De toda forma, as ações de Bérenger foram inspiradoras para movimentos similares no Brasil e assim como ocorreu na Europa, religiosos tomaram a frente desse combate. Lá, o protagonismo coube aos protestantes, por aqui, aos católicos.

---

<sup>193</sup> Esta citação e todos os quatro artigos mencionados estão em: BÉRENGER, René. **Op. Cit.**, p. 101.

## 2.2 Jornais mundanos na mira dos católicos

No mesmo ano em que ocorreu a *Conferência Diplomática Internacional*, o diretor geral dos Correios da República, o baiano Joaquim Inácio Tosta, decidiu proibir a circulação dos jornais de “gênero alegre” *O Rio Nu* e o *Sans Dessous* pelas repartições postais. A ação, que pegou a imprensa de surpresa, foi uma das sementes lançadas pela Conferência que acabou germinando em terras cariocas naquele momento. Antes, porém, de adentrarmos nos detalhes da proibição, vamos conhecer brevemente quem foi Joaquim Ignácio Tosta.

Baiano, nascido no engenho Capivari, em Muritiba, na comarca de Cachoeira, no dia 12 de julho de 1856, Joaquim Ignácio Tosta estudou na Faculdade de Direito do Recife. Em seu quinto ano de curso tornou-se deputado provincial por Pernambuco. Retornou à Bahia anos depois e na cidade de São Félix de Paraguaçu fundou o jornal *A Pátria* – importante porta-voz da localidade – tornou-se conselheiro e juiz de paz. De 1882 a 1889 foi deputado provincial pela Bahia e no cargo conseguiu aprovar inúmeros projetos, a exemplo: do projeto de isenção do imposto de exportação do açúcar embarcados em sacos de algodão e do projeto de proteção aos lavradores e criadores de gado. Também foi um defensor dos direitos dos professores, assim como do alargamento do ensino primário e secundário<sup>194</sup>.

Com a Proclamação da República tornou-se deputado federal e foi um dos participantes da elaboração da Constituição promulgada em 1891. Pioneiro na organização dos direitos do trabalhador brasileiro, Tosta apresentou e defendeu, nos anos de 1901 e 1902, o projeto de Organização dos Sindicatos Agrícolas, sendo aprovado em janeiro de 1903. Reeleito em 1906, continuou sua luta em defesa dos interesses da agricultura baiana e pela aprovação do projeto de criação de um Banco Central de Crédito Agrícola em cada estado açucareiro. Em 1908 candidatou-se ao governo da Bahia pelo Partido Republicano, mas foi derrotado por João Ferreira de Araújo Pinho. Retornando ao Rio de Janeiro um ano depois, assumiu o cargo de diretor geral dos Correios Nacionais, porém não durou muito tempo, como veremos nas próximas páginas. Em 1911 foi nomeado delegado do Tesouro Brasileiro em Londres, posição que ocupou até morrer, no dia 4 de agosto de 1919. Casado com Maria Amélia Teixeira Tosta, teve dois filhos.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora FGV, 2015. E-Book. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TOSTA,%20In%C3%A1cio.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

<sup>195</sup> ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Idem**.



**Figura 16:** Dr. Ignácio Tosta  
**Fonte:** *Jornal do Brasil*, 05/08/1919



**Figura 17:** Prof. Joaquim I. Tosta  
**Fonte:** *Memorial da Faculdade de Direito da UFBA*

Depois de conhecermos a breve biografia de Tosta, retornemos aos fatos: aos momentos que precederam o conflito entre o diretor dos Correios e o nosso jornal. Em fevereiro de 1910, isto é, semanas antes da circular que proibia a distribuição d’*O Rio Nu* ser emitida, chegou às mãos do presidente Nilo Peçanha uma representação elaborada no ano anterior pelo Círculo Católico. Segundo *O Paiz*, a instituição – que era formada por várias associações religiosas – tinha como propósito agir “contra a perniciosa ação” que a “publicação e exibição da pornografia” exercia nos costumes brasileiros e assolava a “índole do nosso povo”<sup>196</sup>.

Na carta, os signatários quiseram inicialmente deixar claro que, apesar de eles possuírem razões particulares para indignar-se com a situação da imoralidade no Brasil, o que os motivou a escrever tal documento era o desejo de falar pela “causa da moral” e do “pudor público”, elementos essenciais às nações que não quisessem sucumbir ao “desmedramento e ruína”. As suas preocupações estavam direcionadas à “pública notoriedade” que a imoralidade possuía no Rio de Janeiro, assim como em todo o Brasil. Ela estava presente nas “exibições teatrais”, nas “folhas apregoadas e vendidas sob as vistas da autoridade”, “em fitas cinematográficas, que com viva realidade deparam sensualíssimas torpezas”, nos livros que circulavam sem quaisquer impedimentos e, principalmente, “na imprensa despejadamente licenciosa”, isto é, os “semanários e jornais”.<sup>197</sup> A intenção do grupo foi atribuir ao documento um caráter laico que

<sup>196</sup> “Propaganda Moralizadora”. In: *O Paiz*, ed. 9256, 06/02/1910, p. 4.

<sup>197</sup> “Propaganda Moralizadora”. In: *O Paiz*, ed. 9256, 06/02/1910, p. 4.

não denotasse um simples ataque à imprensa ou aos teatros e que conquistasse o apoio do chefe de Estado.

Um elemento bem visto pela organização eram os anúncios dos espetáculos imorais, que não deixavam dúvida quanto à classificação indicativa do público que poderia frequentar esses locais. Não era permitida a presença e/ou permanência de menores e senhoritas. No entanto, aos olhos dos integrantes do grêmio, esses avisos, ainda assim, não aliviavam a problemática da exposição. Segundo eles, esses “antros de perdição” não proibiam a entrada de três grupos sociais importantes: o adolescente, em “cujo organismo refervem paixões violentas e que assim tristemente se desvairam e viciam”; o homem do povo, que nesses locais “desaprende a pureza do lar doméstico e por malsãos apetites é atirado aos gozos ilícitos”; e o estrangeiro, que vai a esses locais a fim de conhecer nossos costumes e “que lá fora irá dizer que no Brasil às escancaras se pratica o que em outras cidades só por abuso e escondidamente se perpetra”<sup>198</sup>.

Vale destacar que a preocupação com o chamado “homem do povo” era uma constante na época. Era fundamental que o poder público estabelecesse controle sobre esse grupo. Em prol da manutenção da ordem social, eles não poderiam desviar-se da segurança e da ordem familiar, caindo em “gozos ilícitos”, tais como peças e fitas licenciosas, e nem poderiam seguir caminhos reprovados pela ordem socio-higiênica vigente na época. O modelo a ser almejado era o do “pai higiênico”, que, além de “prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da ‘raça’ e maximizar o patriotismo da sociedade”, não poderia ser libertino, celibatário ou homossexual. Esses, “os médicos apresentavam-nos como seres irresponsáveis e abomináveis, habitantes do submundo da saúde e do convívio social”<sup>199</sup>.

Em síntese, os três modelos de masculinidade reprovados pela literatura higiênica no início do século XX recusavam ou retardavam a paternidade. Os libertinos eram recriminados “por se exporem de modo temerário ao contágio das doenças venéreas, em especial a sífilis”, e por serem causadores de uma série de males domésticos, como “induzir a esposa ao adultério” ou “lançar as filhas à imoralidade”<sup>200</sup>. Os celibatários também incorriam em infrações venéreas, mas o problema estava em: casarem-se tardiamente, já estando velhos, o que poderia não render uma boa prole e desvirtuarem jovens moças – preferência desses senhores; e a recusa deles em exercer a paternidade. Muitos médicos criticaram os solteiros que porventura tornaram-se pais, mas não queriam arcar com as responsabilidades que a função exigia. Por fim, pior que ser um

<sup>198</sup> “Propaganda Moralizadora”. In: **O Paíz**, ed. 9256, 06/02/1910, p. 4.

<sup>199</sup> As citações estão contidas em: COSTA, Jurandir Freire. **Op. Cit.**, p. 240.

<sup>200</sup> **Idem**, p. 240.

mau pai ou recusar a ser um era negar a natureza masculina para ser pai, e aí estão os homossexuais.

De acordo com Costa, “o homossexual era execrado por (sic) sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na natureza doo homem” e aí eram arrolados inúmeros elementos que os “caracterizavam”. Porém, independente da questão sobre esse tema, a busca por razões que explicassem a homossexualidade recaía sempre nos “hábitos de educação da infância e na forma como se exercia a prostituição no Brasil”. Nesse sentido, tal orientação sexual existe, “porque os meninos não se exercitam fisicamente e tornam-se efeminados. Ou porque não se habituem a trabalhar e tornam-se indolentes, caprichosos e pouco vigorosos”<sup>201</sup>.

Dito isso, cabia ao Estado cuidar pela proteção desses tais “homens do povo”, pois eles não possuíam discernimento para distinguir o que era ou não imoral e necessitavam de auxílio político-higiênico – mesmo que não soubessem – para poderem adequar-se ao mundo urbano burguês que estava em formação.

Para reforçar a sua argumentação, o Círculo Católico utilizou como referência regulamentações e leis que tinham como objetivo o zelo pelos “bons costumes”, a exemplo do código 282 do Código Penal de 1890 que “na sua brevidade e concisão ele tudo abrange, no tocante as imoralidades”. Citaram também a legislação que mandava inutilizar mercadorias, cartões e impressos obscenos e imorais que chegassem aos Correios e às alfândegas. De acordo com a associação, seu intento não era pedir “rigores extralegais, nem medidas de exceção”<sup>202</sup>, mas sim incentivar o governo a cumprir as leis já existentes. Mais uma vez, a organização buscava, por meio de um discurso laico, a conquista de mais apoiadores, de preferência aqueles que legislavam sobre a sociedade.

Para os signatários, havia um claro culpado pela difusão de “venenos da corrupção e da imoralidade” no País: o industrialismo. Esse era “em parte movido por mãos estrangeiras”, que em vez de auxiliar-nos no combate à obscenidade, estavam “armando em nossas cidades prostíbulos e jogatinas ou corrompendo-nos com exposições desonestas”<sup>203</sup>. A presença de

---

<sup>201</sup> Todas as citações deste parágrafo, assim como os detalhes sobre cada personagem apresentados, estão em: **Idem**, p. 246-249.

<sup>202</sup> “Propaganda Moralizadora”. In: **O País**, ed. 9256, 06/02/1910, p. 4.

<sup>203</sup> “Propaganda Moralizadora”. In: **O País**, ed. 9256, 06/02/1910, p. 4.

estrangeiros na capital federal durante a *Belle Époque* gerou debates interessantes; era uma figura simbolicamente ambígua<sup>204</sup>.

Por um lado, era fundamental o reconhecimento civilizatório que parte dos estrangeiros poderia oferecer. Em busca desse objetivo, importava-se valores aristocráticos europeus, principalmente franceses e ingleses, e a “fantasia eurófila” tornava-se um elemento identitário e uma prova de que por aqui o progresso estava em curso<sup>205</sup>.

O *Sans Dessous*, o outro impresso perseguido por Tosta, ao fazer uma crítica a decisão do diretor católico, narrou um episódio envolvendo um famoso escritor francês que, ao decidir ir em um cinematógrafo carioca, foi alertado por “alguns moços patricios”, cheios de “zelos patrióticos e moralistas”, que as fitas em exibição eram muito imorais. O homem riu da ingenuidade dos rapazes e disse-lhes que não havia qualquer problema de sua parte e muito menos da atriz que lhe fazia companhia<sup>206</sup>. Para o redator da historieta, isso salientaria que a preocupação católica com a “civilização brasileira” era demasiada e descabida, pois as fitas vinham de países europeus, garantindo assim o caráter civilizado dos cinematógrafos, em especial,, mas também de vários outros setores, como a imprensa, haja vista que todos eles inspiravam-se também nas nações civilizadas como a França. Em outras palavras, o estrangeiro aparece aqui como sinônimo de modernidade, como um modelo a ser almejado.

Por outro lado, para tantos outros setores, em especial os católicos, era perigoso que os estrangeiros frequentassem exposições públicas de pornografia, pois poderiam ter em mente uma imagem degradante e incivilizada do país, uma vez que essas exposições poderiam fomentar a ideia de desorganização moral da sociedade brasileira. Nesse sentido, como vimos acima, esses personagens eram culpabilizados pela difusão da imoralidade no Brasil.

A representação do Círculo Católico, depois de vir à tona, não ficou sem resposta. *O Rio Nu*, “saindo da sua habitual e costumada linha trocista”, propôs-se a analisar a representação encaminhada a Nilo Peçanha. Os redatores esclareceram que apesar da notória intenção do grupo, foi inevitável eles não acharem graça do que fora publicado. Além disso, questionaram as razões do Círculo Católico por esse ter tomado como inimigo do pudor público a “imprensa

<sup>204</sup> A presença de estrangeiros no Rio de Janeiro era notável. Eles ocupavam os mais variados cargos e exerciam as mais distintas funções. Luiz Manzóllilo e Henrique Tocci, italianos residentes na capital federal, eram chefes da distribuição de vários periódicos, inclusive *O Rio Nu*. “Luiz Manzóllilo”. In: **O Rio Nu**, 1532, 5/04/1913, p. 2.

<sup>205</sup> Para mais detalhes, ver Jeffrey Needel sobre a apropriação de referências franco-inglesas pela elite carioca e seus significados como ideologia de dominação e afirmação de sua identidade. A ascensão do fetichismo de consumo. In: NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 185-208.

<sup>206</sup> “Pepinos e Nabos”. In: **Sans Dessous**, 17/02/1910 *apud* PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, p. 101-102.

presumidamente licenciosa” e não “os lupanares e casas de tolerância”. Esses locais, segundo o redator, alastravam-se pelo Rio de Janeiro “com o beneplácito da Polícia” e não geravam qualquer tipo de revolta, “campanha sem tréguas” ou “uma luta titânica”. Nesses espaços, de acordo com os jornalistas, ocorriam “os maiores escândalos”<sup>207</sup>, eram ambientes onde:

[...] a honra de muitos maridos é atassalhada vergonhosamente; onde muitas *senhoras honestas*, com ciência, às vezes, dos próprios maridos, vão rojar pela lama da devassidão os títulos de *virtuosas* e *exemplares esposas* que a sociedade lhes tributa; onde, ainda, são levadas pelas *próprias mães*, pobres raparigas destinadas a servirem de pasto libidinoso a um *endinheirado* qualquer, conseguindo assim, com o negociar infame da carne de sua própria carne, uma subsistência relativamente pouco trabalhosa; e onde, finalmente, costumam ser encontradas em flagrante delito de adultério, mas... ‘*no exercício da sua profissão*’... senhoras portadoras de pergaminhos e nomes respeitáveis?<sup>208</sup>

Outra crítica que *O Rio Nu* fez ao documento foi no tocante à lei que postulava a inutilização de mercadorias, impressos e cartões obscenos pelas alfândegas e pelos Correios. Segundo os redatores, era contraditório proibir o material brasileiro de circular enquanto “por aquela repartição” circulavam um “sem número de jornais, livros e revistas francesas bastante licenciosos” que alimentavam o mercado literário brasileiro conquistando “uma venda extraordinária”<sup>209</sup>.

É interessante notar que a postura do jornal salienta a sua visão sobre si, isto é, ao destacar espaços e produtos mais obscenos, entendiam que o que faziam não chegava a ser imoral o bastante para receberem atenção das autoridades. Existiam outros elementos e ambientes que exigiam maior preocupação e ainda assim eram preteridos. Para corroborar tal postura, o periódico levantou um argumento perspicaz: os jornais de “gênero alegre”, “não constituindo gênero de primeira necessidade, são apenas adquiridos por quem os quer”<sup>210</sup>. Ou seja, *O Rio Nu*, e a pornografia em geral, não existiam por uma questão de necessidade, mas sim de entretenimento e só era consumido por aqueles que queriam, cabendo aos que não se interessavam o simples direito de não os consumir. Pondo em outra perspectiva: o impresso não obrigava ninguém a comprar uma de suas edições, quem o fazia tinha plena consciência de suas ações e interesses. Dessa forma, para o bissemanário, o documento do Círculo Católico era um “atestado da moral que *hipocritamente* pregam”<sup>211</sup>, afinal, os inimigos da associação não

<sup>207</sup> “A Sério”. In: *O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2.

<sup>208</sup> “A Sério”. In: *O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2. Grifos originais.

<sup>209</sup> “A Sério”. In: *O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2.

<sup>210</sup> “A Sério”. In: *O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2.

<sup>211</sup> “A Sério”. In: *O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2. Grifos originais.

correspondiam a todos os espaços dedicados à pornografia, mas sim a um elemento específico, neste caso, o jornal.

Para nós, o artigo publicado pelo *O Rio Nu* não soou como uma crítica qualquer. Fez com que questionássemos se o periódico e o *Círculo Católico* já não possuíam algum atrito – seja institucional ou entre alguns dos seus integrantes – que, devido à ausência de fontes específicas, não foi possível identificar<sup>212</sup>. É fato que a representação publicada pelo grupo não mencionava o impresso, mas é possível pensar também que o documento tenha sido um meio de atingi-lo. É também notável a recomendação que *O Rio Nu* fez no final de seu artigo: “antes de prosseguirem na luta contra os ‘jornais licenciosos’, devem, e com máxima urgência, expurgar de seu seio os elementos que o prejudicam grandemente”<sup>213</sup>. De quais “elementos” eles estavam falando? Fica a dúvida... O que sabemos é que semanas depois, no dia 21 de março de 1910, a relação entre o presidente do *Círculo Católico*, Joaquim Inácio Tosta, e *O Rio Nu* tornou-se mais acirrada. A inimizade entre ambos estava declarada.

### 2.3 “O nu não pode transitar pelos Correios”

A circular, anteriormente mencionada, era bem explícita quanto ao seu objetivo: proibia a distribuição e expedição de correspondências que contivessem “desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos ‘Rio Nu’ e ‘Sans Dessous’, publicados nessa capital e outros semelhantes impressos nos Estados”. E foi bem categórica com relação à punição daqueles que descumprissem tal resolução: seria suspenso o funcionário que “por descuido ou negligência” deixasse transitar pelos Correios estes impressos, afinal a ordem era “logo que forem apreendidas” deveriam “ser imediatamente inutilizadas”<sup>214</sup>.

Não se pode negar que a resolução emitida por Tosta estava alinhada ao regimento interno dos Correios, que informava ser proibido a expedição ou distribuição de “artefatos, desenhos e publicações obscenas” e de “objetos com endereço ou dizeres injuriosos, ameaçadores ou

---

<sup>212</sup> Para o nosso trabalho, seria muito valiosa a existência de algumas fontes específicas, caso elas existissem, que nos ajudassem a compreender melhor o atrito entre o *Círculo Católico* e *O Rio Nu*. São exemplos: cartas, diários e/ou documentos oficiais de toda sorte. Ao que parece, somente razões externas influenciaram Tosta a empreender uma censura ao jornal de “gênero alegre”. Porém paira uma dúvida sobre detalhes obscuros, infelizmente inacessíveis a nós historiadores. Talvez tenham existido e, certamente, seriam importantes para nossa pesquisa.

<sup>213</sup> “A Sério”. In: **O Rio Nu**, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2.

<sup>214</sup> A circular foi publicada no *Jornal do Commercio*, seção “Várias”, da edição de 24 de março de 1910 *apud* PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.** Ela apareceu também na edição 1100 do jornal *O Século* publicada no dia 24 de março de 1910.

indecentes”<sup>215</sup>. Contudo, isso não evitou que boa parte da imprensa criticasse essa medida. O cargo de presidente que ocupava no Círculo Católico pesou contra ele nas análises feitas por diversos jornais a respeito do caso. Questionou-se se as suas atribuições no grêmio religioso não estavam interferindo diretamente na sua decisão como diretor geral dos Correios, afinal, era conhecida a atuação político-religiosa do novo chefe.

Como deputado, Tosta teve participação significativa na criação da Constituinte de 1891, principalmente no debate sobre a separação entre a Igreja e o Estado. Católico convicto, ele teve suporte irrestrito da hierarquia católica baiana, que, ao apoiá-lo nas eleições de 1908 (assim como na de 1889), afirmou que:

Ele tem sido, e até com sacrifício, incansável advogado da classe agrícola do país e ardente defensor dos direitos da Igreja na imprensa e sobretudo, no Congresso Nacional. Pode-se, pois, afirmar que o sr. dr. Tosta é uma sentinela vista do catolicismo, um trabalhador que se bate a peito descoberto com o inimigo, sempre firme na defesa da causa católica social em nosso país.<sup>216</sup>

Em 1900, Ignácio Tosta teve uma atuação de destaque no 1º Congresso Católico Brasileiro de leigos, realizado em Salvador. Em 1903, tentou criar uma Federação Operária Cristã e em 1908 foi presidente do 2º Congresso Católico, realizado no Rio de Janeiro. Sua atuação político-religiosa ainda o envolveu na luta contra a lei do divórcio, a separação, a liberdade de cultos e o casamento civil. Até mesmo quando esteve fora do país, esteve em contato com o clero baiano<sup>217</sup>. *O Jornal do Commercio*, ao noticiar o seu falecimento em 1919, fez um breve perfil sobre sua carreira, destacando as suas ações de militante católico dentro do universo da política. Segundo o jornal, Tosta também foi contra o ensino leigo e a secularização dos cemitérios<sup>218</sup>.

Sendo assim, diante de tal histórico político-religioso, a imprensa não exagerava quando questionava as intenções do ex-deputado ao promulgar a circular.

---

<sup>215</sup> Decreto nº 2.230, de 10 de fevereiro de 1896; Art. 5º, § 5º e 6º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2230-10-fevereiro-1896-518912-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>216</sup> Revista Eclesiástica, janeiro de 1909. p. 55-56 *apud* SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia: A reestruturação do arcebispado primaz (1890-1930)**. 2006. 158p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, p. 55.

<sup>217</sup> Todas as informações sobre a atuação política-religiosa de Tosta foram retiradas de: **Idem**, p. 43-45.

<sup>218</sup> “Dr. Joaquim Ignácio Tosta – Seu falecimento em Londres”. In: **Jornal do Commercio**, ed. 215, 05/08/1919, p. 3.

### 2.3.1 Com a palavra, a imprensa

Dias depois da publicação da circular, *O Rio Nu* não poupou palavras para depreciar a ação de Tosta e ofender a sua pessoa. O seu artigo crítico iniciou chamando-o de “uma religiosa” e logo partiu para questionamentos quanto à licitude de sua ação, afinal o diretor era um funcionário público e, como tal, “tinha que sobrepor a Constituição às Horas Marianas e não fazer justamente o contrário”. A maior dúvida dos redatores era sobre as razões que levaram Tosta a tomar aquela decisão naquele momento, haja vista que ele estava no cargo de diretor geral há um ano “e só agora se lembrou de baixar o *ukase* ridículo” que, garantiram os redatores, “a justiça há de fazer desaparecer por ilegal e contraproducente”. Além do mais, eles argumentaram que nos doze anos de sua existência nenhum dos diretores anteriores, “menos moralizados que o sr. Tosta”, teve o “desplante de atentar contra a liberdade de um jornal”<sup>219</sup> que, segundo os jornalistas, a própria polícia não julgava imoral. Para eles, a explicação estava na forte ligação de Tosta com o Círculo Católico. Os seus deveres com a agremiação estavam se sobrepondo às suas funções públicas.

O *Correio da Manhã* afirmou que o diretor estava agindo “sob a inspiração de um círculo ou coisa que o valha, chamado da *Boa Imprensa*”<sup>220</sup>, organização essa que “funciona em Petrópolis e que em uma de suas últimas reuniões tratou largamente desse assunto”<sup>221</sup>. Para o *Correio*, tratava-se de um “trabalhinho inquisitorial do oficialismo público”, de uma “tática insidiosa e má”, que não só abria precedentes para “perseguições odiosas”, como facilitava os abusos. Para o jornal era difícil saber onde acabavam os “deveres administrativos” do chefe da repartição postal e onde começavam os “seus doces encargos moralizadores”<sup>222</sup>.

Assim como o *Correio*, a *Gazeta de Notícias* acreditava que Tosta tinha o “feito combativo de um inquisidor” e que sua decisão abria uma séria discussão acerca dos critérios que determinariam a inutilização das “publicações obscenas”. Parte da imprensa questionava-se: quais são as instruções básicas que fazem com que o diretor e os funcionários dos Correios decidam o que é ou não obsceno a ponto de destruí-lo? Para alguns, entre “o que é obsceno e o que pode ser considerado imoral – há uma grande diferença”<sup>223</sup> e para outros havia um

<sup>219</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral. In: **O Rio Nu**, ed. 1221, 30/03/1910, p. 2.

<sup>220</sup> **Correio da Manhã**, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1.

<sup>221</sup> “A Censura Postal”. In: **O Século**, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1. O “assunto” mencionado é a proibição do trânsito postal de impressos obscenos.

<sup>222</sup> **Correio da Manhã**, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1.

<sup>223</sup> “AQUI...”. In: **Gazeta de Notícias**, ed. 82, 23/03/1910, p. 1.

“abismo”<sup>224</sup> entre o que dizia o regimento dos Correios e o que o diretor geral queria fazer. A *Gazeta* apresentou a seguinte situação:

Um cartão postal com a reprodução da Vênus de Milo é imoral? A imensa maioria responderá prontamente que não, alegando que se trata de uma obra de arte. Mas é bom não esquecer que, por sua vez, a imensa maioria dos carteiros não conhecem a história dessa estátua. Para um homem simples do povo que lhe vir o retrato, será pura e simplesmente uma estátua de mulher nua. – Cai na proibição do Diretor dos Correios? É preciso saber.<sup>225</sup>

De forma semelhante, o jornal *O Século* cogitou:

Um conto brejeiro, uma anedota que dê margem à malícia humana, mesmo quando estejam impressos nas páginas circunspectas de um grave e moralíssimo periódico, podem ser tidos como obscenos pelo diretor dos Correios.<sup>226</sup>

Subliminarmente, as considerações acima chamaram a atenção para a incapacidade de discernimento de certos leitores e leitoras. Os exemplos expostos permitem-nos perceber que os autores diferenciavam os leitores que sabiam identificar a obscenidade daqueles que desconheciam qualquer critério de seleção, e, dessa forma, mereciam possuir o mínimo de instrução, assim como deveriam ser guiados em direção às ideias estabelecidas por setores “mais avançados”.<sup>227</sup> É perceptível também que parte da imprensa estava convencida de que faltava clareza nos critérios que Tosta iria utilizar para decidir o que era ou não imoral. “É preciso saber se agora cada carteiro vai ser um censor, um arbitro da moralidade ou imoralidade da correspondência que lhe entregar”<sup>228</sup>, argumentou a *Gazeta*. Na realidade, não se sabia se havia algum critério. “Como podem os empregados cumprir essa ordem, se lhe faltam instruções para o julgamento das publicações entregues à via postal?”<sup>229</sup>, perguntou-se *O Século*.

<sup>224</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1098, 23/03/1910, p. 1.

<sup>225</sup> “AQUI...”. In: *Gazeta de Notícias*, ed. 82, 23/03/1910, p. 1.

<sup>226</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1.

<sup>227</sup> Compartilhamos a percepção de Cristiana Schettini Pereira acerca desse tema: “Fosse porque entendiam facilmente, ou porque não entendiam convenientemente, ‘homens podres’, ‘mulheres’ e ‘adolescentes’ podiam tornar-se ameaçadores da ordem social se, saindo dos controles do Estado e dos pais, se deixassem seduzir pelas propagandas veiculadas nestes periódicos. Isso significa que a polemica em torno dos limites da moralidade sexual na imprensa era, em grande medida, mais um lugar onde leigos e católicos debatiam em torno das possibilidades de controle social: quem devia ser controlado, e por outro lado, quem devia controlar?”. PEREIRA, Cristiana Schettini. *Op. Cit.*, p. 98.

<sup>228</sup> “AQUI...”. In: *Gazeta de Notícias*, ed. 82, 23/03/1910, p. 1.

<sup>229</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1.

Em meio a toda essa incerteza, os jornais destacaram a falta de um elemento básico para pôr em prática a resolução: funcionários. Era notória a falta de funcionários nos Correios e era sabido que os seus serviços, como estavam sendo prestados, não era dos melhores.

O pessoal do Correio é insuficiente para o serviço, mesmo depois da última reforma. Assim, para examinar uma a uma as publicações, haverá fatalmente o retardamento das malas e, conseqüentemente, a demora na entrega das publicações. Um impresso qualquer inocentíssimo, moralíssimo, ver-se-á retido no meio de um mundo de correspondências, até que chegue a vez de se verificar da sua angelical pureza. Compreende-se que semelhante providência seja tomada em um país que dispunha de um pessoal de correios avultadíssimo. Não no nosso, em que esse serviço está ainda na fase rudimentar e primitiva. [...] Mesmo que houvesse pessoal suficiente, haveria ainda a natural dificuldade de definir o que seja uma publicação ofensiva à moral. [...] Qual o critério que a repartição dos Correios vai seguir para isso? Onde o pessoal de que dispõe para essa busca minuciosa? Se agora, sem nada disso, uma carta leva dias e dias para ir de um ponto a outro, de uma cidade como esta, quantos meses serão precisos depois que os empregados tiverem o trabalho de abri os jornais, de lê-los e julgá-los?<sup>230</sup>

Nesse sentido, parte da imprensa concordava que os funcionários dos Correios não deveriam ter para si mais uma tarefa, quando existem “encargos mais urgentes” e não deveriam, portanto, “atrasar os seus serviços metendo o bedelho em coisas para o julgamento das quais lhes falta necessariamente a capacidade administrativa”<sup>231</sup>.

Estava explícito para os jornalistas que Tosta tomou para si uma função que não lhe cabia. Indignados, os redatores d’*O Rio Nu* afirmaram que ele não poderia “atentar contra a liberdade de um jornal que a polícia não julga imoral e que concorre com impostos para o erário público”<sup>232</sup>. A *Gazeta* questionou-se se havia “uma moralidade postal, diferente da moralidade policial e da moralidade municipal”<sup>233</sup>.

Era preciso compreender que “a entidade ‘governo’ é uma só”<sup>234</sup>, logo, o diretor dos Correios não poderia tomar para si a função de outro departamento, neste caso, a polícia. Neste órgão, o então chefe, dr. Leoni Ramos, não custou, semanas depois da publicação da circular, em garantir “que o periódico denominado *Rio Nu* tem livre circulação na Capital da República”<sup>235</sup>. Nota-se que a certidão garantia somente o trânsito do impresso pela capital, nada se referindo aos estados, sobre os quais também recaía a proibição de Ignácio Tosta.

<sup>230</sup> “A Censura Postal”. In: **O Século**, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1.

<sup>231</sup> **Correio da Manhã**, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1.

<sup>232</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral”. In: **O Rio Nu**, ed. 1221, 30/03/1910, p. 2.

<sup>233</sup> “AQUI...”. In: **Gazeta de Notícias**, ed. 90, 31/03/1910, p. 2.

<sup>234</sup> “A Censura Postal”. In: **O Século**, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1.

<sup>235</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral”. In: **O Rio Nu**, ed. 1228, 23/04/1910, p. 2.

Além disso, é pertinente destacar que se a polícia autorizava a circulação de jornais como *O Rio Nu* e o *Sans Dessous* era porque não os considerava imorais ou porque entendiam que a Constituição os impedia de exercer qualquer ação contra a circulação desses jornais. Para *O Século* era inadmissível que vários departamentos legislassem sob o mesmo tópico.

Num departamento da administração, que se chama “Alfândega”, passam fitas cinematográficas de gênero livre, isto é, de franca pornografia; num outro departamento, que se chama “Polícia”, permite-se a jogatina desenfreada por toda a cidade, o livre curso, pelas ruas, de jornais e revistas obscenas, e a exibição, nos cinematógrafos “livres”, das fitas que a Alfândega deixara entrar. Chega-se, porém, ao departamento que se chama “Correio”, e ouve-se de lá de dentro a voz do diretor: “Alto lá” Aqui fia mais fino: só entram publicações que não ofendam à moral!”<sup>236</sup>

O jornal caracterizou toda essa situação como “ridícula”. Não somente porque a medida de Tosta era impraticável, como também porque o próprio governo era negligente no controle e/ou proibição da circulação de materiais impressos pelo País. Para os redatores, a circular era um “contraste terrível com a imoralidade em todos os ramos da administração”<sup>237</sup>.

Houve quem criticasse a circular por ela representar um atentado “contra o reduzido patrimônio das nossas artes”. De acordo com um redator da *Gazeta da Tarde*, Tosta não tinha “o direito de ignorar as várias revistas escolásticas sobre o nu feminino” que chegam ao Brasil vindas da França, Itália e Espanha, “três civilizações cuja sublime noção de arte nós gostosamente assimilamos”. Fica claro, portanto, o apelo para o senso estético do diretor dos Correios. A sua ação, de acordo com o jornal, ia além do cerceamento à liberdade de imprensa, ia de encontro a uma noção de arte a qual os brasileiros não só respeitavam, como se inspiravam. Além disso, o redator compartilhava a opinião de que Tosta não deveria se sobrepor ao chefe de Polícia, “que ainda não achou oportuno agir, sequer, contra os cinematógrafos livres, cuja extinção, aliás, não conseguiria um coro de censuras digno de nota, como este que a sua circular vem levantando”<sup>238</sup>.

Outro detalhe foi destacado a fim de evidenciar a inconsistência e o perigo que representava a circular de Tosta. Em carta enviada ao *Gazeta de Notícias*, o “admirador” Alfredo Carvalho salientou que no afã de impedir a perversão da “alma do ‘Zé Povinho’” o diretor estava pondo em risco as “alminhas de seus agentes e empregados”. Isto é, ao incumbir os funcionários da eliminação dos impressos obscenos, iria autorizá-los a ler os materiais sem

<sup>236</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1.

<sup>237</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1.

<sup>238</sup> “A REPRESSÃO OBSECENA – Sua origem e o seu fim”. In: *O Rio Nu*, ed. 1222, 2/04/1910, p. 3.

qualquer culpa, “sem pagar vintém”, ferindo, assim, “a renda do correio” e dando margem ao roubo de qualquer periódico, que só posteriormente poderia ser classificado como imoral. Dessa forma, Tosta “desejando combater o pecado de ver coisas feias”, acabaria incentivando “a propaganda do roubo, que além de ser pecado maior é crime previsto nos códigos”<sup>239</sup>.

Além de inúmeros textos sérios e bem embasados, a postura crítica também foi exercida pelo uso de ilustrações e textos satíricos. Aliás, cabe ressaltar que essa era uma postura de diversos humoristas brasileiros da *Belle Époque*: um humor baseado no ressentimento, em conflitos pessoais ou conflitos sociais. Na época, denominava-se como um “mau humor”, ou seja, aquele que servia nítida e exclusivamente para detratar desafetos.

Qualquer análise sobre a recepção cultural na história brasileira é sempre complexa, mas pode-se dizer que, em geral, o cômico era considerado negativamente quando fazia rir à custa de algum ressentimento ou conflito social. Quando as alusões eram explícitas, esta produção cômica ficava relegada aos espaços mais ou menos delimitados do obsceno e do pornográfico. Esta aproximação do humor degradante ao obsceno e ao interdito não foi de todo estranha, sobretudo numa sociedade fortemente hierarquizada. Mas em alguns momentos, sobretudo nas crises políticas nas quais estes humoristas (ou as publicações nas quais eles trabalhavam) se engajam, é que os traços deste cômico agressivo e cheio de ressentimentos sociais mais aparecem.<sup>240</sup>

Nesse sentido, era preciso não deixar quaisquer dúvidas sobre o absurdo que representava a circular emitida pelo diretor geral e para isso foi utilizado um variado arsenal de ironias e deboche para cima de Ignácio Tosta e o seu vínculo com o Círculo Católico. A revista *O Malho* destacou a contradição entre o objetivo da circular e a importação de inúmeras revistas obscenas vindas da Europa<sup>241</sup>. Para reforçar a sua crítica, a revista publicou a imagem a seguir:

---

<sup>239</sup> “O Correio e a Pornografia”. In: **Gazeta de Notícias**, ed. 84, 25/03/1910, p. 6.

<sup>240</sup> SALIBA, Elias Thomé. **Op. Cit.**, p. 113.

<sup>241</sup> “Salada da semana”. In: **O Malho**, ed. 395, 9/04/1910, p. 36.

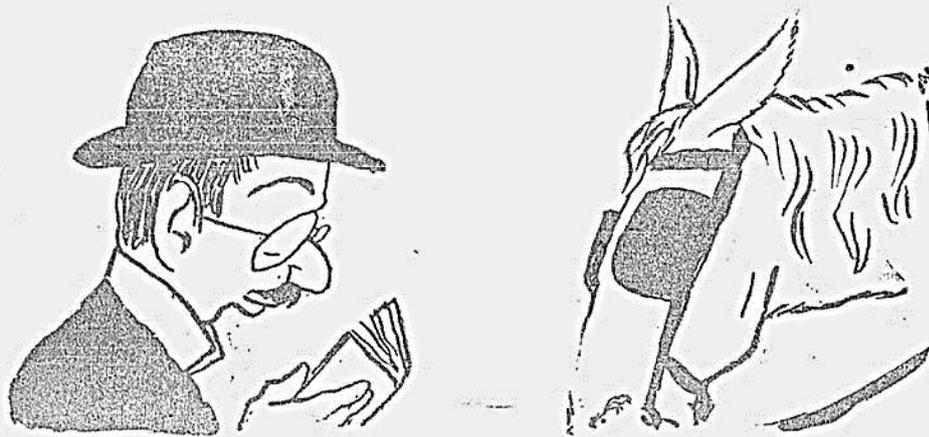


**Figura 18:** Pudicícia Postal  
**Fonte:** *O Malho*, 09/04/1910

Eis aí um Ignácio Tosta fazendo alusão ao primeiro dos homens para o catolicismo, Adão, enquanto é seriamente analisado e/ou vigiado pelo europeu conservador ou talvez por um colega do Círculo Católico.

*O Rio Nu*, uma das vítimas da decisão censória, não economizou na criatividade quando quis maldizer e desprestigiar Ignácio Tosta. Segundo o periódico, o diretor era, acima de tudo, um tolo, um homem que, deslumbrado por palavras bíblicas seria possível de fazer qualquer coisa: seja assinar uma circular censória, seja achar que é “irmão de sangue” de um cavalo:

## A voz do sangue



Frei Ignacio sae do Circulo Catholico, lendo um dos trechos mais picantes da Biblia



e tão absorto vae naquella leitura que lhe produz umas coegas no lombo, que esbarra cara a cara com um pacato cavallo de tilbury e murmura, sem despregar os olhos do livre: « Desculpe, irmão! ».



O CAVALLO. — Como elle me conheceu logo! Não ha nada como a voz do sangue!...

**Figura 19:** A voz do sangue  
**Fonte:** *O Rio Nu*, 06/04/1910

Fazer analogias animais a Tosta ou aos seus defensores foi um dos meios escolhidos pelo *Rio Nu* para atacar a imagem do diretor. Criticando um articulista que saiu em defesa da resolução, o jornal o chamou de “animalíssima besta” e “animalejo engrossador e tolo”<sup>242</sup>. O periódico também debochou do cenário de insegurança que a promulgação da circular gerou na capital federal.



**Figura 20:** Leitores constantes  
**Fonte:** *O Rio Nu*,  
 06/04/1910



**Figura 21:** Efeitos da Circular  
**Fonte:** *O Rio Nu*, 06/04/1910

<sup>242</sup> “Publicações a pedido”. In: *Jornal do Commercio*, ed. 104, 14/04/1910, p. 6. Neste mesmo artigo, *O Rio Nu* chama um periódico que os Correios publicava, “Revista Postal”, de “Revista Bostal”. Eles tornaram a detratar o impresso em suas edições a exemplo do nº 1228, nas quais eles chamam a publicação de “Boletim Postal”. Esse é mais um, dos inúmeros exemplos que o periódico direcionou a Ignácio Tosta. “A missa do Frei Posta”. In: *O Rio Nu*, ed. 1228, 23/04/1910, p. 3.

Em ambas as imagens os leitores são informados, de forma satírica, sobre os efeitos da circular. Na primeira, os homens veem-se obrigados a esconderem-se para poder “rir um pouco com as pilherias do *Rio Nu*”<sup>243</sup>. Na segunda, capa da edição 1223, uma bela mulher (provavelmente, uma prostituta) ao mostrar as “boas pernas” a um empresário é repreendida por ele. O homem alega que, por mais bonitas que elas fossem, a senhorita não deveria ter feito isso em público, pois era “admirador do diretor dos Correios” e tal ato provocava nele “arrepios de... pudicícia”<sup>244</sup>. Em uma ilustração da edição 1222, a situação foi inversa. Ao ser cortejada por um senhor, uma senhorita o censura: “Não continue, não continue. Ali vem o dr. Posta!”<sup>245</sup>.

As críticas foram também direcionadas aos padres e ao catolicismo, elementos diretamente ligados ao diretor geral. Em uma imagem publicada na edição 1225, um senhor pergunta a um menino se ele é católico. Diante do desconhecimento do garoto, o homem o informa do que se trata (“É seguir a religião dos padres”). O rapazinho depois que descobre o que é, afirma então fazer parte da religião “porque papai sempre diz que eu sou hipócrita e burro como um padre”<sup>246</sup>.

As críticas do jornal imprimiram a imagem de Ignácio Tosta como um religioso conservador, carola e hipócrita. Eles o chamavam de “frei Ignácio”, “padre Ignácio”, “frei Posta”, entre outros cognomes. Ligado a essa analogia, *O Rio Nu* também satirizou regras da Igreja Católica nas chamadas “Máximas mais que católicas”:

IV: Se o serviço postal fosse feito por freiras, jamais haveria reclamação alguma em qualquer... zona...

V: Deus disse: – Crescei e multiplicai... a edição dos jornais de gênero alegre e abundantemente ilustrados...<sup>247</sup>

VI: Toda e qualquer jovem (boa e belíssima cristã) que se deleitar... com a leitura do ‘O Rio Nu’, demonstrará ser uma santa, ingênua e castíssima criatura!<sup>248</sup>

XVII: O bom católico que tiver de mandar para algum amigo (ou amiga) um bilhete postal com figuras simbólicas do ‘Pecado Original’, deve de antemão submete-lo à benção apostólica do santíssimo frei Posta.<sup>249</sup>

<sup>243</sup> “Leitores constantes”. In: **O Rio Nu**, ed., 1223, 06/04/1910, p. 5.

<sup>244</sup> “Efeitos da Circular”. In: **O Rio Nu**, ed. 1223, 06/04/1910, p. 1.

<sup>245</sup> **O Rio Nu**, ed. 1222, ed. 2/04/1910, p. 5.

<sup>246</sup> “Católicos”. In: **O Rio Nu**, ed. 1225, 13/04/1910, p. 5.

<sup>247</sup> “Máximas mais que católicas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1223, 06/04/1910, p. 2. “Zona”, ao qual o texto menciona se refere aos locais de prostituições no Rio de Janeiro. No próprio *Rio Nu* havia uma sessão denominada “Nas Zonas” em que prostitutas contavam as mais variadas histórias de vida e, principalmente, da carreira.

<sup>248</sup> “Máximas mais que católicas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1224, 09/04/1910, p. 3.

<sup>249</sup> “Máximas mais que católicas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1226, 16/04/1910, p. 2.

### 2.3.2 Um problema legal, mas não ilegítimo

Diante de todas essas críticas, pode parecer que os jornais da grande imprensa aceitavam muito bem a publicação e circulação dos periódicos de “gênero alegre”, no entanto, o debate não tratava disso. Uma das maiores preocupações era que com tal medida fosse aberto um precedente proibitivo à circulação de qualquer material, sob a alegação de imoral ou obsceno, ou seja, temia-se o estabelecimento de uma censura prévia. “Se hoje o sr. Tosta decreta previamente a imoralidade de todos os números ainda não publicados de dois jornais, amanhã pode estender arbitrariamente a proibição a outros e outros”<sup>250</sup>, alertou o *Gazeta*. Tratava-se uma decisão política que disfarçada de “uma simples medida de prevenção contra certos abusos” poderia facilmente transformar-se em “rigorosa praxe administrativa” e daí um cenário de insegurança se instalaria em toda a imprensa:

Um jornal fala mal do governo? É imoral: proíba-se o transito no Correio. Uma revista estampa a caricatura do sr. Pinheiro Machado com corpo de galo? É ofensivo à moral: não pode transitar. E assim por diante. Quando a caricatura ou a descompostura for ao excelso marechal Hermes, então a coisa fiará mais fino: o editor da publicação será imediatamente preso e processado.<sup>251</sup>

Como dissemos, é perceptível que o problema não estava na proibição da circulação de imoralidades, mas sim na metodologia escolhida para isso. É interessante notar que a maioria dos veículos que reverberaram a decisão de Tosta concordavam que a medida possuía implicações legais, porém era legítima.

Explicamos: a mesma imprensa que criticou a ação do diretor geral concordava com uma maior restrição à pornografia e à imoralidade, porém, discordava dos meios pelos quais estavam querendo fazer isso. O *Correio da Manhã* admitiu que era de bom tom o confisco de “fotografias, estampas e cartões abertos com figuras ou dizeres obscenos”, no entanto, afirmou que a repressão só seria aceitável “se ela fosse imaginada por meios livres”<sup>252</sup>. A *Gazeta* considerava legítimo o recolhimento de publicações desde que estas que fossem “**aparentemente, visivelmente, exteriormente obscenas**”<sup>253</sup>, qualquer coisa além disso era uma ameaça à liberdade de imprensa. Para F. V., articulista d’*O Paiz*, a medida teria que ir além da distribuição, era preciso prestar atenção nas vendas desses produtos: “meu Deus: pois se há

<sup>250</sup> “AQUI...”. In: *Gazeta de Notícias*, ed. 90, 31/03/1910, p. 2.

<sup>251</sup> “A Censura Postal”. In: *O Século*, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1.

<sup>252</sup> *Correio da Manhã*, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1.

<sup>253</sup> “AQUI...”. In: *Gazeta de Notícias*, ed. 82, 23/03/1910, p. 1. Grifos originais.

publicações obscenas, que não podem transitar pelo correio, essas publicações não devem ser, de modo algum, mantidas. É a mesma história das armas, dos venenos, do álcool, de mil coisas”<sup>254</sup>.

Vozes de total apoio à medida de Tosta também se fizeram presente. *O Rio Nu* publicou em sua edição de 6 de abril de 1910 um comentário acerca do apoio do *Diário Popular*, de São Paulo. Segundo os redatores, o periódico era, até aquele momento, “o único órgão que o mau gosto de pegar nos cordões do beatíssimo frei Ignácio, com o intuito talvez de abiscoitar do papa uma bençãozinha apostólica até a milésima geração... ascendente”. No entanto, a sua crítica ao impresso consistia na propagação de uma inverdade:

O que não admitimos é a inverdade que o *Diario* propalou de não permitir a Alfandega a importação de publicações estrangeiras obscenas. Essa importação faz-se pela própria repartição dos Correios e em grande escala; a prova é que revistas francesas, alemãs, espanholas, etc., no gênero do *Rio Nu* são expostas à venda aqui na capital da República<sup>255</sup>.

Como se pode notar, para *O Rio Nu* não era razoável tomar os Correios como uma repartição isenta de qualquer presença imoral, quando nitidamente era por lá que passavam materiais obscenos que figuravam nas livrarias do Rio de Janeiro e que muitas pessoas achavam um ultraje.

Talvez tenham sido as agremiações religiosas que mais deram suporte e parabenizaram Tosta pela promulgação da circular. A *Associação Cristã de Moços*, em reunião com o próprio diretor, o parabenizou pela acertada medida moralizadora e patriótica e “afirmou ser completa e decidida solidariedade e protesto o seu franco apoio a todo e qualquer movimento anunciativo para o fim de se levar por diante a campanha do saneamento moral da sociedade”<sup>256</sup>. Ao grêmio, Tosta compartilhou o seu interesse em fundar uma grande associação antipornográfica na qual “todos os homens de boa vontade, honestos, patriotas” pudessem fazer parte desde que desejassem “contribuir sinceramente” na luta contra “o vício e a imoralidade, que tão desembaraçadamente vão corrompendo os costumes particulares e públicos”. Apesar de ser

---

<sup>254</sup> “Três tiras”. In: **O Paíz**, ed. 9317, 9/04/1910, p. 2. É interessante notar nessa afirmação que o autor vai além das argumentações comuns e insere a pornografia contida nos periódicos em um contexto mais amplo de atividades lucrativas condenáveis por vários grupos sociais. Os três elementos citados por ele – armas, veneno e álcool – estavam constantemente nos jornais e quase sempre ligados aos crimes, às desordens públicas, suicídios e tragédias familiares. Ou seja, eram elementos que iam de encontro aos valores civilizatórios da época. Contudo, permaneciam sendo comercializados e transitando livremente, pois o Estado lucrava com isso, o que acabava demarcando uma postura hipócrita do poder público.

<sup>255</sup> “Um pudico”. In: **O Rio Nu**, ed. 1223, 6/04/1910, p. 2. Grifos originais.

<sup>256</sup> “Gazetilha”. In: **Jornal do Commercio**, ed. 118, 28/04/1910, p. 3.

uma figura importante no meio católico, o diretor garantiu que ninguém com interesse em participar do grupo seria excluído devido a sua crença e/ou religião, afinal “não é necessário ser católico ou cristão para reprovar e combater a dissolução dos costumes assim nas famílias como na sociedade”. Para ele, bastava ser “medianamente moralizado”<sup>257</sup>.

Os *Legionários de São Pedro* também fizeram questão de enviar um ofício felicitando o diretor por meio de um “voto de aplauso” decidido em assembleia e prestando a sua solidariedade “a esta louvável determinação da parte de V. Ex., a bem da moralidade da família brasileira tão ameaçada por esta sorte de publicações”<sup>258</sup>.

A *União Popular de São João d’El Rei*, de Minas Gerais, também destinou ao chefe da repartição postal um ofício contendo “calorosas congratulações”, “os protestos mais sinceros de firme adesão” e “os mais vivos sentimentos de gratidão” pela decisão de proibir o trânsito de impressos pornográficos pelas repartições postais. Segundo eles, existiam inúmeras razões que tornavam essa medida necessária e urgente, afinal “a pornografia é um dos maiores males que arruinam a moralidade de um povo” e como tal “é uma vergonha para a Nação brasileira” e uma ofensa aos “mais íntimos sentimentos da religião de nossas famílias”. Lamentando sobre “uma imprensa vil e baixa” que teve “a triste coragem de ridicularizar o nome e a pessoa nobre de V. Ex.”, eles informaram que “nenhum sócio da União Popular, seja por assinatura, seja por compra de qualquer número favoreça aquela imprensa”. Afinal, eles não tinham dúvidas de que essa mesma imprensa “sem moral exala o vício, desenfrenou as paixões, avilta a pureza das donzelas e a virtude das pessoas”<sup>259</sup>.

O próprio Joaquim Tosta fez questão de deixar público alguns agradecimentos aos grupos que se manifestaram favoráveis à sua medida. Em texto publicado pelo *O Paiz*, o diretor agradeceu à *União Popular de São João d’El Rei* pelas “congratulações e protestos de adesão” ao seu ato e afirmou que eles eram muito “mais significativos e confortantes” do que os “ferinos”, “irônicos, insultuosos e pornográficos” ataques que havia recebido. Segundo ele, “a lei, o direito e a moral” eram “escudos resistentes” às detrações que faziam contra sua pessoa. Destacou que a atitude da agremiação mineira em proibir os seus sócios de alimentar a imprensa pornográfica era muito louvável, pois ele acreditava que para cessar a pornografia era preciso combater o seu “ponto vulnerável”: o comércio. A inspiração para esse raciocínio vinha de René Bérenger, mencionado pelo diretor neste agradecimento: “façamos a greve das pessoas

<sup>257</sup> “Gazetilha”. In: *Jornal do Commercio*, ed. 118, 28/04/1910, p. 3.

<sup>258</sup> “Gazetilha”. In: *Jornal do Commercio*, ed. 118, 28/04/1910, p. 3.

<sup>259</sup> *O Paiz*, ed. 9362, 24/05/1910, p. 5.

honestas contra os empresários de lubricidade. É o interesse que os guia, tomemo-los pelo interesse: o livro que não se vende, o espetáculo que não dá receita desaparecem por si mesmos”<sup>260</sup>. Em suma: secando a fonte, o problema acabaria. É interessante notar que havia uma consciência naquele momento de que a pornografia não era somente o compartilhamento de histórias imorais, mas sim uma indústria em notável ascensão e que precisava ser atacada nos setores lucrativos.

### 2.3.3 “Com a sentença do juiz o Tosta ficou passado!”<sup>261</sup>

Apesar do entendimento, por parte da imprensa, de que era necessário frear a proliferação da imoralidade, os órgãos da Justiça tiveram outra compreensão. Na primeira edição em que publicou a sua crítica à circular de Ignácio Tosta, *O Rio Nu* deixou claro que desde aquele momento estaria entrando com uma ação na justiça contra a medida tomada. Constava na terceira página da edição 1221:

**O RIO NU já passou procura-  
ção e entregou os documentos  
necessarios a dois distinctos ad-  
vogados do nosso fóro, para o fim  
de annullar, perante a Justiça  
Federal, o acto impensado do Sr.  
Joaquim Ignacio Tosta.  
Veremos se o carolismo de s. s.  
vale mais do que o espirito recto,  
esclarecido e livre de hypocrisias  
dos nossos juizes.**

Figura 22: Comunicado  
Fonte: *O Rio Nu*, 30/03/1910

A “guerra” estava declarada. Em todas as edições subsequentes este aviso estava presente nas páginas iniciais. *O Rio Nu* quis deixar claro que as coisas não iriam permanecer como estavam e que lutariam até o fim pelo seu pleno funcionamento e distribuição. Assim como o aviso acima, o jornal passou a informar que “apesar da circular absurda do diretor dos Correios” continuariam a enviar para as repartições postais, com destino “aos seus agentes e assinantes nos Estados” e em sinal de protesto, as edições a serem lançadas. Para além do pleno trânsito postal, o periódico lutaria também “contra as perdas e danos que lhe causar a impertinência do

<sup>260</sup> “As publicações obscenas”. In: *O Paíz*, ed.9392, 23/06/1910, p. 5.

<sup>261</sup> *O Rio Nu*, ed. 1267, 07/09/1910, p. 3.

santíssimo sr. Tosta”<sup>262</sup>. A batalha que parecia complicada, não tardou a render bons frutos ao jornal de “gênero alegre”.

Em agosto daquele mesmo ano, o juiz federal da 1ª Vara, Raul de Souza Martins, decidiu pela anulação da circular promulgada por Ignácio Tosta. Ele considerou que a resolução, entre outras coisas, contrariava o art. 5, nº 5 do regulamento dos Correios de 1909 que proibia o departamento de expedir ou distribuir “artefatos, desenhos e publicações obscenas”<sup>263</sup> quando eles fossem explicitamente imorais. Ou seja, aqueles materiais que estivessem resguardados por “envoltórios e cintas” ou “dobrados e amarrados de modo a não patentarem semelhante conteúdo”<sup>264</sup> não deveriam ser impedidos de circular e muito menos poderiam ser violados pelo diretor ou quaisquer funcionários da repartição, afinal era garantido na Constituição “o sigilo da correspondência”<sup>265</sup>. Essa era a situação do *Rio Nu*. O magistrado também considerou a boa situação legal e fiscal do periódico. Ele não só poderia circular livremente por decisão da Chefia da Polícia, como estava em dia com os seus “impostos de tipografia à Recebedoria do Tesouro Nacional [...] e de redação e tabuleta à Prefeitura Municipal”<sup>266</sup>.

Diante da decisão, *O Rio Nu* celebrou de um modo que só ele sabia fazer: debochando do diretor geral com palavras e textos humorísticos. A edição do dia 7 de setembro de 1910 foi a escolhida para celebrar a decisão judicial, era a primeira a “circular livremente por todo o Brasil” desde quando a circular passou a ter validade. Foi uma edição especial: houve uma tiragem de impressionantes 50 mil exemplares, todos a cores e com desenhos “de um dos nossos melhores artistas do lápis”. Eles garantiram: “o texto, variado e alegre, nada deixará a desejar”<sup>267</sup> e cumpriram.

Em texto inicial, *O Rio Nu* pôs em xeque a sanidade de Ignácio Tosta afirmando que ele estava “desorientado com essa mania de carolismo” e que havia sido um descaramento de sua parte “sacrificar o decoro do cargo que a República lhe confiou somente para ser agradável a essa agremiação hipócrita que, para vergonha nossa, existe aqui na Capital”. Para os redatores, Tosta precisava confessar que deu “uma rata monumental” ao produzir a Circular e reconhecer

<sup>262</sup> *O Rio Nu*, ed. 1222, 2/04/1910, p. 7.

<sup>263</sup> Decreto nº 7.653, de 11 de Novembro de 1909; Art. 5º. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7653-11-novembro-1909-527801-anexo-pe.pdf>. Acessado em: 21 jan. 2020.

<sup>264</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral”. In: *O Rio Nu*, ed. 1594, 9/05/1904, p. 5.

<sup>265</sup> Constituição de 1891; Art. 72, parágrafo 18. Constituição de 1891. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v2\\_1891.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes_Brasileiras_v2_1891.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>266</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral”. In: *O Rio Nu*, ed. 1594, 9/05/1904, p. 5.

<sup>267</sup> “7 de Setembro”. In: *O Rio Nu*, ed. 1266, 3/09/1910, p. 2.

que havia perdido “uma bela ocasião de ficar calado e de passar por sábio”. Segundo o jornalista, se o diretor tivesse rezado pelas almas dos redatores do impresso, “teria ganhado com certeza, o reino do céu”, mas como foi se meter “a sebo” acabou se transformando em uma “figura tristíssima” e era merecedor de uma “vaia”<sup>268</sup>.

O jornal aproveitou essa edição para agradecer os telegramas, cartões e cartas que chegaram à redação parabenizando o impresso pela vitória na justiça. Entretanto, as mensagens enviadas de Londres, Berlim, Buenos Aires e do Vaticano, por exemplo, não nos parecem totalmente verídicas, pois ainda em meio aos agradecimentos eles mencionam algumas pessoas e corporações que também enviaram suas congratulações. São elas: a “Congregação da Hipocrisia (rua da Alfandega, 1147)”, a “Associação Postalica dos Filhos da Pureza”, o “frei Ignácio da Postalidade Herodes” e a “redação da *Revista Bostal*”<sup>269</sup>. O deboche direcionado a Tosta não ficou somente no campo das palavras, as imagens também expressaram a felicidade do periódico naquele momento.

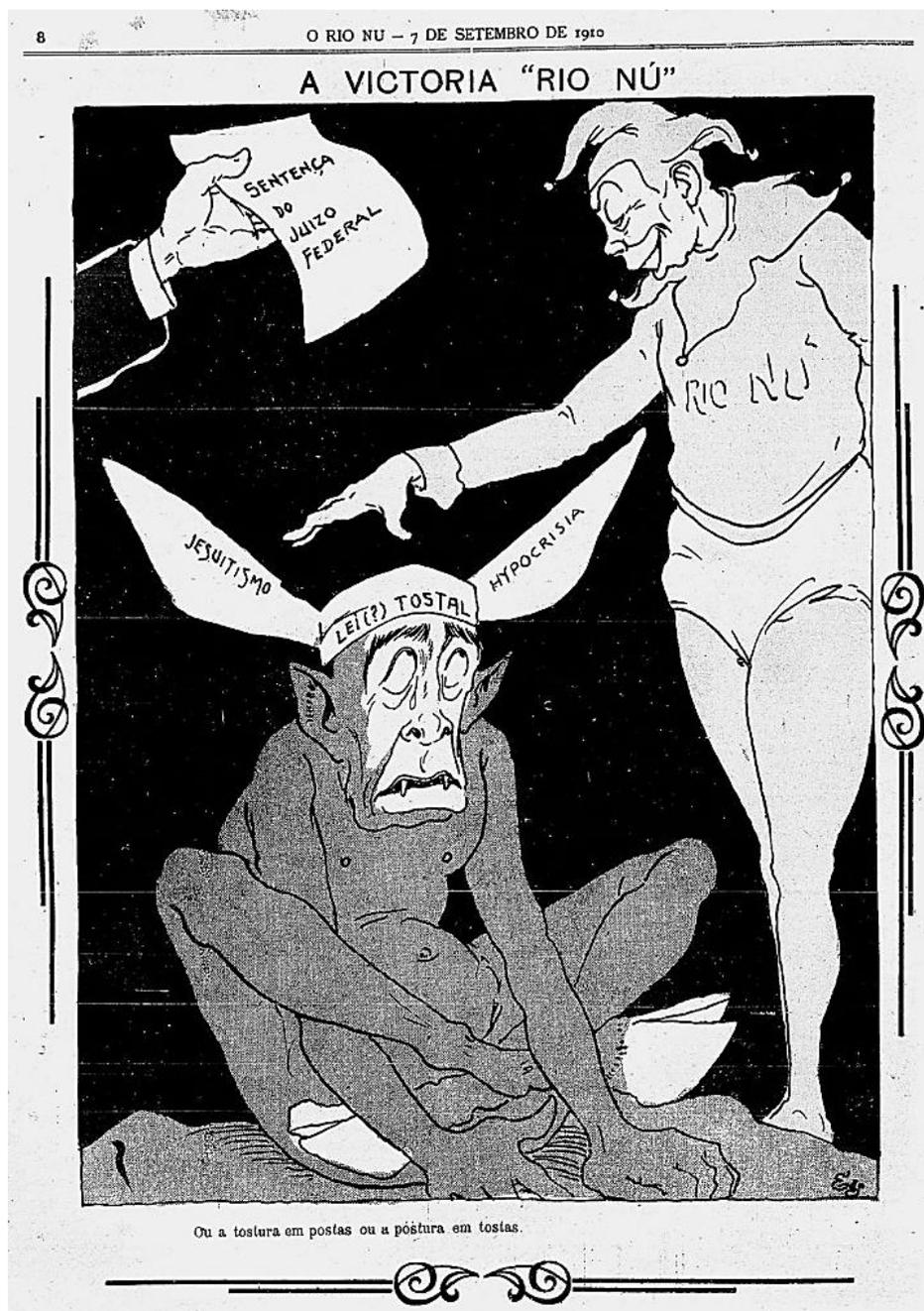


**Figura 23:** Sete de Setembro  
Fonte: *O Rio Nu*,  
07/09/1910

<sup>268</sup> “FIÁU!”. In: *O Rio Nu*, ed. 1267, 7/09/1910, p. 2.

<sup>269</sup> “A Victoria do ‘Rio Nu’ no juízo federal”. In: *O Rio Nu*, ed. 1267, 7/09/1910, p. 2. Grifos originais. Ainda nessa edição o impresso publicou um hino, com clara inspiração na celebração da independência brasileira, em que conclamava os leitores e admiradores a recitar naquele dia tão significativo para o periódico: “Camaradas, avante! À porfia, // Cada qual mostre ser o mais forte! // Sem temor da Tostal Portaria, // Este grito é soltar, de arrelia: // – Circulação ou morte! [...] Não temais, camaradas, enquanto // O favor popular nos conforte // De um *fradesco* o terrífico manto // Nosso lema é o mais puro, é mais santo: // – Circulação ou morte!” Cf.: “Hymno do ‘O Rio Nu’”. In: *O Rio Nu*, ed. 1267, 7/09/1910, p. 2. Grifos originais.

A capa da edição 1267 estabeleceu um paralelo entre a data comemorativa e a decisão que havia beneficiado o jornal. Enquanto o Brasil celebrava a sua independência de Portugal, *O Rio Nu* celebrava o fim da “proibição tostal”, como eles inscrevem na imagem de um Ignácio Tosta em um formato diabólico. A comparação era explícita, eles não fizeram questão de deixar subentendido: “Independência ou morte para o país e ainda *A Pendência à morte!* para o diretor dos Correios”<sup>270</sup>, afirmava fervorosamente a legenda da imagem.



**Figura 24:** A vitória “Rio Nu”  
**Fonte:** *O Rio Nu*, 07/09/1910

<sup>270</sup> “Sete de Setembro”. In: *O Rio Nu*, ed. 1267, 7/09/1910, p. 1.

A contracapa da mesma edição deixou as coisas muito mais claras. Em “A Victória do ‘Rio Nu’”, Tosta aparecia novamente em um formato diabólico recebendo orelhas de burro que representavam a “lei (?) tosta”, a “hipocrisia” e o “jesuitismo” e que simbolizavam como o diretor geral havia sido tolo em empreender tal decisão contra o periódico. *O Rio Nu*, que aparece na figura do palhaço, que só serve para fazer graça e não ofender a moral de ninguém, não tinha alguma intenção de poupar o seu desafeto depois de receber a “sentença do júízo federal”. A legenda informava: “ou a tostura em postas, ou a postura em tostas”<sup>271</sup>.

Em outubro do mesmo ano, o periódico, já circulando plenamente pelo País, voltou a ironizar toda a cruzada de Ignácio Tosta contra a publicação e ao obsceno em geral por meio da contracapa da edição 1278 veiculada no dia 15 do referido mês.

8 O RIO NU — 15 DE OUTUBRO DE 1910

## PERSEGUIÇÃO AO NÚ



Sem medo, podem olhar  
Os homens os mais pudicos,  
Sem receio de *fânicos*,  
Sem terem de que corar...

Preferia os meus encantos  
Mostrar em plena nudez,  
Mas agora há tantos *santos*  
Que querem matar de vez

O bom gosto dos rapazes,  
Que a gente mesmo receia  
Apresentar-se aos sequazes  
Metida em roupa de meia

Eu sou capaz de fazer  
Ainda assim, uma aposta:  
Que em *maillot* me vendo, o Tosta  
Há de ainda se enrubescer...

**Uma Vida Amorosa** ACHA-SE A VENDA, em nosso escritório, este sensacional romance, recheado das mais escandalosas cenas amorosas que fomos obrigados a alterar e a suprimir, quando publicado em folhetim no *O Rio Nu*.  
O volume ora publicado, vem ilustrado com empolgantes gravuras de um realismo sugestivo e capaz de despertar os mais rebeldes ardores amorosos.  
Preço..... 1\$000 — Pelo correio..... 1\$500

Sem medo, podem olhar  
Os homens os mais pudicos  
Sem receios de *fânicos*  
Sem terem de que corar...

Preferia os meus encantos  
Mostrar em plena nudez  
Mas agora há tantos *santos*  
Que querem matar de vez

O bom gosto dos rapazes,  
Que a gente mesmo receia  
Apresentar-se aos sequazes  
Metida em roupa de meia

Eu sou capaz de fazer  
Ainda assim, uma aposta  
Que em *maillot* me vendo, o  
Tosta  
Há de ainda se enrubescer...

Figura 25: Perseguição ao Nu  
Fonte: *O Rio Nu*, 15/10/1910

<sup>271</sup> “A Victória do ‘Rio Nu’”. In: *O Rio Nu*, ed. 1267, 7/09/1910, p. 8.

Como se percebe, a contracapa da edição 1278 traz a gravura de uma mulher nua, porém com ausência de várias partes do corpo: seios, órgãos genitais etc. Tudo estava ausente porque ela vestia um maiô devido à “perseguição ao nu” empreendida pelo diretor dos Correios. Porém, os redatores deboçam que mesmo nessas condições o católico certamente iria “enrubescer”.

Voltando aos trâmites judiciais, da 1ª Vara a sentença foi encaminhada para o Supremo Tribunal Federal devido a um pedido de apelação. Lá, em agosto de 1912, os ministros validaram a sentença de Raul Martins entendendo, mesmo “sem necessidade de examinar si a circular”, que “a ação intentada é competente” e que a circular ofendia o art. 72, parágrafo 18 da Constituição Federal e os artigos 189 a 195 do Código Penal de 1890 que versavam sobre os “crimes contra a inviolabilidade dos segredos”<sup>272</sup>.

Não satisfeitos em garantir, dentro dos conformes da lei, a sua distribuição pelos Correios, o diretor d’*O Rio Nu*, Alfredo Velloso, entrou com uma ação contra a União Federal, em 1914, solicitando uma indenização correspondente aos prejuízos que a resolução de Tosta causou ao jornal. O juiz Raul de Souza Martins considerou que “o ato administrativo em questão [a circular]” impediu a circulação do periódico fora do Rio de Janeiro, local em que ficou circunscrito durante a vigência da resolução, e lhe causou “considerável redução de tiragem e venda”, segundo laudo encomendado pela própria União. Este entendimento foi ao encontro do Supremo Tribunal Federal, que anos antes havia constatado que “é fato que fez ela [a circular] indevida aplicação do direito vigente, segundo inteligência da própria Diretoria dos Correios anterior à sua expedição, lesando direitos do autor”. O magistrado também levou em consideração a existência de um princípio na jurisprudência que culpabilizava civilmente o Estado “pelos atos dos funcionários públicos que no exercício e por força de suas funções lesam direitos de terceiros”<sup>273</sup> e, portanto, julgou procedente a ação proposta por Velloso.

A vitória d’*O Rio Nu* incomodou alguns setores, ao menos indiretamente. O *Jornal do Commercio* reclamou certa feita que o parlamento brasileiro era conivente com a difusão da pornografia pelo país, assim como não havia uma só voz contrária a esse movimento e por isso “os jornalecos” pululavam impunes e audaciosos “nos lugares mais públicos da capital”<sup>274</sup>. Até onde investigamos, mais nenhum contra-ataque de extrema gravidade apareceu e o jornal pôde

---

<sup>272</sup> Código Penal de 1890. Capítulo IV – Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos, art. 189-195. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>273</sup> “O ‘Rio Nu’ e o Correio Geral”. In: **O Rio Nu**, ed. 1594, 9/05/1904, p. 5 e 6.

<sup>274</sup> **Jornal do Commercio**, ed. 247, 04/09/1916, p.4.

circular normalmente pelas repartições postais do Brasil até 1916, quando encerrou suas atividades.

Entretanto, salientamos que o combate à pornografia permaneceu vivo em nosso país e em várias outras nações europeias. Como dissemos anteriormente, não tendo logrado grande êxito quando surgiu em 1912, a *Liga AntiPornográfica* retomou as suas atividades em 1917 e começou modificando seu nome para *Liga pela Moralidade*. Inúmeras ações foram sendo postas em prática, porém efetivamente foi em 1920 que os seus objetivos começaram a ser alcançados. Nesse ano, o Estado brasileiro passou a legislar a favor do combate à pornografia. Em pouco tempo repensou a regulamentação das casas de diversão, tais como bares e cabarés, e regulou a liberdade de imprensa, tornando crime a venda de qualquer impresso que ofendesse a moral e os bons costumes<sup>275</sup>. Também nesse ano, o jornal católico sergipano *A Cruzada*, republicando uma notícia d'*A Gazeta* do Recife, informou que havia iniciado uma campanha contra o comércio de livros e folhetos imorais e deu a entender que uma de suas inspirações era a medida tomada por Tosta dez anos antes<sup>276</sup>.

Joaquim Ignácio Tosta, já em 1911, trocou de cargo e de endereço: tornou-se delegado do Tesouro Brasileiro, em Londres. *O Rio Nu* não deixou passar despercebido e teceu comentário: “sempre queremos ver como se arranjará Sua Santíssima Carolice naquele meio protestante e sério”<sup>277</sup>. Como sempre fazia, o periódico não perdoou o seu maior “inimigo” nem mesmo quando ele já não estava mais no Brasil. Essa era a postura do impresso, fazia parte de sua essência “troçar de tudo, rindo e fazendo rir, sem nos preocuparmos com as mágoas questões”<sup>278</sup>.

Tosta ficou no cargo até agosto de 1919, quando faleceu. A sua morte não passou despercebida pela imprensa brasileira<sup>279</sup>. Naquele mês e ano, o *Correio da Manhã* noticiou o falecimento de Tosta, em Londres, porém não informou a causa de sua morte. Apesar das críticas que havia feito ao diretor quase dez anos antes no caso contra *O Rio Nu*, o jornal preocupou-se em visibilizar a importante carreira que ele teve, caracterizando-o como um homem de “natural bondade que irradiava da sua alma, acostumada à prática fervorosa e riará

<sup>275</sup> CARDOSO, Erika Natasha. **Op. Cit.**, p. 256-270.

<sup>276</sup> “Contra a circulação das publicações imorais”. In: **A Cruzada**, ed. 18, 16/05/1920, p. 1.

<sup>277</sup> **O Rio Nu**, ed. 1313, 15/02/1911, p. 3.

<sup>278</sup> “A Sério”. In: **O Rio Nu**, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2.

<sup>279</sup> Além dos jornais mencionados no texto, outros jornais da “grande imprensa” noticiaram o falecimento de Joaquim Ignácio Tosta: **Jornal do Brasil**, ed. 215, 05/03/1919, p. 6; **Jornal do Commercio**, ed. 215, 05/08/1919; e **Gazeta de Notícias**, ed. 214, 05/08/1919, p. 5.

dos ensinamentos católicos”<sup>280</sup>. O *Correio* também informou que ao saber do falecimento do então Delegado do Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda, Homero Batista, solicitou que Costa Pinto, escriturário da Delegacia em Londres, ocupasse o cargo interinamente e prestasse os pêsames à família do morto. Ainda na notícia, é dito que enquanto foi estudante de Direito, na Faculdade do Recife, Tosta foi colega do atual diretor do *Correio*, Leão Veloso.

O jornal *O Paiz* não só deu visibilidade à morte do ex-deputado como comunicou que o Círculo Católico, agremiação que Tosta presidiu, declarou luto de sete dias e ia realizar uma missa em sua homenagem. O periódico informou a nós um dado importante: os meses em que ele foi diretor dos Correios: de 10 de julho de 1909 a 30 de novembro de 1910. Além disso, o impresso divulgou uma nota do então diretor da repartição, que não só ignorou a polêmica em que o ex-deputado empreendeu contra *O Rio Nu*, como afirmou que “os grandes serviços por ele prestados ao Correio, no curto período de dezessete meses, devem estar na memória de todos, não sendo preciso enumerá-los”<sup>281</sup>.

#### 2.4 A pornografia não é, ela está

Os acontecimentos narrados e explicados até aqui salientam para nós a discussão a respeito da imoralidade no Brasil do início do século XX e quais setores da sociedade queriam definir os seus limites. Como destacamos, a imprensa não considerava a intenção de Ignácio Tosta completamente equivocada, os mesmos jornais que o criticaram, assinalaram que era preciso controlar mais efetivamente a circulação de obscenidades pela Capital Federal. Contudo, discordaram do método escolhido e não acharam de bom tom ser ele a pessoa ideal para tomar a frente dessas questões.

O fato de ser um religioso fervoroso, presidente do Círculo Católico e, não obstante, diretor dos Correios – um órgão que não possuía a atribuição de legislar sobre a circulação e distribuição de materiais obscenos pelo País – pesou contra o ex-deputado baiano. Em meio a um cenário no qual ciência e progresso eram os valores a seres alcançados, não era bem visto que um religioso tomasse a liderança de qualquer questão que envolvesse a sociedade como um todo. Inclusive a imoralidade. Como bem frisado pela “grande imprensa”, cabia à Justiça e ao

---

<sup>280</sup> “Faleceu em Londres o dr. Ignácio Tosta, delegado do Tesouro”. In: **Correio da Manhã**, ed. 7463, 05/08/1919, p. 3.

<sup>281</sup> **O Paiz**, ed. 12718, 06/08/1919, p. 4.

Congresso Nacional decidirem sobre tal temática. E no que concerne ao caso do *Rio Nu*, nenhum desses jornais fez objeção ao trânsito do jornal de “gênero alegre”.

Para além dos limites do obsceno, podemos pensar o embate entre Tosta e *O Rio Nu* como um reflexo do(s) sentido(s) que a pornografia possuía para parte da sociedade carioca nos primeiros anos do Novecentos. Fica claro para nós que as acepções são diferentes e sobre isso vale a pena investigar, ao menos que brevemente, haja vista que o tema “pornografia” rende estudos muito mais profícuos.

Etimologicamente, a palavra “pornografia” tem origem no grego *pornographos*, significando “escrever sobre prostituição”. Porém, ela só passou a ser difundida a partir de 1769, na França, quando foi utilizada como um neologismo no tratado de Restif de la Brettonne intitulado *Le Pornographe*, que tinha por objetivo a discussão da regulamentação da profissão de prostituta.

A partir de desdobramentos da Revolução Industrial, como o aumento da urbanização, da alfabetização e das inovações técnicas que baratearam os impressos, a pornografia além de ficar mais acessível às várias camadas sociais, em especial trabalhadores e mulheres, teve o seu significado original totalmente deturpado. Junto a isso, cresceu o afã de classificação, regulamentação e censura por parte de autoridades – a exemplo do conflito apresentado neste capítulo que, apesar de ter acontecido em nossas terras, teve influência europeia. A vulgarização do termo, durante os séculos XIX e XX, levou o vocábulo não só a possuir acepções variadas, como passou a ser percebido, quase sempre, de maneira negativa:

Seus usos não remetem apenas à relação com a obscenidade, “geralmente de caráter sexual”, mas impõem um juízo de valor pejorativo ao que designam. Trata-se de tipo de discurso atacado – e até muito recentemente, pouquíssimas vezes defendido – a partir de pressupostos que antagonizam polos: belo/feio; alto/baixo; sujo/limpo; saudável/patológico.<sup>282</sup>

Frisamos que em uma pesquisa mais aprofundada encontraremos obscenidades desde, pelo menos, os textos bíblicos, seguindo por produções gregas, indianas e medievais<sup>283</sup>. Citemos um exemplo: durante o Renascimento o italiano Pietro Arentino (1492-1556) fez obras carregadas de termos indecentes e com uma sucessão surpreendente de cópulas. No entanto, nenhuma delas pode ser considerada pornográfica, afinal a pornografia não se constituiu como

---

<sup>282</sup> CARDOSO, Erika Natasha. **Op. Cit.**, p. 17.

<sup>283</sup> Eliane Moraes e Sandra Lapeiz fazem um breve e informativo histórico sobre obscenidade/pornografia que vai dos tempos bíblicos até o Brasil dos anos 80. Ver: **Op. Cit.**, 1958, p. 16-37.

“uma categoria literária ou de representação visual independente e distinta antes do início do século XIX” e, ainda assim na Era Moderna, o texto licencioso era utilizado como elemento de crítica sociopolítica. “Na Europa, entre 1500 e 1800, era mais frequentemente um veículo que usava sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas”<sup>284</sup>. Antes da Revolução Francesa, especialmente, a tônica da pornografia era a de uma “acusação generalizada ao Antigo Regime, seus cortesãos, senhores rurais, financistas, coletores de impostos e juízes — além de seus padres. Todos os que vivem do trabalho do povo levam alguma pancada em alguma passagem da narrativa.”<sup>285</sup> Até a nomenclatura desses textos era diferente, eles eram classificados como “livros filosóficos”, ou seja, eram obras proibidas, publicadas sem a autorização real e que tinham como características a lascividade, a irreverência e os comentários anticlericais e contrários à Coroa.

Ao final dos Oitocentos, na Europa, a pornografia ganhou um caráter mercadológico, porém remetida ao sujo, vil, corrupto e inapropriado. No Brasil, não foi diferente. Nas palavras de Daniel Ferreira, “a pornografia, em língua portuguesa, nasce atrelada à mercadoria participando, nesse sentido, do mundo capitalista e da modernidade”<sup>286</sup>.

Quando averiguamos o termo no final do século XIX, no Rio de Janeiro, notamos que “pornografia” está muito mais ligada a histórias que contenham inúmeras cenas de sexo, imagens/ilustrações em que retratem homens e mulheres nus ou seminus, textos que emulam relações sexuais ou situações de sedução.

Em nosso mercado editorial, de modo específico, ela [a palavra “pornografia”] foi emprestada às histórias que davam vez a sequências intermináveis de fritações e cópulas como também a todo e qualquer enredo que apresentasse em seu texto descrições corporais pouco sutis, namoros proibidos, menções de relações adúlteras ou prazeres que deveriam, em nome dos bons costumes, ter sido reprimidos ou mesmo interrompidos.<sup>287</sup>

Diante do exposto, o que nós entendemos é que o termo “pornografia” não tem um significado objetivo e imutável. Em concordância com estudiosos do tema, o consideramos como um argumento e não uma coisa, ou seja, é algo “móvel que sugere a todo instante

---

<sup>284</sup> HUNT, Lynn. **A Invenção da Pornografia**: Obscenidade e as Origens da Modernidade. 1. ed. São Paulo: Hedra, 1999, p. 10.

<sup>285</sup> DARNTON, Robert. **Sexo dá o que pensar**. Disponível em: <https://klumb.ims.com.br/item/sexo-da-o-que-pensar/>.

<sup>286</sup> FERREIRA, Daniel Wanderson. Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa. In: **Revista (In)visível**, edição zero, set. 2011. p. 54.

<sup>287</sup> EL FAR, Alessandra. **Op. Cit.**, p. 194

verdadeiras ilusões de ótica”<sup>288</sup>, é “o que a sociedade declara como tal”<sup>289</sup>. Como bem pontuaram Moraes e Lapeiz, “a pornografia *não é*, [...] ela *está*”, isto é, “está nos livros e revistas eróticas, nas pornochanchadas, nos palavrões, nos grafitos dos banheiros, nas ruínas de Pompeia, nos ‘gracejos’ de rua, nos *outdoors* das avenidas, nas cartas de baralho, e nas cabeças das pessoas.”<sup>290</sup> Dessa forma, “pornografia” é um classificador atribuído a certos elementos, em determinados contextos e, aí, concordamos com os esclarecimentos de Walter Kendrick<sup>291</sup> e Erika Cardoso:

É pornográfico o que é socialmente percebido como tal e diante disso devemos levar também em conta a disparidade de grupos que compõem a sociedade produzindo interpretações múltiplas e contraditórias sobre o que sentem e percebem como intolerável moralmente. Portanto, chamo de *pornográfico* o que os sujeitos que falam através das fontes que analisei consideravam como tal. Uma vez que a proposta é tratar a pornografia como um argumento, não será minha intenção aqui discutir se eles estavam certos ou errados, mas compreender por qual motivo assim o fizeram, a partir de quais critérios.<sup>292</sup>

Nesse sentido, ao pensarmos a nossa pesquisa à luz dessa conceituação, entendemos o que pode ter levado Joaquim Ignácio Tosta a empreender uma cruzada censória ao *Rio Nu* e ter ao seu lado confrades religiosos. Para ele, não era preciso encontrar escritos sobre prostituição nas páginas do jornal para considerá-lo como pornográfico – fazendo alusão à raiz etimológica da palavra –, o simples achado de inúmeras gravuras de mulheres nuas e seminuas (a exemplo da capa e contracapa), de textos maledicentes publicados em várias colunas e de diversas alusões a jogos de sedução, adultério e relações sexuais já eram suficientes para atestar o caráter pornográfico do impresso.

Já para os jornalistas, por exemplo, o conceito poderia ir além. Contemplava também as práticas que tivessem ampla circulação social, como os cinematógrafos e os teatros, ou era equivalente ao sensacionalismo propagado pela imprensa. O articulista Eugésio Silveira, do *Correio da Manhã*, ao elogiar a ação de Tosta e frisar que a campanha contra a obscenidade

<sup>288</sup> MORAES, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra M. **Op. Cit.**, p. 12.

<sup>289</sup> ARCAND, Bernard. **El jaguar y el oso hormiguero**: Antropología de la pornografía. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993, p. 28 *apud* CARDOSO, Erika Natasha. **Op. Cit.**, p. 19.

<sup>290</sup> Ambas citações estão em: MORAES, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra M. **Op. Cit.**, p. 12. Grifo das autoras.

<sup>291</sup> De acordo com Erika Cardoso: “Esse autor nos convida a pensar a pornografia não como uma ‘coisa’, mas como um ‘argumento’, uma ‘estrutura de pensamento’, comparando-a a um melodrama constantemente encenado: se novos atores substituem os antigos, os papéis prosseguem mais ou menos inalterados. Diante disso, sua sugestão é que prestemos menos atenção nas coisas em si, nos concentrando especialmente no que se pensou, sentiu e disse sobre elas: ‘quais ameaças comunicaram, quais vítimas cobraram, quais redentores douraram e usualmente impuseram a si mesmos uma tarefa redentora’.” KENDRICK, Walter. **El museo secreto**: La pornografía en la cultura moderna. Colombia: Tercer Mundo, 1995, p. 16 *apud* **Op. Cit.**, p. 19.

<sup>292</sup> **Idem**, p. 35. Grifo da autora.

estava para além de terras brasileiras, destacou que a pornografia fazia-se presente por diferentes setores sociais e em variados tipos de materiais impressos sensacionalistas.

A pornografia alastrou-se; tomou por feudo a imprensa e o teatro, entendendo-se por imprensa o jornal e o livro, a notícia e o conto literário, a exploração de desgraçadíssimos acontecimentos registrados nos arquivos policiais ou desdobrados em folhas de processos escandalosos, e a explanação sob formas literariamente cuidadas, com frases de arrebique e em geral vazias e de senso comum, das doutrinas mais subversivamente demolidoras do recato e da honestidade dos lares.<sup>293</sup>

O articulista ainda prossegue dizendo que os escritores que sobrevivem produzindo textos como esse “são mais criminosos [...] sob o aspecto moralmente doentio com que se nos apresentam, do que os salteadores de estrada”, pois estes “envenenam o ambiente moral, com tóxicos sutis, imponderáveis, mas fatais sempre pela ação lenta e persistente que exercem, sem receio de leis ou de polícia”<sup>294</sup>.

Dito isso, fica claro que a pornografia não possuía uma noção fixa, por mais que críticos e estudiosos do tema buscassem por uma epistemologia baseada em princípios de estabilidade, permanência, unidade e racionalidade. A fluidez do conceito já se fazia presente em 1910 e, no caso do artigo do *Correio da Manhã*, há um destaque para a ostensividade que era dada a ela. Assim como outros jornalistas, alguns já apresentados aqui, o perigo estava na exposição e no fácil acesso a esses materiais, para além, é claro, do próprio conteúdo do impresso. Robert Darnton comenta sobre essas mudanças de significados do termo. Ele nos alerta que por mais interessante que seja estudar textos pornográficos, não se pode correr o risco de cair em anacronismos ao analisá-los.

Por erótico que seja, é muito difícil que um texto afete os leitores de hoje exatamente como fazia com os de séculos anteriores; pois a leitura hoje ocorre num mundo mental que, em seus pressupostos, valores e códigos sociais, difere fundamentalmente do mundo do Antigo Regime.<sup>295</sup>

E complementa com uma situação hipotética, “ao invés de vasculhar a literatura pornográfica antiga à cata de paralelos das variedades modernas de dominação masculina, poderíamos tomar o caminho inverso e lê-la em busca do que ela pode dizer a respeito de mentalidades que não existem mais”<sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> “O que vai pelo mundo”. In: *Correio da Manhã*, ed. 3181, 03/04/1910, p. 1.

<sup>294</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>295</sup> DARNTON, Robert. *Op. Cit.*

<sup>296</sup> *Idem*.

Nesse sentido, não era de suma importância para nós buscarmos somente um (ou alguns) significado(s) de pornografia no ano de 1910 – afinal, para isso, poderíamos fazer uma pesquisa em dicionários da época –, mas sim sobre quais sentidos ela teve naquela época e como pudemos captá-los por meio do conflito envolvendo Joaquim Ignácio Tosta e *O Rio Nu*. Notamos que havia uma ânsia em determiná-la e delimitá-la, afinal esse seria um jeito de monitorar e rotular a conduta moral das pessoas. Daí, a princípio, julgá-las e depois guiá-las para o caminho da disciplina, da razão e da ordem. Em suma, tornou-se um aparato de poder e controle estabelecer os limites da obscenidade. Porém, notamos também que não havia uma percepção única, uma definição correta ou “perfeita” sobre o que seria a pornografia e é assim, portanto, que a compreendemos, como um conceito fluído, que para além de especificações rígidas, depende muito mais do contexto e dos personagens que a cercam.

### CAPÍTULO 3

#### **“ACREDITA O LEITOR PLENAMENTE NA HONESTIDADE DAS MULHERES?”: REPRESENTAÇÕES FEMININAS N’O RIO NU (1906-1913)**

“[...]”

Uma espécie de ‘república’ havíamos formado, eu e mais quatro companheiros de escola, no segundo andar de uma casa não tão longe da cidade, e de cuja casa, o primeiro andar era ocupado, como depois vim saber, por um casal de gente remediada.

A mulherzinha era o que se podia chamar uma tentação! Alta, donairoso, de uma elegância impressionadora, um rostinho bonito mesmo a valer, ombros largos, de linhas impecáveis, uma cintura fidalga, terminando por umas fartas ancas, enfim, um pedaço de mulher capaz de estontear o mais *gelado* mortal!

Logo que eu e meus companheiros nos mudamos para aquele segundo andar, onde passei os dias melhores da minha vida, fiquei deslumbrado ao ver tão formosa criatura conversando no patamar do primeiro pavimento, com um homem regulando os seus quarenta anos, o qual, segundo soube depois pela sua criada, era o marido, o senhor absoluto daquela criatura divina, e que era um dos mais afamados corretores da Praça.

Muitos dias após, depois de vê-la diariamente, ora debruçada à janela da rua, ora no terraço do fundo da casa, fui-me exaltando dia a dia, e acabei por adorá-la, por desejá-la enfim.

Sem nada dizer aos meus companheiros do que em mim se passava, fiz o que se costuma fazer em casos tais: multipliquei geitosamente [sic] as ocasiões de vê-la, contemplá-la longamente até fazê-la compreender que eu a admirava.

Ela percebeu logo a coisa e sorria, mas eu desesperava de não saber se o seu sorriso era de fato uma correspondência indireta ao meu amor, ou se era de simples escárnio. Não desanimei. Eu estava no firme propósito de fazer tudo para possuí-la. Um dia arrisquei uma conversação além do acostumado ‘bom dia’, e ali estivemos a conversar bem meia hora, ela do terraço e eu da janela do segundo andar, até que a criada a veio chamar para o almoço que estava à mesa.

Pedi licença e retirou-se. Retirei-me também da janela, e sentando-me sobre o meu toco leito, comecei a dar tratos à bola, buscando um meio para falar-lhe a sós... Quando a gente consegue falar com uma mulher, sempre consegue alguma coisa... quando mais não seja leva uma *lata* em regra e desvanece-se de uma vez.

Imaginei mil coisas, mal qual! Eu estava de tal maneira impressionado por aquela mulher, estava tão obcecado pela ideia de possuí-la, de senti-la junto ao meu corpo num delírio infernal, num prazer indescritível de luxúria... que, nada me ocorria capaz de por em prática com resultados decisivos...

Passaram-se assim duas horas, quando ouvi a minha deliciosa vizinha dizer à criada que após arrumar a cozinha fosse à costureira saber se o seu vestido ficava pronto para o dia seguinte. Ouvindo aquilo tive um plano repentino.

Fui para a janela da frente, esperei que a criada saísse, e quando a vi voltar a esquina voltei também às pressas para os fundos, peguei de um livro de Direito e pus-me a fingir que o lia, debruçado sobre a janela do terraço.

Momentos depois, aquela tentadora mulher aparecia no terraço envolvida num lindo e provocante *peignoir*, a olhar para o claro céu azul. Vendo-a assim, ainda mais os meus desejos se aguçaram. O meu plano estava feito; deixei cair o livro propositalmente com o intuito de ir buscá-lo, pois, tendo a criada saído e estando ela só, é claro que não m'o havia de vir trazer.

Pedindo permissão, desci, e atravessando o corredor dirigia-me ao terraço, quando ela vinha ao meu encontro já com o livro na mão, que lhe beijei como prova de respeito e agradecimento.

Sentindo os meus lábios quentes sobre a pele acetinada e rósea de sua mãozinha delicada, teve um estremecimento que não passou despercebido. Julguei oportuna a ocasião. Ela estava só; a criada ao sair batera a porta da rua, e o marido, esse só às cinco horas voltava.

Vendo aquele corpo divino a rescender um perfume estonteante; divisando por meio daquele *peignoir* algo decotado aquele par de rijos e deliciosos seios, não me contive, e caindo a seus pés confessei-lhe a paixão tremenda que me consumia; pedi-lhe compaixão para o meu sofrimento; roguei-lhe com audácia que me concedesse a esmola de um alívio ao fogo intenso do desejo que nutria por sua carne por certo quente e cheirosa.

Pensam vocês que a *honest*a senhora me escorraçou? Enganaram-se! Ajudou-me a levantar-me dos seus pés, chamou-me tolinho, e após beijar-me também com ardor, conduziu-

me até um fofo canapé onde por longo tempo os nossos corpos se fundiram nervosamente, enquanto que eu a invadia toda com a fúria do meu desejo ardente e exaltado... num gozo intenso, absoluto, divinal!

[...]"

\*\*\*

O leitor que comprou a edição de número 1046 d'*O Rio Nu* deparou-se com uma fotografia de duas mulheres nuas na capa, o típico humor de duplo sentido nas inúmeras charges e pequenos textos, o resultado do jogo do bicho na seção *Cavação*, anúncios de venda de “romances para homens” na *Biblioteca do Solteirão* e mais um conto localizado nas páginas finais do periódico. Essas histórias eram sempre instigantes e, como a apresentada acima, eram costumeiras no jornal. A que relatamos há pouco foi escrita por D. Jasmim e era intitulada *As Honestas*<sup>297</sup>.

Entendendo que estes contos possuíam funções mais abstratas do que a mera excitação dos leitores do impresso, eis que surge o nosso objetivo neste capítulo: por meio da leitura dessas histórias, pretendemos apreender os discursos produzidos pelos redatores do bissemanário acerca das representações de mulheres. Visamos perceber os artifícios objetivos e subjetivos utilizados para representá-las, classificá-las e até hierarquizá-las. Entretanto, antes de adentrarmos nessa seara faz-se necessário conhecermos alguns aspectos gerais desses contos, como a sua narrativa, em termos estruturais, e os seus autores.

### 3.1 Sobre os contos

Histórias como a apresentada acima eram recorrentes no *Rio Nu*, narrativas permeadas de jogos de sedução são encontradas desde os anos iniciais do periódico. No entanto, foi a partir de 1906 que elas passaram a ser publicadas com regularidade, organização e uma maior elaboração. Até 1913, ano em que se encerrou tal seção, foram divulgadas – sempre na sexta página do impresso – 570 contos<sup>298</sup>.

Em um primeiro momento, esses contos podiam parecer desprezíveis, terem como objetivo a simples excitação do seu público leitor e reforçarem a fama pornográfica atribuída

---

<sup>297</sup> D. Jasmim, “As Honestas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1046, 18/07/1908, p. 6. Desde já, salientamos que os contos, sejam eles completos ou em trechos, que forem colocados neste capítulo, terão a sua escrita atualizada para o português de hoje. Contudo, a sua pontuação permanecerá a mesma da publicação original.

<sup>298</sup> Para produzir este capítulo nós lemos 230 contos.

ao jornal. Certamente, em meio à acidez dos pequenos textos e charges e algumas ilustrações com nudez explícita, essas histórias devem ter colaborado para Ignácio Tosta, como diretor geral dos Correios em 1910, ter certeza da obscenidade do bissemanário e da necessidade de censurá-lo. Porém, existem alguns aspectos que merecem destaque. Em uma observação mais cuidadosa, é possível identificar estratégias amorosas recorrentes no início do século XX, visualiza-se o delineamento de tipos ideais de masculinidade e nota-se representações femininas alinhadas com a mentalidade em voga na época

Nossa intenção nas próximas páginas é lançar luz sobre o último aspecto. Sabendo que *O Rio Nu* estava inserido no contexto da *Belle Époque*, no qual os valores de progresso e civilização estavam na ordem do dia, temos em mente que os contos publicados não eram meras histórias de romance e/ou sedução, eles compreendiam ensinamentos dos redatores para o público leitor do periódico, neste caso os homens. Na maioria das vezes, isso estava explícito no modo com o qual esses contos eram escritos. Após a leitura das histórias, é perceptível que eles não se caracterizavam pela originalidade ou ineditismo. Eles pareciam obedecer a uma certa normatização. Os temas, os personagens e a linguagem eram quase sempre os mesmos nessas histórias.

Houve casos em que narrativas foram reescritas anos depois da primeira publicação, somente mudando pouquíssimos elementos, como os nomes dos personagens. Havia também a escrita em primeira pessoa. Levando em consideração o montante total de contos, podemos afirmar que nem um terço são de histórias em terceira pessoa. Nesse sentido, as tramas apresentadas partem de experiências próprias dos autores, ou ao menos convencem muito bem quanto a esse aspecto. Por fim, e mais significativamente, boa parte das narrativas eram organizadas da seguinte forma: na introdução, o narrador expunha uma “teoria” sobre as mulheres e, logo após, descrevia um episódio amoroso que comprovava a ideia apresentada poucas linhas acima. São essas “teorias” que nos ajudam a entender as representações que *O Rio Nu* fez a respeito das mulheres. Toda essa estrutura nos ajuda a entender os conhecimentos que o narrador queria passar para o seu leitor acerca da alma e dos sentimentos femininos.

Se pensarmos nos leitores, era interessante que de tempos em tempos algumas histórias se repetissem, mesmo que nomes de personagens fossem diferentes, por exemplo. Essas narrativas poderiam se fixar melhor nas suas memórias e/ou as expectativas com relação a uma história, poderiam ser facilmente atendidas quando percebiam que a narrativa posta era familiar. Como argumenta Chartier:

O leitor rudimentar também se sentia à vontade com livros que incluíam textos já conhecidos por ele, pelo menos em parte ou aproximadamente. [...] Em termos mais gerais, a maioria das pessoas, mesmo quando não ouvia diretamente a leitura, lia os livros com um entendimento previamente adquirido, que era facilmente evocado ao longo do ato de ler. Esse entendimento era adquirido graças à ocorrência periódica de formas codificadas, à repetição dos temas e às imagens dos livros.<sup>299</sup>

Antes mesmo de adentrarmos nas representações e nas teorias, é preciso salientar que esse modelo corresponde especificamente aos contos escritos por D. Villaflor, o autor mais longo e profícuo dessa seção. De 1906 até meados 1908, ele escreveu praticamente de forma ininterrupta. Daí, deu uma pausa e só retornou no segundo semestre de 1909, ficando até setembro de 1910, quando finalizou suas atividades no periódico<sup>300</sup>. Certamente coube a ele o sucesso e a duração da seção no jornal – dos dezoito anos de atividade do *Rio Nu*, estes contos apimentados foram publicados em quase metade, oito anos – e é nele em que podemos notar mais explicitamente as representações femininas. Muitas ideias compartilhadas pelo autor foram vistas em contos de outros escritores que passaram pela mesma seção. O que, para nós, reafirma uma falta de originalidade, apesar de todas as peripécias serem criativas.

O sucesso de Villaflor é tão notável que, além de ele dominar a escrita dos contos, ele já havia publicado tramas no *Rio Nu* anos antes de 1906 e após 1910 retornou ao bissemanário como autor de romances. No ano seguinte à publicação do seu último conto, ele aparecia com destaque na última página do impresso com o seu mais recente livro *Scenas de Alcova* (figura 26), que fez bastante sucesso na época, sendo divulgado até 1913 com a descrição de “estupendo romance” (figura 27).



Figura 26: Anúncio  
Fonte: *O Rio Nu*, 31/05/1911

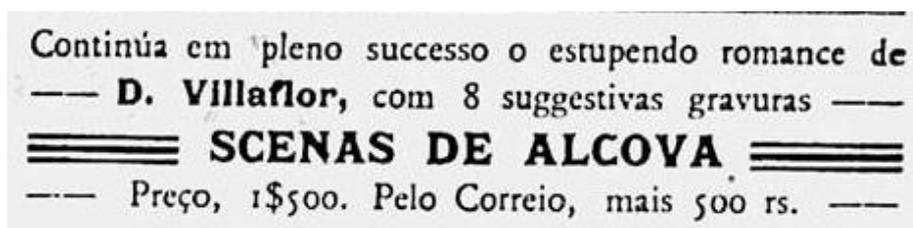


Figura 27: Anúncio  
Fonte: *O Rio Nu*,  
02/04/1913

<sup>299</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 225.

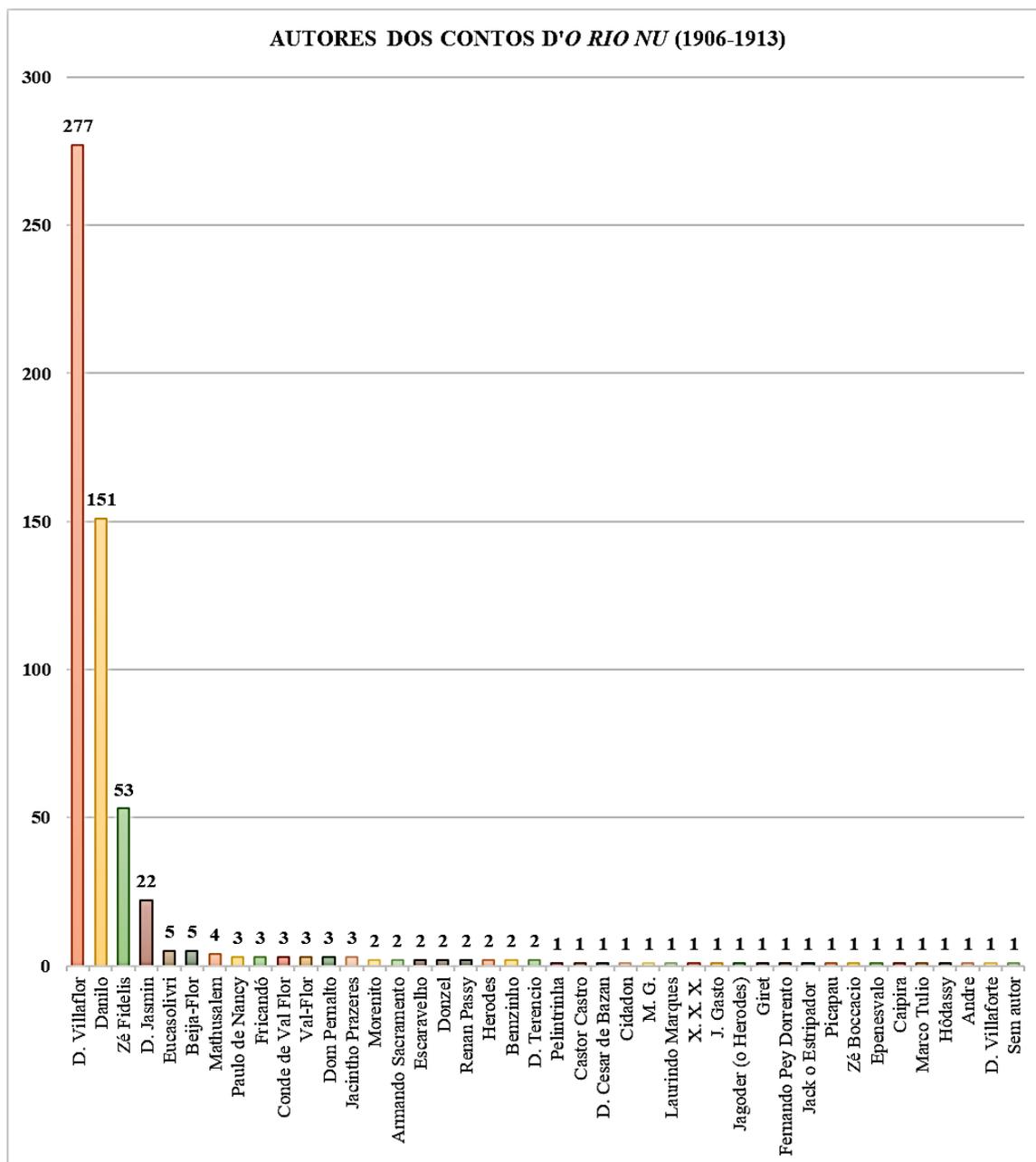
<sup>300</sup> O seu primeiro conto e consequentemente o primeiro da nova seção do *Rio Nu* foi publicado no dia 2 de maio de 1906 e intitulava-se *Que tortura!*. Já o seu último conto saiu na edição 1272 do dia 24 de setembro de 1910. A história era denominada *Má lição* (*Das “Memórias de uma mulher”*).

Como dissemos, várias teorias compartilhadas por D. Villaflor puderam ser lidas em contos de outros autores. Muitas vezes as ideias eram embutidas de forma subliminar, a ponto do leitor e/ou o pesquisador ter de ler a história em sua completude para só perceber que as ideias postas ali não eram inéditas, ou seja, elas já haviam sido apresentadas e exemplificadas antes. Em termos quantitativos, essa seção foi alimentada com histórias de 42 autores, sendo um desses sem nome identificado. D. Villaflor foi o que mais produziu: 277 contos. Porém, outros também escreveram bastante. Em ordem decrescente, temos: Danilo (151), Zé Fidelis (53)<sup>301</sup> e D. Jasmim (22). Os outros escritores produziram menos de dez narrativas e houve um conto sem autor.

---

<sup>301</sup> É preciso fazer uma ressalva quanto à quantidade de contos que Zé Fidelis escreveu. Muitos deles eram cópias de histórias que D. Villaflor publicou nos primeiros anos da seção. Obviamente que a repetição dessas tramas pode indicar o sucesso que elas fizeram na primeira publicação, mas também não deixa de salientiar, para nós, uma falta de preocupação em criar narrativas ou até mesmo uma falta de originalidade em conceber algo inteiramente inédito, haja vista que as modificações não eram muito significativas. Alguns exemplos desses contos: “Exemplo vivo”, ed. 1449, 15/06/1912; “Amor de velha”, ed. 1455, 06/06/1912; “O feio tem sua graça”, ed. 1466, 14/08/1912; “O ‘mal’ das mulheres”, ed. 1474, 11/09/1912; “A pressa dos noivos”, ed. 1493, 16/11/1912.

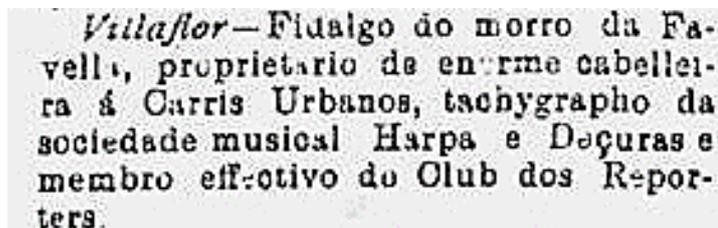
Abaixo, a relação completa de autores e a quantidade de contos que cada um escreveu:



**Gráfico 1:** Autores dos contos d'O Rio Nu (1906-1913)

Como pudemos verificar, muitas pessoas passaram por esta seção. No entanto, é importante ter em mente que todos (ou a grande maioria, pelo menos) esses nomes são pseudônimos – o que era muito comum na época –, e, apesar das nossas pesquisas até então, não encontramos as verdadeiras identidades de cada um desses autores, especialmente os que mais produziram para este espaço.

O que sabemos é que algumas dessas personalidades já eram redatores do *Rio Nu*, como é o caso de Zé Fidelis e Eucasolivri, e o que temos sobre Villafior, o mais produtivo dos autores, é a descrição que o próprio hebdomadário publicou em uma de suas edições de aniversário:



Villafior – Fidalgo do morro da Favella, proprietario de enorme cabeleleira á Carris Urbanos, tachygrapho da sociedade musical Harpa e Daçuras e membro effetivo do Club dos Reporters.

Figura 28: Trecho do artigo “História geral do ‘Rio Nu’”  
Fonte: *O Rio Nu*, 13/05/1905

De qualquer forma, reforçamos, nada sabemos sobre as biografias das pessoas por detrás dos pseudônimos.

Faz-se necessário destacar alguns artifícios utilizados pelos redatores do jornal para se aproximar dos seus leitores. A princípio, a utilização de ilustrações (figura 29 e 30 são alguns exemplos). Na maioria das histórias escritas por D. Villafior, estava posta no meio do conto uma ilustração que retratava alguma cena da narrativa. Para nós, essas ilustrações reforçavam a trama publicada, mas também – e principalmente – era um expediente para conquistar e fidelizar o leitor, haja vista que era preciso consolidar a nova seção do jornal e para isso nada melhor do que inserir um desenho que captasse a atenção. Nesse sentido, tratava-se um bom protocolo de leitura<sup>302</sup>.

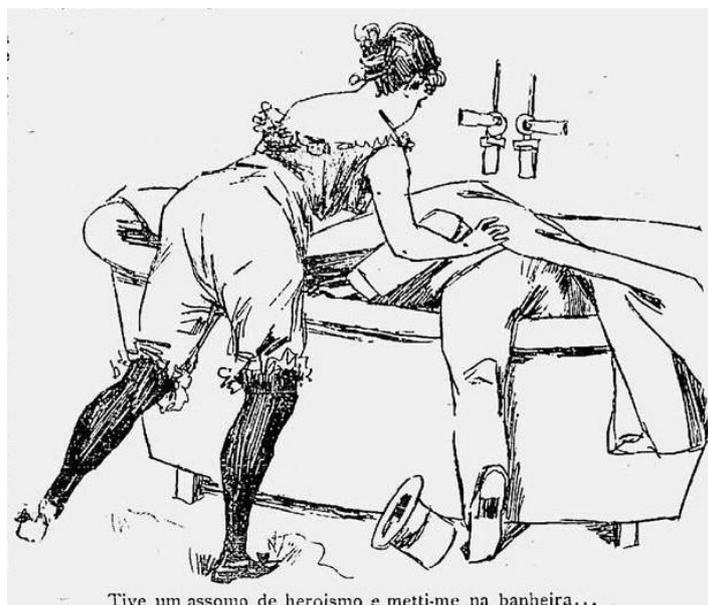
Contudo, tendo em vista que a leitura “é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros”<sup>303</sup>, nós compreendemos que esses desenhos sofreriam a influência das práticas de leitura<sup>304</sup> de quem tinha acesso ao jornal. Dessa forma, cada leitor do *Rio Nu* poderia ter uma aceção diferente do desenho publicado: para uns serviria de complemento à assimilação da história, para outros poderia ter somente um fim ilustrativo ou eles poderiam dar um outro significado que a nós é impossível descobrir. No fim, não podemos perder de vista que havia

<sup>302</sup> Para Roger Chartier, o protocolo de leitura seria uma dada forma de ler, motivada pela materialidade do impresso, mas também pelas interferências, que podem ser explícitas ou não, dos editores, dos autores e do próprio texto. Ver: CHARTIER, Roger. **Op. Cit.**, 2001, p. 77-105.

<sup>303</sup> CHARTIER, Roger. **Op. cit.**, 1992, p. 214.

<sup>304</sup> Em síntese, as práticas de leitura correspondem às interpretações que os leitores fazem diante de um texto. Trata-se daquilo que o leitor infere após ler ou ver o que consta em um livro, por exemplo. Não se trata de algo natural ou espontâneo, pois questões envolvendo alfabetização, condições econômicas, posicionamentos políticos, sociais e morais, entre outros, influenciam em nossas leituras e determinam nossas interpretações. Ver: CHARTIER, Roger. **Op. Cit.**, 2001, p. 77-105.

uma distância entre aquilo que o autor criava e pensava e aquilo que estava impresso e publicado<sup>305</sup>.



**Figura 29:** Ilustração do conto “O Marchante”

Fonte: *O Rio Nu*, 09/06/1906



**Figura 30:** Ilustração do conto “O Médico”

Fonte: *O Rio Nu*, 31/07/1909

<sup>305</sup> Roger Chartier chama a nossa atenção para a importância que os suportes em que os textos estão inseridos possuem. De acordo com ele, independentemente do tipo da produção textual, a sua compreensão só será total dependendo das formas com as quais ela chega ao leitor. Desse modo, “é necessário fazer uma distinção entre dois tipos de aparato: aqueles impostos pela colocação em forma de texto, pelas estratégias da escrita e intenções do ‘autor’, e aqueles que resultam da manufatura do livro ou da publicação, produzidos por decisão editorial ou através de processos industriais, e dirigidos aos leitores ou leituras que podem não ter absolutamente nada em comum com as expectativas do autor.” Ver: CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, 1995, p. 220.

As ilustrações, como podemos ver, eram bem claras quanto à informação que queriam passar e, como dissemos, elas sempre representavam uma cena da história que estava sendo contada (observem a presença de legendas nas imagens que, na verdade, eram trechos da narrativa). Contudo, não foi o único artifício utilizado por autores e redatores-chefes para estabelecer uma relação de proximidade com os leitores. A linguagem dos textos também é um elemento a ser destacado.

Enquanto vários outros textos do *Rio Nu* usavam e abusavam de termos ambíguos e por vezes explicitamente sexuais, nos contos predominaram descrições mais contidas. O conto que trouxemos no início do capítulo é um exemplo disso. Para relatar o ato sexual que teve com a sua vizinha, D. Jasmim, utiliza-se de metáforas e colocações maliciosas: “após beijar-me também com ardor, conduziu-me até um fofo canapé onde por longo tempo os nossos corpos se fundiram nervosamente, enquanto que eu a invadia toda com a fúria do meu desejo ardente e exaltado...”<sup>306</sup>. É notável um esforço do autor em estabelecer a sugestão do que aconteceu. É mais importante que certas cenas fiquem na imaginação do leitor e que ele materialize os detalhes que mais lhe interessarem.

Todo o estabelecimento de uma insinuação que faz com que o leitor se aproxime e até se conecte com a história, faz parte de um discurso da malícia muito utilizado em diversos materiais impressos veiculados no início do século XX. Dino Preti, ao falar do Dicionário Moderno de Bock, informa-nos que

“o *discurso da malícia* se apresenta como um processo de comunicação lacunosa, onde o destinatário (no caso, o leitor) é chamado a intervir, preenchendo os claros, desde que o contexto erótico do próprio *Dicionário* lho permita [...]”<sup>307</sup>.

É assim que funciona nos contos publicados pelo *Rio Nu*. Os autores entendem que não é preciso descrever a relação entre os personagens, porque têm ideia de que os seus leitores saberão como funciona toda a sistemática do ato. Depois que o protagonista afirma ter penetrado a sua vizinha, há uma pausa, uma lacuna que serve de “convite” para o leitor do jornal participar da dinâmica do texto completando esse espaço com os detalhes que quiser.

Assim como também acontecia em diversos materiais da *Belle Époque*, o espaço dado ao leitor para que ele interaja, mesmo mentalmente, com a história que ele está lendo é por meio

<sup>306</sup> D. Jasmim, “As Honestas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1046, 18/07/1908, p. 6.

<sup>307</sup> PRETI, Dino. **Op. Cit.**, p. 109. Grifo do autor.

das reticências. Tanto em *As Honestas* como em qualquer outra história dessa seção ou até do periódico como um todo, as reticências são utilizadas *ad nauseam* e boa parte delas, em nossa perspectiva, tem essa função participativa entre quem produz o impresso e quem o consome. Preti, mais uma vez, ajuda-nos a entender o porquê dessa pontuação no texto obsceno/pornográfico e aponta-nos outros caminhos para o uso delas:

As reticências são, no *discurso da malícia*, a pontuação característica, porque sempre funcionam como indicação precisa da existência de outros significados, a verificar, o que, às vezes, é enfatizado por expressões que se opõem ao sentido literal [...] o efeito suspensivo das reticências, “desviando” de um significado para outro, oferece variações curiosas. Às vezes, como pode ocorrer numa situação maliciosa, o falante prepara um efeito, adianta parte do significado implícito e depois, já certo do resultado, isto é, de ter “passado” a significação, recua e se restringe ao significado literal.<sup>308</sup>

Nesse sentido, fica estabelecido um “jogo” entre autores e leitores. As reticências podem significar pausas, um espaço de participação e/ou às vezes uma rápida ilusão de que o texto encaminha-se para um ponto, mas ele está indo, de fato, para outro.

Atrelado ao uso da pontuação, que nos parece um detalhe mais subjetivo, existem também artifícios textuais mais diretos. Em diversos contos, quando D. Villaflor, D. Jasmim, Danilo e tantos outros autores queriam trazer o seu potencial leitor para perto da sua história, eles o questionavam e, por vezes, imaginavam as suas respostas. O próprio título deste capítulo é um exemplo desse recurso. No conto *As Honestas* ele aparece da seguinte forma: “Acredita o leitor piamente na honestidade das mulheres? Estou d’aqui a ver a resposta a bailar-lhe à flor dos lábios como a dizer-me: - Acredito, sim senhor!”<sup>309</sup>. Em *A Carne Soberana*, D. Villaflor questiona: “Vocês acreditam nessas bobagens de poetas, que dizem que as mulheres nos prendem pelos encantos sublimes da alma e não sei que mais?”<sup>310</sup>. Ao descrever uma de suas amantes em *O homem põe e a mulher dispõe*, Danilo imagina a reação do público: “Que temos nós com isso? – dirão os leitores.”<sup>311</sup>.

Em outros casos, podemos notar que o nível de relação que *O Rio Nu* queria estabelecer com o seu leitor era um pouco mais profundo, era um vínculo de companheirismo, de camaradagem e até de amizade: “Ai! Leitor amigo, lá se foram todos os meus votos”<sup>312</sup>, disse Mathuzalem em uma trama de 1911. Em junho de 1910, D. Villaflor iniciou um dos seus contos

<sup>308</sup> **Idem**, p. 110 e 111. Grifo do autor.

<sup>309</sup> D. Jasmim, “As Honestas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1046, 18/07/1908, p. 6.

<sup>310</sup> D. Villaflor, “A carne soberana”. In: **O Rio Nu**, ed. 888, 09/01/1907, p. 6.

<sup>311</sup> Danilo, “O homem põe e a mulher dispõe”. In: **O Rio Nu**, ed. 1364, 16/08/1911, p. 6.

<sup>312</sup> Mathuzalem, “A fuga do periquito”. In: **O Rio Nu**, ed. 1372, 13/09/1911, p. 6.

assim: “Aquela era positivamente uma senhora honesta. Não riam. Falo sério.”<sup>313</sup>. Noutros momentos, o coleguismo era construído de tal forma que o periódico fazia crer que o pensamento dos seus redatores era o mesmo dos leitores. Um conto de 1907 começou da seguinte forma: “em geral, quando temos notícia de um crime de amor, o nosso primeiro movimento é de indignação contra o homem, que aparece aos olhos de nossa imaginação como um sedutor, um violador, um monstro humano.”<sup>314</sup> Sabemos que é impossível o bissemanário ter certeza de que todos os homens têm o mesmo pensamento que ele, no entanto, era preciso que fosse construída uma ideia homogênea de masculinidade. São os protocolos de leitura agindo para estabelecer ao leitor uma identidade masculina uniforme.

Em outro caso, quem lê a narrativa é até “impedido” de seguir em frente com a sua imaginação:

Não nos convém, de modo algum, acompanhar as expansões a que se entregaram desde logo os dois amantes, mesmo porque o nosso olhar, apesar de indiscreto, não pode atravessar, como desejaria, a transparência do cortinado, visto achar-se o aposento nessa doce penumbra propícia ao amor, que se serve mais do tato do que da vista...

Acrescentamos, entretanto, que Euzebio e Celina não se lembraram de jantar, entretidos, como se achavam, a se comerem de beijos um ao outro...”<sup>315</sup>

Em suma, o leitor não só é “barrado” dos detalhes sobre a cópula entre o casal, como este trecho em específico reforça – como dissemos acima – o tom sugestivo que estes contos possuíam. Em outras palavras, muito fica a cargo da imaginação de quem lê, mas nem sempre o estímulo é tal claro assim.

Por fim, a conexão entre redatores e leitores também é perceptível na identidade evocada pelo narrador. Na maioria das vezes, ele é caracterizado como o amigo da família, um vizinho ou, principalmente, como um jovem bonito, elegante, de bom gosto, que é mais astuto, atento e viril do que os maridos traídos, por exemplo. Em outros casos, o narrador era um estudante, fato importante porque “significa não ter dinheiro suficiente para frequentar prostitutas caras, mas não resignar o bom gosto nem o conhecimento e valorização de códigos de elegância”<sup>316</sup>.

Nas palavras d’o *Rio Nu*, “os estudantes pobres não tem o direito de aspirar a posse das mulheres que encantam, que dão verdadeiras felicidades; a eles, só é permitido o gozo

---

<sup>313</sup> D. Villaflor, “Como elas caem – Pela bondade”. In: **O Rio Nu**, ed. 1247, 29/06/1910, p. 6.

<sup>314</sup> D. Villaflor, “Sedução”. In: **O Rio Nu**, ed. 962, 25/09/1907, p. 6.

<sup>315</sup> Danilo, “O direito é o direito...”. In: **O Rio Nu**, ed. 1373, 16/09/1911, p. 6.

<sup>316</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, 2011, p. 332.

repugnante das mulheres que se vendem a um tanto por hora, que se entregam a cada instante a qualquer homem por alguns mil réis”.<sup>317</sup> Além disso, esse personagem também é relevante porque carrega “a possibilidade de fazer sentido e ser excitante para leitores que se identificam com a falta de dinheiro do estudante. Essa possibilidade permite, assim, uma ampliação significativa do espectro de leitores a que o conto se dirige”.<sup>318</sup>

Levando em consideração, como afirmamos várias vezes, que *O Rio Nu* era feito por homens e destinado aos homens e estava afinado com os ideais de sua época, nada mais pertinente que o narrador da maioria dos contos possuísse as características mencionadas acima. Na pesquisa de Natália Batista Peçanha ficou evidenciado que o periódico de “gênero alegre” forjou um modelo de masculinidade ideal a ser seguido pelos homens civilizados, ou seja, os *smart*. Nas palavras da historiadora, esta figura social, além de não ser restrito à elite brasileira,

[...] era representado como um homem branco, bem afinado à moda, sobretudo aos padrões europeus, sendo um conhecedor das noites cariocas, além de ser um exímio conquistador. Esta questão da conquista era de suma importância. Partindo desta premissa, destacam-se dois aspectos que um *smart* não poderia ser: homossexual e impotente [...] Outro mal que podia destruir uma família, a integridade de um homem e gerar gastos públicos, era o alcoolismo. Os homens que se entregavam a esse vício eram representados de forma humilhante [...] Desta forma, o jornal ao apresentar o alcoolismo e os outros ‘problemas’ apresentados acima, estipulava um papel bem definido do homem ‘civilizado’, papel este que não era compatível com tais práticas.<sup>319</sup>

Tendo todos esses protocolos de leitura em mente e todas as outras características gerais sobre os contos, tratemos a partir de agora sobre as representações de mulheres que *O Rio Nu* publicou.

### 3.2 Representações femininas n’*O Rio Nu*

Na narrativa *O efeito da leitura*, D. Villaflor nos informa a única finalidade das histórias publicadas pelo *Rio Nu*: “a glorificação da mulher, a descrição minuciosa de suas belezas e poder mágico de sua carne”<sup>320</sup>. De fato, ler os contos do bissemanário humorístico é presenciar essa caracterização sendo seguida à risca. Porém, é preciso que o pesquisador esteja atento às maneiras que essa mulher foi glorificada e descrita pelo impresso. Como apontamos linhas

<sup>317</sup> D. Villaflor, “Hetaira por uma noite – 2º episódio”. In: **O Rio Nu**, ed. 1016, 04/04/1908, p. 6.

<sup>318</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, 1997, p. 144.

<sup>319</sup> PEÇANHA, Natália Batista. **Op. cit.**, p. 145-146. A pesquisa dela teve como objetivo descobrir, por meio dos protocolos de leitura que *O Rio Nu* fez uso, a masculinidade que era propagada pelo impresso.

<sup>320</sup> D. Villaflor, “O efeito da leitura”. In: **O Rio Nu**, ed. 1161, 28/08/1909, p. 6.

acima, a pesquisa histórica elucidou o estabelecimento de uma masculinidade idealizada pelo jornal. Agora, cabe a nós compreender a feminilidade que foi veiculada pelo periódico.

### 3.2.1 “Aqui no Brasil, debaixo dos trópicos, não há mulher fria”

Tal como dissemos, muitos dos contos que *O Rio Nu* publicou não prezavam pela originalidade, e, para além dos elementos já apontados, é possível notar isso nas “teorias” que foram difundidas nas histórias. Em nossa perspectiva, existem algumas dessas que, de alguma forma, resumem e melhor simbolizam todo o pensamento dos redatores sobre as mulheres. São reflexões importantes com elementos que, objetivamente ou não, podem ser enxergados em diversos relatos. É como se elas nos ajudassem a entender quase todo o montante das narrativas e, principalmente, ajudasse-nos a compreender as representações femininas que foram produzidas pelo periódico de “gênero alegre”.

D. Jasmim inicia o conto *As Honestas* da seguinte forma:

[...] Acredita o leitor piamente na honestidade das mulheres? Estou daqui a ver a resposta a bailar-lhe à flor dos lábios como a dizer-me: - Acredito, sim senhor!

Tenho eu razões de sobra, e muito particulares para pensar de um modo absolutamente oposto. As mulheres, está claro que me refiro às casadas, só por um motivo excepcionalmente forte mantém fiéis aos maridos. Só mesmo quando alguma coisa imperiosa as impede de... fazer precisamente o contrário, é que elas assim se mantêm.

Na maior parte das vezes, a falta de liberdade, a presença dos fâmulos ou dos filhos, quando os há; o receio de ser pilhada em flagrante pelo marido, e os consequentes resultados desse ato; as más línguas, enfim, tudo isso impede-as de fazer uma asneira... dando um escorregão no contrato matrimonial... Mas, o grande caso é que elas de fato só se mantem puras quando a isso são obrigadas por um empecilho qualquer, mas nunca porque lhes falte um bocadinho de vontade para mandar à fava o celebrado preconceito...

Quero ser coerente, acreditando que, por um verdadeiro prodígio, uma ou outra mulher, por obediência a severos princípios ou mesmo por natural orgulho, só entregue as delicias de seu corpo a um único homem, dedicando-se de corpo e alma a um único amor; mas, essas são raras, raríssimas mesmo, e se permitem, direi até que são fenômenos, exceções que apenas servem para confirmar a regra geral de que as mulheres são criaturas essencialmente pecadoras... [...] <sup>321</sup>

---

<sup>321</sup> D. Jasmim, “As honestas”. In: *O Rio Nu*, ed. 1046, 18/07/1908, p. 6. Reforçamos que os contos, sejam eles completos ou em trechos, que forem colocados neste capítulo terão a sua escrita atualizada para o português de hoje. Contudo, a sua pontuação permanecerá a mesma da publicação original.

Apesar da história ter como protagonista uma mulher casada, é possível notar na “reflexão” do autor pensamentos que contemplam todas as mulheres. O principal destes trata-se do questionamento da honestidade feminina. O consenso, ao que parece, é que as mulheres são ameaçadoras e dissimuladas, necessitando ser controladas por meio do matrimônio. É como se fosse um elemento identitário dado às mulheres pelo *O Rio Nu*. Por detrás de uma história excitante, existia o alerta: é da natureza feminina a busca pelo prazer físico, portanto, leitor, fique atento a sua esposa ou a sua pretendente.

Para completar, o narrador afirma que somente fatores externos proporcionam o resguardo da esposa. Nesse sentido, a honestidade feminina é fruto de questões sociais, de um código moral existente na sociedade que procura prender a mulher em um casamento. Contudo, o desejo feminino de buscar atender às necessidades da carne é “natural”. Se estabelecermos o paralelo entre a “teoria” e a narrativa, vamos lembrar que a vizinha casada, assim que teve a oportunidade, foi para a cama como o estudante conquistador, ou seja, ela seguiu a sua “natureza”, a sua “essência” pecadora.

É interessante também notar o tom de extraordinário que o narrador dá às mulheres que se mantêm integras no matrimônio. Para D. Jasmim, essas seriam “raríssimas”, praticamente “um fenômeno”, mas existiam. Amélia era um exemplo desse tipo. Casada aos 25 anos com um homem mais velho, ela era cortejada por inúmeros rapazes, mas sempre os ignorava. Só acabou cedendo – no final da história – ao jovem Alberto, depois de inúmeras investidas do rapaz. Porém, ainda assim sua “essência” não deixava de ser casta, ela era o tipo de mulher que:

[...] por orgulho, por verdadeiro pudor, por instinto de asseio, por temperamento – seja lá pelo que for, mesmo porque é impossível explicar com clareza e segurança a alma das mulheres – mas há algumas que consideram verdadeira monstruosidade deixar que mais de um homem conheça a forma, o contato e o gozo de um corpo.<sup>322</sup>

Contudo, como frisamos, esta era a exceção. A regra era de que “a honestidade da mulher é coisa tão frágil”, como afirmou D. Villaflor em um conto de 1907. Nessa história, Júlia já “estava na idade e na situação crítica; estava no momento fatal em que toda mulher casada, bonita e honesta está arriscada a cair... nos braços de um amante”<sup>323</sup>, no entanto, a sua personalidade é a mais perigosa do que a da mulher retratada por D. Jasmim. Nesse conto, após

<sup>322</sup> D. Villaflor, “Como ela caem pela bondade”. In: **O Rio Nu**, ed. 1247, 29/06/1910, p. 6.

<sup>323</sup> Essa tal idade nos parece ser entre os 15 e 25 anos, como notamos em algumas histórias. No conto, *Atirou no que viu...* D. Villaflor nos apresenta Melania, uma jovem de 24 anos que estava “justamente na idade em que a mulher casada inspira maior número de paixões e as mais ardentes”. D. Villaflor, “Atirou no que viu...”. In: **O Rio Nu**, ed. 1194, 22/12/1909, p. 6.

perder a virgindade com o marido, descobrir os prazeres da cama e ter notícia das infidelidades do companheiro, Júlia decide buscar por outras aventuras. Ela, para D. Villaflor, seria o típico caso da mulher que se casa “para ser deflorada legalmente e poder gozar a solta sem a preocupação da... donzelice”<sup>324</sup>. É um caso perigoso, que requer o alerta dos homens, mas que também os colocava no centro do debate.

Não havia dúvidas quanto à natureza permissiva de Júlia – ela é do tipo nasceu *cocotte*, segundo o autor –, porém é preciso fazer uma ressalva quanto à responsabilidade do esposo. D. Villaflor deixa claro que a jovem começou a pensar em ter amantes diante das traições do esposo. Ela passou a questionar-se “porque motivo o Adriano, tendo em casa uma mulher robusta e apaixonada, ia entregar-se a outras na rua?” ou até mesmo se perguntou a razão dos homens buscarem outras mulheres para ter prazer já que “todas as mulheres têm o corpo semelhante”. A sua conclusão foi o desejo masculino por variedade e daí passou “a ter curiosidade de saber se os homens serão também diferentes”<sup>325</sup>. Com isso, o narrador não só delineou mais um espectro da personalidade feminina, chamando a atenção do seu leitor para as suas esposas, mas também convocou o seu “camarada” a olhar para si, isto é, para o papel do homem no casamento.

Pensemos: se a mulher é “naturalmente” propensa à traição porque almeja atender aos desejos pessoais, cabe ao homem manter o controle sobre essa situação, isto é, ele precisa cumprir com os seus deveres de esposo na cama. Por esse ângulo, *O Rio Nu* alinhava-se à ciência higiênica da sua época. Foi a partir do século XIX que a medicina tomou para si o papel de regularizador da sexualidade humana e postulou sobre tais assuntos.

Desde os oitocentos, os higienistas passaram a defender a sexualidade conjugal, alegando ser esse um elemento importante para a consolidação do casamento. Diferente do que ocorreu nos séculos anteriores, em que os preceitos religiosos codificavam a sexualidade e puniam as suas transgressões, a regulação médica tomou as rédeas da discussão sobre o sexo dentro do matrimônio. Segundo a medicina, a insuficiência sexual era um problema, pois “do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação”<sup>326</sup>. E, além disso, era também problemático para as mulheres em si, afinal, diante da ausência e da debilidade do esposo ou da total insatisfação sexual, elas

---

<sup>324</sup> As citações do conto referem-se a: D. Villaflor, “Os sete pecados sensuais (A curiosidade)”. In: **O Rio Nu**, ed. 979, 23/11/1907, p. 6.

<sup>325</sup> D. Villaflor, “Os sete pecados capitais sensuais (A curiosidade)”. In: **O Rio Nu**, ed. 979,23/11/1907, p. 6.

<sup>326</sup> COSTA, Jurandir Freira. **Op. cit.**, p. 229.

“podiam habituar-se à masturbação. E, como acreditavam os médicos, este ‘vício’ era causa de esterilidade, aborto etc.”<sup>327</sup>, ou pior, elas poderiam optar pelo adultério, e aí as consequências seriam ainda mais graves: “destruição do casamento e péssimo exemplo moral para os filhos”<sup>328</sup>.

Assim, como a “essência” feminina foi difundida e debatida pelo *Rio Nu*, a ausência masculina também foi retratada. Contudo, diferente do narrador-conquistador que é jovem e viril, o homem adulto/idoso, muitas vezes traído pelas esposas, era ridicularizado. O comendador Euzébio, que se casara somente para ter mulher em casa, foi um homem que se privou do “gozo feminino” durante a juventude para construir patrimônio. Quando jovem, “hesitava dias e dias antes de distrair do ordenado miserável mil reis necessários para passar meia hora com uma mulher”<sup>329</sup>, pois o foco era o trabalho e a preocupação era fazer fortuna. Aos 48 anos, quando decidiu se casar – e para isso escolheu cautelosamente uma esposa, optando por uma viúva – acreditava que não precisava fazer quase nada a não ser cumprir com o seu dever na noite de núpcias. Na perspectiva do narrador isso era inadmissível:

Um homem assim não devia casar, mas o Euzébio, além do mais, era burro, ou por outra, tão ignorante da alma e dos instintos femininos, que julgava possível a uma mulher casar-se para ser unicamente a dona da casa de um homem, contentando-se com receber dele o bem estar material e importância social.<sup>330</sup>

A solução de dona Adelaide – a esposa do comendador que se sentira “roubada”, pois “contara não só com a fortuna como com outras coisas do marido”<sup>331</sup> – foi criativa. Ela depois de tanto tentar “reascender” o marido, comprou uma edição do *Rio Nu* e a deixou de forma despreziosa pela casa. O senhor encontrando o impresso acreditou, *a priori*, que a esposa estava lhe traindo, mas depois de ler o bissemanário se excitou com as histórias contidas nele e mais um casamento acabou sendo salvo. Para além da propaganda positiva do *Rio Nu* para si, notem o tom depreciativo que o redator deu ao Euzébio e para o estratagema que a mulher teve de usar para atender as suas necessidades físicas. No entanto, nem sempre é assim.

A “loura e carnuda” Adélia decidiu procurar um amante depois de perceber que o “imbecil” do seu marido “não dispunha de faculdades para fazê-la feliz, nem física, nem

---

<sup>327</sup> **Idem**, p. 228.

<sup>328</sup> **Idem**, p. 228.

<sup>329</sup> D. Villaflor. “O efeito da leitura”. In: **O Rio Nu**, ed. 1161, 28/08/1909, p. 6.

<sup>330</sup> D. Villaflor. “O efeito da leitura”. In: **O Rio Nu**, ed. 1161, 28/08/1909, p. 6.

<sup>331</sup> D. Villaflor. “O efeito da leitura”. In: **O Rio Nu**, ed. 1161, 28/08/1909, p. 6.

moralmente”. Ele “julga-se desobrigado de todos os seus deveres de marido, ligando-se a ela, num amplexo insofrito e sobriamente clássico, uma vez por semana”<sup>332</sup>.

D. Carlota Chouriço, aos trinta e seis anos, estava desgostosa com a vida que vivia e, principalmente, com o seu casamento. Casada com o senhor Matheus Chouriço (50 anos) por conveniência dos pais dado ao seu *status* social e à fortuna que possuía, a senhora estava “abandonada” pelo esposo. Ele, apesar de ser um cavaleiro, possuía um “temperamento polar” e era um dedicadíssimo professor de matemática. Tão dedicado que se esquecia que “possuía ao seu lado aquela linda planta, que se estiolava dia a dia, à falta de irrigação”. Ela tentou de tudo para reconquistá-lo e apimentar a relação, procurou até ajuda de cartomante para ajudá-la nesse infortúnio. Somente depois de se envolver com um ex-aluno do esposo, o oficial do exército Jorge, é que “D. Carlota, a linda e delicada planta, ameaçada de morte pela indiferença do Sr. Matheus, reanimou-se em pouco tempo e floresceu espantosamente, pois já não lhe faltava a necessária irrigação...”<sup>333</sup>.

Os exemplos seguem por vários outros contos, mas os aqui apresentados auxiliam-nos a entender o que propusemos anteriormente: as responsabilidades do homem dentro do matrimônio e, em especial, com a mulher que está ao seu lado. O modelo ideal de homem na época não comportava a homossexualidade, a libertinagem, o celibato e o alcoolismo<sup>334</sup>.

Nas campanhas<sup>335</sup> de combate ao vício em bebidas alcoólicas, o discurso que prevaleceu era o do homem “naturalmente” destinado ao trabalho. Assim como seria ele também um ser

---

<sup>332</sup> D. Villaflor. “Um amante calmo (Das “Aventuras de Adélia” – 1º episódio). In: **O Rio Nu**, ed. 1150, 21/07/1909, p. 6.

<sup>333</sup> Danilo, “O X do problema”. In: **O Rio Nu**, ed. 1340, 24/05/1911, p. 6.

<sup>334</sup> É pertinente destacar que estudiosos como Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo, que eram taxativos quanto à ideia de uma natureza feminina, consideravam a mulher um ser de poucos vícios, em especial os que afligiam os homens. “Segundo eles, no tocante ao álcool, as estatísticas demonstrariam ser bem menores as taxas com relação às mulheres. Tal se justificaria porque, sendo menor sua excitabilidade cortical, elas teriam menor necessidade dos excitantes alcoólicos que são mais desejados quando a inteligência aumenta. Além disso, o misoneísmo das mulheres, seu respeito pelos usos, as retém: como poucas mulheres bebem ou fumam, poucas ousam começar.” Como é possível notar, a falta de inteligência feminina é o que as impedia de ser alcoólatras. Com relação às jogatinas, o pensamento dos pesquisadores também não era tão diferente. “As mulheres também não jogariam, o que os autores atribuem mais a sua impossibilidade de irem às casas de jogo do que por razões psicológicas especiais”. Cf.: SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Forense, 1989, p. 92.

<sup>335</sup> De acordo com Maria Izilda Santos de Matos, “o combate ao alcoolismo compreendia duas ordens de medidas: as legais, proibitivas, restritivas ou fiscais em relação à bebida, aliadas à assistência médica aos alcoólatras e à propaganda oficial; e as de iniciativa particular, com a formação de ligas de temperança, desenvolvimento de propaganda antialcoólica e estímulo aos hábitos antialcoólicos.” Segundo a historiadora, as campanhas contra esse mal social procuravam envolver toda sociedade. Ela afirma: “Nas campanhas procurava-se envolver a sociedade como um todo na cruzada, onde o Estado teria um papel central, com o apoio de associações científicas, instituições religiosas e educacionais, imprensa, clubes desportivos, patronato, sociedades beneficentes. Tal cruzada seria implementada nas fábricas, quartéis, sindicatos e escolas onde deveria contar com a adesão do professorado”. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso*

do âmbito público (enquanto a mulher pertenceria ao mundo privado) e o provedor “nato” da família. Na contraposição da boa mãe e da esposa dedicada, elaborou-se um modelo de pai:

[...] associando-o à masculinidade, fortalecendo a imagem de alguém que tem de ser provedor do ponto de vista material, chefe autoritário, fundador da família; tudo deriva dele e tudo vai para ele, pai protetor e temido, com seus olhos fiscalizadores, defendendo a disciplina, a moral e a punição, baseado no cumprimento dos seus deveres e na sua autoridade, querido e respeitado por todos.<sup>336</sup>

Nesse sentido, o alcoolismo não tinha vez e era veementemente condenável pelos médicos. Para eles, “o alcoólatra perdia toda a energia, a noção de honra e de conduta pública, do afeto pela família e pelos amigos, das obrigações para a sociedade, podendo caminhar para a obsessão, para o impulso criminoso, além dos males que deixava para a prole, degenerando a raça”<sup>337</sup>. Em suma, “o álcool, mais que matar, desonrava, feria a dignidade masculina, sua honra, seu brio”<sup>338</sup>.

Dando continuidade às principais representações que *O Rio Nu* veiculou sobre as mulheres, mas não se distanciando do que já foi posto, observemos o que disse o conto *A carne soberana*:

Vocês acreditam nessas bobagens de poetas, que dizem que as mulheres nos prendem pelos encantos sublimes da alma e não sei que mais? [...]

Parece-me idiota negar que a mulher nos prende, mas é pela carne, pelo gozo, que nos dá e que nós damos, pela volúpia, que elas representam... Sim, porque não negar, a carne feminina irradia sensualismo e promessas excitantes. [...]

O amor intelectual, a paixão, a união dos espíritos não são mais do que um reflexo da felicidade, que só a carne pode dar. O que nós adoramos em uma mulher é ela própria, é o seu corpo, fonte de todo o gozo.

Deixem falar os poeta! Um homem nunca ama uma mulher sem desejo e o desejo é a de carne. Ninguém quer uma mulher só para gozar a sua companhia, para ter os seus cuidados. Tudo isso são lérias.

Não se deseja nenhuma sem a ambição de deitá-la, derreá-la ao peso de nosso peito arfante, vê-la estorcer-se e gritar sob os nossos músculos potentes. [...]

É pela carne que elas nos prendem. Algumas bem o sabem e abusam desse poder infernal.<sup>339</sup>

---

médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 107-127.

<sup>336</sup> MATOS, Maria Izilda de S. *Corpos numa paucicéia desvairada: mulheres, homens e médicos*. São Paulo, 1890-1930. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, dez. 2002, p. 390.

<sup>337</sup> **Idem**, p. 390.

<sup>338</sup> **Idem**, p. 391.

<sup>339</sup> D. Villafior, “A carne soberana”. In: **O Rio Nu**, ed. 888, 09/01/1907, p. 6.

Pensando, a partir de agora, para além do casamento, notamos o reforço da representação da mulher insaciável, uma das principais ideias que o jornal passa aos seus leitores<sup>340</sup>. Presente na maioria dos contos, a perspectiva de que o corpo feminino possui poderes que agem de tal forma, sobrepondo-se a quaisquer elementos intelectuais e/ou espirituais, é uma das maiores certezas propaladas pelo periódico. Assim como dizia a ciência, a mulher para o impresso de “gênero alegre” era fraca, era um ser mais sentimental e ligada aos afetos. “Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indispunha-a para os trabalhos do espírito e para toda a atividade intelectual. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão era ‘virtudes essenciais’ ao seu sexo.”<sup>341</sup> Para o discurso médico, o sistema reprodutor feminino era o que definia a função social das mulheres. O útero e os ovários “determinavam seu comportamento emocional e moral desde a puberdade até a menopausa, produzindo um ser incapaz de raciocínios elaborados, de abstrações e atividade intelectual, mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza”<sup>342</sup>. Além disso, estava fortemente ligado ao sistema nervoso central.

O cérebro e os ovários não poderiam se desenvolver simultaneamente, de modo que as atividades intelectuais femininas poderiam produzir um ser débil, nervoso, estéril – e talvez, pior ainda, poderiam gerar crianças doentes ou malformadas. Nesse sentido, as jovens não deveriam abusar das atividades intelectuais, canalizando suas energias para o perfeito desenvolvimento de suas faculdades reprodutoras.<sup>343</sup>

À luz das pesquisas de Rachel Soihet, nós descobrimos as reflexões de Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo sobre uma natureza e essencialidade feminina (reflexões estas nada lisonjeiras, diga-se de passagem). Eles acreditavam que as mulheres “normais” (isto é, que não fossem prostitutas e criminosas, por exemplo) eram menos sensíveis sexualmente do que os homens. Dada a essa insensibilidade “natural”, as mulheres não teriam nenhum gozo intelectual e seriam mais resistentes a dor. Elas seriam mais cruéis, raivosas e vingativas, porém a piedade

---

<sup>340</sup> Neste quesito, *O Rio Nu* diferenciava-se significativamente de outra vertente teórica em voga na *Belle Époque*, o Positivismo. De acordo com a corrente criada por Augusto Comte, a mulher – além de ter um instinto sexual quase inexistente – era um ser complementar ao homem e não inferior. Como diz Rachel Soihet, “enquanto o sexo masculino representaria aptidão maior para modificar o meio em proveito da espécie sendo ‘fator industrial’, o sexo feminino encontraria em si, no mais alto grau, a aptidão de modificar a espécie, constituindo o ‘fator moral’, por excelência”. Devido a esse fator, os positivistas até consideravam a mulher um ser moral e socialmente superior ao homem, pois ela era capaz de renunciar aos seus interesses em prol da família, uma instituição fundamental para os positivistas. Vale frisar que, apesar de diferentes, os evolucionistas (mulher inferior ao homem) e os positivistas (mulher complementar ao homem), ambas as vertentes levavam as mulheres para o mesmo caminho: ao defenderem a maternidade e o pertencimento delas ao mundo privado, eles anularam os interesses femininos, as particularidades dessas figuras sociais e “castrou” o crescimento individual. Cf.: SOIHET, Rachel. **Op. cit.**, p. 111-113.

<sup>341</sup> COSTA, Jurandir Freira. **Op. cit.**, p. 236.

<sup>342</sup> MATOS, Maria Izilda de S. **Op. cit.**, p. 387.

<sup>343</sup> **Idem**, p. 387

ultrapassaria esses sentimentos caso elas fossem mães. A maternidade, por sinal, foi um elemento valorizado pelos autores. Eles acreditavam que ter um filho “seria uma função tão preponderante, que toda a organização biológica e psicológica da mulher a ela estaria subordinada”<sup>344</sup>.

No tocante ao amor, Lombroso e Guglielmo eram categóricos: “o amor da mulher pelo homem não seria um sentimento de origem sexual e, sim, uma forma de devotamento de um ser inferior para com o superior”<sup>345</sup>. Consideravam também as mulheres mais predispostas à religiosidade e eram taxativos quando afirmavam que a mentira seria uma característica feminina. O senso de justiça, de acordo com os estudiosos, era frágil, assim como elas seriam incapazes de estabelecer relações de amizade com outras mulheres, dado que o ciúme e a inveja também seriam elementos intrínsecos às mulheres, e, além disso, não seriam inteligentes. Em suma, nas palavras deles:

A mulher normal [...] tem muitas características que a aproximam do selvagem e da criança e em consequência do criminoso (irascibilidade, vingativa, ciúme, vaidade) e outras diametralmente opostas que neutralizam as primeiras, mas que as impedem entretanto de se comparar ao homem no equilíbrio entre direitos e deveres, o egoísmo e o altruísmo que é o termo supremo da evolução moral.<sup>346</sup>

Como se pode notar, prepondera-se o fator biológico. Sendo essa fraqueza uma característica inerente às mulheres, os redatores do bissemanário auxiliaram os seus leitores sobre o que fazer diante desse elemento e, tal como acontecia com as casadas, deveria haver o controle sob as mulheres. O jornal deixa bem claro que a força e o poder masculinos devem se sobrepôr às vontades femininas, pois isso seria um sinônimo de potência sexual e reafirmaria papéis de gênero diante da sociedade. Não era muito diferente do que se pensava a medicina higienista do início do século XX.

Nas primeiras décadas dos novecentos, acreditava-se que as mulheres precisavam ser protegidas dos perigos públicos, dada as suas fragilidades débeis. Assim, ao homem caberia a esfera pública, enquanto à mulher o espaço privado e, dessa forma, legitima-se a dominação do primeiro sobre o segundo. Na época, assumia-se que o homem, devido a sua força, agressividade e inteligência, consolidaria o desenvolvimento da civilização urbana, enquanto a

---

<sup>344</sup> SOIHET, Rachel. **Op. cit.**, p. 86.

<sup>345</sup> **Idem**, p. 88.

<sup>346</sup> **Idem**, p. 94. Para mais informações sobre o que pensavam Lombroso e Guglielmo sobre as mulheres, conferir SOIHET, Rachel, **Op. cit.**, 81-110.

mulher, dada a sua natureza fecunda, passiva e frágil, deveria perpetuar essa civilização com a maternidade.<sup>347</sup>

O próprio conto *A carne soberana* corrobora para a nossa reflexão. Após brigar com sua amante, Luiza, e esta decidir ir embora de sua casa, o narrador reage da seguinte forma ao vê-la se arrumando para partir: “E quando ela ia apertar o colete, ergui-me com ímpeto. Enlacei-a. Ela quis protestar, na sua dignidade ofendida, mas fechei-lhe a boca com um beijo voraz, agarrei-a com ânsia, como se houvesse passado um mês sem ver uma mulher...”<sup>348</sup>. Em resumo, cabe ao homem estar atento às oportunidades que lhe surgem, pois a vontade das mulheres não é tão importante, principalmente diante dos fatores biológicos e dos desejos físicos.

Vale assinalar que a força masculina sobre a mulher como uma estratégia sexual e amorosa é um tanto recorrente em algumas histórias do periódico. A divorciada Alzira rejeitou o D. Villaflor o máximo que pôde, mas acabou em seus braços devido à violência que o narrador utilizou contra ela. Fingindo que estava doente, ele a atraiu para a sua casa e diante dela confessou que a queria fortemente. Ela até tenta repeli-lo, mas é em vão. “[...] sem atender a suas súplicas nem a suas ameaças, sem me importar com a impressão de suas unhas em minha face, em meu pescoço, violei-a... violentei-a, possuí-la, subjugando à força, como um soldado enfurecido domina as mulheres no saqueio de uma cidade”<sup>349</sup>.

O que para nós certamente causa espanto e até indignação e que poderia ser classificado e julgado como um estupro atualmente<sup>350</sup>, para a época não só deveria excitar os homens que liam essas histórias, como havia uma razão lógica para o ato contado. Antes de violentar Alzira, D. Villaflor relembra umas histórias que ouviu falar sobre mulheres que mesmo amando e desejando um rapaz, o rejeita enfaticamente. Há um pudor que as proíbe de seguir em frente com as investidas masculinas. Porém, diante de situações como essa existe uma solução: “é

<sup>347</sup> Mais detalhes em MATOS, Maria Izilda de S. **Op. cit.**, p. 383-387.

<sup>348</sup> D. Villaflor, “A carne soberana”. In: **O Rio Nu**, ed. 888, 09/01/1907, p. 6.

<sup>349</sup> D. Villaflor, “Como elas caem pela bondade”. In: **O Rio Nu**, ed. 1247, 15/06/1910, p. 6.

<sup>350</sup> O crime de estupro aparece na legislação brasileira desde a Constituição de 1830, mas, assim como várias outras normas depois dessa, a lei mostrava-se frágil e pouco solícita com as vítimas. Em 1910, ano em que o conto foi publicado, estava vigente o Código Penal de 1890 e este era um pouco mais profundo que o citado anteriormente e definia claramente o que seria esse crime: “Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.” Porém, ainda assim, ele não facilitava a vida das mulheres. Havia a ideia, na época, que o homem ser mais “enérgico” com a mulher em um relacionamento amoroso era sinônimo de virilidade e um símbolo da masculinidade ideal. Isso sem contar com a prova de honestidade que a mulher teria de dar caso levasse a história para a Justiça. Se a situação da vítima de estupro (seja ela mulher ou homem) não é fácil nos dias de hoje, imaginemos nas primeiras décadas do século XX, em que uma mulher, mesmo tentando repelir o agressor, é violentada e a história é lida como uma trama amorosa qualquer. Para mais detalhes: FERREIRA, Débora. O crime de estupro em seu contexto histórico. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/78228/o-crime-de-estupro-em-seu-contexto-historico>. Acesso em: 24 out. 2020.

preciso que o amante as violente, que lhes preste o serviço de violar essa defesa instintiva, para que elas conheçam a melhor ventura da existência”<sup>351</sup>.

Assim, apresentando essa condenável estratégia, *O Rio Nu* educava o seu leitor *smart*, apresenta-nos mais uma faceta das mulheres e reforça paradigmas científicos da sua época: somos seres com características naturais e com hierarquias de gênero invioláveis e, diante desse cenário, precisamos adequar-nos à sociedade. A fraqueza e a sucumbência feminina, assim como a conquista de mulheres, mesmo que à força, eram percepções tão comuns para impresso “alegre” que as suas conclusões sobre os temas podiam passar despercebidos em afirmações como: “se alguém tentasse introduzir lhe mais, fosse o que fosse, fá-la-ia rebentar”<sup>352</sup>. E em comparações como: “as mulheres e os tecidos de malha têm essa grande semelhança, resistem muito, exigem grande esforço quando estão perfeitas, mas desde que se lhes rebenta um pouco cedem logo”<sup>353</sup>.

A certeza de que a mulher era um ser “naturalmente” frágil quanto às questões do corpo e da mente fazia com que os narradores dos contos até compreendessem que elas não tinham culpa de nascer desse jeito, mas, ao mesmo tempo, não acreditavam que elas pudessem ser forçadas de alguma coisa.

Coitadinhas! Elas não têm culpa porque só Deus sabe como a carne da mulher é frágil. Ainda poderei a rigor censurar uma mulher pelo fato de não ter evitado a ocasião de... cair, de não ter previsto a sua fraqueza, não ter fugido ao perigo, mas só isso.

O que não admito é que uma mulher se desculpe ou procure atenuar uma falta, jurando, que foi forçada.

Ninguém força uma mulher. O que as vence, nunca é a força bruta, são as circunstâncias, é a sua fraqueza. Então essa história delas jurarem que foram subjugadas e que se mantiveram frias!

Mentira! Não há uma só capaz de se manter impassível a um contato sensual. É uma coisa inevitável... [...]

<sup>351</sup> D. Villaflor, “Como elas caem pela violência”. In: *O Rio Nu*, ed. 1243, 15/06/1910, p. 6.

<sup>352</sup> D. Villaflor, “Virgem em flor”. In: *O Rio Nu*, ed. 950, 14/08/1907, p. 6.

<sup>353</sup> D. Villaflor, “O maillot de Amelia”. In: *O Rio Nu*, ed. 831, 23/06/1906, p. 6. Se a crença na época era de que as hierarquias de gênero não se modificavam, deveria haver um momento em que homens e mulheres estariam em sintonia. Esta seria a formação de uma família. De acordo com Soihet, “eram reconhecidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. Por todos esses atributos a mulher estava definitivamente destinada ao amor. O homem era o oposto exato da mulher. O vigor físico e intelectual dominavam seu perfil emocional. Este devia ser mais seco, duro, racional autoritário, altivo, etc. Dominado por tais qualidades másculas e viris era menos prospero ao amor que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o desejo do gozo puramente sensual. Assim, o ‘amor era para o homem a necessidade dos sentidos e na mulher a do coração’. O elemento que possibilitava o acordo entre indivíduos com características tão díspares era o cuidado com os filhos, não mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor”. Cf.: SOIHET, Rachel, *Op. cit.*, 115.

A mulher é um instrumento de volúpia, vibra seja qual for a mão... (mão é um modo de dizer) que a toque.<sup>354</sup>

Portanto, como dissemos e exemplificamos, *O Rio Nu* não levava em conta uma total submissão feminina, pois simplesmente parecem não acreditar que isso seja possível. A “teoria” publicada no conto acima é até muito taxativa quanto à descrença em uma inocência pertencente à mulher. Ao atribuírem a Deus a culpa delas serem de tal forma, o narrador deixa claro que não há nada a ser feito quanto à reversão dessa característica, afinal, trata-se de uma determinação biológica, e, mais uma vez, serve de alerta e/ou ensinamento ao seu leitor “civilizado”: já que as mulheres são inevitavelmente fracas, cabia aos homens saber lidar com isso. A eles caberia a sagacidade de perceber os momentos em que essa fraqueza estaria mais notável e se aproveitar disso. Como bem destaca Cristiana Pereira: “a principal mensagem dos contos, desta forma, é de que aquele que quiser a ‘receita infalível’ para seduzir uma mulher deve sempre levar esta característica ‘natural’ em conta, utilizando-a a seu favor”<sup>355</sup>.

Antônio foi um desses que percebeu tal “característica” feminina e fez da oportunidade que teve um momento inesquecível. Apaixonado pela jovem Marieta, ele a namorava por algum tempo, mas não passava de encontros na porta da casa dela ou no máximo de frases de amor ditas em seu ouvido. Marieta era daquelas moças que “não tinha ideias viciosas, não pensava sequer nos gozos que o namorado lhe podia dar [...], mas a sua carne vibrante e forte, adivinhava-os, pressentia os delírios do amor.” Em um belo dia, no meio de um encontro costumeiro do casal, Antônio decidiu segurar a mão da jovem, que não o repeliu, pois “se sentiu paralisada de emoção”. Isso foi o bastante para o relacionamento dos dois ir de um ponto a outro. “O calor da mão da rapariga espalhou-se pelo braço de Antônio, invadiu lhe todo o corpo, escaldou-lhe a alma.” Depois daí, os jovens foram se tocando, conhecendo o corpo um do outro sob as roupas, Marieta, sem entender muito bem o que estava acontecendo consigo, foi ficando fraca e Antônio foi a amparando em seus braços. Os lábios do rapaz não demoraram para encontrar os da moça e ela não o rejeitou. Momentos depois, Marieta “desabrochava como uma rosa de Maio, aberta bruscamente”.<sup>356</sup>

Em uma perspectiva semelhante quanto à “natural” fraqueza feminina, estavam os juristas do início do século XX, que ao se debruçarem sobre processos envolvendo a honra de uma mulher, a colocava no centro da discussão, apesar de os homens estarem no banco dos réus.

<sup>354</sup> D. Villafior, “A carne”. In: **O Rio Nu**, ed. 930, 05/06/1907, p. 6.

<sup>355</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, 1997, p. 140.

<sup>356</sup> Todas as citações encontram-se em: D. Villafior, “Virgem em flor”. In: **O Rio Nu**, ed. 950, 14/08/1907, p. 6.

Elas eram submetidas a uma investigação rigorosa de suas vidas privada e pública e os seus corpos eram analisados em exames de corpo delito um tanto suspeitos. Inclui-se aí a obrigação que elas possuíam de zelar pelas regras e condutas sexuais, de serem bem comportadas, recatadas e honestas. Na mentalidade desses homens da lei, não havia razões que justificassem uma maior liberdade para as mulheres. Andar sozinha, sair à noite, frequentar locais públicos de lazer poderiam pesar contra elas e, estando em uma situação em que sua vida passava a ser investigada pela Justiça, o estigma da prostituição poderia ser posto e aí a sua honra era definitivamente arruinada.

Como nos explicou Martha Abreu ao falar das mulheres pobres do Rio de Janeiro da *Belle Époque*:

Na prática da justiça, o direito à civilização não era para qualquer mulher. Dependentes das posições dos policiais, delegados, advogados, promotores e juízes, sujeitas à boa vontade de vizinhos e amigos, subordinadas às contingências da “cor” e da-estrutura familiar, sujeitas ao tipo de relação que possuíam com os acusados e à própria “capacidade” de provar sua honestidade, as mulheres pobres percorriam os trâmites jurídicos num jogo de “perdas e ganhos” onde as moças de “cor” e independentes possuíam poucos trunfos.<sup>357</sup>

À luz dessa honestidade feminina que precisava ser posta à prova, no *Rio Nu* encontramos uma história que pode ter servido de alerta para os homens. No conto, *Sedução*, de 1907, a jovem Melania, depois de ter acesso a obras literárias bem maliciosas, desperta pelo primo Eugenio uma paixão avassaladora. Enquanto ele nutria muito afeto e amor pela prima, ela possuía “desejos imperiosos... ardentes”. Resumindo a história: ela tanto fez que conseguiu ter uma relação sexual com o rapaz. No entanto, quando o caso é descoberto, ele foi chamado de sedutor e audacioso.<sup>358</sup>

A lição que fica, apesar de isso não ser dito claramente, é que existem homens que, de fato, aproveitam-se da ingenuidade feminina e isso merece punição e repúdio, mas, em contrapartida, também existem mulheres que se aproveitam de situações e depois se fazem de vítima. Em conclusão, o que parece nos saltar aos olhos é que em um caso de desonra de uma mulher *O Rio Nu* reverberava o *modus operandi* da justiça na época: é preciso investigar a vida

<sup>357</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 114.

<sup>358</sup> D. Villafior, “Sedução”. In: **O Rio Nu**, ed. 979, 23/11/1907, p. 6.

do acusado e, principalmente, da vítima. Afinal, as coisas poderiam ser bem diferentes do que se mostravam à primeira vista.

### 3.2.2 Memórias de uma mulher

Dentre os mais de 500 contos produzidos para essa seção d'*O Rio Nu*, 13 trouxeram uma mulher narrando suas próprias vivências. D. Villaflor foi o responsável por transcrever “por cópia conforme” as memórias de Stella, uma mulher inteligente e refinada que vive as suas relações sexuais, como casada e antes do matrimônio, consciente do que representa a mulher naquela sociedade do início do século XX. Desde o seu primeiro conto é notável a sagacidade da personagem:

A primeira vez que enganei meu marido juro que foi por necessidade. Não que eu precisasse ganhar a vida – não – graças a Deus até hoje nunca vendi o meu corpo e creio mesmo que nunca teria a coragem para vendê-lo.<sup>359</sup>

Mesmo deixando a honestidade de lado, Stella inicia a sua história traçando uma diferenciação entre ela, uma mulher casada, e uma prostituta, uma mulher marginalizada. Dessa forma, a personagem ajuda o leitor a compreender que, de fato, entre a mulher casada que trai e a mulher que vende o seu corpo e oferece prazer sexual para sobreviver há uma distinção. Outras histórias também fizeram questão de distinguir esses tipos.

Para o pintor Horácio, “a mulher casada que se prostitui e se conserva ao lado do marido tem menos valor do que a meretriz profissional”<sup>360</sup>. Para Nini, que estava em busca de um local para sediar os seus encontros com o seu amante, era inadmissível a sugestão de que essas reuniões fossem feitas em um *rendez-vous*. Ela, que nunca fora em um local como esse, já tinha ouvido histórias escandalosas ou até mesmo trágicas sobre o que acontecia nesses ambientes. “Não havia de ser nesses ninhos do vício e da libertinagem, em que cada móvel, cada objeto, muda testemunha de amores de todos os feitios, haviam de rir intimamente, mergulhados na sua filosofia de inanimados... Ela já lera [...] que os móveis também tem a sua filosofia”.<sup>361</sup> Nesse sentido, esses personagens procuravam romper com concepções que pudessem querer englobar todas as mulheres.

---

<sup>359</sup> D. Villaflor, “Memórias de uma mulher (IV – O médico). In: **O Rio Nu**, ed. 895, 02/02/1907, p. 6.

<sup>360</sup> Danilo, “A hora propícia”. In: **O Rio Nu**, ed. 1290, 26/11/1910, p. 6.

<sup>361</sup> Danilo, “Hysterismo agudo”. In: **O Rio Nu**, ed. 1355, 15/07/1911, p. 6.

À luz da historiografia, percebemos que a personagem fez muito bem em “separar o joio do trigo”. Segundo Margareth Rago, com o decorrer dos primeiros anos dos noventa “o medo de identificação entre a ‘moça de família’ e a ‘mulher da vida’ se acentuaria, como se depreende da veemência com a qual as feministas, médicos e juristas vociferavam publicamente contra a prostituta”<sup>362</sup>. Essa figura social era vista como um fantasma que circundava a vida das mulheres honestas.

Nas entrelinhas dos discursos que advertiam as senhoras contra os usos exagerados dos perfumes, das joias, das roupas decotadas, pairava a ameaça latente da identificação com a cortesã. A “mulher pública” era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. E também a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do sujeito moderno e a separação radical entre o erótico e o amor.<sup>363</sup>

James Green esclarece que os passeios nas ruas eram um bom indicativo para diferenciar as figuras sociais:

O que distinguia uma mulher da elite carioca de uma coquete francesa era sua apresentação pública. [...] Quando uma mulher virtuosa saía na rua, não poderia aparecer nenhum indício de cocote nela. Os estilos das cocotes eram muito bem conhecidos e as mulheres da elite deveriam tomar muito cuidado, para evitá-lo.<sup>364</sup>

Diante do que dizia a ciência, Stella não estava equivocada em querer “traçar uma linha” que a distanciasse das mulheres mundanas. Estas figuras eram uma das maiores inimigas dos higienistas porque, dentre vários outros elementos, elas pervertiam a moral da mulher-mãe. As prostitutas conseguiam corromper a moral feminina por meio de três elementos: pela exibição do seu comportamento lascivo, ou seja, “mantendo relações sexuais por dinheiro e entregando-se à masturbação, à sodomia e práticas ‘antinaturais’ do gênero”; elas eram irresponsáveis com a vida dos filhos, abortando-os, abandonando-os ou “envenenando-os” com um leite materno repleto de doenças venéreas; e, por fim, corrompiam a moral devido ao amor que tinham pelo luxo e pela ociosidade e isso era problemático, pois “a prostituta luxuosa e preguiçosa atentava, portanto, contra a mulher pobre, futura candidata à prostituição. Mas também contra a mulher

<sup>362</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 41

<sup>363</sup> **Idem**, p. 43

<sup>364</sup> GREEN, James N. O joelho de Sarah Bernhardt: negociando a “respeitabilidade” feminina no palco carioca, 1880-1910. **Escritos**, Rio de Janeiro, n. 8, 2004, p. 15.

rica, futura desertora da amamentação.”<sup>365</sup> Em suma, era essencial à mulher honesta manter-se longe dessa figura social.

Além desse distanciamento, Stella reforça o que vinha dizendo outros autores d’ *O Rio Nu* e outros setores sociais, como a ciência e justiça: há uma necessidade feminina que precisa ser atendida e um marido desatento pode pagar caro por ignorar isso. Ela continua o seu relato justificando a sua traição e trazendo uma perspectiva interessante:

Mas a gente tem outras necessidades também, clamorosas e exigentes... e o que é verdade para os homens não o é menos para nós.

Na verdade a situação das mulheres na sociedade é falsa e hipócrita; não temos a liberdade de procurar satisfação e alívio para os nossos desejos como os homens.

Entretanto, o nosso corpo tem apetites e voracidade tão violentas como o deles.

A ciência aconselha gravemente ao homem o alívio do sangue pelo ato carnal a que chamam nesses casos uma precaução de higiene para evitar perturbações nervosas.

A nós mulheres, na época perigosa da puberdade, quanto se manifestam sintomas de histerismo, os médicos, o mais que fazem, é aconselhar o casamento. Mas isso raras vezes é eficaz.<sup>366</sup>

De fato, como menciona o final do trecho, o casamento era indicado a todas as mulheres como meio para dar fim à histeria que elas passavam a ter em um certo momento da vida em que a sexualidade ficava mais à flor da pele. A recomendação era mais enfática no caso das mulheres celibatárias. “Um higienista apontava a ‘irritabilidade’, a ‘clorose’, as ‘palpitações’, os ‘vapores’, a epilepsia, a histeria e a loucura como conseqüências inevitáveis da continência a que eram submetidas as mulheres”.<sup>367</sup>

No entanto, como também disse Stella, nem sempre essa escolha resolvia todos os problemas. No *Rio Nu*, em outros contos, essa doença só é tratada com altas “doses” de virilidade masculina sobre a mulher nervosa sem coito. A casada Nini, depois de passar semanas sem ver o amante, o vizinho que mora em frente à sua casa dr. Esculapio, fica muito doente e só se cura quando ele passa a atendê-la, enquanto médico, e lhe aplica diariamente “injeções” contra a comorbidade.<sup>368</sup>

<sup>365</sup> Todas as citações deste parágrafo estão em COSTA, Jurandir Freire. **Op. cit.**, p. 265-271, você também pode encontrar mais detalhes sobre como a ciência enxergava a prostituição e como procuravam agir contra tal prática.

<sup>366</sup> D. Villafior, “Memórias de uma mulher (IV – O médico). In: **O Rio Nu**, ed. 895, 02/02/1907, p. 6.

<sup>367</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Op. Cit.**, p. 270.

<sup>368</sup> Danilo, “Hysterismo agudo”. In: **O Rio Nu**, ed. 1355, 15/07/1911, p. 6.

À luz da historiografia, descobrimos que a histerismo feminino não só foi uma criação médica – servindo para as mulheres se emanciparem do patriarcalismo, ao mesmo tempo em que se mantiveram submissas aos compromissos maternos do aleitamento e outros elementos – como também foi um artifício utilizado pelas próprias mulheres para impor os seus interesses. Como nos informa, Jurandir Costa:

Quando insatisfeita com as obrigações sociais e domésticas, a mulher tinha um “ataque de nervos”; quando descontente com as privações sexuais, também fazia apelo ao nervosismo. Tiranizada pelo “nervosismo médico”, a mulher serviu-se desse mesmo nervosismo para defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores. [...] A teoria higiênica da doença nervosa, fruto da insatisfação sexual, começou a ser usada pelas mulheres num sentido paralelo ao inventado pelos médicos. O nervosismo passou a ser simulado ou sentido sempre que a mulher pretendia opor-se ao homem ou obter dele concessões sexuais.<sup>369</sup>

Retornando ao trecho do conto de Stella, nós podemos notar que ela não só segue um padrão textual que vinha sendo consolidado por D. Villaflor, como nos parece não representar, de fato, a voz de uma mulher. Ler este e todos os contos do excerto *Memórias de uma mulher* e até ver indícios de que há uma figura feminina contando seus casos a uma larga maioria masculina, fica em nós a impressão de que tudo se trata de uma personagem criada pelos redatores do impresso de “gênero alegre”.

Apesar de se mostrar transgressora, Stella serve para consolidar a lógica misógina que está exposta na totalidade dos contos do *Rio Nu*, na qual a mulher precisa ser reprimida e controlada e de que o homem, mesmo tendo culpa de serem traídos por não cumprirem com os seus deveres matrimoniais, não são punidos. Qualquer semelhança com o conto *As Honestas* no trecho: “a nós mulheres, na época perigosa da puberdade, quanto se manifestam sintomas de histerismo, os médicos, o mais que fazem, é aconselhar o casamento. Mas isso raras vezes é eficaz”, não é mera coincidência. São somente dois autores, D. Villaflor e D. Jasmim, consolidando um pensamento que os homens tinham sobre as mulheres.

Stella, em geral, é aquela mulher que não se conforma com a inferioridade feminina, mas que nas entrelinhas serve de alerta para os leitores: cuidado com as suas esposas. A personagem pode até não ser má e interesseira, mas não deixa de ser perigosa aos olhos masculinos. Ela mantém o seu *status* de mulher honesta, mas se diverte com os homens que lhe interessam.

---

<sup>369</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Op. Cit.*, p. 272.

Nesse sentido, a protagonista diz aquilo que os homens gostariam que mulheres como ela dissessem e se assemelham à literatura pornográfica francesa dos séculos XVII e XVIII.

Dada as devidas particularidades, Stella assemelha-se à *Thérèse Philosophe*, personagem que depois de muita masturbação e cópulas, “recusa o papel de mãe e persegue a felicidade pessoal em seus próprios termos — enquanto mulher materialista, atea e liberada”.<sup>370</sup> Stella não chega a fazer nada disso, mas possui uma liberdade muito semelhante à de Thérèse. E acima de tudo, ambas as tramas têm a mão de um homem por trás. Assim como uma longa linhagem de narradoras femininas, Thérèse e, em nossa opinião, Stella “expressam fantasias masculinas, e não a voz remota de um primeiro feminismo moderno. Enquanto prostitutas, concubinas e freiras, elas perpetuam o mito da mulher voluptuosa que aceita a submissão a fim de dar rédea solta à sua lascívia”.<sup>371</sup>

Reafirmamos e reforçamos que é preciso fazer ressalvas, principalmente quanto à temporalidade das personagens. A francesa está localizada em meio ao absolutismo e fazia parte de uma pornografia que criticava a Coroa e a Igreja; a brasileira está ambientada na *Belle Époque*, onde o cientificismo ganhava cada vez mais força e discutia-se padrões ideais de masculinidade e feminilidade. Contudo, também havia permanências. Assim como fica claro em outros contos, há também o reforço nessas *Memórias de uma mulher*, de que existem tipos masculinos ideais que são defendidos pelos redatores do *Rio Nu*. Para além do que já bem analisou Natália Peçanha<sup>372</sup>, por meio das narrativas de Stella é possível perceber como devem ser os maridos exemplares e, acima de tudo, como devem ser os homens do século XX.

Para justificar a traição, a protagonista culpabiliza o homem impotente “que se esgota como o esforço terrível da primeira noite e depois só a grande custo se... lembra da esposa uma vez por semana”; o libertino que “usa e abusa da mulher com quem casou, nos primeiros dias, farta-a de gozo [...] depois, passado o encanto da novidade, começa a espaçar os amplos”; ou então, a culpa recai sobre os pais “que as vezes nos casam com velhos, com homens incapazes de nos disciplinar os nervos, com carinhos regulares”.<sup>373</sup> Em outro momento, ela direciona as críticas ao próprio esposo: “meu marido é como quase todos, acha que me dando casa, mesa e vestidos, cumpre o seu dever de bom marido e não tem mais que se preocupar comigo. Isso é o

---

<sup>370</sup> DARNTON, Robert. **Op. Cit.**

<sup>371</sup> DARNTON, Robert. **Op. Cit.**

<sup>372</sup> PEÇANHA, Natalia Batista. **Op. Cit.**, 2013.

<sup>373</sup> Todas as citações vindas de D. Villaflor, “Memórias de uma mulher (IV – O médico). In: **O Rio Nu**, ed. 895, 02/02/1907, p. 6.

que me atirou nos braços do primeiro amante”<sup>374</sup>. Em outro conto, há um singelo questionamento que pode servir de alerta aos homens: “Porque não se admite para a mulher a alegria da carne senão pelo escravismo [sic] a um marido? E quando seu marido é incapaz ou frio?”<sup>375</sup>.

Como mencionamos no início dessa parte, a seção *Memórias de uma mulher* possuiu pouco mais de dez contos e sempre foi escrita por D. Villaflor, que produziu essas histórias de 1907 a 1910. Stella, que parece um ponto fora da curva em meio à misoginia da totalidade dos contos d’*O Rio Nu*, nada mais é que a voz masculina disfarçada. A personagem, que certamente excitou os leitores do impresso, tinha uma liberdade que não era concebível às mulheres casadas de sua época. Nesse sentido, era, além de um conto erótico, uma história para alertar os homens sobre as suas esposas e chamar a atenção para a postura deles como maridos. Stella tinha os amantes que queria e opinava sobre as injustiças de gênero da sociedade do início do século XX não para incentivar possíveis leitoras femininas a agirem de tal forma. Ela era uma representação de mulher fatal e decidida, mas se tratava de uma exceção porque atrás das entrelinhas ela pensava e agia como um homem, afinal, fora idealizada por um.

### 3.2.3 Viúvas: livres, porém não menos dependentes

Uma figura presente em vários contos do *Rio Nu* e que era lida socialmente de um jeito diferente das mulheres casadas, como Stella, era a mulher viúva. Ela não só possuía um distanciamento das esposas como também das mulheres mundanas, a exemplo das prostitutas. Havia uma respeitabilidade social com a viúva: elas estavam livres da tutela masculina e possuíam, em geral, uma autonomia financeira. No jornal de “gênero alegre”, a personagem Mathilde é a mais emblemática dessa situação. A morte do marido foi, para ela, um momento de alívio, pois se viu livre dos seus ataques de ciúmes, seus achaques e de suas grosserias. Em outras palavras, o falecimento do comendador não foi razão para Mathilde lamentar, foi um livramento que a colocou em um estado de espírito muito positivo.

Vendo-se livre, rica, moça e com uma posição respeitada na sociedade, a viúva compenetrava-se de que não pode haver, para uma mulher inteligente, situação mais feliz do que a viuvez [...] Viúva, conservara todas as vantagens do casamento – riqueza, respeitabilidade, nome... E ganhara uma regalia inapreciável, a independência, liberdade completa de fazer quanto lhe

<sup>374</sup> D. Villaflor, “Memórias de uma mulher (O menino)”. In: *O Rio Nu*, ed. 1030, 23/05/1908, p. 6.

<sup>375</sup> D. Villaflor, “Memórias de uma mulher (O coração e a carne)”. In: *O Rio Nu*, ed. 1031, 27/05/1908, p. 6.

aprouvesse, ir onde quisesse, sair ou não sair, enfim viver à sua vontade, sem ter que dar contas a pessoa alguma.<sup>376</sup>

Eis a situação mais genérica que *O Rio Nu* pode trazer sobre uma mulher viúva. Por mais que esse excerto correspondesse à situação de Mathilde, ele também equivale à grande maioria das vivências narradas sobre as viúvas no periódico.

É interessante notar que o narrador faz questão de sublinhar que para as mulheres inteligentes a viuvez é uma situação a se comemorar, pois, em nossa perspectiva, é um momento em que elas não só podem aproveitar a si mesmas, como podem fazer somente coisas que lhe agradassem sem o julgamento da sociedade e, principalmente, sem a vigilância de um esposo. Como se sabe, a mulher, nesta época, é pensada para se casar e formar uma família. Qualquer coisa fora disso fugia do determinismo biológico ou do desejo do Estado, que tinha interesses no crescimento das famílias. A viuvez, nesse sentido, abria portas às mulheres. Não só lhe oferecia um maior número de oportunidades, como também uma variedade delas. Claro, é preciso ter em mente que regras morais seguiam valendo, haja vista a rígida padronização de gênero que estava em voga na época.

Houve quem achasse, a princípio, que seria uma situação difícil. Elisa, por exemplo, tinha visão particular dessa situação: “a viuvez parecia-lhe, sob o prisma da religião, uma situação muito grave e melindrosa. Uma senhora viúva – pensava ela sinceramente – morreu para o mundo.” Ela cogitou até entrar para um convento depois da morte do velho dr. Duarte, mas não demorou muito para desistir da ideia ao notar a boa vida que possuía. “Sentia-se tão bem no casarão de Petrópolis, oculto entre as árvores da chácara... Tinha, para se distrair, suas missas, suas obras de caridade, suas orações, a conservação da sepultura do ‘falecido’”.<sup>377</sup>

Em contrapartida, houve casos em que essa condição não era tão bem vista. O pai de Claudina, que a resguardava no sótão da casa porque não queria “aquela filha, que já fora casada, dormindo com a irmã solteira”, tinha uma visão muito dogmática sobre a viuvez de uma moça jovem. Para ele, essa situação “é ainda mais melindrosa do que a de uma donzela. Com essas, nem todos se atrevem com medo das responsabilidades, das consequências na pretoria. Mas... a uma viúva não há quem não se atire. É como a porta já arrombada que se pode abrir sem deixar sinal”.<sup>378</sup>

<sup>376</sup> D. Villafior, “A viúva alegre (1º episódio – Delírio em branco)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1165, 11/09/1909, p. 6.

<sup>377</sup> D. Villafior, “A viúva triste”. In: **O Rio Nu**, ed. 1226, 16/04/1910, p. 6.

<sup>378</sup> D. Villafior, “O caso do dr. Almeida”. In: **O Rio Nu**, ed. 1028, 16/05/1908, p. 6.

É uma visão muito fatalista da viuvez, afinal um flerte em uma viúva nem sempre indicava que ela fosse entregar-se facilmente. Porém, ainda assim, é importante trazermos variadas percepções que circulavam na mentalidade de parte da sociedade carioca do início do século XX e que foi reverberada pelo *Rio Nu* por meio de seus contos. O que nos parece certo é que a liberdade que as esposas ganhavam com o falecimento de seus maridos era um dos melhores “presentes” que uma mulher podia receber.

Entretanto, essa liberdade custava um preço. Não ter um homem para saciar as suas necessidades era problemático para as mulheres. Tendo em mente a representação que o impresso de “gênero alegre” fazia da natureza feminina, não é de se estranhar que Mathilde, Elisa, Claudina e tantas outras viúvas apresentadas nos contos sentissem falta, em algum momento, da volúpia masculina sobre o seu corpo.

De acordo com D. Villaflor, que foi quem nos apresentou essas três personagens, o isolamento que a perda de um marido acarreta em uma mulher é muito perigosa. É um momento em que os demônios da luxúria podem apossar-se do seu corpo e a partir daí levarem ao seu cérebro “a ideia do ato de anos que se pratica ocultamente, a sós. Uma mulher, só em um quarto, despida e deitada, pensa sempre na volúpia e por mais casta, por mais honesta que seja, sente nesses momentos ânsia carnal, desejo físico pelo homem que a requesta”.<sup>379</sup> Foi isso que aconteceu com Claudina após conhecer o dr. Almeida e este deixar claro que estava interessado nela.

Com Elisa e Mathilde a situação foi mais delicada. Ambas, após meses sem a presença de um homem em sua cama, passaram a se sentir mal e chegaram a adoecer. A princípio, a primeira teve “sintomas insignificantes”, como insônia, tontura e falta de ar durante a noite, e não querendo se tratar medicamente, recorreu a orações<sup>380</sup>. A segunda não teve um quadro muito diferente: “um peso nos seios e dormência nos braços... e dores de cabeça...”. Porém, a situação foi se agravando com o tempo a ponto de ela começar a sentir “uma excitação nervosa, muito esquisita, com alternativas de abatimento e excitação. Às vezes dava-lhe vontade de chorar atoa, um nó na garganta e uma opressão... de outras eram acessos de riso inextinguível, por qualquer coisa”.<sup>381</sup>

---

<sup>379</sup> D. Villaflor, “O caso do dr. Almeida”. In: **O Rio Nu**, ed. 1028, 16/05/1908, p. 6.

<sup>380</sup> D. Villaflor, “A viúva triste”. In: **O Rio Nu**, ed. 1226, 16/04/1910, p. 6.

<sup>381</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (1º episódio – Delírio em branco)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1165, 11/09/1909, p. 6.

Claudina e Elisa resolveram logo as suas situações. Sem muita surpresa diante do que *O Rio Nu* já falou sobre a natureza feminina, a carne falou mais alto que a razão. Elisa, notando que orações não estavam resolvendo o seu problema, chamou o médico, dr. Macedo, para lhe atender. Após a primeira consulta e depois de seguir a recomendação para tomar alguns calmantes, Elisa melhorou, mas notou também que alguns dos sintomas que sentia só passavam quando ela pensava no médico. E aí, após sonhar com ele numa noite e no dia seguinte ter mais uma consulta, a viúva não soube como as coisas se sucederam, mas “só recobrou a consciência sob o contato de um beijo ardente” do dr. Macedo. “Um mês depois os jornais noticiavam o casamento do dr. Macedo como a viúva Elisa Duarte”.<sup>382</sup>

Claudina também se encantou por um médico, o Almeida, “um doutor moço e bonito”, que fez de tudo para namorá-la e conseguiu por meio de cartas. Diante da “fortaleza” que o pai da moça a colocou esse era o único meio pelo qual eles podiam se comunicar, mas o rapaz queria avançar o relacionamento e propôs que, durante uma noite, ela o colocasse para dentro de sua casa. Claudina negou, ele insistiu e ela não soube o que fazer, temia que uma desgraça acontecesse caso alguém os descobrisse. Em resumo, dr. Almeida conseguiu entrar na casa da amada, mas não conseguiu sair antes que o sol raiasse. Ele teve que passar o dia escondido no quarto da moça, às vezes em um guarda-roupas, às vezes em um “socavão, que era espaço do telhado”. Antes de ir embora ainda teve uma tórrida relação sexual com Claudina, que não podia fazer nenhum barulho para não chamar a atenção da família.<sup>383</sup>

Já com Mathilde a conjuntura foi outra e bem mais grave do que as anteriores. Os sintomas que sentia evoluíram de insônia para falta de ar durante longos suspiros, um aperto nos quadris, dores nos rins e um nervosismo nas pernas que parecia não acalmar nunca. Ela não entendia como podia sentir falta “daquilo” diante da boa vida que vinha levando. Os devaneios voluptuosos foram aumentando ao passo que ela decidia que não poderia se casar novamente, pois sabia da dominância que um marido exerce sobre uma esposa e isso ela não queria mais viver. Ter um amante seria mais fácil, mas não menos problemático. Ele iria querer governá-la, mandar nela e diante da sociedade a relação só seria bem vista se se transformasse em um matrimônio. Mathilde decidiu tentar resolver o problema por conta própria por meio da masturbação, afinal “uma mulher, com imaginação e sentindo-se voluptuosa, havia de encontrar

---

<sup>382</sup> D. Villafior, “A viúva triste”. In: **O Rio Nu**, ed. 1226, 16/04/1910, p. 6.

<sup>383</sup> D. Villafior, “O caso do dr. Almeida”. In: **O Rio Nu**, ed. 1028, 16/05/1908, p. 6.

um meio”, mas “ficava com o braço cansado, com os dedos duros de fadiga e não lograva alcançar o delírio, que consola e acalma”<sup>384</sup>. As tentativas foram inúmeras, porém inúteis.

Uma noite inteira lutou, estorceu-se contra o demônio de volúpia, que lhe devorava o sangue e torturou, esmagou, triturou a sua carne mais secreta, os seus encantos mais íntimos... [...] Só pela manhã e ainda assim rememorando minuto a minuto as cenas da sua noite nupcial, é que ela alcançou afinal, com uivos de prazer furioso, o espasmo consolador... tremeu toda, rilhou os dentes, agitou freneticamente os pés mimosos... Mas depois, exânime, fatigada, sentiu no corpo e na alma um desanimo cruel.<sup>385</sup>

Como pudemos ver, a masturbação que poderia ter sido um bom recurso para acalmar os ânimos de Mathilde, mostrou-se ineficaz e insuficiente, e, com isso, reforça-se um contraponto à liberdade feminina: mesmo que a mulher viúva decida não se casar mais e viver a sua vida ao seu modo, o corpo possui necessidades que são mais imperativas do que a vontade pessoal. Nesse sentido, *O Rio Nu* não se afasta muito do que diz a ciência. Como nos informa Cristiana Pereira, “o pressuposto geral é de que a masturbação feminina não é recomendada porque ameaça a organização familiar, e, portanto, a própria ordem social; além disso, este ‘vício’ simplesmente não satisfaria os desejos carnis”<sup>386</sup>.

Assim, mais uma vez, temos evidências de que por mais transgressor que o impresso fosse em alguns momentos – detalhando a masturbação, por exemplo –, ele não se distanciava muito do que afirmavam alguns setores sociais existentes em seu contexto. Ao falar que Mathilde se masturbou e isso não resolveu a necessidade de seu corpo, o periódico não só confirmou a fraqueza das mulheres, como contribuiu para a consolidação de um tabu com relação ao auto prazer feminino.

Retornemos à história. A trama de Mathilde foi relatada em cinco contos publicados sucessivamente intitulados *A viúva alegre* e solucionou-se da seguinte forma: a viúva decidiu mudar de casa e acabou indo morar em uma rua que tinha um bordel de luxo. Vendo a movimentação do estabelecimento, ela ficou mais atordoada do que já estava e sentindo-se seduzida pela frequência com que o local trabalhava e com sua clientela, ela teve uma ideia “louca, mas que por isso mesmo foi tomando vulto”<sup>387</sup>.

<sup>384</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (1º episódio – Delírio em branco)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1165, 11/09/1909, p. 6.

<sup>385</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (1º episódio – Delírio em branco)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1165, 11/09/1909, p. 6.

<sup>386</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. **Op. Cit.**, 1997, p. 150.

<sup>387</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (2º episódio – Delírio vermelho)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1166, 15/09/1909, p. 6.

Após dias de admiração secreta ao trabalho das prostitutas próximas à sua casa, Mathilde saiu ao anoitecer, usando um véu espesso cobrindo-lhe o rosto. Deu a volta no quarteirão e bateu na porta no prostíbulo. Ela paga à dona do local para assistir ao encontro de uma prostituta e um homem. Contudo, enquanto assiste à cena, ela chega a um estado de nervos tal que pede à proprietária do estabelecimento que lhe envie o próximo “senhor decente”<sup>388</sup>. Eis que surge Arnaldo Malheiro, um jovem de 18 anos, “tipo de estudante, mas não desses estudantes desanimados e cínicos: parecia mais um provinciano chegado de pouco. Bem vestido, elegante, quase mais com um ar de ingenuidade, que se evidenciava logo”<sup>389</sup>. Sem querer revelar muito do seu rosto durante o encontro, Mathilde teve com o jovem um momento de volúpia e luxúria admirável. “Três ou quatro vezes (nem ela própria o sabia) perdeu a consciência de si mesmo, num espasmo de prazer infinito...”<sup>390</sup>.

No último conto de *A viúva alegre*, já notamos uma Mathilde mais calma e contemplada. Havia realizado um desejo de meses, porém teve de lidar com um novo problema: Arnaldo se apaixonara – demonstrando o quão ingênuo ele era – e acaba lhe pedindo em casamento. Diante do encanto do rapaz, a viúva lhe revela que ela não era uma prostituta e recusa o pedido. Mesmo diante da necessidade que possuía, e agora sabia como solucionar,

Mathilde estava convencida das vantagens da viuvez. Tinha todas as vantagens do casamento e mais – a sua independência. Arnaldo era encantador, terno, meigo, ardente, mas podia deixar de o ser... E nesse dia, sendo livre, bastaria a Mathilde volver os olhos para um dos colegas do estudante. Tinha agora uma corte de adoradores, onde podia escolher. Preferiu ser viúva e alegre.<sup>391</sup>

Após conhecermos Mathilde, Elisa, Claudina e tantas outras viúvas que *O Rio Nu* nos apresentou, percebemos que o estado da viuvez seria a melhor solução para a mulher na sociedade da *Belle Époque*. Em uma época em que elas possuíam pouquíssimos caminhos para além do matrimônio, a perda do marido era triste para quem estava de fora dos lares, mas nem sempre para as esposas. É um momento de independência, autonomia e manutenção do respeito social. Em contrapartida, também é uma situação em que a “necessidade” por um homem fica ainda mais a florada. Se as histórias contadas por D. Villaflor e cia. serviram somente para excitar os leitores do bissemanário humorístico, temos certeza de que essas narrativas foram apreciadas por aqueles que as liam, haja vista as novas perspectivas que a pornografia poderia

<sup>388</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (3º episódio – Delírio em fogo)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1167, 18/09/1909, p. 6.

<sup>389</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (4º episódio – Delírio feliz)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1168, 22/09/1909, p. 6.

<sup>390</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (4º episódio – Delírio feliz)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1168, 22/09/1909, p. 6.

<sup>391</sup> D. Villaflor, “A viúva alegre (Conclusão – Resolve-se o problema)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1169, 25/09/1909, p. 6.

trazer além de histórias sobre a mulher adúltera. Contudo, acreditamos que essas tramas iam além.

A viúva trata-se de mais uma representação feminina postulada pelo hebdomadário a fim de reforçar hierarquias de gênero, disfarçadas de meras leituras sugestivas. Em suma, as viúvas mesmo livres, eram dependentes do homem forte e viril. As histórias animavam, assim como ensinavam. Nesse caso, os homens que ficassem em alerta: as enviuvadas podiam ser “presas” fáceis, dada a necessidade sexual que os seus corpos possuíam, mas também poderiam não renunciar à liberdade que adquiririam. Naquela época, a liberdade sem julgamento, certamente, era uma conquista que muitas mulheres desejavam e da qual não iriam abrir mão facilmente, caso tivessem a oportunidade.

### 3.2.4 Outras mulheres independentes: atrizes, prostitutas e lésbicas

No mesmo caminho que as viúvas, surgem outras figuras femininas que também mantêm a sua independência e são muito mais perigosas diante do olhar masculino. É o caso das prostitutas, uma personagem muito explorada pelo *Rio Nu* em diversas histórias e colunas como *Nas Zonas*<sup>392</sup>. Socialmente, elas eram figuras contraditórias e alimentavam debates moralistas: para muitos a prostituição era um “mal necessário”, servindo somente como alívio aos instintos masculinos, e para outros era um atentado à civilização e deveriam ser segregadas, presas e relegadas às margens. Nos contos analisados, elas serviram para continuar excitando os leitores

---

<sup>392</sup> Como dissemos no primeiro capítulo, esta coluna era dedicada às histórias que envolviam os donos de bordeis, as prostitutas e os seus clientes. O título fazia referência aos locais de prostituição existentes no Rio de Janeiro. Por meio das análises de Sueann Caulfield nós podemos descobrir mais especificamente o que foram essas tais zonas. De acordo com a autora, “desde meados do século XIX, a polícia passou a organizar vigorosas, embora esporádicas, campanhas de ‘localização’ – ou seja, o confinamento das prostitutas de classe baixa em áreas que a própria polícia reservava para a prostituição. O objetivo principal era o de manter as prostitutas longe das linhas de bonde e de pontos comerciais e fora do alcance dos cidadãos respeitáveis. A polícia agia em resposta à crescente pressão gerada pelas campanhas sensacionalistas da imprensa e pelas autoridades médicas e jurídicas que tinham o objetivo de proteger as ‘famílias honestas’ e a reputação internacional do Rio de Janeiro da presença das prostitutas pobres, principalmente nos locais badalados do centro da cidade”. Cf.: CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850 – 1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 9, p. 44-45.

Para saber mais sobre a preocupação que a elite carioca tinha com o aumento e a alta visibilidade que a prostituição possuía no Rio de Janeiro, conferir ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Para uma discussão sobre a presença de prostitutas estrangeiras no Brasil, ver SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, polacas. Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1992. Sobre tenções similares entre justiça, medicina e polícia acerca da prostituição em São Paulo, consultar RAGO, Margareth. **Op. cit.**, 2008.

e para reforçar a “natural” fraqueza feminina e a dependência por homens. Adelaide, uma “mulher de profissão”<sup>393</sup>, é um exemplo disso:

Geralmente as mulheres assim são as mais dependentes de tudo e de todos, – dos acontecimentos, dos homens. – Vivem da luxúria humana, à mercê dos caprichos masculinos; o seu pão, a sua existência depende do desejo mais ou menos frequente dos homens, – e esse desejo depende da vez, do momento, de um gesto, de um vestido, de um incidente que pode colocá-la em melhor ou pior condição, fazê-la desejável ou ridícula.<sup>394</sup>

Adelaide, tão independente, é um perigo para as mulheres honestas. Porém, não muito diferente delas, não são tão autônomas. Custódio é o cliente que nos evidencia isso. Coronel “milionário e generoso”, ele é desprezado por Adelaide inúmeras vezes, mas a possui a partir de um momento de fraqueza. O que nos evidencia que a liberdade que as profissionais do sexo evocam pode ser uma miragem – ao menos, com base no bissemanário.

Por meio das histórias dessas mulheres, notamos que o seu corpo era o seu material de trabalho e que ele pertencia ao cliente que pagava pelo seu serviço, ou pondo em outras palavras, pagava para “consumi-lo”. Tal prática, além de legitimar a virilidade masculina, compreendia uma forma de exploração sexual<sup>395</sup>. Entre as feministas, vale frisar, não havia consenso. Houve e ainda há quem considerasse a prostituta como um agente subversivo que ia de encontro à ordem social desigual, mas também outras vertentes consideravam essa personagem como um ser oprimido dentro da lógica patriarcalista. De qualquer forma, em nossa perspectiva, as mulheres prostituídas são, em sua maioria, exploradas e concordamos com Michelle Perrot, quando ela afirma:

É esse o princípio — o da mulher livre num mercado livre — que leva certas feministas a defender direito à prostituição. Mas motivada, na maior parte do tempo, pela miséria, pela solidão, a prostituição é acompanhada de uma

<sup>393</sup> D. Villaflor, “A victoria de Custodio”. In: **O Rio Nu**, ed. 917, 20/04/1907, p. 6.

<sup>394</sup> D. Villaflor, “A victoria de Custodio”. In: **O Rio Nu**, ed. 917, 20/04/1907, p. 6.

<sup>395</sup> Pesquisando o tráfico de mulheres brancas para o Brasil durante a Belle Époque, Priscila Nottingham e Helena Frota salientam as diferenciações sobre o que seriam a prostituição, a exploração sexual e o tráfico de mulheres. De acordo com elas: “Por prostituição consideramos atividade exercida por mulher adulta e consciente, que desempenha a função de forma voluntária e autônoma. Já a exploração sexual é considerada atividade que mantém uma mulher na prostituição contra sua vontade ou tendo que dividir seus ganhos com terceiros, sendo esses últimos evidenciados nas figuras do cafetão e/ou da cafetina. Por fim, o tráfico de mulheres é evidenciado como aquele que prevê o aliciamento, transporte e exploração das vítimas no destino final”. Cf.: FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. *O Brasil na Rota do Tráfico de Escravas Brancas: Entre a Prostituição Voluntária e a Exploração de mulheres na Belle Époque*. **SINAIS – Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória, v 11, n.11, junho. 2012, p. 3.

exploração, ou mesmo de uma super-exploração, do corpo e do sexo das mulheres. O que coloca em questão o comércio do corpo das mulheres.<sup>396</sup>

Atrelado a esse debate, destacamos que somos contrários à defesa de que a prostituição oferece liberdades às mulheres. Nesta seara, compactuamos com o que afirmam Maria Diniz e Fernanda Queiroz:

Acreditamos que a autonomia das mulheres se pauta em relações igualitárias, em que sejam assegurados os desejos afetivo-sexuais como uma escolha, e não como um negócio, no qual as mulheres precisam utilizar-se como meio de sobrevivência dissociado de qualquer compreensão de subversão e/ou superação da ordem capitalista-patriarcal.<sup>397</sup>

E junto a isso, também concordamos que a prática não é somente uma dentre tantas outras que existem no sistema capitalista.

A dissociação entre sexo e prazer representa uma forma de violência psicológica, no anseio de separar mentes e corpos. Para lidar com a adversidade da prática prostitucional, muitas se destituem de sentimentos e emoções, que comprometem as relações afetivas fora da prostituição, trazendo, portanto, implicações nas dimensões subjetivas da sexualidade.<sup>398</sup>

Retornemos aos contos. Julieta é um desses casos em que o seu corpo não pertencia totalmente a si mesma. Ela, “boa rapariga, muito capaz de ser generosa”, tinha consciência de que não poderia sucumbir aos galanteios de qualquer homem porque “o seu corpo era seu capital, o seu instrumento de trabalho, a mercadoria do seu negócio” e porque “a sua profissão era aquela, o seu corpo não lhe pertencia, estava à disposição dos que pagavam”<sup>399</sup>. Nesse sentido, é interessante perceber que para os redatores d’*O Rio Nu* não havia uma liberdade plena para qualquer mulher. E não só porque os homens eram superiores e conseguiam “dobrar” a mulher que desejassem, mas também porque fazia parte de uma “essência” feminina ser subserviente. Independentemente de ser casada, viúva ou até uma prostituta, as mulheres sempre acabariam necessitando de um homem.

Às vezes, é essa necessidade que as levam a entrar para o mundo da prostituição. Claudina, contando para os seus amigos/clientes Alencar e Taveira qual foi o seu pontapé

<sup>396</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ana M. S. Corrêa. Prefácio: Carla Pinski. São Paulo: Contexto, 2007, p. 77.

<sup>397</sup> DINIZ, Maria Ilidiana; QUEIROZ, Fernanda Marques de. A relação entre gênero, sexualidade e prostituição. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos, n. 0, v. 1, p. 2 – 16, jan/jun. 2008, p. 14.

<sup>398</sup> **Idem**, p. 14.

<sup>399</sup> D. Villafior, “O holandês moderno”. In: **O Rio Nu**, ed. 1173, 09/10/1909, p. 6.

inicial, diz que caiu nessa vida “como caem todas”<sup>400</sup>, mas faz questão de realçar sua total falta de culpa: “não quero me fazer de vítima, não direi que foi iludida, nem surpreendida, nem violada à força. Fui eu a culpada, confesso.”<sup>401</sup> Em resumo, ela, aos 13 anos, apaixona-se pelo novo cunhado, o seduz e consegue ter a sua primeira relação sexual com ele. Enfim, qual fosse a condição da mulher na sociedade carioca, era importante que ficasse notável nos textos – mesmo que nas entrelinhas – a virilidade masculina.

Não muito diferente das prostitutas, estavam as atrizes, que nos contos de D. Villafior & cia., aparecem com uma pecha que elas já tinham socialmente: toda atriz é, no fundo, uma “mulher da vida”. Artigos de 1918 da *Revista de Theatro & Sport* evidenciam bem essa situação. Na coluna *Causas da decadência do theatro nacional*, o autor Marques Pinheiro produziu um artigo de página inteira, intitulado *Os Artistas*, em que reflete sobre o péssimo estado em que estava o teatro brasileiro. Para ele, as atrizes tinham grande culpa nisso, pois “o theatro para a maioria das nossas atrizes não é meio de vida. O dinheiro que elas gastam e esperdiçam não provem da arte que exibem no palco; o dinheiro vem da prostituição”. Segundo o redator, não tinha nem como as atrizes honestas competirem com as “profissionais do sorriso”, porque “os empresários dão preferência ao ‘gênero desbragado’, pois dizem eles: ‘elas se vestem com mais luxo e são o chamariz de conquistadores para plateia’”.<sup>402</sup>

Em outro artigo, *Diálogo intempestivo: as atrizes*, constrói-se uma conversa entre dois interlocutores em que nela fica claro o que um deles opina sobre o que eram as atrizes: “uma mulher artificial, que às vezes, se veste muito bem ainda que ocasiões haja em que a sua ‘toilette’ não é mais que uma deliciosa imitação do nu [...]”; e opina também sobre o talento dessas profissionais: “o talento não importa... Há atrizes que têm todo talento do mundo na redondez dos braços, no ebúrneo das gargantas, nas curvas, geralmente... ou nas malhas do talento.”<sup>403</sup>

O ofício em cima do palco era malvisto a ponto de pequenos detalhes servirem de identificações pejorativas. Luís Edmundo informa-nos: “Se uma aparece de lábio rubro ou de tez colorida, já se sabe, é estrangeira. Brasileira não pode ser. Isto é, pinta-se à atriz quando

<sup>400</sup> D. Villafior, “A história de Claudina”. In: **O Rio Nu**, ed. 922, 08/05/1907, p. 6.

<sup>401</sup> D. Villafior, “A história de Claudina”. In: **O Rio Nu**, ed. 922, 08/05/1907, p. 6.

<sup>402</sup> Todos os detalhes em PINHEIRO, Marques. *Causas da decadência do teatro nacional – Os Artistas*. In: **Revista de Theatro & Sport**, ed. 172, 09/02/1918, p. 16.

<sup>403</sup> **Revista de Theatro & Sport**, s/p, 01 jan. 1918 *apud* REIS, Ângela de Castro. *Ser mulher e atriz no contexto social de meados do século XIX ao início do XX*. **Plural Pluriel – revue des cultures le langue portugaise**, n° 8, printemps-été 2011, ISSN: 1760-5504.

entra em cena e a frequentadora de casas de *rendez-vous*, quando sai para o ganha-pão”.<sup>404</sup> Se levarmos em consideração que as frequentadoras dessas casas – as prostitutas – eram condenadas e as estrangeiras, principalmente as francesas, eram tidas como desfrutáveis<sup>405</sup>, então as atrizes não estavam em um conjunto que lhes favorecesse.

O começo de *O Maillot de Amelia* dá a tônica de como *O Rio Nu*, e em consequência a sociedade, olhava para as profissionais do teatro: “pouca gente acredita na existência da virgindade no palco”. A história, em si, não foge do esperado em se tratando de D. Villafior: um jovem flerta com a Amélia, uma atriz “italianinha de olhos vivos”, e depois de tanto seduzi-la, a possui e tira a sua virgindade<sup>406</sup>. Para nós, o que fica é a perspectiva interessante de como essas profissionais eram lidas socialmente.

No limite, o corpo de uma atriz parecia chamar mais atenção do que a qualidade dela como profissional. Antes de nos contar sobre o caso que teve com Geraldina, uma jovem de 20 anos que, apesar de não ser bonita, tinha os seus encantos, D. Villafior teoriza sobre o “prestígio viçoso” que as profissionais do teatro têm, e conclui que a resposta está na “exibição pública do corpo”. Para ele, havia uma diferença entre as *cocottes* e as atrizes. Enquanto as primeiras só se despiam na alcova para um homem só, as segundas mostravam o corpo para toda uma plateia no palco. E mesmo que o corpo não fosse bonito, frisa o autor, ainda assim era desejado.

407

E como o homem é um animal essencialmente crapuloso, gosta disso, sente um desejo furioso por aquele corpo – embora imperfeito, mas que todos podem ver – encanta-o a ideia de possuir a carne, mesmo reles, mas que toda a gente conhece.

É a irresistível tentação do charco, da baixeza – só os abismos atraem, dão-nos a vertigem.<sup>408</sup>

O caso não foi muito diferente com Victorina, uma atriz de quarenta anos. Ela chamou a atenção do narrador devido aos seus seios. Para ele, era espantoso que esses ainda estivessem tão rijos apesar da idade “avançada” da mulher. Afinal, ele argumenta, Victorina estreou na cidade há 20 anos e desde aquele momento (1906) havia proporcionado incontáveis prazeres a

<sup>404</sup> EDMUNDO, Luís. *Op. Cit.* p. 46-47.

<sup>405</sup> Mary Del Priore é quem nos informa sobre a visão que a sociedade carioca possuía sobre as estrangeiras: As mulheres estrangeiras, notadamente as francesas, representavam certa libertinagem, fossem elas desfrutáveis ou não. Na mentalidade da época, as chamadas “madames” faziam parte dos tais “maus hábitos” importados pelos trópicos. In: DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. (Versão em PDF)

<sup>406</sup> D. Villafior, “O maillot de Amelia”. In: *O Rio Nu*, ed. 831, 23/06/1906, p. 6.

<sup>407</sup> Todos os detalhes em D. Villafior, “Mulheres de teatro”. In: *O Rio Nu*, ed. 1163, 04/09/1909, p. 6.

<sup>408</sup> D. Villafior, “Mulheres de teatro”. In: *O Rio Nu*, ed. 1163, 04/09/1909, p. 6.

vários homens. “O singular é que com tantos anos de exercício formidáveis, tantas noites de volúpia extenuante, os seios que receberam o peso de tantos peitos masculinos [...] conservassem aquela solidez miraculosa, aquela pureza de causar inveja a uma virgem”<sup>409</sup>.

No fim, as atrizes encontravam-se em uma linha tênue em meio à sociedade carioca, e não obstante brasileira.

Por um lado, as atrizes que apareciam em obras de teatro ou ópera representavam a alta cultura, ou seja, os valores europeus e a sofisticação comungados pela alta sociedade da Belle Époque. Por outro lado, essas mulheres poderiam sofrer um escrutínio público e ser alvo de fofocas venenosas, por viver vidas pouco convencionais. Muitos homens consideravam as atrizes como mulheres sensuais e sedutoras (quase como um contraponto às suas esposas), supostamente disponíveis para aventuras amorosas, caso suas ofertas fossem vantajosas.<sup>410</sup>

O protagonismo de atrizes e prostitutas em algumas histórias e essa preocupação do narrador em detalhar os seus corpos demonstra, para nós, que os contos buscam explorar uma diversidade de desejos. É possível notar, a partir de uma leitura geral das narrativas, que há um padrão feminino almejado: mulheres brancas, ricas e bonitas. No entanto, as protagonistas retratadas acima, com seus corpos feios e profanados, fazem-nos perceber também que os narradores estavam afinados com o público que consumia os seus textos e que certamente tinham prazer nesse tipo de personagem. Talvez a mulher casada fosse o maior “objeto” de desejo dos autores e leitores, haja vista que ela foi a personagem que mais apareceu em nossas leituras, mas há de se considerar outras mulheres. Se para nós, pesquisadores, o que importa é a representação desses tipos, para os redatores pode ter sido uma boa estratégia de *marketing* e uma boa maneira para continuar com a seção ativa e criativa por tanto tempo.

Uma outra personagem que parece ter servido para excitar os leitores, enquanto as vendas dos jornais cresciam, foram as mulheres lésbicas. O lesbianismo, assim como a viuvez, talvez sejam os maiores exemplos de como a liberdade feminina é subjugada e preterida pelos redatores do *Rio Nu*. Porém, no caso da orientação sexual, eles trataram o tema com surpresa, choque e, às vezes, horror. Em um dos contos, ao questionar-se sobre a frieza de Palmyra, D. Villafior cogita: “seria aquela criatura um caso monstruoso de *lesbismo*?”<sup>411</sup>.

---

<sup>409</sup> D. Villafior, “Os seios de Victorina”. In: **O Rio Nu**, ed. 829, 16/06/1906, p. 6.

<sup>410</sup> GREEN, James N. **Op. Cit.**, p. 9.

<sup>411</sup> D. Villafior, “Palmyra, a casta”. In: **O Rio Nu**, ed. 1013, 25/03/1908, p.6. Grifo do autor.

Na primeira narrativa em que o lesbianismo é retratado, a história parece servir somente para excitar o leitor. Margarida e Alice são duas amigas que se conheciam desde os tempos do colégio e se envolvem quando a primeira sofre uma grande desilusão amorosa e a segunda decide consolá-la de um jeito diferente. Alice beija Margarida e ela, “por um requinte de vingança de mulher desprezada, procurou nos braços da amiga desferrar-se do abandono do namorado”. As amigas acabam transando e depois do ato, “exangues, deitadas as duas no mesmo leito, não se convenciam da falta que faz o homem”.<sup>412</sup> Como dissemos, essa total independência feminina nos parece atender somente às fantasias sexuais masculinas. Porém, nem sempre foi assim. Não podemos perder de vista que duas coisas são basilares nos contos d’*O Rio Nu*: 1) as mulheres são “naturalmente” fracas e têm necessidades sexuais imperiosas; e 2) os homens, além de representarem força e virilidade, são a maior fonte de prazer que uma mulher pode ter. Nesse sentido, o item dois é notável nas histórias de Lina e Alzira e Helena e Abigail.

Lina e Alzira eram primas muito próximas. Bonitas, eram cortejadas por inúmeros rapazes, não sendo diferente com o nosso narrador. Alzira era a paixonite dele, mas temendo o casamento desistiu rapidamente de fazer a corte. Ele tentou investir em Lina, mas após ouvir de conhecidos que ela possuía “vícios esquisitos”, desistiu de correr atrás. Um ano se passou e, em São Paulo, ele as viu. Alzira “estava cada vez mais bonita. Engordara um pouco, ficara mesmo um encanto”, já Lina “envelhecera visivelmente, representava agora 30 anos... floridos e brilhantes, mas 30 anos bem puxados”. Encantado com o reencontro, D. Villaflor procurou saber um pouco sobre a nova vida delas e soube que Alzira foi morar com Lina depois de sofrer um abuso sexual. Constatou também que não viviam com homens, o que lhe causou surpresa e estranheza. Ele investigou e descobriu que ambas mantinham uma relação amorosa. Após assistir a uma transa das duas, escondido, e perceber que somente Lina obteve prazer na relação, o narrador-conquistador invadiu o quarto do casal e tem com Alzira “o alívio consolador do gozo antes que Lina voltasse a si do assombro”<sup>413</sup>.

No fim da história, descobrimos que Lina e Alzira se separaram e esta foi para o Rio de Janeiro com o narrador. Para ele, a explicação deste ato era simples:

[...] ela, até aquela noite só conhecera do amor o primeiro contato doloroso e brutal, isso a assustara, de modo que os carinhos viciosos da prima lhe

<sup>412</sup> Eucasolivri, “As duas amigas”. In: **O Rio Nu**, ed. 870, 07/11/1906, p. 6.

<sup>413</sup> Todos os detalhes em D. Villaflor, “Independentes”. In: **O Rio Nu**, ed. 904, 06/03/1907, p. 6.

satisfaziam os nervos. Eu viera fazê-la conhecer o primeiro gozo e ela julgara o amor forte, másculo, muito superior as complicações de Lina.<sup>414</sup>

Não só o lesbianismo é compreendido como um vício como, para o redator d' *O Rio Nu*, é insatisfatório. Alzira só atinge o seu prazer quando um homem a possui e percebe que a relação sexual com uma mulher é totalmente desnecessária. Assim, além de evocar representações ideais de feminilidade e masculinidade, o impresso de “gênero alegre” também sinaliza qual a orientação sexual “perfeita” e “natural”.

Com as primas Helena e Abigail a situação é similar. Hospedado no mesmo hotel que as moças, o nosso narrador se interessou pelas duas e foi rejeitado. Desconfiado dessa recusa, ele passou a investigá-las e descobriu um relacionamento entre elas. Espiando pela fresta da porta, ele assistiu a uma transa das primas, deixa claro a sua excitação em ver aquela cena e nos informa que Abigail foi a única que atingiu o gozo, deixando Helena de lado, “sem graça, como quem assistiu apenas a uma festa sem tomar parte nela”. D. Villaflor não resistiu ver a moça sozinha e abatida em sua cama e adentrou em seu quarto. Antes que Helena reagisse bruscamente, o narrador a tomou em seus braços, deu-lhe um beijo e teve com ela uma noite tórrida de prazer. Ao sair do quarto, ele a questiona sobre Abigail e tem uma resposta satisfatória: “Helena sorriu... Havia nesse sorriso um soberbo desprezo pela outra, que não tivera o gozo, o verdadeiro, como nós”<sup>415</sup>.

Mais uma vez, há um reforço sobre a necessidade masculina na vida de uma mulher. Assim, como os redatores não conseguem conceber a liberdade que as mulheres viúvas poderiam possuir, eles só compreendem o lesbianismo como perversão, pecado ou vício patológico. Ler as histórias que mencionamos aqui, chama nossa atenção para um subtexto, para a ideia de que além de ineficiente, uma relação amorosa e sexual entre duas mulheres é um erro de percurso, que cabia ao homem – sempre ele – “consertar” caso aparecesse a oportunidade. O narrador acaba as narrativas de Lina e Alzira e Helena e Abigail em uma posição de que corrigiu algo que não estava correto. Se para os redatores d' *O Rio Nu* todas as mulheres eram “naturalmente” pecadoras, as mulheres lésbicas tinham um “adicional”: elas eram um erro divino, ou científico, ou um monstro que na essência deveria ser masculino. Nas duas histórias que acabamos de apresentar, é notável a descrição que o narrador faz das mulheres que, na relação sexual, faziam um papel mais ativo.

---

<sup>414</sup> D. Villaflor, “Independentes”. In: **O Rio Nu**, ed. 904, 06/03/1907, p. 6.

<sup>415</sup> D. Villaflor, “As duas primas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1171, 02/10/1909, p. 6.

Para D. Villaflor, elas não parecem mulheres, mas sim homens. Lina é descrita como: “moça rica e bonita, deu-se ao luxo de cultivar o sensualismo do alto de seus coturnos, escolhendo os amantes como se fosse ela quem pagasse”. Até aí, ela chega a lembrar um pouco da independência e da praticidade de Stella, porém, mais a frente, na descrição do coito, elementos importantes são descritos: “[...] Lina despindo também a camisa dirigiu-se para Alzira e começou a beijá-la. Dir-se-ia um marido junto a esposa, preparando-se para cumprir os mais sagrados dos deveres maritais”<sup>416</sup>. No caso de Abigail, ela “parecia não ter nervos, ou melhor, parecia uma mulher, que vive com a carne satisfeita...”. Mais à frente, no conto: “o que me causava mais impressão é que o corpo de Abigail, embora dotado dos mais graciosos atributos femininos, parecia o de um homem, pelas atitudes, que tomava, pelos movimentos com que envolvia e acariciava Helena”. Após relatar o ato sexual, o narrador diz que Helena não havia gozado e não fez questão de tentar depois que tudo tinha acabado. Sobre isso, ele comenta: “E via-se bem que ela não dava. Era muito feminina... Para as complicações em que Abigail era perita, é preciso tem um temperamento híbrido”<sup>417</sup>.

Como se vê, Lina e Abigail não eram “normais”, porque nas suas “essências” elas eram masculinizadas. Possuíam características sexuais e posturas que remetiam aos homens. Na história sobre as amigas Margarida e Alice, há uma descrição um tanto psicológica que caracteriza uma das personagens de modo que não seja compatível com o que se sabia e esperava da feminilidade, mas sim da masculinidade. Alice, uma morena de olhos negros, brincalhona, impetuosa e estouvada, é descrita da seguinte maneira:

[...] namorava três e quatro, ao mesmo tempo, e a nenhum dedicando verdadeiro afeto [...] *coquette* impenitente, volúvel e cheia de caprichos, ufanava-se de nunca ter querido verdadeiramente, com amor, a nenhum dos seus adoradores numerosos, deixava uns pelos outros com a mesma facilidade com que mudava de vestidos.<sup>418</sup>

Se fizermos uma observação mais ampla dos contos e termos em mente como age o nosso narrador-conquistador, iremos perceber que a descrição de Alice é compatível ou se assemelha com diversos homens que protagonizam essas histórias. Não só no caso de Alice, como também Lina e Abigail, todas possuem o mesmo espírito dos jovens conquistadores das narrativas d’*O Rio Nu*.

---

<sup>416</sup> D. Villaflor, “Independentes”. In: **O Rio Nu**, ed. 904, 06/03/1907, p. 6.

<sup>417</sup> D. Villaflor, “As duas primas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1171, 02/10/1909, p. 6.

<sup>418</sup> Eucasolivri, “As duas amigas”. In: **O Rio Nu**, ed. 870, 07/11/1906, p. 6.

### 3.2.5 Corpos nos contos d'*O Rio Nu*

Chegado nesse estágio do capítulo, você pode estar se perguntando sobre como eram essas mulheres desejadas, cortejadas e amadas pelos redatores dos contos. Não em critérios mentais, pois isso já foi explanado nas páginas anteriores, mas sim no físico. Se sabemos que *O Rio Nu* esteve inteiramente integrado à sua época, como eram as representações femininas apresentadas por eles no quesito corporal e estético? Em histórias tão ricamente detalhadas, o que não faltaram foram descrições corporais, várias delas muito específicas. É como se o narrador quisesse que o leitor desenhasse a mulher que ele almejava e, não obstante, tivesse em mente qual a mulher ideal para o homem civilizado do século XX. Relembremos como D. Jasmim descreveu a mulher pela qual se apaixonou em *As Honestas*:

Alta, donairoza, de uma elegância impressionadora, um rostinho bonito mesmo a valer, ombros largos, de linhas impecáveis, uma cintura fidalga, terminando por umas fartas ancas, enfim, um pedaço de mulher capaz de estontear o mais *gelado* mortal!<sup>419</sup>

Agora observemos como D. Villaflor descreve “o tipo ideal da criatura perfeita”:

Alta, morena, de olhos negríssimos. Olhar franco e luminoso; faces coradas; boca escarlate e carnuda como uma fruta madura, pescoço roliço, corpo alongado em curvas voluptuosas, andar firme, riso cristalino... Era um soberbo exemplar de mulher.

A sua tez fina e linda, revelava saúde inalterável, a desenhar-se nos seus menores gestos; robustez, vigor, e ao mesmo tempo tinha toda a graça feminina.<sup>420</sup>

Eis as características da mulher ideal para os narradores d'*O Rio Nu*. É mais um protocolo de leitura<sup>421</sup> que a princípio passa despercebido, mas que no conjunto salienta para nós uma preferência e denota uma mentalidade da época. As descrições corporais, que são inúmeras, não servem somente para estimular a imaginação do leitor. Assim como os redatores do jornal não fazem muita questão de esconder características físicas da mulher que mais te apetece, descrevendo seios, pernas, colos etc., eles também não disfarçam uma preferência pela mulher branca.

Antônio, um jovem português que veio tentar a vida no Brasil decidiu perder a virgindade com mulheres que poderiam ensinar muitas coisas na arte da sedução e do prazer. Após procurar

---

<sup>419</sup> D. Jasmim, “As Honestas”. In: **O Rio Nu**, ed. 1046, 18/07/1908, p. 6.

<sup>420</sup> D. Villaflor, “Os sete pecados sensuais: VI – A caridade”. In: **O Rio Nu**, ed. 984, 11/12/1907, p. 6.

<sup>421</sup> CHARTIER, Roger. **Op. cit.**, 2001.

em diversas ruelas e bordeis de baixo nível, ele se encantou por uma moça “muito clara, de cabelos pretos”<sup>422</sup>. Emília, uma paquera do nosso narrador-conquistador, não era feia, nem bonita, mas ainda assim possuía elementos físicos que o deixavam cada vez mais desejoso: ela era “clara, pálida, com um rosto sem originalidade, olhos de cor indecisa, lábios descorados, pescoço fino [...]”<sup>423</sup>. Adélia, que era “casada com um imbecil”, era “loura e carnuda, de estatura robusta, peito largo, seios de desenho impecável, apesar de um tanto volumosos, era o que se chama de ‘um pancadão’”<sup>424</sup>. A esposa de um amigo de D. Villaflor, com a qual ele quase se envolveu, era “pequeninha, clara, com uma cabeleira preta em bandos sedosos, de feições delicadas e o corpo todo *mignon*, mas tão gracioso, tão cheio de curvas delicadas e ímpetos que cada pedaço do seu corpo é uma minúscula obra prima [...]”<sup>425</sup>.

A mulher ideal também poderia ser morena, como observamos no conto acima ou em tantos outros. Laura era uma daquelas mulheres que prendiam o homem pelo corpo e não pelos dotes domésticos. Ela era “morena, lindamente torneada [...] tudo nela tem um sabor mais intenso; os seus beijos são mais quentes, mais úmidos, mais inebriantes do que os de outra qualquer mulher; os seus braços roliços e lindos sabem envolver-nos [...]”<sup>426</sup>. Doutor Justino, um personagem que só poderia existir no início do século XX, dado o seu fascínio pela ciência biológica, decidiu, depois de anos dedicando-se ao trabalho, procurar a mulher perfeita para os padrões científicos. Ele mandou às favas quaisquer convenções amorosas ou sociais e quis escolher a mulher ideal para casar-se e multiplicar a espécie. Após algum tempo de busca, ele a achou e ela era: “linda, alta, forte, de faces coradas, onde o sangue puro afluía continuamente conservando-lhe essa cor deliciosa das mais saborosas maçãs, contrastando com o leve amorenado da sua tez”<sup>427</sup>. Adozinda era uma jovem virgem que descobriu os prazeres da carne na idade em que, segundo os redatores, a mulher está mais bonita e naturalmente pronta para o coito. Ela tinha 16 anos e possuía um “corpo robusto, de pele morena, dourada”, era “forte, ágil, era um primor de harmonia estética, via-se bem que ainda a iniciação do amor não viera com os primeiros gozos perturbar a perfeição daquelas formas virgens.”<sup>428</sup>

<sup>422</sup> D. Villaflor, “Uma estreia”. In: **O Rio Nu**, ed. 818, ed. 09/05/1906, p. 6.

<sup>423</sup> D. Villaflor, “O eterno mistério”. In: **O Rio Nu**, ed. 824, 30/05/1906, p. 6.

<sup>424</sup> D. Villaflor. “Um amante calmo (Das “Aventuras de Adélia” – 1º episódio). In: **O Rio Nu**, ed. 1150, 21/07/1909, p. 6.

<sup>425</sup> D. Villaflor, “O meu amigo Maia”. In: **O Rio Nu**, ed. 921, 04/05/1907, p. 6.

<sup>426</sup> D. Jasmim, “O que nos prende”. In: **O Rio Nu**, ed. 1049, 29/07/1908, p. 6.

<sup>427</sup> D. Jasmim, “A mulher fisiológica”. In: **O Rio Nu**, ed. 1087, 09/12/1908, p. 6.

<sup>428</sup> Zé Fidelis, “O beijo do monstro”. In: **O Rio Nu**, ed. 1452, 26/06/1912, p. 6.

O que para muitos pode parecer uma surpresa, para quem conhece um pouco do contexto em que o periódico estava inserido é possível identificar as razões que justificam essa predileção. Com o fim da escravidão, a entrada de milhares de imigrantes e o sucesso de teorias científicas como o evolucionismo, a mulher branca passou a ser mais valorizada que a mulher negra. Incluído nisso estão os valores e as referências que a *Belle Époque* evocava. Valores como progresso e civilização e sendo a França como principal espelho cultural, a mulher branca passou a ser o principal símbolo sexual do homem *smart*. É a época da *femme fatale*, “uma mulher mais sedutora e poderosa, ameaçadora para a estabilidade das famílias e para a preservação dos bons costumes sociais”<sup>429</sup>. A mulher desejada tornou-se a estrangeira que chegava no Brasil para se prostituir<sup>430</sup>, em especial as francesas.

O charme da “francesa” foi constituído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias as mais modernas, era desejada também pelo *status* que conferia ao seu proprietário momentâneo.<sup>431</sup>

Em nossas pesquisas, só identificamos o protagonismo da mulher negra em um dos contos. O narrador até inicia a história dizendo que o relacionamento com uma mulher dessa etnia não foi a primeira vez, mas também deixa claro que o caso só aconteceu devido a uma “circunstância fortuita”. Em resumo, D. Villafior foi preterido por uma mulher branca e só aí ele se recordou de uma “crioula muito dengosa e limpa” chamada Luiza. O encontro foi extremamente vantajoso para o narrador, que possuía “necessidades” físicas urgentes, mas não deixou de ser “um sacrifício”, como ele classificou. Ou seja, foi um encontro possível, mas longe de ter sido desejado, afinal, o corpo negro não era o padrão a ser almejado. Villafior também nos informa que o relacionamento com Luiza não representa qualquer perigo, pois ela já não era mais virgem. Demarcando, dessa forma, que ele não acabaria na justiça por defloração ou acusações do tipo.

A importância do corpo feminino é tão explícita nas histórias d’*O Rio Nu* que mesmo se a mulher fosse feia, ela teria uma chance com o narrador-conquistador devido ao seu corpo

<sup>429</sup> RAGO, Margareth. **Op. cit.**, 2008, p. 49.

<sup>430</sup> É importante salientar que muitas dessas mulheres que vinham para cá já se prostituíam, mas outras tantas vinham para cá traficadas. Iludidas com promessas de melhorias de vida, casamento, bons empregos, elas vinham “fazer a América” e acabavam na mão de cafetões que as exploravam de forma impiedosa. Margareth Rago informa-nos: “É praticamente impossível estimar a quantidade de prostitutas que vieram traficadas da Europa, principalmente das aldeias pobres da Polônia, Rússia, Áustria, Hungria e Romênia para a América do Sul. Também dificilmente saberemos quantas vieram por vontade própria, ou iludidas com promessas de casamento e perspectivas estimulantes de enriquecimento (...)”. Ver: **Idem**, 282.

<sup>431</sup> **Idem**, p. 50.

atraente. É a prova de que o desejo praticamente não tem limites. Certa vez, D. Villafior se encantou por uma mulher no bonde. Ela estava sentada um pouco distante dele e por mais que tentasse, ele não conseguia ver o seu rosto. Porém, admirar o seu físico foi suficiente.

Tinha físico de mulher do povo, com as carnes livres de artefatos embelezadores; via-se bem que nunca usara espartilho nem ligas ‘devant-droit’, mas tinha o encanto sadio das caraponias, a robustez farta e sensual das mulheres que são verdadeiramente criaturas femininas, sem ornamentos nem fantasias, mulher, simplesmente mulher, de volúpia natural e sem rebuços.<sup>432</sup>

Contudo, após ver a sua adorada de perfil se assustou. “A dona de corpo tão perfeito fora dotada de uma face feia, e o pior do que isso, imbecil, com um nariz arrebitado de clown, boca sem graça e sem dentes, e de olhos vesgos...”. Diante do horror que era a sua paquera, o narrador refletiu, cogitou desistir da moça, mas ponderou: “ora, que me importava que fosse horrendo o rosto. O que nos dá a felicidade com uma mulher não é lindeza da face, é a perfeição corpo, da carne confortável e doce, a carne feminina que é, a um tempo, fresca e ardente, rija e macia.” Para encerrar a história, D. Villafior flertou com a moça, a levou para a cama, mas se recusou a transar olhando para o seu rosto. “Foi uma infâmia talvez, uma torpeza esse crime cometido por mim contra a Madre Natura. Mas deixem lá. Em vez de profanar minha boca de amante naquele rosto ignóbil, deixei marcado o beijo louco, o beijo do momento supremo na carne rija de sua nuca incomparável.”<sup>433</sup>

O caso não foi muito diferente com D. Joaquina. O narrador tinha pavor da figura, pois ela era “feia a valer e mais do que feia – cômica; tem uma cara mal amanhada, um nariz ridiculamente arrebitado, olhos em forma de fresta, boca redondinha e franzida, queixo pontudo, e os supercílios muito altos, muito afastados dos olhos [...]”. Além de feia, não tinha apuro estético ou qualquer senso de moda. Nas palavras do narrador, ela era “um verdadeiro espantalho”. Contudo, após prestar atenção na figura, ultrapassando os limites da face, ele se surpreendeu. Apesar da “cabeça de monstrengo”, o corpo de Joaquina lhe encantara, era “de deusa, de ninfa”. Nas palavras de Villafior: “Que pernas! Que seios redondos e firmes! O desenho da cintura era delicado, flexível, e as cadeiras, o volume da carne... de trás, a parte com que ela apoiava na cadeira... tinha forma encantadora, estonteante.” Dessa forma, assim como aconteceu com a história acima, o autor foi para a cama com essa mulher “e ali, no escuro, sem ver a fealdade do rosto, saboreei a volúpia estranha, intensa, furiosa, da mulher feia.”<sup>434</sup>

---

<sup>432</sup> D. Villafior, “O rosto... E o resto”. In: **O Rio Nu**, ed. 1025, 06/05/1908, p. 6.

<sup>433</sup> Todos os detalhes estão em: D. Villafior, “O rosto... E o resto”. In: **O Rio Nu**, ed. 1025, 06/05/1908, p. 6.

<sup>434</sup> Todos os detalhes em: D. Villafior, “D. Joaquina”. In: **O Rio Nu**, ed. 1148, 14/07/1909, p. 6.

A título de curiosidade, haja vista que este não é o personagem principal do capítulo, e à guisa de conclusão dele, destacamos que, além da mulher, houve também algumas descrições físicas sobre o homem. Se até esse momento nós sabemos que os homens dos contos d' *O Rio Nu* eram astutos, viris e jovens, lendo mais algumas histórias descobrimos outros detalhes interessantes.

Baseando-se em opiniões femininas, Danilo nos informa que Lauriano, um jovem de vinte anos, era um “rapagão de encher o olho”. Ele era um sucesso entre as mulheres, pois dominava a arte da paquera e possuía uma “constituição hercúlea”: “belo de rosto, bigodes arrogantemente frisados em ponta para cima, olhos negros e sonhadores, nariz grande e grosso; busto de atleta, com enormes músculos, desenvolvidos em toda a sorte de esportes [...]”.<sup>435</sup> Luiz também era um belo rapaz e do tipo que agradava as mulheres: “era pálido, com cabelos muito negros, olhos magníficos, nariz ligeiramente adunco, belos bigodes, ombros largos, voz meiga”.<sup>436</sup> Stella, em meio as suas várias histórias, nos conta, por meio de um flerte com um rapaz, o seu tipo masculino predileto e não foge muito do padrão já apresentado: “ainda moço, louro e forte, tipo de brasileiro de raça alemã, muito claro e de aspecto tímido”.<sup>437</sup> Em outra ocasião, o médico que vai atender as suas necessidades e ela acaba se envolvendo é descrito de tal forma: “era moço, alto, louro, com um ar germânico de robustez e saúde, que o tornava quase belo”.<sup>438</sup>

O que vimos das páginas desse capítulo é uma síntese da leitura de 230 contos (dentro de um montante de 570) publicados pelo *O Rio Nu* entre 1906 e 1913. Histórias dos mais variados tipos, com enredos rocambolescos e múltiplos personagens, em geral, cativantes que nos levam a um caminho muito simples: o erotismo. Ou como Tosta, em 1910, visualizou: a pornografia.

As tramas indicam, mas não revelam. Detalham, mas também escondem. São histórias pelas quais podemos conhecer como pensava parte da sociedade carioca no tocante às relações amorosas e aos ideais de masculinidade e feminilidade – objeto de nossa análise. É possível também ver corpos desenhados em prosa que estavam a serviço da imaginação e da excitação. São corpos brancos, denunciando o sucesso das teorias eugenistas da época. São corpos opulentos e de inspiração estrangeira, em especial franceses ou germânicos. Os enredos escritos por D. Villaflor e companhia retratam uma mulher conflituosa: sensível e frágil; voraz e sedutora. E por mais que o jornal não quisesse relembrar arquétipos católicos, eles também

<sup>435</sup> Danilo, “Quem sai aos seus...”. In: **O Rio Nu**, ed. 1367, 26/08/1911, p. 6.

<sup>436</sup> D. Villaflor, “O dever conjugal”. In: **O Rio Nu**, ed. 1235, 18/05/1910, p. 6.

<sup>437</sup> D. Villaflor, “A poesia dos campos (Das “Memórias de uma mulher”)”. In: **O Rio Nu**, ed. 1218, 19/03/1910, p. 6.

<sup>438</sup> D. Villaflor, “Memórias de uma mulher (IV – O médico). In: **O Rio Nu**, ed. 895, 02/02/1907, p. 6.

evocaram a ideia da uma mulher essencialmente pecadora. É uma mulher que, independentemente da etnia, classe ou nível de instrução, deveria ser dominada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação que acabamos de apresentar trata-se de um projeto em três atos que, a princípio, parecem díspares, mas em uma olhada mais aproximada estão relacionados. Com dois objetivos principais, este trabalho intentou, acima de tudo, lançar luz sobre um Brasil de outrora, que já foi vastamente analisado, mas que ainda guarda ótimos momentos a serem desvendados por aqueles que fazem novos recortes, analisam fontes pouco exploradas ou inéditas e/ou revelam novos personagens.

*O Rio Nu*, um jornal nada inédito para a historiografia, mas também não esgotado por ela, foi a nossa fonte principal. Ele, que nos leva para vários caminhos, direcionou o nosso olhar para dois em específico: o conflito sociojurídico contra o baiano Joaquim Ignácio Tosta em 1910 e as representações femininas que foram veiculadas no impresso. O interesse em entender como a concepção de mulher foi posta durante a *Belle Époque* por meio desse jornal e a necessidade de analisá-lo por meio de um grande enredo no qual o periódico fosse protagonista, foram os motores que fizeram as “engrenagens” dessa dissertação girar. Contudo, antes de qualquer estudo mais detalhado, era preciso apresentar a fonte.

O primeiro capítulo desse projeto procurou entender como em meio a um cenário de mudanças socioculturais e político-econômicas surgiu *O Rio Nu*. Descobrimos que ele foi fruto das transformações que estavam acontecendo no mundo livreiro (barateamento das produções e surgimento dos “romances para homens”), da evolução pela qual passou a Imprensa (menos artesanal e mais empresarial) e de um modernismo anterior ao de 1922, que pensava a nacionalidade brasileira e tinha o boêmio como principal personagem. Descobrimos também que foi um jornal que inovou no chamado “gênero alegre”. Um gênero que misturava humor, dubiedade e obscenidade, mas ainda assim não deixou de ser um pouco pudico. Um tipo de fazer imprensa característica do início dos novecentos e que deu origem a vários outros impressos como *O Coió* (1901-1904), *O Pau* (1905) e *O Nabo* (1906).

Nesse excerto ainda desvendamos o porquê de o lançamento do periódico ter acontecido no dia 13 de maio de 1898, revelamos a história que deu origem ao bissemanário, conhecemos alguns dos principais nomes que passaram pela sua redação, destrinchamos questões de venda,

composição gráfica e editorial. E, pudemos ver também, que, apesar do impresso fazer parte de um nicho muito específico, ele fez sucesso pelo país e pelo mundo.

Esse sucesso, que se dava pelas ilustrações de mulheres nuas ou seminuas e por um texto ambíguo, engraçado e, muitas vezes, obsceno, foi o que chamou a atenção de Joaquim Ignácio Tosta. Ele foi um ex-deputado baiano e católico que, no ano de 1910, quando era diretor-geral dos Correios, proibiu a circulação d'*O Rio Nu* e do *Sans Dessous*, outro jornal de “gênero alegre”, pelo País. Esse é o enredo que desvendamos na segunda parte da dissertação na intenção de compreender como parte da sociedade carioca entendia a pornografia.

Por meio da circular emitida em março de 1910 pudemos investigar o que estava por trás da decisão de Tosta. Voltamos no tempo e fomos para a Europa de 1908 para descobrir que lá já havia um movimento antipornográfico bem articulado, que dois anos depois se reuniu novamente em Paris (encontro este que teve participação do Brasil) e deliberou uma série de medidas em combate à obscenidade. As ideias do Velho Mundo reverberaram aqui e tiveram como uma das maiores expressões desse combate a decisão de Tosta.

No ano em que o Brasil escolhia entre Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa para ocupar a cadeira da presidência, a ação do diretor do Correios surpreendeu inúmeros jornais e abriu espaço para um amplo debate sobre liberdade de imprensa, circularidade de obscenidade e legislação, desvio de função pública e influência religiosa sobre assuntos da sociedade civil. Nesse segundo capítulo, esmiuçamos as ações que *O Rio Nu* intentou contra Ignácio Tosta a nível pessoal, o conflito da “grande imprensa” entre rejeitar a ação do ex-deputado, mas entender que era preciso controlar a imoralidade que circulava livremente pelo País e, por fim, pormenorizamos a batalha judicial que o periódico levantou contra a decisão do diretor-geral e acabou saindo vencedor. Como sabemos, *O Rio Nu* seguiu ativo até 1916, sendo não só um dos mais famosos impressos do seu gênero, como talvez o mais bem sucedido.

Não que devamos colocar qualquer juízo de valor sobre as decisões de figuras do passado, mas é possível compreender de onde vinha a queixa de Ignácio Tosta com *O Rio Nu*. Além de questões religiosas, basta olhar para as edições do impresso e notar que, a transgressão certamente chocava uma grande parcela da população. As ilustrações, permeadas de erotismo, não passavam ilesas aos olhares dos letrados e tão pouco dos analfabetos, e entre as oito páginas, inúmeros textos que flertavam com o humor e com a saliência. Na maioria deles, uma conotação sexual é perceptível. Nesse sentido, é, de certa forma, entendível as razões que levaram o ex-deputado a querer proibir a circulação daquele material.

Uma prova desse flerte com o obsceno são os contos que *O Rio Nu* publicou de 1906 a 1913 e são o nosso objeto de estudo na terceira parte da dissertação. Se o diretor-geral dos Correios teve acesso às histórias que o impresso publicava nessa seção, provavelmente se surpreendeu. Por mais que os textos nunca fossem explícitos e fizessem questão de deixar subentendido o que acontecia entre os personagens, era quase inevitável não imaginar o que estava descrito e acabar se excitando com as histórias.

No nosso caso, tais contos serviram para um objetivo claro: buscar as representações femininas que o periódico publicou. Em uma primeira leitura, os enredos não passam de causos eróticos. Porém, analisados sob uma “lente de aumento” é possível perceber inúmeros elementos. O contexto e a mentalidade da *Belle Époque* estão ali. Podemos conhecer quais os tipos de estratégias amorosas eram utilizados, quais os ideais de masculinidade e, principalmente, de feminilidade. Entendendo que na época estavam em voga ideais civilizatórios e de progresso, junto com teorias científicas como o evolucionismo e o positivismo, os contos do *Rio Nu* ajudam-nos a compreender quais os tipos de mulher a serem desejados pelos homens, qual o padrão estético dessa mulher e como era a sua natureza, a sua “essência”.

Nas páginas destinadas ao terceiro ato (como dissemos acima) desse projeto, intentamos delinear os elementos anteriormente mencionados. Por meio da leitura de 230 contos, dentro de um montante de 570, fizemos uma “radiografia” de como o impresso humorístico enxergava a mulher e como isso tinha fundamento nas ideias que circulavam na sociedade daquela época. Daí, por meio desse estudo, notamos que, apesar de *O Rio Nu* ter se mostrado muito transgressor e polêmico durante sua trajetória, ele também reafirmou e reforçou papéis de gênero e raciais.

Claro, deve-se ponderar que o jornal era feito por homens e que, talvez, a maioria deles fossem brancos, mas ainda assim é curioso notar como o mesmo periódico que foi acusado de ser pornográfico e se viu em meio a um escândalo por causa disso, foi um impresso completamente ligado ao seu contexto. Sendo assim, seja lá o que tenha assustado Tosta ao ler *O Rio Nu* não deveria ser muito diferente do que se lia em outros materiais ou se via pelas ruas ou teatros do Rio de Janeiro. Em outras palavras, *O Rio Nu* despia a imoralidade que permeava a Capital Federal e revelava um erotismo baseado em corpos brancos, opulentos e inspirados em Paris. No entanto, ao fazer isso ele também deixava visível os pré-conceitos existentes na época.

Neste sentido, fica confirmada a nossa hipótese: o impresso criado em 1898 seguiu, mesmo que inconscientemente, uma via de mão dupla, isto é, ele ora rompia com a moral vigente, ora ratificava hierarquias sociais, raciais e, sobretudo, de gênero. Assim, por mais que o tempo estivesse cada vez mais ágil como disse João do Rio em 1908 ou Machado de Assis em 1894, o mundo – especialmente o Rio de Janeiro – não havia mudado por completo. As modificações arquitetônicas e urbanistas disfarçavam as permanências socioculturais, mas não a ponto de soterrá-las para sempre.

Estudar o periódico “alegre” partiu de uma curiosidade nossa diante da alcunha dada pela historiadora Mary Del Priore: “ancestral da [revista] *Playboy*”<sup>439</sup>. Após pesquisas iniciais, percebemos que ele não só poderia ser estudado novamente, haja vista a reduzida quantidade de análises acadêmicas sobre o mesmo, como também notamos que os historiadores da imprensa brasileira parecem não ter tido conhecimento da sua existência ou não lhe deram a devida atenção, reduzindo-o a classificações como “revistas de vida efêmera”<sup>440</sup> ou “publicações ilustradas de cunho satírico, em geral de curta duração”<sup>441</sup>.

Como notamos, *O Rio Nu* não só esteve ativo por quase 20 anos, como protagonizou debates caros à imprensa e pode ser considerado um símbolo do modernismo brasileiro, muito antes do dito movimento modernista acontecer em 1922<sup>442</sup>. A intenção no início da dissertação era lançar luz sobre a fonte e realçar a importância que ela possui para se compreender a *Belle Époque* brasileira. Nós gostaríamos de colaborar para a história da imprensa dando ao jornal o destaque que ele merece, assim como fizeram outros pesquisadores sobre outros hebdomadários<sup>443</sup>. Contudo, ao final desse processo, percebemos outra questão. Finalizada a dissertação, conseguimos enxergar algumas permanências socioculturais.

---

<sup>439</sup> DEL PRIORE, Mary. **Op. cit.**, 2014. Seção de ilustrações

<sup>440</sup> Nelson Werneck Sodré e Maria de Lourdes Eleutério são alguns dos estudiosos que se referem a esse tipo de imprensa dessa forma. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **Op. cit.**, p. 326 e ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. (Versão PDF)

<sup>441</sup> LUCA, Tânia Regina de. **Op. cit.**, 2008. p. 135.

<sup>442</sup> Como dissemos na introdução, a historiografia especializada entende que São Paulo não é um marco ou o ponto difusor do modernismo brasileiro, mas sim um espaço, dentre vários, que pensou o Brasil, sua sociedade e cultura. Uma evidência dessa percepção é a afirmação, já em 1935, de José Lins do Rego sobre o tema: “Para nós do Recife, essa Semana de Arte Moderna não existiu”. Para mais detalhes sobre o tema, ver: GABRIEL, Ruan de Souza. Semana de Arte Moderna de 1922: especialistas põem em xeque hegemonia historiográfica do evento. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/semana-de-arte-moderna-de-1922-especialistas-poem-em-xeque-hegemonia-historiografica-do-evento-1-24985612>. Acesso 26 abr. 2021.

<sup>443</sup> Só para citar algumas: AZEVEDO, Natanael. **Op. cit.**, 2015; JANOVITCH, Paula Ester. **Preso por trocadilho** – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. São Paulo: Alameda, 2006; Mutarelli, Isadora.

Olhar para *O Rio Nu* foi ver uma amostra da miscelânea de contradições que é o País. O jornal de “gênero alegre” nos fez enxergar uma sociedade que segue conservadora e moralista como foi Ignácio Tosta, mas que hoje não proíbe a circulação de impressos indecentes, mas censura exposições de arte que consideram pornográficas<sup>444</sup>; é um Brasil que reafirma papéis de gênero dizendo “menino veste azul, menina veste rosa”<sup>445</sup>, mas que no Carnaval joga todas as convenções sociais às favas; é um Brasil da mulher “bela, recatada e do lar”<sup>446</sup>, como – salvo particularidades – evocavam os contos, mas que possui índices de feminicídio assustadores<sup>447</sup>; é um Brasil que revoluciona com a maior parada LGBTQIA+ do mundo<sup>448</sup>, mas que ao mesmo tempo lidera o *ranking* de assassinatos de pessoas transsexuais<sup>449</sup> e durante a *Belle Époque* dizia que a homossexualidade não era um elemento da masculinidade.

Chegado ao término deste projeto, constatamos que ler, apresentar e lançar luz sobre *O Rio Nu* foi, além de outras coisas, uma tentativa de nos fazer pensar sobre um Brasil pretérito, mas que, resguardados detalhes de contexto, não está tão distante de nós. Espero que tenha sido bem sucedido nessa empreitada e que ao final da trajetória, você, leitor, tenha vislumbrado isso também.

---

**O Furão:** um jornal da boemia paulistana (1910-1925). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2018.

<sup>444</sup> Sobre a exposição Queermuseu, que aconteceria de agosto a outubro de 2017 em Porto Alegre. Ver: TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu. In: **Revista Época**. São Paulo, 15 set. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>. Acesso em 01 dez. 2020.

Em 2018, ela conseguiu ser exposta, no Rio de Janeiro, graças a uma campanha de financiamento coletivo. CARNEIRO, Julia Dias. “Queermuseu”, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. In: **BBC News Brasil**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>. Acesso em 01 dez. 2020.

<sup>445</sup> A frase foi dita pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves. Confira em: PAINS, Clarissa. “Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 01 dez. 2020.

<sup>446</sup> A frase é o título de um editorial da Revista Veja sobre a primeira-dama, em 2016, Marcela Temer. Ver: LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. In: **Revista VEJA**. São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 01 dez. 2020.

<sup>447</sup> Para saber detalhes: PAULUZE, Thaiza. Brasil teve uma mulher assassinada a cada duas horas em 2018, aponta Atlas da Violência. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/brasil-teve-uma-mulher-assassinada-a-cada-duas-horas-em-2018-aponta-atlas-da-violencia.shtml>. Acesso em 01 dez. 2020.

<sup>448</sup> Informação localizada em: REDAÇÃO. A maior do mundo: confira imagens da 23ª parada do orgulho LGBT de SP. In: **Mídia Ninja**. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/a-maior-do-mundo-confira-as-imagens-da-23a-parada-do-orgulho-lgbt-de-sp/>. Acesso em 01 dez. 2020.

<sup>449</sup> Conferir em: CUNHA, Tafs. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. In: **Correio Braziliense**. Brasília. <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em 01 dez. 2020.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### JORNAIS E REVISTAS<sup>450</sup>

A Cruzada

Correio da Manhã

Gazeta de Notícias

Gazeta da Tarde

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

O Malho

O Paiz

O Rio Nu

O Século

Revista de Theatro & Sport

Revista Illustrada

Sans Dessous

#### CRÔNICAS E MEMÓRIAS

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARBOSA, Orestes. **Bambambã!** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1071>>. (Edições do Senado Federal; v. 1)

RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

---

<sup>450</sup> Exceto o jornal sergipano *A Cruzada*, que foi cedido a mim, gentilmente, pela historiadora e colega Tatiane Oliveira da Cunha, todos os outros impressos estão localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

## DICIONÁRIOS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora FGV, 2015. E-Book. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TOSTA,%20In%C3%A1cio.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BOCK (org.). **Dicionário Moderno**. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903 *apud* PRETI, Dino. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no dicionário moderno de Bock, de 1903**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

## LEGISLAÇÕES

BRASIL. Código Penal (1890). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1891). Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v2\\_1891.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes_Brasileiras_v2_1891.pdf?sequence=5&isAllowed=y)>. Acessado em: 21 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.230, de 10 de fevereiro de 1896. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2230-10-fevereiro-1896-518912-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.653, de 11 de Novembro de 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7653-11-novembro-1909-527801-anexo-pe.pdf>>. Acessado em: 21 jan. 2020.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada: Literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARCAND, Bernard. **El jaguar y el oso hormiguero: Antropología de la pornografía**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas**. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: República – Memórias (1889-1950)**. Vol. 3. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- DIAS, José da Silva. **Teatros do Rio: do Século XVIII ao Século XX**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2012, p. 164-166.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). **Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ELMIR, Cláudio Pereira. O enredo como categoria e como método de análise. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- ESTEVEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Alessandra Senna. Sexualidade à brasileira: as imagens eróticas no jornal O Rio Nu - 1900-1916. In: REBLIN, Iuri Andréas; RODRIGUES, Márcio dos Santos. **Arte sequencial em Perspectiva Multidisciplinar**. Minas Gerais: Aspas, 2015. p. 119-131.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...** Modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOUMELOT, Jean-Marie. **Esses livros que se leem com uma mão só**: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII. Tradução de Maria Aparecida Corrêa. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

HARDMAN, Francisco Food. Antigos modernistas. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUNT, Lynn. **A Invenção da Pornografia**: Obscenidade e as Origens da Modernidade. 1. ed. São Paulo: Hedra, 1999.

JANOVITCH, Paula Ester. **Preso por trocadilho** – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. São Paulo: Alameda, 2006.

KENDRICK, Walter. **El museo secreto**: La pornografía em la cultura moderna. Colombia: Tercer Mundo, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 35-51. (Coleção Paradidáticos; Série Sociedade, Espaço e Tempo)

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 107-127.

MENDES, Leandro. O livro pornográfico na *Belle Époque*: a década de 1890 e a invenção da “leitura alegre”. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (Orgs.). **Belle Époque**: crítica, arte e cultura. Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016, p. 305-321.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista na dimensão filosófica**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. **O que é pornografia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ana M. S. Corrêa. Prefácio: Carla Pinski. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRETI, Dino. **A linguagem proibida**: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no dicionário moderno de Bock, de 1903. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808-1964. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Coleção: História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 3)
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.
- SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, polacas. Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1870-1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras**: literatura, técnica e modernização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SUSSEKIND, Flora. O figurino e a forja. In: CARVALHO, José Murilo de; *et all.* **Sobre o pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico**: da

Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 337-371. (Coleção O Brasil Republicano; vol. 1)

WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

AZEVEDO, Natanael Duarte de. **Trajetórias pornográficas: O Riso pronto para o ataque, uma história dos jornais eróticos brasileiros**. João Pessoa, 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História) – CCHLA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

CARDOSO, Erika Natasha. **“E como não ser pornográfico?”: usos, sentidos e diálogos transnacionais em torno da pornografia no Brasil (1880-1924)**. 2019. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva... do vale o impresso ao vale o escrito. Uma História Social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)**. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

MUTARELLI, Isadora. **O Furão: um jornal da boemia paulistana (1910-1925)**. 2018. 107f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2018.

PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”**: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História (PPHR), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

PEREIRA, Cristiana. **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. 1997. 221f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia: A reestruturação do arcebispado primaz (1890-1930)**. 2006. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

BÉRENGER, René. La traite des blanches et le commerce de l’obscurité. In: **Revue des Deux Mondes**, tomo 58, 1910, p. 71-111. (Tradução nossa)

CARVALHO, Marina Vieira de. A ficcionalização do desejo: A pornografia e o erotismo como objetos de consumo na modernização da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 43-60, dez 2015.

CARVALHO, Marina Vieira de. Mulher negra na arena pornô-erótica do pós-abolição carioca: embates entre o feminino gentrificado do Rio Nu e o feminino vivificante de Gilka Machado. **Canoa Do Tempo**, 11(2), 177-208. 2020. <<https://doi.org/10.38047/rct.v11i2.6655>>.

CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850 – 1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 9, p. 44-45.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, v. 35, p. 253-270, dez. 2009.

DINIZ, Maria Ilidiana; QUEIROZ, Fernanda Marques de. A relação entre gênero, sexualidade e prostituição. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos, n. 0, v. 1, p. 2 – 16, jan/jun. 2008.

EL FAR, Alessandra. Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 285-312, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Daniel Wanderson. Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa. In: **Revista (In)visível**, edição zero, set. 2011, p. 47-56.

FERREIRA, Débora. O crime de estupro em seu contexto histórico. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/78228/o-crime-de-estupro-em-seu-contexto-historico>. Acesso em: 24 out. 2020.

FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. O Brasil na Rota do Tráfico de Escravas Brancas: Entre a Prostituição Voluntária e a Exploração de mulheres na Belle Époque. **SINAIS – Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória, v 11, n.11, junho. 2012.

GREEN, James N. O joelho de Sarah Bernhardt: negociando a “respeitabilidade” feminina no palco carioca, 1880-1910. **Escritos**, Rio de Janeiro, n. 8, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MATOS, Maria Izilda de S. Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, p. 381-396, dez. 2002.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**. Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

REIS, Ângela de Castro. Ser mulher e atriz no contexto social de meados do século XIX ao início do XX. **Plural Pluriel – revue des cultures le langue portugaise**, nº 8, printemps-été 2011, ISSN: 1760-5504.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STORA-LAMARRE, Annie. Le livre em question: La censure au Congrès international contre la pornographie (Paris, 1908). In: Mil neuf cent. **Revue d'histoire intellectuelle**, n. 7, 1989, p. 87-98.

VELLOSO, Mônica. A modernidade carioca na sua vertente humorística. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 269-278.

## REPORTAGENS

CARNEIRO, Julia Dias. “Queermuseu”, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. In: **BBC News Brasil**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>. Acesso em 01 dez. 2020.

CUNHA, Taís. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. In: **Correio Braziliense**. Brasília. <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em 01 dez. 2020.

GABRIEL, Ruan de Souza. Semana de Arte Moderna de 1922: especialistas põem em xeque hegemonia historiográfica do evento. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/semana-de-arte-moderna-de-1922-especialistas-poem-em-xeque-hegemonia-historiografica-do-evento-1-24985612>. Acesso 26 abr. 2021.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. In: **Revista VEJA**. São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 01 dez. 2020.

PAINS, Clarissa. “Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 01 de. 2020.

PAULUZE, Thaiza. Brasil teve uma mulher assassinada a cada duas horas em 2018, aponta Atlas da Violência. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/brasil-teve-uma-mulher-assassinada-a-cada-duas-horas-em-2018-aponta-atlas-da-violencia.shtml>. Acesso em 01 dez. 2020.

REDAÇÃO. A maior do mundo: confira imagens da 23ª parada do orgulho LGBT de SP. In: **Mídia Ninja**. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/a-maior-do-mundo-confira-as-imagens-da-23a-parada-do-orgulho-lgbt-de-sp/>. Acesso em 01 dez. 2020.

TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu. In: **Revista Época**. São Paulo, 15 set. 2017 Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>. Acesso em 01 dez. 2020.